O Dilema da América Latina

Darcy Ribeiro

ESTUDOS DE ANTROPOLOGIA DA CIVILIZAÇÃO

VOZES

O DILEMA DA AMÉRICA LATINA

ESTRUTURAS DE PODER E FORÇAS INSURGENTES

DARCY RIBEIRO

4ª Edição

Petrópolis
Editora Vozes Ltda.
1988

© 1978, Editora Vozes Ltda.
Rua Frei Luís, 100
25689 Petrópolis, RJ
Brasil

Diagramação
Valdeclr Mello

FICHA CATALOGRAFICA

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

Ribeiro, Darci, 1922-
R368d O Dilema da América Latina : estruturas de poder e forças insurgentes / Darcy Ribeiro. — Petrópolis : Vozes, 1983.
278p.

Bibliografia.

1. América Latina — Condições sociais 2. América Latina — Política e governo. I. Título.

CDD — 320.98
309.18
CDU — 32(8=6)
308(8=6)

78-0273

SUMARIO

Prólogo, 9

PRIMEIRA PARTE — O DESAFIO LATINO-AMERICANO, 19

1. *O Processo Histórico*, 21
Aceleração *versus* Incorporação, 21
Formações Econômico-Sociais, 25
A Industrialização Recolonizadora, 29

2. *A Conjuntura Internacional*, 34
Os Contendores, 37
Os Alternos Virtuais, 41

3. *As Américas no Mundo*, 48
O Atraso e o Progresso, 50
A Brecha que se Amplia, 53

SEGUNDA PARTE — ESTRATIFICAÇAO SOCIAL, 63

4. *Povo, Classe e Poder*, 65
Padrões de Riqueza e de Pobreza, 68
Conceito de Marginalidade, 72
Participação Política, 76
Pressão e Opressão, 80

5. *O Repto da Marginalidade*, 85
Insurgência ou Genocídio, 87
Marginalidade Estrutural, 91

TERCEIRA PARTE — A ESTRUTURA DE PODER, 99

6. *As Classes Dominantes*, 101
Burguesia e Capitalismo Autônomo, 101
Classes Dominantes-Subordinadas, 105

7. *O Patronato*, 112
A Oligarquia, 114
O Empresariado, 118
O Estamento Gerencial Estrangeiro, 124

8. *As Elites Dirigentes*, 134
O Patriciado Político, 137
Restaurações Patriciais, 141

As Autocracias Patriarcais, 146
As Ditaduras Regressivas, 154

9. *As Antielites*, 161
Os Populistas, 162
Os Reformistas, 165
Regimes Nacionalistas-Modernizadores, 170
Os Regimes Socialistas, 182

QUARTA PARTE — AS FORÇAS INSURGENTES, 187

10. *Os Movimentos Revolucionários*, 189
A Nova Esquerda, 190
Comunistas: Ortodoxos e Heréticos, 201
Os Grupos Insurrecionais, 210

11. *A Revolução Necessária*, 219
A Opção Revolucionária, 224
Vanguardas Operárias, 227
Marginalidade e Insurgência, 231
Insurreições Populares, 236

12. *A Revolução Continental*, 245
A Arena Política, 245
Os Protagonistas Armados, 249
A Alternativa Socialista, 253

Bibliografia, 259

PRÓLOGO

A América é o país do porvir. Em tempos futuros revelará sua importância histórica, talvez numa guerra entre a América do Norte e a América do Sul.

HEGEL

Este livro integra uma série de quatro estudos acerca de como os povos americanos vieram a ser o que são, sobre o lugar que ocupam no mundo moderno e sobre as perspectivas que têm de eliminar as desigualdades que separam as Américas Pobres das Américas Ricas.

O primeiro estudo — *O Processo Civilizatório* — é uma revisão crítica das teorias da evolução sócio-cultural, elaborada com o objetivo de propor um esquema conceitual que situe os povos contemporâneos dentro do *continuum* do desenvolvimento humano. O segundo — *As Américas e a Civilização* — é um esforço de interpretação do papel dos fatores sociais, culturais e econômicos na formação das etnias americanas e de diagnóstico das causas de seu desenvolvimento desigual. O terceiro — *O Dilema da América Latina* — é o presente volume, — só agora publicado no Brasil — dedicado a elucidar o caráter do subdesenvolvimento em que estamos submersos, a natureza de nossa dependência com respeito à América do Norte e, ainda, analisar as lutas que se travam no continente entre as estruturas de poder que querem manter a ordenação social tal qual é e as forças virtualmente insurgentes que querem transformá-la. O último — *Os Brasileiros* — será uma análise do processo de constituição da sociedade brasileira e das tensões que a dinamizam em nossos dias.

Nosso tema é o estudo das Américas Pobres. Entretanto, os problemas com que se defrontam os latino-americanos de hoje são tão comuns e tão ligados aos do mundo todo, que se torna impossível tratá-los separadamente. Esta é a razão por que, nos primeiros capítulos, tivemos de alargar o âmbito de análise a todo o mundo e, em quase todos eles, focalizar a América Latina como contraparte da América do Norte, dentro de um sistema único interativo.

O mundo se unifica e se estreita cada vez mais. Estreita-se ainda mais constritivamente, todavia, o mundo americano, polarizado por um centro reitor implantado na metrópole do Norte. As decisões ali tomadas sobre a paz e sobre a guerra, sobre o comércio, a indústria ou a agricultura, sobre a política, a cultura, a publicidade, a religião, a discriminação ou a anticoncepção, afetam diretamente nossos destinos como seus modeladores fundamentais. Provocam ondas de emprego ou de desemprego, quadras de abundância ou de penúria, golpes de Estado, ditaduras, terrorismo, campanhas de doutrinação ideológica ou de contenção à natalidade.

Hegel, no seu estudo clássico sobre a filosofia da história, vaticinou uma guerra entre os povos latinos e os anglo-saxões das Américas. Esta guerra está em curso. Entretanto, em lugar de movimentos de tropas e de batalhas campais, ela se trava mediante conspirações, subornos, contratos, intimidações, quarteladas, treinamento de forças repressivas, programas de estudos sociológicos, projetos econômicos e campanhas publicitárias. Com todos estes meios de pressão, de compulsão e de doutrinação, a América do Norte alarga e fortalece um sistema de dominação criado para impor seu próprio projeto de exploração de nossos recursos, de organização de nossas sociedades, de regulamentação de nossa vida política, de dimensionamento de nossa população e de fixação do nosso destino.

O mais grave é que esta dominação já não se exerce de fora, mas principalmente desde o interior de nossas sociedades onde as corporações norte-americanas se instalaram como quistos que crescem à custa de nossa substância; onde seus serviços de controle dos meios de comunicação de massa conformam a opinião pública de acordo com seus interesses; onde seus órgãos de assistência militar formam e orientam a oficialidade das forças armadas como órgãos auxiliares locais de seu esquema de dominação; onde múltiplas agências intervêm em todos os centros de decisão dos governos, nas associações patronais e nos sindicatos operários, nas comunidades religiosas, em todas as esferas da educação e nas instituições científicas. Os quadros dirigentes das grandes corporações, seus corpos gerenciais na-

tivos e os agentes oficiais destas múltiplas formas de intervenção constituem, hoje, na qualidade de "elites dirigentes invisíveis", o estamento mais influente da estrutura de poder das sociedades latino-americanas. Atuando conjugadamente com as elites de poder nativas, compõem um sistema unificado de dominação que tem como projeto de defesa de seus interesses induzir as nações latino-americanas a aceitar formas de integração e de controle que as converterão em uma espécie de consulados de um novo império.

O caráter integrado deste sistema de dominação faz com que a oposição existente entre os latino-americanos e os anglo-americanos nos unifique, queiramos ou não, numa estrutura única, quase simbiótica. Por tudo isto, nos importa fundamentalmente saber como chegamos a esta situação e para onde nos encaminhamos; quais as tendências prováveis de desdobramento do processo histórico de que todos resultamos ser parte; que fatores operam a favor do nosso desenvolvimento autônomo e, ao contrário, com que fatores contam os norte-americanos para congelar nossa dependência e o subdesenvolvimento dela decorrente, tirando disso vantagem para si próprios e para os seus associados nativos.

Dentre esses últimos fatores ressalta a intencionalidade da política de grande potência da América do Norte em relação à América Latina. Esta política é instrumentada hoje por um vasto sistema de pesquisas científicas destinadas a conhecer nossa realidade social para nela atuar objetivamente, a fim de perpetuar sua hegemonia e alargar seus mecanismos empresariais de espoliação. Em face desta intencionalidade só podemos responder aos norte-americanos com uma intencionalidade igual de sentido inverso. Para tanto é indispensável que nos instrumentemos também com programas de pesquisa, estrategicamente formulados para desvendar suas intenções, desmascarar seus mecanismos de proselitismo e, sobretudo, para opor ao projeto de desenvolvimento reflexo e dependente que eles nos querem impor, um projeto próprio de desenvolvimnto pleno e autônomo. Tal é a tarefa dos cientistas sociais latino-americanos ou, ao menos, daqueles que não se querem ver transformados, por ação ou por omissão, em acólitos do domínio externo de seus povos.

Um dos temas mais relevantes que se oferecem hoje ao estudo dos cientistas sociais é a análise das estruturas de poder e das forças chamadas historicamente a proscrevê-las. Não o estudo acadêmico e desinteressado, mas a pesquisa intencionalizada que procure determinar: a composição e a natureza das classes dominantes; seu grau de conivência na perpetuação do

subdesenvolvimento, bem como sua capacidade de autotransformação para o exercício de um papel antonomista e renovador. E o estudo simultâneo, do mesmo ponto de vista das classes, dos movimentos e das forças virtualmente insurgentes com a ambição de avaliar sua capacidade revolucionária, bem como os requisitos necessários para o exercício desse papel.

Este é o tema que nos propomos focalizar neste livro. Ele se situa, por inteiro, na dimensão complexa e ambígua dos estudos do fenômeno do poder. Efetivamente, o conceito de poder sobre uma ampla ordem de fenômenos, imbricados uns com os outros e correlacionados de forma tão estreita com todas as outras dimensões da vida social que só podem ser compreendidos através de sucessivas aproximações realizadas em diferentes níveis de análise.

Num plano explícito mais imediato, o conceito de poder se refere ao exercício do mando por parte de autoridades acatadas (poderio), em comunidades previamente estruturadas como o quadro dentro do qual uma população vive seu destino (Nação). Nesta acepção, o poder político é a capacidade de uns se sobreporem aos outros, através do desempenho de cargos em sistemas hierarquizados de gestão burocrática (patriciado), ou mediante a apropriação de bens pelo exercício da exploração econômica (patronato).

Num segundo plano, também explícito, o conceito de poder se refere ao corpo de instituições e normas jurídicas que regulam e sancionam o sistema econômico, político, militar, ideológico (ordenação), fixando e garantindo os direitos, deveres e competência de seus membros (legalidade) dentro de uma formação sócio-econômica específica, estabelecendo possibilidades distintas de acesso e fruição de bens e regalias em sociedades desigualitárias (privilégio), e de exercício legal da autoridade (legitimidade), através de um aparato político-administrativo (burocracia) que coordena, articula e dirige todo o sistema social sob a regência de um corpo supremo de tomada de decisões (Estado), encarnado por um corpo de hierarcas (governo).

Num terceiro plano, mais abstrato, o mesmo conceito concerne à capacidade que têm as classes dominantes de ordenar a vida social como um sistema político que impõe sua supremacia em todas as esferas, capacidade que alcançam graças à combinação de distintos mecanismos de exploração econômica e de controle político e militar e de doutrinação ideológica. Dentro desta perspectiva, o conceito de poder diz respeito ao processo que dinamiza o sistema político em que se entrechocam forças sociais antagônicas (conflito político), com capacidades distintas de organização e de imposição de seus interesses

e aspirações (dominação-submissão), seja para impor a preeminência de uns sobre os outros (hegemonia); seja para manter a ordem vigente exercendo, nas situações de crise, a coação e a violência contra grupos recalcitrantes (repressão), ou nas situações estáveis, utilizando mecanismos de controle ideológico (coerção); seja para transformar parcialmente a ordem estabelecida a fim de preservar certos corpos de interesses (reforma); seja, finalmente, para erradicá-la e instituir uma ordenação social distinta regida por uma nova estrutura de poder (revolução).

Num último plano, ainda mais complexo, o conceito de poder se refere às situações de interdependência econômica assimétrica de âmbito mundial que configura algumas nações como pólos de dominação (imperialismo) e outras, como áreas de espoliação (dependência). A cada uma destas posições corresponde internamente uma estratificação social e uma estrutura de poder com virtualidades e limitações distintas para explorar as potencialidades das conquistas tecnológicas de uma civilização. Os centros reitores, configurando-se sob a égide de classes dominantes que atuam no sentido de promover o progresso nacional como condição de sua própria prosperidade, são constringidos em seu desenvolvimento pleno principalmente pelas limitações da exploração classista e pelas relações conjunturais que estabelecem com outros centros autônomos. As áreas periféricas, configuradas como proletariados externos, são regidas por classes dominantes consulares que, fundando sua prosperidade na própria dependência, mercê de sua associação com núcleos empresariais e governamentais estrangeiros, operam como comandos gerenciais exógenos que limitam o desenvolvimento nacional aos níveis e graus conciliáveis com a manutenção dos vínculos externos (subdesenvolvimento). Nestas últimas situações, às vicissitudes internas provenientes de uma exploração classista ainda maior (constrição patronal-patricial) se somam os externos (constrição imperialista) resultantes de um sistema assimétrico de intercâmbio em que os povos pobres são os que subsidiam os povos ricos. A trama de interesses mancomunados para perpetuar este sistema gera, internamente, as lutas de classes e, externamente, as lutas de emancipação nacional que transferem grande parte dos conflitos politicos das áreas dependentes para o âmbito internacional.

A compreensão do conjunto de relações de dominação e de subordinação que dinamizam o sistema político só pode ser procedida à base de duas abordagens complementares. O estudo do processo civilizatório que gerou as sociedades modernas e fixou suas características e o estudo da estratificação social

e das estruturas de poder que nelas se implantaram. A confusão da terminologia e a imprecisão dos conceitos habitualmente usados nesse tipo de estudos nos impôs, como condição prévia à realização do presente trabalho, a elaboração de uma análise teórica do processo civilizatório cujos resultados mais pertinentes resumimos nos primeiros capítulos. Impôs também uma revisão crítica da tipologia marxista das classes sociais, fundada na concepção de que as sociedades estratificadas são entidades com conteúdos eminentemente antagônicos nas quais interagem, conflitivamente, as classes dominantes e as dominadas. A necessidade de precisar com clareza esta polaridade nos levou a desdobrar descritivamente os componentes da estratificação social, distinguindo nela quatro estratos.

O primeiro deles, correspondente às classes dominantes, está dividido em três corpos mutuamente complementares: o patronato de proprietários dos meios de produção, o estamento gerencial de gestores de empresas estrangeiras e o patriciado de eminências políticas, civis e militares, que regulam a ordenação social e a regem diretamente. O segundo estrato corresponde aos setores intermédios nos quais se distingue um corpo de autônomos (pequenos empresários e profissionais liberais) e outro de dependentes (funcionários e empregados). No terceiro estrato situamos as classes subalternas — no sentido de submetidas mas integradas na estrutura sócio-econômica e política — nas quais se destacam dois corpos: o campesinato (assalariados rurais, granjeiros e parceiros) e o operariado (industrial e de serviços). O quarto estrato corresponde às classes oprimidas — porque subjugadas mas não integradas regularmente no sistema produtivo e na vida institucional — é representado pelas massas marginalizadas do campo e da cidade.

O conceito de estrutura de poder é utilizado, neste estudo, em sentido genérico, para referir o conjunto de posições e funções mediante as quais as classes dominantes exercem sua dominação sobre todas as demais. E em sentido mais específico, para indicar a ordenação sócio-política (regime) institucionalizada num aparato jurídico-administrativo (governo) que cumpre a finalidade de manter o *status quo*, principalmente os mecanismos de apropriação de bens, de desfrute de privilégios e de coerção da população ao trabalho.

Vista desta perspectiva, a estrutura de poder aparece estaticamente como uma entidade estável (ordem) que cristaliza a regência dos interesses das classes dominantes que regularam a ordenação sócio-política, armando-se de mecanismos coercitivos de autoperpetuação. Desde uma visão dinâmica, aparece como sucessivas conjunturas transitórias nas quais o conflito

entre grupos sociais e a insurgência contra o predomínio de um deles gera lutas (insurreição) que às vezes ensejam a reabertura do regime para implantar uma nova ordenação sócio-política correspondente a novos interesses dominantes (revolução). Esta perspectiva permite ressaltar o papel dos dois alternos básicos da vida política: primeiro, os gestores diretos da estrutura de poder que são as elites dirigentes e as burocracias civis e militares delas dependentes; segundo, as forças sociais (parcela politicamente ativa de uma classe ou de diversas classes em coalisão), que, devido a contradição antagônica entre seus interesses e aspirações e as das classes dominantes, se fazem virtualmente insurgentes.

Nas elites dirigentes distinguimos, de um lado, as elites tradicionais que encabeçam os governos democráticos e os autocráticos; e de outro, as antielites que emergem com os governos populistas, reformistas e as autocracias nacionalistas-modernizadoras. Os seus alternos são, como vimos, as forças virtualmente insurgentes que podem ser encarnadas por distintas facções, conforme a formação sócio-econômica em que estejam inseridas e conforme a composição de classe que as caracteriza. No caso da América Latina o que cabe estudar é, em primeiro lugar, se existem ou não contingentes contrapostos dentro das classes dominantes ou se estas constituem complexos monolíticos com interesses comuns suficientemente antagônicos com respeito às classes dominadas para fazê-las atuar unitariamente. E, em segundo lugar, a capacidade virtual e efetiva de insurgência por parte das classes subalternas e das oprimidas.

Como nenhuma classe ou força social atua como um alterno no cenário político simplesmente por existir, mas sim graças à sua mobilização ou ativação por vanguardas revolucionárias, são estas últimas que caem no nosso campo de interesse imediato. Tais são, na nossa classificação, primeiro, os diversos componentes da nova esquerda que operam, principalmente como questionadores — mais verbais que reais — do sistema; segundo, os comunistas, ortodoxos e heréticos, enquanto ativistas de uma contestação mais consentida que radical ao sistema; e terceiro, os grupos insurrecionais que buscam aprofundar as tensões geradas pela dependência e pela exploração classista, a fim de desencadear uma revolução com a capacidade de erigir uma nova estrutura de poder que permita reordenar a sociedade desde suas bases.

Nossa tipologia tem de comum com as análises marxistas, em que se inspira, a idéia da oposição antagônica entre componentes dominantes e dominados da estratificação social, bem como a de que o processo histórico é explicável, em grande

parte, pelo dinamismo que esses antagonismos emprestam à estrutura social. Difere dessas análises, principalmente na identificação dos grupos sociais conflitivos, porque procura criar categorias analíticas mais adequadas ao estudo da realidade latino-americana. Daí, por exemplo, a rejeição do conceito de "burguesia", válido para designar certos segmentos das classes dominantes das formações capitalistas autônomas, mas inaplicável, a nosso ver, a formações distintas.

Ela difere, por igual, das tipologias sociológicas que definem as estruturas de poder à base de critérios fundados em contrastes dualistas, tais como: o rural-urbano, oligárquico-burguês, elitista-populista, arcaico-moderno. Embora descritivos, estes e outros atributos não podem servir de base a uma tipologia operativa. No caso do contraste rural-urbano porque, desde o período colonial, se formaram na América Latina patronatos urbanos e rurais mutuamente complementares cujos interesses básicos, a partir de então, se vêm interpenetrando cada vez mais. No segundo e terceiro casos, porque não existe uma oligarquia oposta a uma burguesia moderna ou um grupo elitista de poder contraposto a um estilo populista, já que essas categorias não são antagônicas, nem alternativas, nem seqüenciais. No caso da oposição arcaico-moderno, porque as classes dominantes da América Latina, apesar de seu arcaísmo, modernizaram, continuamente, não só a tecnologia que utilizam e o estilo de gestão de suas empresas, como também a regulamentação das instituições sócio-políticas. Em grande medida, estas classes dominantes conseguiram sobreviver, precisamente, porque se transfiguraram em um empresariado moderno e numa burocracia político-tecnocrática também modernizada dando lugar a sucessivos estilos de gestão e de governo.

Nossa caracterização dos movimentos e grupos virtualmente insurgentes apresenta tanto diferenças quanto paralelismos com respeito às classificações correntes. As discrepâncias, neste caso, decorrem principalmente da dificuldade de distinguir como categorias diferenciadas entidades amorfas e fluidas que, em muitos casos, não chegaram a definir sua própria identidade, porque ainda são ambíguas e tendentes à transfiguração.

Nossas previsões acerca das alternativas que se abrem à América Latina para a ruptura com a ordem vigente soarão, talvez, como antecipações temerárias e pouco documentadas. Concordamos que assim seja. Na verdade, elas pretendem ser apenas um esforço por vislumbrar o que poderá suceder, nos próximos anos, em nossos países. Nesse sentido, terão talvez a valia de alertar os ativistas políticos, seja para os efeitos pro-

váveis de suas ações, seja para as conjunturas em que poderão ser chamados a atuar.

Duas são as fontes do presente estudo. A primeira é a bibliografia citada de estudos sociológicos e históricos e a vasta literatura politica contida em revistas e panfletos nos quais as esquerdas latino-americanas discutem hoje os fatores responsáveis pelo atraso e pela dependência e as vias possíveis de ruptura revolucionária com o subdesenvolvimento.

A segunda fonte é nossa própria vivência de vinte anos de participação mais ou menos intensa nas lutas políticas do Brasil. Esta participação nos levou a conviver com os mais diversos círculos, proporcionando-nos uma visão, senão representativa, ao menos variada dos principais tipos de militância política. Começando pelo próprio âmbito da família, em que a política já estava presente, passamos ao ativismo estudantil, à militância em movimentos de esquerda e, mais tarde, ao exercício de funções de assessoria junto a regimes patriciais e, particularmente, ao desempenho de cargos ministeriais em um governo reformista. A estas experiências se somaram, por fim, anos de exílio em diversos países da América Latina e meses de prisão numa fortaleza do exército e num quartel de marinha que, de certa forma, completaram nossa visão dos protagonistas da vida política brasileira neste período.

Estas vivências nos deram a oportunidade de observar e registrar acontecimentos e tendências que se refletem no presente estudo. Isto não significa que ele seja um testemunho. Aqui, como em trabalhos anteriores, nossa atitude é a do estudioso politicamente participante que utiliza o instrumental metodológico das ciências sociais para ampliar o conhecimento disponível dos problemas cruciais com que se defrontam nossas sociedades, a fim de contribuir para que, dentre as diferentes alternativas, se concretizem as que mais favoreçam às camadas majoritárias da população.

Esta posição engajada nada mais é que a explicitação dos fins a que desejamos servir e dos objetivos que buscamos atingir. A imparcialidade, neste caso, seria um escamoteio malicioso, como o dos que não podem confessar suas lealdades; ou ingênuo, como o dos que não indagam a si próprios sobre os interesses a que servem. O engajamento proclamado só se opõe, assim, ao engajamento implícito; e conduz, de fato, a uma objetividade maior porque explicita todos os elementos postos em ação no processo de análise, inclusive as motivações do autor.

Quem quer que se disponha a transformar a ordem social terá de enfrentar duas ordens de problemas. Primeiro, conhecer as forças dinâmicas em conjunção, as resistências à mudança

e os fatores capazes de ativá-la para, com base nesse conhecimento, fixar a estratégia que deve utilizar. Segundo, melhorar o discurso das vanguardas revolucionárias. Vale dizer, face ao atraso e à penúria, ser capaz de diagnosticar suas causas, denunciar os danos que acarretam e, ainda, prever as possibilidades de progresso contidas em cada situação. Dentro desta postura analítica, critica e prospectiva passam a ter igual peso dois tipos de preocupação: a explicativa, que deve alcançar maior rigor científico ao intencionalizar-se para servir à ação transformadora; e a valorativa, que precisa tornar-se persuasória para aliciar as forças potencialmente renovadoras. Na verdade, ambas têm limites precisos. Nem a explicativa pode ser um discurso inconsistente e desinteressado sobre questões irrelevantes; nem a valorativa pode entrar em contradição com a explicativa.

A aceitação destas proposições importa na alteração de uma série de posturas características do cientista social. Primeiro, uma mudança radical na atitude indagativa que se exprime na temática das pesquisas. Em lugar de ater-se aos temas em moda nas grandes publicações internacionais, selecionados nominalmente por seu valor explicativo, deve voltar-se para o que é instrumental do ponto de vista da revolução social, o que coloca em foco, prioritariamente, a problemática das situações de atraso e os caminhos de sua superação. Segundo, uma mudança na atitude expositiva. Esta, em lugar de simular isenção diante dos fatos sociais para evitar juízos de valor, deve tornar-se lucidamente crítica e valorativa, explicitando, todavia, os fundamentos das apreciações em cada situação concreta.

O presente livro é um esforço do autor por ajustar-se a esse padrão de conduta científica com um propósito político muito claro: o de contribuir para a formulação de uma teoria explicativa que ajude a impulsionar a revolução necessária.

D. R.

Santiago, Junho, 1971.

PRIMEIRA PARTE

O Desafio Latino-Americano

Uma sociedade enfrenta no curso de sua vida uma série de problemas que cada um de seus membros há de resolver como melhor possa. Cada problema que se apresenta é um desafio a ser submetido à prova.

A. J. TOYNBEE

1. O processo histórico

É geralmente aceita a afirmação de que o principal determinante do destino dos povos modernos foi a onda de transformações econômicas e sociais desencadeada pela Revolução Industrial. A ela se deve acrescentar, como outro fator decisivo, o condicionamento das potencialidades de progresso desta revolução tecnológica por duas ordens de constrição. A primeira delas, de natureza estrutural, corresponde às disputas entre as camadas patronais e as assalariadas pela apropriação dos resultados do progresso técnico. A segunda decorre dos modos de integração dos diferentes povos na civilização industrial, conforme esta se faça pela via da *aceleração evolutiva*, que lhes permite estruturar-se autonomamente como povos para si, ou da *incorporação* ou *atualização histórica*, que os conforma como povos dependentes que não existem para si, mas para atender às condições de vida e de prosperidade de outros.

Aceleração versus Incorporação

Nenhuma dessas formas de condicionamento é inerente à Revolução Industrial. Todas as revoluções tecnológicas anteriores difundiram-se também através de processos civilizatórios que originaram formações econômico-sociais cuja capacidade de desenvolvimento esteve sempre condicionada pelo caráter de sua estratificação social — segundo ela fosse mais ou menos constritiva — e, sobretudo, segundo se estruturassem como sociedades autônomas, geradas por aceleração evolutiva, ou sociedades dependentes, surgidas de movimentos de incorporação histórica.

Isto significa que as sociedades humanas não transitam de uma a outra etapa da evolução por uma única via, mas por duas vias distintas, embora complementares. A primeira, muito mais rara, corresponde à aceleração evolutiva que ativa um povo no curso de um processo civilizatório, configurando-o como

uma sociedade autônoma, dona de seu próprio destino, tendente a expandir sua cultura e sua língua sobre outros povos e capaz de desenvolver-se intensamente pelo domínio autônomo da nova tecnologia, ademais de enriquecer-se com o produto do trabalho dos povos que subjuga ou aos quais se impõe economicamente. A segunda via — muito mais freqüente — corresponde à atualização ou incorporação histórica configuradora de povos dependentes que, havendo perdido a autonomia no comando de si mesmos, ao serem envolvidos e dominados por movimentos de expansão de outros povos, foram reduzidos à condição de proletariados externos não estruturados social e economicamente para si próprios, mas para servir aos interesses e desígnios de seus dominadores.[1]

Conforme se verifica, as enormes energias transformadoras das revoluções tecnológicas, operando sob o condicionamento destas constrições, dão lugar, nos casos de aceleração evolutiva, ao desenvolvimento pleno e autônomo; e nos casos de incorporação histórica, ao subdesenvolvimento. Desenvolvimento e subdesenvolvimento resultam, assim, dos mesmos processos históricos, não como etapas seqüenciais de uma linha evolutiva, mas como configurações coetâneas das mesmas etapas evolutivas e até como formas mutuamente complementares.

Tanto as formações exemplificativas do desenvolvimento logrado por aceleração, quanto as expressões do subdesenvolvimento gerado por incorporação histórica, apresentam tensões internas decorrentes, em grande parte, dos conflitos entre os interesses contrapostos das classes sociais e das vicissitudes a que podem ser submetidas por estruturas de poder mais ou menos despóticas. No primeiro caso, porém, estas crises não impedem — pelo contrário, muitas vezes facilitam — um alto grau de exploração das potencialidades da nova tecnologia, que aparece como o florescimento de uma civilização. No segundo caso, os efeitos da constrição classista e da dependência apenas propiciam graus medíocres de modernização que podem, eventualmente, brilhar em expressões singulares de riqueza barroca e de conforto ostentatório — em meio à pobreza generalizada — como indicações visíveis dos faustosos privilégios que uma classe dominante local pode proporcionar-se dentro de um sistema social altamente desigualitário.

É de assinalar que as diferenças fundamentais entre essas duas situações não se explicam pelo contraste entre a rudimen-

1. Nossa concepção de duas vias de trânsito evolutivo, uma acelerativa, outra meramente atualizadora ou incorporadora, constitui uma alternativa teórica tanto ao *evolucionismo unilinear* da antropologia clássica e do marxismo dogmático quanto à noção de *dualismo estrutural* da sociologia funcionalista. Acerca-se, porém, dos conceitos de *desenvolvimento desigual e combinado* de Lenin (1941) e de Trotsky (1963) e da noção de *desenvolvimento do subdesenvolvimento* de A. Gunder Frank (1967) ainda que não se confunda com eles.

tariedade ou o adiantamento das respectivas tecnologias, senão por suas distintas capacidades para explorar as potencialidades de cada tecnologia para promover um progresso generalizável a toda a população. Com efeito, em muitos casos as formações dependentes são exploradas à base da mais alta tecnologia de uma época. São exemplos disso a metalurgia do ouro e da prata nas colônias espanholas, a produção industrial do açúcar nos engenhos do nordeste brasileiro e do Caribe e a extração de petróleo na Venezuela. O importante a observar é que estas tecnologias avançadas são aplicadas até o limite necessário para tornar mais próspera a economia dependente, mantendo sempre, porém, a situação de dependência.

Surgem, assim, sociedades que, sendo estruturalmente deformadas desde seu nascimento, crescem com estas distorções, incapazes de superá-las através do simples funcionamento do sistema, porque a própria prosperidade, ao reforçar o vínculo externo de dependência, se torna fator de atraso. Nesse sentido, cumpre recordar que a condição correspondente à dependência e ao subdesenvolvimento não impede que, enquanto empreendimentos econômicos, estas formações floresçam como unidades prósperas. Pelo contrário, muitas das colônias que se implantaram na América, por via da incorporação histórica, configuraram algumas das empresas mais ricas que se conhecem em toda a história econômica mundial. Ricas, porém, para os núcleos cêntricos e para os agentes internos da dominação, mas não para si próprias e menos ainda para sua população global. O grau de prosperidade do Brasil e do Haiti do século XVII, por exemplo, era muitas vezes superior ao das colônias pioneiras da costa oriental dos Estados Unidos. Ninguém podia duvidar que o modelo econômico lucrativo e bem sucedido era o das grandes plantações tropicais, trabalhadas por braço escravo, e não o daqueles núcleos paupérrimos de imigrantes que viviam principalmente de exportar alimentos para as plantações açucareiras as quais não podiam ocupar-se disto porque produziam gêneros muito mais valiosos.

Atrás destas remarcadas diferenças de níveis de prosperidade empresarial e até de nível de renda global e *per capita,* estavam, de um lado, núcleos mais ou menos autárquicos, crescendo vegetativamente e se estruturando como um povo. E do outro lado, um proletariado externo que, crescendo pela mestiçagem, se ia convertendo em povo, malgrado ou contra o propósito de seus dominadores que o encaravam simplesmente como uma força de trabalho, desgastável como mero combustível e renovável mediante a importação de mais escravos. Não por acaso aquelas colônias "pobres", mas capacitadas a se es-

truturarem desde a primeira célula como um povo para si, cresceram com enorme potencialidade de autodesenvolvimento; enquanto que as colônias "prósperas" vieram a ser, em nossos dias, precisamente as áreas mais atrasadas e misérrimas.

Tal é a natureza de um proletariado externo. Assim foi num passado remoto, com relação às massas desgastadas nas grandes plantações latifundiárias e nos *ergasterios* das colônias em que se fundava a prosperidade grega e romana. Assim foi, por igual, durante toda a história da América Latina. Assim ameaça continuar sendo enquanto permanecerem hegemônicos os interesses que regeram até agora a ordenação social na América Latina.

O aparente paradoxo que converte as áreas mais ricas nas mais pobres e que condiciona os povos mais miseráveis a custear a prosperidade dos mais abastados se explica, precisamente, por esta superexploração, impraticável dentro da própria nação dominadora, mas perfeitamente factível no caso dos seus proletariados externos. Ao longo de séculos, essa superexploração foi justificada como uma ação civilizadora que o europeu de ontem e o norte-americano de hoje vêm empreendendo para salvar, a princípio da heresia, depois do atraso — em nome de um desvelo cristão ou civilizador — a subumanidade de suas áreas de dominação.

Só recentemente surge nos povos subdesenvolvidos uma consciência critica que os capacita a perceber a mistificação que se esconde atrás desta ideologia. Essa percepção ainda não é generalizada mesmo porque as classes dominantes dos países dependentes continuam repetindo o velho discurso que atribui o atraso a fatores climáticos, raciais, culturais ou, simplesmente, à rusticidade do povo, incapaz de absorver o progresso tecnológico; ao mesmo tempo em que se atribui aos agentes da dominação o papel de heróis civilizadores.

Mas aos poucos se torna evidente à consciência crítica o papel causal da incorporação histórica, da dependência e da estrutura classista que lhe correspondem na produção e perpetuação do subdesenvolvimento, bem como as múltiplas feições que este pode assumir em sucessivas transfigurações. A cada novo processo civilizatório corresponde, com efeito, uma destas transfigurações na forma de um projeto auspiciado pelos núcleos cêntricos, projeto esse que reduz as potencialidades de desenvolvimento das áreas periféricas a uma mera modernização reflexa. Esta proporciona sempre algum progresso em relação ao passado imediato mas, ao manter inalterada a interdependência assimétrica, apenas abre uma nova fase de subdesenvolvimento e, de fato, amplia a brecha entre as sociedades autônomas e as sociedades dependentes.

Formações Econômico-Sociais

Em nosso estudo "O Processo Civilizatório" (1968) apresentamos uma seqüência das etapas evolutivas e uma caracterização das formações econômico-sociais ou sócio-culturais as quais sintetizamos a seguir nos aspectos mais necessários para a compreensão do desenvolvimento desigual dos povos americanos.

Segundo nosso modo de ver, a evolução sócio-cultural é gerada por uma série de revoluções tecnológicas correspondentes a inovações prodigiosas no aparelho produtivo ou militar. Estas inovações, ao ativar as sociedades onde amadurecem pela primeira vez, provocam sua expansão na forma de um processo civilizatório no curso do qual tanto aquelas sociedades como todas as que caem sob sua influência transitam de uma a outra etapa evolutiva. Cada etapa corresponde a uma formação econômico-social, vale dizer, a uma combinação especifica de modos de produção com certas formas de ordenação da vida social e com conteúdos ideológicos correspondentes. Em termos marxistas, o processo pode ser descrito como uma ruptura provocada por contradições tornadas antagônicas entre as inovações acumuladas nas forças produtivas materiais da sociedade e nas relações de produção preexistentes, rupturas estas que acionam o trânsito de uma formação econômico-social a outra.

Distinguimos no estudo acima referido oito revoluções tecnológicas das quais nos cumpre destacar aqui apenas as três últimas: Mercantil, Industrial e Termonuclear.

A *Revolução Mercantil*, caracterizada principalmente por progressos da navegação oceânica, das armas de fogo, da metalurgia do ferro, expandiu-se a partir do século XV através de dois processos civilizatórios. O primeiro deles configurou, por aceleração evolutiva, os *Impérios Mercantis Salvacionistas* da península ibérica e da Rússia moscovita que romperam, pioneiramente, com o feudalismo europeu e estabeleceram o primeiro sistema de dominação de âmbito mundial. Configurou também, através de movimentos de incorporação histórica, formações *Colonial-Escravistas* (Brasil do século XVI, por exemplo) e *Colonial-Mercantis* (as feitorias asiáticas de portugueses e espanhóis).

Um segundo processo civilizatório, impulsionado pela mesma revolução tecnológica, amadureceu, por aceleração evolutiva, as primeiras formações *Capitalistas Mercantis* (Holanda, Inglaterra e França do século XVII); e, por incorporação histórica, as suas contrapartes externas que surgiram também como *Colonialismos Escravistas* (Antilhas, século XVII) e *Mercantis* (Indonésia, século XVIII). Mas a elas acrescentaram as formações *Coloniais de Povoamento* (costa oriental dos Estados Unidos,

entre outras). Como se vê, em todos esses casos, produziram-se estruturas bipartidas embora mutuamente complementares: o centro reitor e seus contextos externos.

Dentro desse sistema unificado de interdependência, os povos cêntricos ou autônomos e os periféricos ou dependentes, por suas posições assimétricas, cumpriam funções produtivas e distributivas também distintas, embora complementares e, correlativamente, tinham perspectivas por igual díspares de desenvolvimento. Os núcleos cêntricos, depois de beneficiados pelo saqueio das riquezas acumuladas pelos povos que dominaram, continuaram fortalecendo-se com a sucção do produto do seu trabalho. O efeito disso foi um desenvolvimento contínuo, limitado apenas por relações eventualmente espoliativas que estabeleciam com outros núcleos cêntricos. As áreas periféricas, além de saqueadas, continuaram tanto mais exploradas quanto mais riquezas pudessem produzir. Experimentaram, não obstante, certo grau de modernização reflexa, principalmente no campo da tecnificação de suas atividades produtivas que permitia vislumbrá-los como economias coloniais prósperas, sempre porém de uma "prosperidade" não generalizável.

Graças principalmente a essas relações econômicas espoliativas, alguns daqueles núcleos cêntricos puderam acumular recursos que os capacitaram a promover prodigiosas inovações nos processos produtivos e nas formas de utilização da energia mecânica que amadureceriam com a *Revolução Industrial*. Tal como os processos civilizatórios anteriores, entretanto, a nova tecnologia não se expandiu como uma difusão de conhecimentos e práticas livremente adotáveis, mas pela criação de novos centros de poder e pela imposição de seu domínio sobre o mundo. Assim é que, no seu primeiro processo civilizatório, a Revolução Industrial transfigurou, uma vez mais, a todos os povos, fazendo uns poucos núcleos cêntricos ascender, por aceleração evolutiva, à condição de formações *Imperialistas Industriais* (Inglaterra, França, Estados Unidos), enquanto aos outros, bem como à quase totalidade de povos dependentes, apenas permitiu experimentar uma nova incorporação histórica. Neste passo, os últimos transitam de sua antiga condição de dependência à situação de formações *Capitalistas Neocoloniais* a qual só lhes abre um horizonte medíocre de desenvolvimento porque limitado pela dupla conscrição: a espoliação imperialista e a exploração classista interna.

A acumulação de tensões resultantes da oposição entre as potencialidades transformadoras da revolução industrial e o poder condicionador daquelas duas ordens de constrição acabou por desencadear um segundo processo civilizatório. Este consis-

tiu, essencialmente, em reordenações internas de algumas sociedades, conducentes à criação de formações sócio-culturais do modelo socialista, seja através de procedimentos intencionais, seja mediante um desenvolvimento evolutivo.

A primeira via cristalizou-se em duas formações distintas: o *Socialismo Revolucionário*, cujo padrão básico, inaugurado pelos soviéticos, se expandiu posteriormente por amplas áreas; e o *Nacionalismo Modernizador* [2], como um regime híbrido que procura combinar conteúdos capitalistas e socialistas. A segunda via vem se concretizando como *Socialismo Evolutivo* [3], resultante da acumulação de mudanças experimentadas por algumas sociedades altamente industrializadas, que acabou por descaracterizá-las como estruturas capitalistas.

Estando ainda em curso estes dois processos civilizatórios, desencadeia-se, em nossos dias, uma nova onda de prodigiosas inovações tecnológicas, a *Revolução Termonuclear*, que começa a atuar sobre os povos com enormes potencialidades de transformação. Seus conteúdos tecnológicos e os modos de vida que forjará no futuro são hoje tão pouco discerníveis quanto o eram as virtualidades da Revolução Industrial na primeira década do século passado. Entretanto, eles já são perceptíveis na nova tecnologia de base eletrônica, nos computadores, nas formas ainda incipientes de utilização pacífica da energia nuclear, da bateria solar, dos raios laser, na química dos produtos sintéticos e em prodigiosos sistemas de registro magnético, de difusão e de telecomunicação. Os efeitos práticos desta nova revolução tecnológica começam também a revelar-se através das múltiplas aplicações de suas potencialidades de edificação e de destruição no plano físico, do controle dos processos biológicos de compulsão de ordem social e psicológica. Estes efeitos são já evidentes nos sistemas automatizados de produção das nações mais avançadas e nos seus dispositivos de simular situações e tomar decisões mediante o uso de computadores. Alguns efeitos, de natureza reflexa, surgem também nos povos atrasados. Este é o caso, por exemplo, da exploração demográfica nas nações subdesenvolvidas, só explicável em certos casos pela persistência das antigas taxas de natalidade, quando já contam com expectativas de vida grandemente ampliadas, em virtude

2. Tomamos como paradigma desta formação a Bolívia de Paz Estensoro; a Turquia de Mustafá Kemal; o México de Cardenas; o Egito de Nasser; a Argélia de Boumedien e o Peru de Velasco Alvarado.

3. O paradigma desta formação é dado pelos países escandinavos, com a economia distributiva que vêm implantando; mas também temos em mente as progressões prováveis de nações industrializadas como a Inglaterra, a França e a Itália. O Chile, malgrado seu baixo nível de industrialização, parece tender a este tipo de formação, do qual representaria um caso especial, se não malograsse no seu intento. O *Eurocomunismo*, abandonando a perspectiva de uma ditadura do Proletariado e reafirmando a sua fidelidade ao Regime Eleitoral e Parlamentar, identifica-se também com a via socialista evolutiva.

da redução drástica de alguns fatores de mortalidade. Esta redução foi possibilitada por conquistas científicas recentes, como o DDT e os antibióticos atribuíveis, em parte, à nova revolução tecnológica.

É de supor que a capacidade transformadora da Revolução Termonuclear seja ainda maior que a das anteriores e que ela entre a atuar nos próximos anos, com intensidade crescente. Neste sentido, operam três ativadores. A fusão da ciência com a tecnologia, que vem reduzindo a prazos cada vez menores o intervalo entre as invenções e a sua aplicação. A promoção de atividades de investigação científica e tecnológica à categoria de ocupação comum que já mobiliza mais de um milhão de pesquisadores e tecnólogos em todo o mundo e apresenta uma taxa de crescimento maior que a de qualquer outra atividade profissional. E o imperativo de utilizar ao máximo o saber científico, imposto pela competição capitalista-socialista, que conduz à introdução de procedimentos intencionais e planejados em todos os campos da atividade humana.

Os efeitos cruciais da nova revolução tecnológica sobre o mundo subdesenvolvido são, ainda hoje, virtualidades ambíguas. Tanto podem ensejar uma uniformização do progresso, como o aprofundamento das distâncias que medeiam entre os povos prósperos e os deserdados. Assim é que, se a Revolução Termonuclear seguir as mesmas linhas das anteriores, ela deverá alçar por efeito da aceleração evolutiva algumas sociedades a centros de força expansiva em torno dos quais se aglutinarão (por efeito da atualização histórica) novos complexos de dependência neocolonial. Somente se suas forças transformadoras se encaminharem por linhas inteiramente novas será possível fazê-la operar universalmente como um processo de aceleração evolutiva.

Alguns elementos da conjuntura mundial, que acionam estas forças renovadoras, podem ensejar seu encaminhamento por esta segunda via. Atuam nesse sentido, entre outros, os seguintes fatores: a combatividade dos povos subdesenvolvidos e, sobretudo, a lucidez alcançada por suas vanguardas, com respeito aos riscos de uma recolonização; a impossibilidade de soldarem as potências industriais uma entente reacionária, em virtude da oposição socialista-capitalista; a revolução chinesa, que está operando como uma extraordinária força aceleradora da evolução social sobre uma parcela ponderável da humanidade, exatamente na área mais populosa e mais pobre do mundo; as disputas ideológicas entre os sistemas socialistas, particularmente a sino-soviética; e, finalmente, as possibilidades de progressão de algumas nações do campo capitalista pela via do socialismo evolutivo.

A Industrialização Recolonizadora

Naquelas potencialidades da Revolução Termonuclear — a aplicação do saber científico a todos os campos de atividade, a intensificação do processo civilizatório e a possibilidade de este expandir-se não constritivamente sobre os povos atrasados — é que podemos basear-nos para esperar que ela seja a força instauradora de uma nova civilização que deverá unificar a herança cultural básica de todos os povos e reduzir, progressivamente, suas enormes distâncias em grau de desenvolvimento.

Contra esta expectativa atuam, porém, poderosos fatores, tendentes a fazer com que as potencialidades da Revolução Termonuclear na generalização do progresso sejam condicionadas a interesses imperialistas e privatistas como ocorreu com as revoluções tecnológicas anteriores. Tais são, em primeiro lugar, o caráter principalmente bélico da nova tecnologia e o controle militar das atividades científicas, que coloca ao arbítrio de pequenos grupos poderes quase totais de destruição, assim como prodigiosos mecanismos para a manipulação da opinião pública que tornaram mais viável que nunca a imposição de governos despóticos. Segundo, a fusão dos interesses empresariais privatistas com os comandos militares na América do Norte, que opera como uma conjunção da economia com a ciência e com a guerra, a fim de utilizar os novos recursos técnico-científicos para congelar internamente o regime capitalista, conduzindo-o a regressões anti-históricas, como o nazismo — onde também se produziu a fusão plutocrática da ciência com a guerra — e de expandir-se externamente como uma superpotência atualizadora de novo tipo. Terceiro, a dominação econômico-empresarial exercida pela América do Norte sobre os demais centros capitalistas industriais que a todos eles compele a atuar no mesmo sentido, não ensejando qualquer revisão dos mecanismos de intercâmbio internacional. Quarto, a expansão das grandes empresas multinacionais convertidas em instrumento supremo de uma industrialização recolonizadora que ameaça envolver as nações subdesenvolvidas em um novo processo de incorporação histórica.

O quarto fator sobressai entre os demais, embora todos eles formem, em conjunto, um sistema orgânico de dominação. Com efeito, a grande empresa multinacional — mas, de fato, predominantemente norte-americana — concentra em si uma série de atributos que a transformam no principal veículo dinamizador de um novo movimento de incorporação histórica. Ela é, de fato, o fruto mais maduro da acumulação das inovações científicas e tecnológicas que autorizam falar de uma Revolu-

ção Termonuclear. É também, como criação institucional, uma solução de alto alcance para as tensões que aquelas inovações prodigiosas nos meios de produção projetaram sobre as relações de produção. É, finalmente, a expressão mais refinada do novo modo de produção capitalista-monopolista e também a mais ubíqua, dada sua capacidade universal de ação.

Nesse sentido, a empresa multinacional é o equivalente ultramoderno — mas prodigiosamente superior — das velhas empresas capitalistas-mercantis de navegação oceânica do tráfico negreiro e, sobretudo, de mineração e monocultura que, operando com mão-de-obra escrava, colonizaram o Novo Mundo. É o equivalente, também, das antigas empresas monopolistas implantadoras de portos, ferrovias, serviços de águas e de eletricidade à mercê dos quais cresceu o imperialismo industrial em sua fase de expansão financeira. Sua função também é a mesma: mobilizar recursos técnicos, econômicos, politicos e ideológicos para impor novas formas de dependência.

Seu poderio é essa versatilidade que lhe permite atuar em qualquer parte, explorar qualquer setor da produção e do consumo, associar-se a interesses locais de toda a ordem, o que já lhe conferiu uma expansão sem precedentes. Tendo o mundo inteiro como sua área de ação (ou ao menos o mundo controlado pelo capitalismo), a empresa multinacional se tornou capaz de explorar recursos naturais onde quer que estivessem e, por igual, de implantar subsidiárias onde quer que existisse um mercado consumidor capacitado a pagar suas mercadorias e serviços na forma de lucros exportáveis. Desse modo ela passou a operar como o principal mecanismo de integração do sistema capitalista que, a um tempo, viabiliza a exploração econômica de áreas cêntricas e marginais, moderniza e homogeiniza as forças produtivas em plano mundial e a todos os povos incorpora numa estrutura superimperialista unificadora de todo o mundo capitalista.

Suas imensas potencialidades se fundam, essencialmente, em três formas de monopólio: primeiro, a promoção e o domínio exclusivo das inovações tecnológicas; segundo, a especialização de cada unidade empresarial da corporação multinacional em um ramo da economia, o que lhe permite operar em grande escala, alcançar altos níveis de racionalidade e liquidar ou absorver todos os competidores; terceiro, o autofinanciamento de sua própria expansão através do controle monopolístico dos preços.

Armada desta nova ferramenta, a América do Norte se está capacitando a enfrentar, no plano interno, os problemas sociais decorrentes da automação; e, no plano externo, a promover a

industrialização de áreas atrasadas como um novo mecanismo de incorporação histórica que desatrela as áreas coloniais e neocoloniais de antigas dependências para submetê-las a novas formas de subordinação. No mesmo passo, subjuga as próprias economias capitalistas autônomas — como as européias e a japonesa — incapacitadas de resistir à expansão das empresas multinacionais sobre seus mercados.

Irrompe, assim, um novo movimento de atualização ou incorporação histórica — o processo de industrialização recolonizadora — regido pela grande empresa multinacional que, tal como os anteriores, enseja amplas oportunidades de modernização reflexa e até mesmo de progresso relativo, mas opera, em essência, como um limitador das potencialidades de desenvolvimento pleno dos povos por ele atingidos. Primeiro, porque impossibilita qualquer movimento de aceleração evolutiva que ensejaria sua integração autônoma na civilização emergente. Ao contrário disso, propicia apenas um desenvolvimento reflexo e dependente que aumentará, cada vez mais, a distância entre o núcleo cêntrico e os periféricos. Segundo, porque desnatura o próprio processo de industrialização que, em lugar de atuar como um movimento liberativo tal como o experimentado pelas nações autonomamente industrializadas, funciona como uma forma de recolonização que desgasta as potencialidades econômicas representadas por recursos poupados internamente e pela existência de um mercado interno em expansão. Terceiro, porque implanta grandes indústrias de bens de consumo, as quais, além de não serem automultiplicáveis, introduzem precocemente hábitos de consumo supérfluo ou ostentatório, impõem procedimentos industriais poupadores de mão-de-obra que agravam o desemprego e a marginalização. Quarto, porque, além de não produzir divisas, remete para fora lucros vultosos, o que torna imperativa a consolidação do setor exportador tradicional de produtos primários que mantém enormes massas da população em condições miseráveis de existência. Em conseqüência, onera o balanço de pagamentos e produz um endividamento externo que aumenta com novos empréstimos destinados a pagar o custo desses enclaves. Quinto, porque internacionaliza as grandes empresas de todos os países, convertendo o empresariado nacional em um estamento cosmopolita, cujas lealdades se desnacionalizam para consagrar-se, exclusivamente, à salvaguarda e à expansão do capitalismo superimperialista. Sexto, porque ao estruturar-se em cada país como núcleos financeiros que comandam imensos conglomerados de empresas heterogêneas podem atuar simultaneamente em diversos setores da produção, do comércio e dos serviços, adquirindo enorme

flexibilidade que lhes permite explorar, em cada ocasião, os ramos mais rentáveis da economia.

A industrialização recolonizadora opera, deste modo, como uma nova via de incorporação histórica equivalente à que libertou os povos latino-americanos da dependência ibérica para submetê-los à inglesa e depois à norte-americana. Por força de sua expansão, mais uma vez se apresenta às classes dominantes da América Latina, como seu caminho natural, não uma ruptura com a dominação imperialista que abriria uma perspectiva de progresso autônomo, continuado e auto-sustentado, mas sim uma via de desenvolvimento dependente como única saída para fazer frente aos riscos de uma reordenação social. Simultaneamente, esta mesma via — expansão superimperialista através do fortalecimento e multiplicação das empresas multinacionais como órgãos de captação de recursos em todo o mundo — comparece perante as classes dominantes dos centros reitores, especialmente da América do Norte, como o único mecanismo capaz de manter a prosperidade econômica interna e de criar um centro de poderio suficientemente vigoroso frente a seu próprio povo, capaz de fazer face aos riscos de uma reordenação social que também aos norte-americanos se apresenta como iminente.

Estes riscos são tanto mais graves porque as forças transformadoras da nova revolução tecnológica — a energia nuclear e a automação, por exemplo — ameaçam a própria estrutura capitalista, pela dificuldade de conciliar o uso dos novos recursos com a gerência privada de bens. Nestas circunstâncias, a defesa do sistema passa a depender da capacidade de colocar a nova tecnologia a serviço de sua preservação. Vale dizer, de condicionar, mais uma vez, as potencialidades de progresso a interesses minoritários e antievolutivos. A grande empresa multinacional, oferecendo uma solução imediata para estes problemas, se constitui na grande arma de defesa do sistema e, correlativamente, no seu objeto preferencial de desvelo. Por este caminho, o imperialismo poderá alcançar uma margem de sobrevida à custa da deformação da própria estrutura institucional capitalista que, neste passo, deixará de ser competitiva para só operar em conjunturas de guerra e mediante subsídios públicos às empresas privadas e de procedimento cada vez mais monopolísticos.

Este é o caminho pelo qual enveredou a América do Norte, enredada numa estrutura de poder comandada por militares e grandes empresários, que preferem a degradação de sua própria sociedade a qualquer renovação estrutural que limite seus poderes e regalias. A alternativa para os norte-americanos era e

continua sendo a de voltar à política do *New Deal*, tendente ao capitalismo de Estado, e levá-la adiante na forma de um socialismo evolutivo. Enveredando pelo caminho oposto, tornou-se inevitável, internamente, a subversão de sua vida cívica com a perda das suas principais conquistas democráticas. E, externamente, o exercício do papel de principal potência de um sistema superimperialista mantenedor do atraso no mundo.

A alternativa socialista evolutiva não teria proporcionado aos Estados Unidos o império mundial de tipo arcaico a que aspirou. Mas lhe teria assegurado um papel histórico progressista, equivalente ao que representou ao constituir-se no primeiro modelo de república democrática moderna. A América do Norte socialista teria sido o centro reitor da nova civilização. A América estruturada como um superimperialismo tardio é o obstáculo fundamental à implantação daquela civilização sobre bases mundiais.

O efeito mais dramático deste condicionamento das promessas da nova civilização a uma ordem privatista obsoleta é que ele frustra as próprias capacidades humanas. As do povo norte-americano que, marchando para a Revolução Termonuclear dentro do atual enquadramento, tem unicamente diante de si perspectivas de maior repressão e defraudação. As dos povos pobres de todo o mundo que vêem nessa progressão a negação de qualquer possibilidade de erradicar a pobreza, a fome e a desigualdade, em tempos previsíveis.

2. A conjuntura internacional

As relações entre esta América do Norte, desviada de um curso histórico evolutivo, e os povos da América Latina, só podem ser compreendidas dentro do âmbito mundial em que elas interagem. Para tanto, se deve examinar, sincronicamente, as quatro principais tensões que hoje opõem os povos uns aos outros dentro da conjuntura internacional. Tais são: as disputas entre as potências imperialistas industriais; a oposição entre os povos atrasados e seus exploradores; o antagonismo entre o campo capitalista e o socialista e as tensões inter-socialistas. Estas últimas, embora importantes, parecem menos relevantes na conjuntura mundial e só são destacadas aqui pela contribuição que a disputa sino-soviética parece capaz de aportar para uma emulação pelo aperfeiçoamento dos modelos socialistas de sociedade e para a ativação das lutas de emancipação dos povos atrasados.

A primeira ordem de tensões, correspondente à oposição entre potências imperialistas enquanto complexos de interesses nacionais mutuamente excludentes, abrandou-se sensivelmente depois da última guerra. Com a derrota da Alemanha, da Itália e do Japão, a conjuntura mundial perdeu o caráter de uma polaridade de imperialismos rivais para assumir a feição de um superimperialismo centralizado na América do Norte que reordenou a economia internacional como potência hegemônica, e financiou a restauração dos parques industriais europeus e japoneses. Deste modo, os norte-americanos não só evitaram a ameaça de progressão de algumas das antigas potências para regimes socialistas, como se apropriaram do comando das economias rivais.

Implantou-se, assim, no após-guerra, uma economia mundial do dólar, regida pelas grandes corporações norte-americanas através do seu poderio financeiro e de sua supremacia tecnológica. Nesta conjuntura, tornou-se praticamente impossível o crescimento de qualquer empresa de dimensão mundial sem a

participação norte-americana, seja pela concessão do controle acionário, seja através de acordos de assistência técnica ou de pactos de ação conjunta. Dessa forma, a antiga conjuntura mundial de trustes e cartéis em competição deu lugar a um reduzido número de superempresas monopolísticas dominadas pelos norte-americanos.

Entretanto, crescendo dentro de outros quadros nacionais — como o alemão e o japonês — e sendo por eles amparadas, estas superempresas assumiram feição nacional para efeitos publicitários e de fato se libertaram do componente norte-americano de seu capital. Hoje elas são empresas essencialmente transnacionais, liberadas de quaisquer vínculos de lealdade que lhes sejam inconvenientes. Nesse sentido, atuam muitas vezes contra os interesses da economia norte-americana, embora esperem que os Estados Unidos sejam o baluarte de defesa do sistema capitalista e do "livre-comércio" que lhes oferece condições de sobrevivência e de progresso.

O preço desta hegemonia para a América do Norte foi a assunção ao papel de potência militar mantenedora da ordem capitalista internacional e a aceitação dos compromissos econômicos e financeiros correspondentes, provavelmente superiores às suas forças. Engendram-se, deste modo, ameaças de crise do próprio sistema, que só podem ser enfrentadas pelos esforços conjugados e por sacrifícios comuns que os outros centros imperialistas relutam em aceitar. Nesta conjuntura, a França, à frente do Mercado Comum Europeu, e a Inglaterra, na defesa da área da libra, exigem a revisão do sistema financeiro mundial privilegiador do dólar. A Alemanha ameaça voltar-se para os mercados do Leste e todos vêem na estruturação de uma economia européia unificada a única forma de evitar a completa dominação econômica de seus países pelos Estados Unidos. Só o Japão ainda está reticente em estabelecer comércio com a China porque encontra larga margem de expansão econômica nos vazios deixados pela América do Norte nos mercados ocidentais.

Recrudescem, assim, as oposições entre os interesses nacionais contrapostos, inspirando políticas econômicas autonomistas. Todavia, a penetração norte-americana nas demais economias capitalistas foi tão profunda que o surgimento de subáreas de defesa do franco, da libra, do marco e do iene recuperados, pode ser compensado pelos lucros obtidos em dólares dentro de cada área através das suas subsidiárias locais. Mesmo nas zonas privilegiadas de comércio — como o pacto mercantil das economias européias com dezoito países africanos — os norte-americanos ganham mais do que perdem por estarem excluídos

do mercado multinacional. Esta comunidade de interesses empresariais atua como um dos impedimentos básicos para que amadureçam as próprias formações socialistas evolutivas — como a Suécia — e para que estas se capacitem para formular uma nova política de intercâmbio internacional.

Por tudo isto, as tensões interimperialistas são mais débeis do que os antagonismos que opõem o campo capitalista ao socialista revolucionário. Nos últimos anos, porém, esta última oposição, apesar de irredutivel, demonstrou ser disciplinável. Em face de uma ameaça tão convincente quanto a capacidade de destruição recíproca, no caso de uma guerra nuclear, os dois campos encontraram uma forma de convivência hostil, mas condicionada, que os russos designam como "coexistência pacífica" e os norte-americanos como "guerra-fria". Nesta conjuntura, cada contendor espera alcançar vantagens sobre o outro. Os norte-americanos buscam conter a expansão socialista, fortalecendo os novos mecanismos de dominação econômica através da projeção mundial de suas grandes empresas. Os soviéticos procuram ganhar tempo para uma acumulação de forças que lhes assegure superioridade em acareações futuras.

A política norte-americana de "contenção" conduziu, no plano externo, à estratégia de guerras locais como as da Coréia e do Vietnã; de golpes de estado, como os do Irã, da Guatemala, da Indonésia, do Brasil, de Gana, da Grécia e inúmeros outros; e das intervenções armadas, como as de Cuba, do Congo e da República Dominicana. Conduziu, no plano interno, à degradação das principais instituições públicas norte-americanas nos setores estudantil, sindical, intelectual, decorrente dos esforços governamentais por convertê-las em agências de espionagem e doutrinação engajadas na "guerra-fria".

Nesta função repressora, a América do Norte só conta hoje, como aliados irredutíveis, com a Austrália, a Nova Zelândia, a África do Sul, a Rodésia e Israel. Estas nações, tendo amadurecido tardiamente para a expansão imperialista e surgido dentro do mundo afro-asiático em pleno movimento de emancipação, têm neste movimento o limitador fundamental de suas potencialidades. Atuam, em conseqüência, como as principais forças auxiliares da manutenção do sistema imperialista e, se possível, de sua regressão para formas de dominação ainda mais extremas. A oposição virtual entre as aspirações imperialistas daquelas nações e os interesses dos povos africanos e asiáticos é tão nítida que evidencia os focos prováveis de futuras guerras. Esses novos imperialismos poderão vir a ser os contendores da China se a América do Norte refluir do Oriente para concentrar suas forças no hemisfério ocidental.

Os Contendores

A política soviética de apaziguamento e acumulação de forças levou à aceitação tácita da limitação da área de influência do campo socialista e à redução da sua capacidade de apoio aos movimentos de emancipação dos povos subdesenvolvidos. Tal política teve como conseqüência ulterior o agravamento das divergências estratégicas com Cuba e com a China, dividindo as forças socialistas em duas correntes opostas: uma insurrecional, a outra conciliatória. A primeira, empenhada em ativar as lutas de libertação, revive a linha leninista anterior a 1935. A segunda congela a linha dimitroviana de autocontenção do impulso revolucionário e a política de frente popular formulada, a partir de então, para facilitar a unidade mundial na luta contra o nazismo.

Estas orientações opostas refletem um cisma profundo de todo o movimento comunista mundial, cuja expressão mais candente é o conflito sino-soviético. Este já chegou ao nível de uma ruptura da solidariedade dentro do campo socialista e ameaça alcançar o extremo de um conflito armado entre as duas nações, ou de que, diante da eventualidade de uma guerra entre chineses e norte-americanos, os soviéticos reajam assumindo o papel de mera custódia garantidora da não-utilização de armas nucleares. Este conflito virtual, ou o simples fato de ele ser admitido, levanta questões cruciais. Postula, principalmente, a negação da tese marxista da impossibilidade de uma guerra entre nações socialistas e de que a superação do capitalismo representaria a erradicação do mais terrível dos flagelos, que é a guerra.

Na raiz do conflito sino-soviético, além de compreensíveis diferenças doutrinárias, decorrentes da defasagem de postura e das dificuldades de intercâmbio econômico entre um socialismo maduro — compelido pela pressão dos consumidores para a melhoria de seu nível de vida e um socialismo juvenil, — imbuído de ímpeto revolucionário e empenhado nas tarefas de industrialização — existe um profundo ressentimento derivado de dois fatores. Primeiro, a estratégia cautelosa dos soviéticos, proveniente de suas enormes responsabilidades como contendores obrigatórios do imperialismo norte-americano onde quer que irrompam guerras de emancipação nacional, e o peso de sua disputa armamentista com a América do Norte, a qual, por contar este país com uma indústria e uma economia duas vezes mais potente, exige um imenso esforço de auto-superação por parte da União Soviética, a fim de garantir uma capacidade de represália que dissuada qualquer agressão direta. Se-

gundo, a negativa soviética de cooperação com os chineses para o domínio da física nuclear, da tecnologia da bomba e dos teleguiados. Este ressentimento pode se ter tornado irredutível depois que os chineses tiveram de refazer, sós e sem ajuda, todo o caminho para a criação de suas próprias armas nucleares. Tal façanha, conseguida à custa de enormes esforços e sacrifícios, constitui, provavelmente, o maior desafio com que se defrontaram depois da revolução. E era um desafio imperativo, uma vez que só a posse das armas atômicas lhes daria um instrumento de sanção capaz de dissuadir os norte-americanos do projeto de uma guerra preventiva, destinada a destruir as bases da industrialização chinesa, impedindo, dessa forma, enquanto praticável, o seu surgimento como a superpotência do futuro.

Dentro desta conjuntura de disputa entre potências reais e virtuais, é que se processou e agravou a polêmica sino-soviética, paralisando o campo socialista, tornando-o incapaz de impedir o ataque norte-americano ao Vietnã ou de enfrentá-lo através de um esforço conjugado. No amargor de seu ressentimento, os chineses acusam os soviéticos de se inspirarem antes numa política de potência do que numa predestinação revolucionária mundial, o que os tornaria aliados virtuais dos norte-americanos. E, por último, até os acusam de, como brancos e europeus, tenderem a aliar-se ao "Ocidente" contra um suposto "perigo amarelo".

Ainda que as acusações sejam infundadas, é notório o esforço de aliciamento dos norte-americanos para alcançar a neutralização dos soviéticos em face de uma possível guerra contra os chineses; a sutil exploração de problemas fronteiriços sino-soviéticos, na esperança de vê-los engolfados numa guerra; e, também, o ressurgimento na América do Norte e na Europa das doutrinas spenglerianas nos seus conteúdos antiasiáticos.

Sitiados por uma aliança mundial tácita, de caráter virtualmente racista, oposta à concretização das suas irredutíveis aspirações de auto-expressão como superpotência, os chineses foram compelidos a abandonar a orientação liberal de deixar florescer todas as correntes de pensamento, para substituí-la por um novo estalinismo. Procuram, assim, alcançar uma mobilização de recursos e de forças morais da mesma natureza daquela que a União Soviética teve de promover entre 1930 e 1940 a fim de alcançar os mesmos objetivos, ou seja, empreender sua própria industrialização e enfrentar a ameaça da entente mundial anticomunista.

O cisma sino-soviético teve também o efeito de estimular os chineses a inovar os caminhos da construção do socialismo me-

diante procedimentos heterodoxos. Os principais deles foram, até agora, primeiro, a ousadia de submeter a máquina partidária à purga por meio da crítica pública mais desabrida de seus quadros; segundo, a supressão progressiva dos estímulos econômicos outorgados à camada dirigente; terceiro, a proscrição dos símbolos dignificadores das altas hierarquias militares e burocráticas. Através destes procedimentos, os chineses buscam, aparentemente, evitar os riscos do despotismo partidário-burocrático tão familiares em sua longa história. Mas com isso acrescentam às tensões existentes no campo socialista uma nova: a desmoralização da hegemonia da cúpula dirigente pela denúncia do caráter autoperpetuante e privilegiador das hierarquias partidárias na ditadura do proletariado.

O principal resultado da oposição sino-soviética é a ameaça que traz implícita de conduzir o mundo a uma confrontação mais terrível do que qualquer outra por seu caráter racista. Nesse enfrentamento já não se oporiam o "Ocidente", identificado com o capitalismo contra a "expansão comunista" representada pela URSS, mas um "ocidente branco europeu", contra um "Oriente" encarnado pelos chineses enquanto "povos de cor". Um de seus motores parece ser o temor difuso, que se vem espraiando por todo o mundo europeu e europeizado, contra a ascensão dos 750 milhões de chineses que, acionados pelo acelerador do progresso histórico que são os regimes socialistas, tendem a tornar-se a primeira potência da Terra. Em face desta "ameaça" tornam-se verossímeis as alianças mais inesperadas para compor contra os chineses uma conjura mundial de salvaguarda do predomínio do homem branco.

O caráter ideológico desta oposição doutrinária converte os chineses no foco virtual de um novo cisma, muito mais vigoroso que o trotskismo. Isto porque conclama os próprios soviéticos a uma revolução dentro da revolução, em nome da lealdade aos ideais socialistas; porque disputa a liderança do movimento comunista mundial, atuando junto dele como um núcleo de descrédito do poder soviético; e porque é sustentado como ideologia nacional por uma potência de imensas possibilidades de crescimento. Nestas condições, uma oposição menos radical que o antagonismo capitalista-socialista pode tornar-se mais explosiva, levando russos e chineses a uma guerra ideológica. Os estrategistas norte-americanos vêem nesta guerra sua última esperança de hegemonia mundial, na qualidade de força militar que decidiria o conflito quando os contendores estivessem exaustos; e de superpotência industrial pastoreadora de um contexto mundial subdesenvolvido.

As tensões sino-americanas representam, na verdade, esforços de reajustamento das relações entre as grandes potências diante

da emergência da China como um novo centro de poder de expressão mundial. Numa primeira etapa, estas tensões foram aplacadas pela cobertura que a União Soviética deu à China durante a guerra da Coréia, impedindo um ataque atômico norte-americano que teria liquidado o experimento chinês. Numa segunda etapa, quando a cisão entre chineses e soviéticos tornara viável a extensão do conflito do Vietnã ao território chinês (por meio de uma guerra convencional, em que a indústria norte-americana produziria os aviões e as bombas necessárias para arrasar as bases de industrialização chinesa), vários fatores novos aplacaram, mais uma vez, as tensões. Entre outros, se destaca a avaliação norte-americana de que necessitaria de um exército de sacrifício de 15 milhões de homens, pronto para invadir a China, o que excedia a toda a sua capacidade de mobilização para uma guerra agressiva; o risco de que a China reagisse às incursões aéreas invadindo com 20 milhões de homens todas as nações asiáticas circunvizinhas, obrigando os norte-americanos a combater numa verdadeira guerra revolucionária de extensão *ilimitada*. E, finalmente, a explosão da bomba nuclear chinesa e a ascensão do seu primeiro satélite, que colocou em pauta a possibilidade de um ataque chinês ao território norte-americano.

Na terceira etapa deste enfrentamento, que se trava em nossos dias, a América do Norte — que viu frustradas aquelas possibilidades de liquidar a China — a vê crescer como um futuro contendor de imensas potencialidades. Antes de 1980, a China terá, provavelmente, uma renda nacional bruta equivalente à soviética de então e a capacidade de aplicar maior porcentagem dela à defesa, em virtude da forte compressão do consumo; a capacidade de mobilizar um exército de cinqüenta milhões de soldados; um desenvolvimento científico e técnico igual ou superior ao da potência mais avançada e um elã revolucionário expansionista sem precedentes na história. Estas virtualidades, que agora estão afligindo os norte-americanos [4], deverão atuar nos próximos anos, como o argumento decisivo para dissuadi-los de uma guerra contra os chineses, como ocorreu antes em relação aos soviéticos. E os levará ao reconhecimento da necessidade imperativa de um acordo com os chineses que assegure a estes uma área de hegemonia no Oriente, tornando inevitável ali a implantação do socialismo. Somente a expecta-

4. Segundo um telegrama da UPI, reproduzido em *Le Monde*, Robert McNamara, secretário de defesa dos Estados Unidos na época, teria declarado: "Estimamos que a explosão de um número relativamente pequeno de ojivas nucleares em cinqüenta centros urbanos da China, destruiria a metade da população urbana (mais de cinqüenta milhões de pessoas) e mais da metade da produção industrial. A par disso, o ataque exterminaria um grande número de pessoas que ocupam postos-chaves no governo, na esfera tecnica e na direção das empresas, assim como uma grande proporção de operários especializados".

tiva, já assinalada, de ver os russos e chineses engolfados numa guerra ideológica abre à América do Norte perspectivas de recuperar a posição hegemônica de 1945.

A realização das potencialidades da China — com ou sem guerra, sendo esta última a hipótese mais provável — colocará sérios problemas para toda a Europa e, especialmente, para a área socialista européia. Uns e outros terão de aprender a conviver com os chineses, a aceitar sua consciência de si próprios e do mundo a partir de sua história de povo secularmente espoliado pelo Ocidente e que teve de crescer contra os vetos, as idiossincrasias e os temores de todos. Esta consciência — em suas primeiras cristalizações correspondentes à industrialização básica — tende a aproximar os chineses dos povos subdesenvolvidos e a opô-los aos povos avançados — capitalistas e socialistas — que, no seu empenho por alcançar ou por expandir a abundância, induzem os mais pobres a adiar sua emancipação. Os primeiros, porque não podem abrir mão das relações neocoloniais de espoliação como fatores do seu progresso e da sua estabilidade. Os últimos, porque, embora interessados na descolonização, se propõem, como estratégia internacional, empreender primeiro a edificação do comunismo em seus países para, só depois, dar prioridade à luta de emancipação dos povos pobres. Estas duas posturas não são fruto de deliberação livre e sim decorrências de contingenciamentos estruturais. Como tal, tenderiam a acentuar-se e a contribuir, direta ou indiretamente, para um novo processo de atualização histórica e de modernização reflexa dos povos subdesenvolvidos. Esta cristalização seria quase fatal, não fosse a oposição à política conciliatória surgida nas próprias nações socialistas, sobretudo por parte dos vietnamitas, dos cubanos e dos chineses. Estes também têm sua consciência condicionada estruturalmente, mas no sentido da aceleração evolutiva e da emancipação dos povos deserdados, em cujo contexto ainda estão inseridos.

Depois da década de 70, quando começarem a realizar-se as potencialidades chinesas, surgirá uma nova configuração internacional de grandes potências em disputa, semelhante, portanto, à anterior à guerra e, como aquela, mais favorável aos povos do terceiro mundo.

Os Alternos Virtuais

Das quatro principais ordens de tensão internacional que convulsionam o mundo moderno, a mais premente e geral parece ser a que opõe o terceiro mundo ao primeiro e ao segun-

do. Na contraposição entre potências capitalistas, o terceiro mundo é o principal pomo de discórdia. Na oposição capitalista-socialista ele é o campo dos conflitos. E mesmo nas polêmicas entre nações socialistas, a política com respeito a ele constitui um dos temas centrais das discordâncias.

Designamos como nações do terceiro mundo as que se encontram sujeitas à dependência externa e imersas na situação autoperpetuante de subdesenvolvimento. O conglomerado é amplo, heterogêneo e inclui várias categorias de dependência. A primeira delas é caracterizada por uma sujeição estrita, como a dominação colonial, que é o caso de Moçambique e Angola; uma sujeição disfarçada, embora direta, como o exemplificam Porto Rico e Filipinas; a condição de populações nativas majoritárias subjugadas internamente, como ocorre na África do Sul, Quênia e Rodésia; e, finalmente, a situação de povos dominados por grupos militares subsidiados por potências estrangeiras, como Formosa, Laos, Camboja, Vietnã do Sul, Coréia do Sul, Tailândia, Malásia, Congo e Nigéria.

Uma segunda categoria de dependência é representada pelos casos de dominação neocolonial. Aqui se concilia certo grau de independência política formal com uma submissão à hegemonia estrangeira e à exploração econômica por corporações multinacionais. Este é o caso de toda a América Latina, exceto Cuba e, recentemente, o Chile; das nações africanas incorporadas ao mercado comum europeu; da Índia e Indonésia; da Grécia, Portugal e Espanha. E em grau menor, do Paquistão, Birmânia, Ceilão e Afeganistão. Algumas nações muçulmanas do Norte da África e do Oriente Médio, vivendo sob duas égides de influência, preservam certo grau de neutralidade e de independência.

Todos esses povos do terceiro mundo são virtualmente insurgentes e mais da metade deles foi convulsionada, no pós-guerra, por golpes cruentos e insurreições populares. Os dois conglomerados compreendem cerca de dois bilhões de habitantes. Na década de 50 pareciam capazes de ações conjugadas em defesa de seus interesses lesados, o que deu lugar à expressão "Terceiro Mundo", para indicar uma unidade e uma diferenciação essencial com relação ao Primeiro Mundo (capitalista) e o Segundo (socialista). A partir de então, essa unidade se tornou cada vez mais difícil em virtude das pressões que os povos dependentes têm sofrido para se alinharem ao bloco ocidental, e, sobretudo, em razão do domínio econômico das empresas multinacionais a que eles não podem escapar, e da incapacidade do bloco socialista para enfrentá-las no mercado mundial.

A perpetuação do terceiro mundo como área de exploração é a condição essencial de existência para as potências impe-

rialistas. A superação de sua situação de dependência é sua própria causa e é também a forma decisiva de liquidação do imperialismo. Existe, por isso, um paralelismo virtual entre os interesses do terceiro mundo e a área socialista que só tende a fortalecer-se à medida que eles se descolonizem ou se emancipem das formas coloniais e neocoloniais e de exploração. Este paralelismo e o caráter de "proletariados externos" das massas trabalhadoras dos países subdesenvolvidos com respeito ao imperialismo fazem deles a vanguarda real da luta pela reordenação do mundo.

Os conflitos entre os povos atrasados e seus exploradores são, por tudo isto, muito mais candentes em nossos dias do que os antagonismos entre as camadas assalariadas e as patronais das nações avançadas. É sabido que, no âmbito de uma economia internacionalizada, os assalariados dos países ricos também se beneficiam da espoliação dos "proletariados externos", obtendo vantagens que seriam substancialmente menores sem a contribuição do espólio arrancado do exterior. Esta é uma das razões por que se debilitaram as lutas de classes nas nações desenvolvidas. Pelas mesmas razões a emancipação dos "proletariados externos" atuará como um reativador destas lutas.

O saqueio secular dos povos atrasados pelas nações ricas, que permitiu a acumulação original de capitais, intensificando a implantação do capitalismo e possibilitando acelerar a industrialização das nações desenvolvidas, se vem acentuando, desde então, de forma extraordinária. Nos últimos anos, alcançou limites tão extremos que nem mesmo admite os ritmos de modernização reflexa experimentados pelas áreas coloniais nos primeiros passos da Revolução Industrial. Assim é que, depois da última guerra, o intercâmbio se foi tornando cada vez mais danoso para os povos pobres, em virtude da redução progressiva da capacidade dos centros imperialistas de fazer novos investimentos de capital nos países atrasados (exceto através da reinversão dos lucros) e da compulsão das nações produtoras de matérias-primas a uma perda crescente de sua capacidade de importação, devido à degradação dos preços dos seus produtos. Simultaneamente, aumentou o custo de manutenção do próprio sistema, que tende a exigir gastos militares e políticos superiores à capacidade das economias subdesenvolvidas. Surgiu, desse modo, uma situação crítica, em que as remessas de lucros das áreas pobres para as ricas supera a sua capacidade de produzir excedentes exportáveis, mesmo comprimindo ao máximo os padrões de consumo de suas populações e só se podem efetuar mediante empréstimos compensatórios; e em

que a crise de confiança na possibilidade de manter o sistema vai tornando as empresas imperialistas e seus associados locais tão rapaces, que cada negócio se transforma num verdadeiro escândalo.

Tudo isto significa que o sistema superimperialista como um todo torna-se economicamente cada vez mais oneroso e só se mantém viável, financeiramente, ao nível de empresa, graças a dois procedimentos espoliativos. Primeiro, a exploração excessiva dos povos dependentes; segundo, a obtenção de subsídios indiretos nas próprias nações imperialistas mediante empréstimos compensatórios às nações dependentes. Entretanto, sua manutenção é imperativa porque só assim se pode preservar os interesses investidos.

Tais interesses são os da defesa dos investimentos efetuados e do fortalecimento das grandes empresas como mecanismos cruciais de captação de recursos externos. Através delas, as potências imperialistas trocam, anualmente, 25% de suas exportações (representadas essencialmente por produtos manufaturados) por 76% da exportação do terceiro mundo que consiste, principalmente, em matérias-primas e combustíveis.[5]

O funcionamento do sistema que possibilita este intercâmbio desigual é vital para que os povos ricos mantenham sua prosperidade. Sua superação é igualmente indispensável para o rompimento do subdesenvolvimento. O caráter imperativo das respectivas posições permite entender por que os interesses empresariais são suficientemente poderosos para colocar a seu serviço todo o poder compulsor das potências imperialistas, com a deliberação de utilizá-lo sob a tensão extrema de quem luta por uma causa desesperada. A oposição a eles é também suficientemente poderosa para mobilizar as energias das nações subdesenvolvidas contra o sistema autoperpetuante de espoliação que condena seus povos à penúria porque a faz lucrativa para as nações ricas e para as minorias internas associadas ao imperialismo.

Neste campo de forças é que a América do Norte viu inviabilizados todos os seus projetos de apresentar-se ao mundo subdesenvolvido com uma face aceitável. A intenção de atuar, no plano mundial, com uma força favorecedora da descolonização esboroou diante do caráter irredutivelmente antiimperialista das lutas de emancipação nacional dos povos coloniais e o caráter intrinsecamente recolonizador da ação empresarial

5. Este intercâmbio anual, da ordem de 20 bilhões de dólares em cada direção, é indispensável aos dois campos. Mas é muito mais decisivo para as potências céntricas que, através dele, recebem 36,4% da produção mundial de alimentos (café, açúcar, cacau, chá, etc.); 35,9% da produção mundial de matérias-primas agrícolas (algodão, borracha, madeiras, juta, etc.); 92,7% da produção mundial de petróleo bruto; 49,1% do ferro, 74,1% do manganês, 57,8% do cobre, 85,5% do estanho, 45,9% do zinco, 42,7% do chumbo, e 86,8% da bauxita (ONU 1963)

norte-americana. A proposição kennedista de alentar no continente americano reformas antioligárquicas desmoronou, também, frente à necessidade de contar com os velhos aliados na política de preservação e ampliação dos interesses de suas empresas na área.

Frustraram-se, assim, as esperanças da América do Norte do após-guerra no sentido de substituir-se às antigas metrópoles, renovando e modernizando o pacto colonial. A oposição entre as forças emancipadoras dos povos dependentes e a ordem mundial imperialista revelou-se tão peremptória que o exército norte-americano teve de ocupar o lugar das tropas européias, onde quer que estas fossem derrotadas, para prosseguir na luta a qualquer custo, seja para recolonizar diretamente, seja para evitar novas defecções da área de dominação colonial.

Pela mesma razão, frustrou-se, também, a Aliança para o Progresso que, apenas seis meses após seu lançamento, redefiniria todas as bases das proposições iniciais. Como estimular o desenvolvimento da América Latina pela via capitalista se toda a ajuda devia ser dada através das empresas monopolísticas que são os instrumentos de imposição da dependência e da espoliação do continente? Como propugnar reformas estruturais se qualquer ação devia ser condicionada à preservação do pacto com os poderes locais mais comprometidos com a ordem tradicional? Contida nestes limites, a Aliança — forjada para representar uma alternativa à revolução cubana — se converteu em um novo mecanismo de suborno para a conquista de apoios locais, dóceis à manutenção do *status quo*.

Demonstrada a inviabilidade de induzir os povos atrasados à resignação com a pobreza, a América do Norte acabou por aceitar abertamente o papel de defensora intransigente do que definiu como sendo seus interesses irredutíveis. Fez-se, assim, a guardiã do atraso que opera hoje, tanto através dos seus exércitos — onde quer que irrompam rebeliões libertárias — quanto através de mil mecanismos de dominação econômica e política.

Um desses mecanismos é a implantação de "mercados comuns" na América Central e na América do Sul, que, de um objetivo regional, se transforma em um procedimento neo-imperialista de dominação, visando a converter as Américas em área cativa de suas corporações multinacionais e como área irredutível de hegemonia norte-americana. A estratégia norte-americana prevê, desse modo, que, numa etapa posterior (em que a combatividade dos povos asiáticos e africanos afaste os Estados Unidos do Extremo Oriente e da África, e a autodefesa reduza a sua intervenção na Europa obrigando os norte-americanos a reverter aos limites continentais), possa fundir os

mercados comuns centro e sul-americano com o do Norte num supermercado exclusivo que converteria o hemisfério ocidental no seu couto privado. E, por extensão, num complexo esdrúxulo de nações atrasadas, polarizadas em torno de um núcleo superdesenvolvido.

O principal desafio com que se defronta a América Latina, dentro da conjuntura internacional, é o de capacitar-se para enfrentar e vencer esta lúcida política de potência destinada a submeter seus povos a um novo processo de atualização histórica, por meio de uma combinação de procedimentos sócio-econômicos, de manobras políticas e de ações de guerra. Para isto, a América do Norte está armada de imensos poderes militares, de enormes recursos econômicos, de prodigiosos instrumentos de conformação da opinião pública, de inesgotável capacidade de corrupção e de ardilosas agências de subversão e terrorismo.

Este desafio é tanto mais grave porque a ordem de interesses que esta política de potência procura perpetuar é a do próprio capitalismo monopolista e, como tal, se confunde com os interesses supremos das classes dominantes de todas as sociedades nacionais latino-americanas. Tal como ocorreu após a Independência, quando estas camadas dirigentes só aspiravam à função de agentes locais da dominação neocolonial exercida pelos ingleses, também agora elas não aspiram mais do que a se associarem à nova ordenação, regida pelos norte-americanos. Para enfrentar este desafio, a América Latina conta principalmente com a sua capacidade de incandescer seus povos com a combatividade característica dos movimentos nacionalistas de emancipação.

Uma visão desta energia combatente nos é dada hoje pela guerra do povo que se trava no Vietnã. Efetivamente, ali se defrontam os dois pólos do mundo contemporâneo: o que quer reter o passado e o que necessita construir o futuro. Esta polaridade é que explica a derrota de exércitos profissionais do mais alto nível técnico, armados de um poder de destruição jamais visto, e a resistência de um pequeno povo agrícola que, em sua fragilidade aparente, destrói a arrogância, o moral e a força da potência da Terra.

Nosso tempo será recordado no futuro, provavelmente, como o tempo desta guerra inverossímil, que, em seu curso, reverteu a marcha da história, dotando os fracos e pobres de paixão e energias insuspeitadas para vencer os fortes e ricos. Depois da vitória do Vietnã, nenhuma potência poderá jamais induzir povo algum à submissão diante da força bruta e à resignação com a prepotência e o atraso.

A capacidade de reação que sobra hoje aos vietnamitas e parece faltar aos latino-americanos é fruto de condições conjunturais que geram novos estados de consciência e novas posturas históricas. O próprio Vietnã foi conquistado, no fim do século passado, por uma pequena força expedicionária francesa, sem oferecer maior resistência à invasão e, posteriormente, à colonização. Todos esses fatos indicam que a América Latina amadurecerá também, provavelmente, para o exercício do papel de alterno da América do Norte, com a consciência correspondente a esta oposição e com a necessária combatividade para libertar-se da condenação ao atraso.

Com efeito, uma vez cumprido o refluxo dos Estados Unidos para os limites continentais, estes constituirão sua área de dominação mínima indispensável à manutenção de seu novo horizonte de hegemonia. Mas então seu alterno natural — tal como foi a URSS, no passado, e é a China no presente — será a América Latina, especialmente aqueles países cuja posição é decisiva para o domínio continental. Toda a área — e esses países em particular — será chamada a exercer ativamente este papel de alterno ou aceitar a dependência como uma condenação irredutível. Em tal conjuntura, a ameaça de uma guerra de dominação imperialista será pelo menos tão arriscada para os latino-americanos quanto para os norte-americanos.

3. As Américas no mundo

Antes de passar ao estudo do nosso tema e tanto quanto permitam os dados estatísticos disponíveis, faremos um balanço numérico que situe a América Latina no mundo e mostre as diferenças de grau de desenvolvimento entre os diferentes países do hemisfério. Examinando a situação das nações americanas no ano de 1968 em relação com alguns indicadores usuais do desenvolvimento sócio-econômico (Quadro I) ressalta, em primeiro lugar, o contraste entre o alto desempenho econômico e social alcançado pelos povos anglo-americanos e a posição medíocre dos latino-americanos. Vale dizer, não obstante contarem com a mesma base física ou territorial e com uma população um pouco maior (251 para 222 milhões), os latino-americanos ocupam uma posição oito vezes inferior em relação aos estadunidenses e os canadenses em quase todos os indicadores do desenvolvimento.

Como se vê, estamos diante de dois padrões estatísticos contrapostos: o dos povos prósperos e o dos deserdados. No primeiro encontramos os Estados Unidos e o Canadá e, bem abaixo deles, a Argentina e o Uruguai, cujos índices de progresso são expressos por altos níveis de renda *per capita* (500 a 3.500 dólares), maiores proporções de população urbanizada (cerca de 75%) e de adultos alfabetizados (mais de 90%) e menores contingentes de indivíduos ocupados no setor primário (menos de 20%). Todos os outros povos americanos se encontram no complexo oposto, caracterizados por sua situação geral de atraso. Entre estes, porém, se pode distinguir graus diferenciados de subdesenvolvimento. Assim é que se destacam por índices relativamente elevados de renda *per capita* (mais de 400 dólares), de urbanização (mais de 60%) e de alfabetização (cerca de 80%), a Venezuela, o México e o Chile. Em oposição, se destacam por sua miserabilidade os demais povos do continente, cuja situação só encontra paralelo nas áreas mais atrasadas do mundo.

QUADRO I — 1968 — SITUAÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA DOS POVOS AMERICANOS

	Território (milhares de km²)	População (milhões)	Produto interno bruto (milhares de milhões de dólares)	Produto interno bruto *per capita* (em dólares)	Estudantes universitários (milhares)	População urbana [b]	Analfabetos adultos [9]
1. Estados Unidos	9.363	201.2	766.5	3.578	6.911.7	760	(2.0)
2. Canadá	9.976	20.8	46.7	2.247	449.9	750	(3.0)
3. Argentina	2.778	23.6	20.2	551[a]	264.0	78.3	(8.6)
4. Uruguai	187	2.8	1.5	552	17.1	79.4	(9.7)
1. Brasil	8.512	88.1	28.1	271[a]	180.1	46.9	30.4
2. Venezuela	912	10.1	7.3	803	58.7	71.0	15.0
3. Chile	757	9.3	5.7	449	57.1	69.6	10.4
4. Colômbia	1.138	20.7	7.2[a]	268[a]	49.9	56.5	27.1
5. Antilhas [6]	77	9.0	4.5	139	11.5	23.6	65.0
6. Paraguai	407	2.3	0.4	195	5.9	35.4	31.0
1. México	1.973	47.3	29.9	511	154.3	61.5	22.5
2. América Central [7]	499	15.3	4.6	374	40.0	34.4	47.0
3. Peru	1.285	12.8	3.1	246	86.8	48.1	28.0
4. Equador	284	5.6	1.1	196	19.6	44.8	28.0
5. Bolívia	1.099	4.4	0.7	147	13.3	34.9	—
Amér. Anglo-saxônica	19.339	222.0	766.5	3.454	7.361.6	76.0	(3)
América Latina [8]	19.908	251.3	92.6	370	958.3	53.7	(30)

Fonte: ONU, Statistical Yearbook (1969)

a) 1967; b) 1969.
6. Haiti e República Dominicana.
7. Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá.
8. Sem Cuba.
9. Maiores de 15 anos.

Uma apreciação ainda mais expressiva das dimensões do desenvolvimento desigual das nações americanas nos é oferecido pelo exame estatístico de sua posição entre os grandes blocos continentais do mundo moderno. Entre as várias mensurações possíveis da distribuição da riqueza e da pobreza no mundo, selecionamos os dados do Quadro II que permitem avaliar a participação dos diversos conglomerados geográficos de povos nos totais mundiais, quanto à área territorial ocupada, à população global e com relação à renda gerada pelo trabalho, à produção de aço, de cimento e de energia elétrica.

Os dados referentes a 1968 mostram que os três primeiros conglomerados (Anglo-América, Europa Ocidental, Europa Socialista) reúnem os povos mais prósperos da Terra que, contando com 26,3% da população humana, absorvem 70% da renda, 78,5% da produção de aço, 70% da de cimento e 82% da de energia elétrica. Assim se vê que, a sete décimos da humanidade representados pelos habitantes das áreas subdesenvolvidas, cabe apenas pouco mais de três décimos do produto do trabalho humano. Discriminando estes conglomerados por regimes sócio-políticos, verifica-se que, em 1968, os países socialistas cobriam 24,5% da área mundial, perfaziam 32% da população humana e participavam de 25,8% da renda mundial. No mundo capitalista, que absorvia todo o restante, se opunham 600 milhões de homens das sociedades desenvolvidas a mais de bilhão de homens das sociedades subdesenvolvidas, nas situações mais díspares de riqueza e de pauperismo. A produção total dos povos do mundo capitalista, avaliada em 1 trilhão e 334 bilhões de dólares, em 1965 (ONU—1969), distribuía-se do seguinte modo: aos Estados Unidos da América do Norte, com menos de 7% da população mundial, cabiam 600 bilhões; à Europa Ocidental, com cerca de 10% da população mundial, cabiam aproximadamente 400 bilhões; ao Japão e à Austrália, cerca de 100 bilhões e a todos os demais países dependentes do sistema capitalista algo mais de 230 bilhões de dólares, uma terça parte dos quais era a cota de todos os latino-americanos. Em porcentagens verifica-se que os países desenvolvidos e com 40% da população absorviam 73% da produção global do sistema.

Dentro do quadro mundial, a América Latina que, por seu território, perfaz 15,1% do total e, por sua população, alcança quase 7,3%, participa com menos de 5% da renda produzida. Constitui, portanto, uma área de pobreza. Só é excedida pela Ásia cuja participação é ainda mais desproporcional do produ-

QUADRO II — 1968 — PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS GRANDES BLOCOS CONTINENTAIS NO TERRITÓRIO, NA VENDA E NA PRODUÇÃO MUNDIAL

Regiões	Superfície Territorial	População (1968)	Produto Interno Bruto [11] (1968)	Produção de Aço (1968)	Produção de Cimento (1968)	Produção de Energia Elétrica (1968)
América do Norte [10]	14.3	6.4	29.8	24.5	14.8	38.4
Europa Ocidental	3.0	9.9	22.3	27.1	31.9	23.8
URSS e Europa Socialista	17.3	10.0	18.3	26.9	24.2	20.4
Ásia Socialista	7.2	21.9	7.5	3.2	2.4	2.7
Ásia Capitalista	13.0	33.9	13.4	13.9	17.3	8.3
América Latina	15.1	7.3	4.8	2.0	5.3	2.9
Africa	22.3	9.6	2.3	0.8	2.7	1.8
Outras	7.8	1.0	1.6	1.6	1.4	1.7
TOTAL MUNDIAL	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fonte: ONU, Statistical Yearbook (1969)

10. Estados Unidos e Canadá.

11. Para chegar à composição percentual no ano de 1968, se aplicaram as taxas de crescimento do produto para as distintas regiões. Para a China Continental se estimulou um crescimento similar ao dos outros países socialistas.

to bruto, uma vez que engloba quase 55,8% da população e absorve apenas 20,9% da renda; e pela África, cuja miserabilidade é mais gritante (9,6% da população para 2,3% da renda).

A mais grave destas disparidades encontra-se, porém, em sua dinâmica que favorece aos povos já avançados, os quais experimentam um alto ritmo de progresso tendente a alargar cada vez mais as vantagens por eles alcançadas. Assim, a renda *per capita* dos norte-americanos progrediu de 555 dólares, em 1939, para 3.578 dólares, em 1968, enquanto que no mesmo período a mexicana subia de 61 para 511, a argentina de 218 para 551 e a brasileira de 44 para 271. Apesar do incremento relativo experimentado pelos países citados, a diferença entre a renda média anual do norte-americano e a do argentino aumentou de 337 para 3.027 dólares; a do mexicano, de 494 para 3.067, e a do brasileiro de 551 para 3.307, respectivamente, no referido período.

Outra disparidade assinalável é a que opõe, por seus ritmos de desenvolvimento, os países socialistas aos integrados no sistema capitalista. As duas Ásias são um exemplo demonstrativo disso. Enquanto a Ásia Socialista, representada pela China, experimentou de 1950 a 1960 um incremento anual de seu produto interno bruto da ordem de 11,7%, a Ásia capitalista, representada pela Índia, teve o mesmo índice incrementado de apenas 4,3%, no mesmo período.[12] Os ritmos de desenvolvimento dos países da América Latina aproximam-se mais do segundo modelo que do primeiro, uma vez que, mesmo naquela década, excepcionalmente favorável ao seu desenvolvimento, experimentaram incrementos médios da ordem de 7,6%, no caso do Brasil e do México, e muito menores para todos os demais países da área (S. Kuznets, 1965).

Todos estes dados situam a América Latina entre as áreas subdesenvolvidas do mundo e, mais do que isso, entre os grupos de sociedades movidas por mais lentos ritmos de progresso, tendentes, por si próprios, a perpetuar seu atraso no quadro mundial e até mesmo a fazê-la regredir relativamente às demais nações pela incapacidade de acompanhar com um aumento proporcional da produção o seu ritmo de incremento demográfico, que é dos maiores do mundo.

Examinando a posição dos diversos blocos geográficos de países dentro da América Latina, retratados no Quadro III, e sua variação entre 1960 e 1968, verifica-se que, mesmo nesta área da pobreza, as disparidades são muito grandes. Assim é

12. Os dados foram tirados de S. Kuznets (1965) utilizando-se sua reavaliação do índice de incremento do produto total e não os dados oficiais chineses que consignam um índice anual de incremento do Produto Interno Bruto da ordem de 22,7%.

que se pode observar uma graduação que favorecia em 1968, num primeiro plano, aos países do Cone Sul (15,1 da população para 24,5 do PIB); seguem-se a Meso-américa (25% da população para 30,9% do PIB) e a Nova Granada que quase equilibrou a população (12,2%) com a renda (12,7%). Os outros blocos se encontravam em situação sensivelmente inferior.

A comparação entre a situação de 1960 e a de 1968 revela algumas mudanças significativas nas posições relativas dos diversos paises. Entre as diferenças mais assinaláveis se observa o grau de desenvolvimento maior da Meso-américa, devido quase exclusivamente ao México, e o da Nova Granada, devido sobretudo à Venezuela. Esses dois países aumentaram sua participação nos totais entre 1960 e 1968, absorvendo as reduções relativas experimentadas principalmente pelo Cone Sul e pelo Brasil que sofreram forte recessão nesse período.

O Brasil, que se destaca do conjunto pelo tamanho do seu território (41,5%) e o volume de sua população (35%), contribui apenas com 24,5% da renda e 24,9% do valor da produção industrial para o conjunto da América Latina. Os países do Cone Sul, que perfazem apenas 15,1% da população, alcançavam, em 1968, cerca de 24,5% do PIB e 33,5% do valor da produção industrial, situando-se, por isto, numa posição mais alta dentro do conjunto. Isto significa que cada argentino, uruguaio e chileno produz, em média, o dobro do brasileiro.

A comparação das porcentagens da produção brasileira de energia elétrica (34,4%) e de cimento (27%) em relação à América Latina revela uma participação ainda mais desproporcional relativamente à população. Só no ramo siderúrgico, os brasileiros abarcam uma proporção um pouco maior, de cerca de 40,5%. Mesmo assim esta se viu reduzida em relação a 1960 posto que, naquela época, representava 48% do total. Assim se vê que, aos recordes de vastidão territorial (terceiro país do mundo em extensão) e de montante demográfico (segundo, em população, dentre as nações ocidentais e primeiro, dentre os povos latinos), os brasileiros ainda não conseguiram fazer corresponder qualquer posição de destaque em relação aos índices correntes de progresso econômico-social. Muito ao contrário, o Brasil se salienta por seus coeficientes maiores de pobreza e ainda maiores de atraso, mensurável, este último, pela proporção de 30% de analfabetos na população adulta, em 1968.

A brecha que se amplia

O Quadro IV permite avaliar o estágio que atravessavam em 1968 as nações mais adiantadas na América Latina pela com-

QUADRO III — 1960-1968 — POSIÇÃO RELATIVA DOS DIVERSOS BLOCOS GEOGRÁFICOS QUE COMPÕEM A AMÉRICA LATINA

	População		Produto interno bruto a custo de fatores		Produto industrial		Produção de energia elétrica		Produção de cimento		Produção de aço bruto	
	1960	1968	1960	1968	1960	1968	1960	1968	1960	1968	1960	1968
Brasil	35.2	35.0	24.4	24.5	25.5	24.9	37.3	34.4	29.4	27.0	47.7	40.5
Cone Sul [13]	16.4	15.1	28.1	24.5	38.0	33.5	26.8	24.2	25.6	22.2	15.0	19.1
Meso-américa [14]	24.0	25.0	27.0	30.9	22.7	27.4	20.1	23.4	22.8	26.0	31.7	30.0
Nova Granada [15]	11.8	12.2	13.0	12.7	8.3	8.3	13.7	15.9	19.2	21.5	4.3	9.7
Altiplano Andino [16]	9.0	9.1	6.2	6.3	4.7	5.7	1.4	1.4	1.6	1.9	1.3	0.8
Antilhas [17]	3.6	3.6	1.3	1.1	0.8	0.6	0.7	0.7	1.4	1.4	—	—
América Latina	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fonte: Statistical Yearbook (1969); CEPAL, Divisão de Estatística, Seção Ctas. Nacionais. "Produto Interno Bruto dos países da América Latina", Parte II.

13. Argentina, Uruguai, Chile, Paraguai.
14. México e América Central.
15. Colômbia e Venezuela.
16. Peru, Equador e Bolívia.
17. Haiti e República Dominicana.

paração com alguns países desenvolvidos, com respeito a certos indicadores de progresso sócio-econômico. Por ele se vê como contrastam homogeneamente os dados referentes aos onze países, configurando três padrões bastante diferenciados. Um primeiro, de desenvolvimento pleno, representado pelos Estados Unidos e a União Soviética; um segundo, de desenvolvimento em processo, figurado pela França, Austrália e Japão; e um terceiro, de subdesenvolvimento, retratado pelas nações que na América Latina alcançaram maior progresso.

As enormes distâncias que medeiam entre o primeiro padrão e o último podem ser medidas comparando-se o Brasil com os Estados Unidos. Observa-se, pelo quadro, que a renda *per capita* norte-americana era, em 1968, treze vezes maior que a brasileira; a produção de energia elétrica era aproximadamente 17 vezes maior e o consumo *per capita* de aço era 12 vezes menor. Procedendo-se às mesmas comparações com outros países desenvolvidos verifica-se que, para atingir os níveis alcançados pela França e pelo Japão, o Brasil deveria multiplicar sua produção de aço e de energia elétrica, no primeiro caso por 7 e por 5 e, no segundo, por 9 e por 6. Basta estimar o custo de uma eletrificação e de uma expansão das aciárias desta ordem para avaliar-se o vulto da tarefa com que o Brasil, assim como as demais nações latino-americanas, se defronta para alcançar o desenvolvimento.

Embora altamente expressivos, estes índices não retratam toda a disparidade entre povos ricos e povos pobres. A renda anual *per capita,* por exemplo, está muito mais próxima, no caso dos países desenvolvidos, do volume de recursos efetivamente disponível para os gastos de cada cidadão do que no caso dos subdesenvolvidos. Tal se deve à enorme distância que medeia entre as camadas pobres e ricas da população destes últimos em virtude de uma distribuição deformada da renda que favorece infinitamente mais ao capital que ao trabalho. Os ricos dos países pobres não só dispõem de grandes regalias, mas também de maiores rendas para desfrutar, servidos por uma mão-de-obra barata e farta, permitindo-se um luxo ostentatório que só os multimilionários dos países superdesenvolvidos podem fruir, quando se permitem tais dissipações. Em contraparte, a pobreza dos povos pobres é muito mais pobre, exibindo sua indigência pelas cidades e pelos campos, como uma enfermidade generalizada e grave, que marca a população em sua estatura apoucada, na pele macilenta e sem viço, nos dentes podres, na vestimenta, na linguagem, na postura e em todo o seu modo de ser.

Os dados referentes ao crescimento da população demonstram, todavia, que o problema dos países subdesenvolvidos é

QUADRO IV — 1960 — INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE DIVERSOS PAÍSES

	PIB total	Renda *per capita*	Incremento do PIB total [e]	Incremento do PIB *per capita*	Consumo *per capita* de aço	Consumo *per capita* de papel de imprensa	Produção *per capita* de eletricidade	Produção *per capita* de cimento
		(dólares)	1960/1968	1960/1968	KGS/HAB	KGS/HAB	KWH/HAB	TON/HAB
1. Estados Unidos	766.5	3.578	5.1	3.7	685	41.1	7.136	0.34
2. URSS	—	—	7.1[c]	5.8[c]	428	3.6	2.686	0.37
3. Japão	113.4	1.122	10.3	9.1	494	15.5	2.677	0.47
4. França	96.2	1.927	5.6	4.4	359	10.4	2.362	0.51
5. Austrália	21.3[a]	1.807[a]	5.0	3.2	489	32.9	3.701	0.32
6. México	29.9	511	6.7[b]	3.1[b]	75	3.1	481	0.13
7. Brasil	28.1[a]	271[a]	4.1[b]	1.1[b]	55	2.9	433	0.08
8. Argentina	20.2[a]	551[a]	2.9[b]	1.3[b]	94	8.7	756	0.18
9. Venezuela	7.3	803	5.0[b]	1.4[b]	147	5.9	1.116	0.25
10. Colômbia	7.2[a]	268[a]	4.7[b]	1.5[b]	28	1.5	349[d]	0.12
11. Chile	5.7	449	4.8[b]	2.3	68	5.4	740	0.13

Fonte: ONU, Statistical Yearbook, 1969.

a) 1967.
b) 1960-1967.
c) Taxa de crescimento do produto material líquido.
d) 1966.
e) Taxa anual de crescimento do produto interno bruto real a custo de fatores

ainda mais grave porque eles estão acionados por um índice de incremento demográfico 1,7 vezes maior que o norte-americano, 3,3 vezes maior que o francês e 4,5 vezes maior que o japonês. Admitindo que aqueles povos estivessem parados na história a esperar o avanço dos demais (o que seria evidentemente absurdo porque eles duplicam sua produção cada 20 anos), somente para manter a distância relativa, que medeia entre uns e outros, assegurando aos novos contingentes demográficos, que crescem a ritmo intenso, a manutenção das condições atuais de vida, se deveria alcançar uma taxa de crescimento econômico muito maior do que a atual.

Os estudos de S. Kuznets (1965) mostraram que os ritmos mais altos de incremento do produto interno bruto *per capita* em longos períodos de tempo são os dos países socialistas, superiores a 6,5% ao ano.[18] A este ritmo e com uma taxa de incremento demográfico anual de aproximadamente 3,1%, o Brasil poderia, num prazo de 40 anos, alcançar o nível de desenvolvimento dos Estados Unidos se esse país mantivesse, de agora até o ano 2000, os ritmos de crescimento demográfico (1,8%) e de elevação da renda nacional (2,9%) que experimentou na década de 1960. Isto significa que a superação do atraso para os povos latino-americanos é tarefa factível. Mas significa, também, que exige uma mobilização de vontades, de esforços e de recursos da mesma ordem daquela que alcançaram os países socialistas depois de consolidada sua revolução.

Uma orientação espontaneísta de deixar as coisas entregues a si mesmas, confiante em que da livre interação de fatores resultará o progresso, corresponderia a uma autocondenação à penúria, à ignorância e ao atraso crescentes, tanto em comparação com os povos que se desenvolveram e se desenvolvem agora, como em números absolutos. Com os índices atuais de incremento demográfico de cerca de 3% ao ano, mesmo com uma taxa de crescimento do produto interno *per capita* da ordem de 2,8% alcançando no período de 1955 a 1960 em que mais progrediu, o Brasil necessitaria 132 anos para alcançar o nível de desenvolvimento dos Estados Unidos de 1960. Entretanto, nem mesmo aquela taxa foi mantida, uma vez que o índice de crescimento do PIB *per capita* do Brasil caiu a 0,4% de 1960 a 1964, segundo cálculos da CEPAL, e a 1,1% entre 1960 e 1968, de acordo com os dados da ONU. A estas taxas, o Brasil como a América Latina[19] precisariam não de um sé-

18. Segundo as estatísticas oficiais, o aumento anual do PIB *per capita* foi, entre 1950 e 1960, na União Soviética, de 12,9%, e na China, de 16,3%. S. Kuznets reduz estes índices, respectivamente, a 6,3% e a 6,8%.

19. Para o conjunto da América Latina, estas proporções são ainda mais alarmantes, uma vez que as mesmas taxas decresceram para toda a área (exceto Cuba) de 2,2% de 1950 a 1955 a 1,4% de 1955 a 1960, e caíram, finalmente, a 0,4% entre 1960 e 1963, para voltarem a subir a 2,2% de 1964 a 1970 (CEPAL).

culo e meio mas de alguns milênios para alcançar o desenvolvimento.

Nossas avaliações foram confirmadas para períodos recentes pelas projeções de Kahn e Wiener (1968) e pelos comentários que elas provocam (M. H. Simonsen 1969, J. I. de Freitas 1968 e Murilo Melo Filho 1970). Com efeito, aqueles estudos vieram demonstrar que, mesmo nas hipóteses mais favoráveis de desenvolvimento, a América Latina só poderá alcançar um desempenho medíocre enquanto permanecer atada ao sistema vigente. A uma taxa anual de 4% a 4,5% de incremento do PIB, que é bastante alta para longos períodos de tempo, a Argentina necessitaria 69 anos para alcançar a renda *per capita* da América do Norte de 1965. O Brasil necessitaria para o mesmo desempenho 130 anos, o México de 162 e a Colômbia exigiria nada menos que 358 anos. As mesmas projeções expressas em dólares indicam que, enquanto a América do Norte saltaria num verdadeiro *boom* econômico de 3.557 dólares de renda *per capita* em 1965 para 10.160 no ano 2000, o Brasil apenas progrediria, no mesmo período, de 280 para 506; a Colômbia de 277 para 359, o México de 455 para 680 e a Argentina de 492 para 1.300. Como se vê, a expectativa de todos estes países é de que, mesmo progredindo a ritmos substancialmente maiores do que o experimentado nos últimos anos, se encontrem, nas próximas décadas, em situação relativa ainda pior, uma vez que a diferença entre sua renda *per capita* e a norte-americana passaria de menos de um décimo para menos de um vigésimo daqui até o ano 2000.

Estas avaliações, fundadas num conjunto de estatísticas mais aparatoso que qualquer dos compulsados anteriormente, provocaram um enorme impacto na América Latina. A imprensa brasileira exasperou-se contra o "catastrofismo" de Kahn e Wiener e inúmeros tecnocratas oficiais e oficiosos puseram-se em ação para contestar aquelas projeções. Alguns deles demonstraram que, tomando como ponto de partida o ano 1965, desfavorável à economia brasileira, Kahn havia tornado suas projeções demasiado sombrias, o que é verdadeiro. A correção, porém, faria apenas com que a diferença das respectivas rendas *per capita* passassem de um vigésimo para dezoito avos. Outros, achando que os ritmos de aumento do PIB eram pouco flexíveis, saltaram sobre as expectativas de incremento populacional, reduzindo hipoteticamente a população brasileira prevista por Kahn e Wiener para o ano 2000 de 212 milhões para 168 milhões (o que supõe um verdadeiro genocídio). Desse modo, reduzido o divisor do PIB, a renda *per capita* aumentaria dos 506 dólares de Kahn e Wiener para 757 — a um

ritmo anual de incremento de 5% — e até a algo mais de mil, conforme o aumento que se atribuisse ao incremento anual do PIB.

Neste ambiente é que os resultados preliminares do Censo Nacional do Brasil, de 1970, anunciando uma população de 93 milhões — algo menor portanto que a esperada que era de 97 milhões — e as publicações oficiais revelando que nos últimos dois anos (1969 e 1970) o incremento do PIB total fora superior a 7%, operaram como uma injeção de ânimo no orgulho nacional. Na verdade, não há razões para grande entusiasmo. Primeiro, porque, se a população continua crescendo ao ritmo decrescente experimentado na última década, os brasileiros serão provavelmente 225,8 milhões no ano 2000. Segundo porque, mesmo a um ritmo de 7% do PIB global, haverá uma taxa de incremento de renda *per capita* de menos de 4,5% ao ano, que voltará a situar o Brasil nas sombrias expectativas de Kahn e Wiener.

Em face da rigidez deste enquadramento, a propaganda oficial que se dirige à opinião pública em termos de "Projeto de Brasil-Grande", "Ninguém segura este País", passa a esgrimir outros argumentos. O principal deles é a expectativa — sem fundamento algum — de uma progressão equivalente à japonesa. Entretanto, nesse caso, os altíssimos ritmos de incremento do PIB se explicam por tratar-se da reedificação e crescimento de uma economia que já havia alcançado anteriormente o desenvolvimento autônomo e que nunca fora dependente como as latino-americanas. Como se sabe, tal desempenho é muito mais fácil que a façanha de romper com a dependência e o subdesenvolvimento.

Esta argumentação falaz busca justificar uma política econômica que tem como fundamentos: primeiro, a manutenção da dependência externa sob a justificativa de que só aliando-se às grandes corporações multinacionais será possível alcançar altos ritmos de progresso; segundo, uma orientação econômica ainda mais privilegiadora dos grupos de altas rendas com base no raciocínio de que, comprimindo o nível de vida de 60% da população (que já vive em condições subumanas) seria possível dar aos 40% restantes um alto padrão de consumo e grandes oportunidades de poupança. Essas diretrizes estratégicas permitiriam uma assinalável expansão do setor modernizado da economia para criar as bases de uma potência econômica que, uma vez amadurecida, trataria da integração de suas massas marginalizadas. Terceiro, uma redução drástica do ritmo de incremento populacional, tal como o Japão está levando a cabo, a qual, no caso de uma estrutura econômica e

demográfica como a brasileira, teria o efeito de tornar praticamente impossível qualquer desenvolvimento real no futuro, conforme veremos no capítulo seguinte.

QUADRO V (1965-2000)

PERSPECTIVAS DE INCREMENTO DEMOGRÁFICO E CRESCIMENTO ECONÔMICO DE VÁRIOS PAÍSES DA AMÉRICA LATINA

	População (milhões)		P.I.B. (US$ de 1965)		Renda *per capita* (US$ de 1965)		Nº de anos necessários para alcançar o PIB *per capita* dos EE.UU. de 1965
	1965	2000	1965	2000	1965	2000	
Argentina	22.4	33.4	11.0	43.0	492	1.300	69
Brasil	82.2	212.1	23.0	107.0	280	506	130
Colômbia	18.1	54.9	5.0	20.0	277	359	358
México	42.7	133.2	19.4	91.0	455	680	162

Fonte: Kahn e Wiener, 1968.

Projeções estatísticas para longos períodos de tempo são sabidamente inseguras. Devem ser utilizadas com cautela, inclusive porque não existe indicação alguma de que o progresso das nações desenvolvidas se faça linearmente por um crescimento exponencial do produto interno *per capita*, nem que a ruptura com o atraso por parte das nações subdesenvolvidas se proceda necessariamente segundo a mesma via. Muito ao contrário, o que caracteriza o capitalismo é sua susceptibilidade de experimentar crises que interrompem periodicamente a continuidade de todas as conjunturas que se formam. Apesar dessas reservas, as referidas projeções têm, ao menos, a utilidade de demonstrar a precariedade das soluções possíveis dentro do sistema capitalista e, inversamente, as potencialidades do socialismo.

A simples enunciação desses índices, enquanto antecipações das conjunturas verossímeis a partir da situação presente e das tendências em curso, nos dá uma medida da pressão que as aspirações de progresso cada vez mais veementes dos povos latino-americanos exercerão nos próximos anos sobre as estru-

turas atuais que os condenam ao subdesenvolvimento. E dão, por igual, uma idéia do atrativo que exercerão sobre os povos do terceiro mundo o modelo socialista-revolucionário, como sua saída natural para o subdesenvolvimento. Na verdade, como sua única saída porque, por um lado, só ele atende aos requisitos de ruptura simultânea com a dependência externa e a dominação classista interna indispensável para empreender o desenvolvimento autônomo; e, por outro lado, porque só as formações socialistas-revolucionárias foram capazes, até agora, de acionar uma aceleração evolutiva a partir de estruturas sociais deformadas pela dependência, em países que contavam com grande montante populacional, como foi o caso da Rússia e da China.

SEGUNDA PARTE

A Estratificação Social

Quando milhões de famílias vivem condições de existência tais que sua maneira de viver, seus interesses e sua cultura as contrastam com outra classe em face da qual se situam numa atitude hostil, elas constituem uma classe.

Uma classe oprimida é a condição vital de toda sociedade fundada sobre a oposição de classes. A libertação desta classe oprimida supoe necessariamente a criação de uma nova sociedade.

K. MARX

4. Povo, classe e poder

O estudo da estratificação social latino-americana oferece grandes dificuldades porque não se conta com uma tipologia adequada, nem com análises sistemáticas ou com dados estatísticos que permitam focalizá-la com precisão. O procedimento usual dos estudiosos é projetar sobre a realidade latino-americana a tipologia das classes sociais correspondente à Europa do século passado, atribuindo validez universal àqueles esquemas. Fala-se, assim, de burguesia, pequena burguesia, proletariado, campesinato e até de lumpemproletariado para referir segmentos sociais concretos que com esses só guardam ligeiras semelhanças. Dessa forma se esconde ao invés de evidenciar as características reais da estrutura de classes das sociedades latino-americanas e se induz à expectativa de que certas categorias venham a representar aqui o papel histórico que seus símiles tiveram alhures.

É sabido que a cada formação econômico-social corresponde uma estratificação social e que, mesmo dentro dessa própria formação, em etapas diferentes de sua cristalização, variam as classes sociais. Marx, por exemplo, fala de distintas estratificações, conforme analisa a sociedade alemã ou a francesa de seu tempo, porque elas apresentavam diferenças substanciais no grau de integração nas formas capitalistas de estratificação social. Referindo-se à Alemanha, Marx observa a presença de cinco classes, a saber: uma nobreza feudal, a burguesia, a pequena burguesia, um operariado (agrícola e industrial) e um campesinato (grande e pequeno, livre e servil). Com respeito à França de 1840, menciona 6 classes: latifundiários, burguesia (financeira, industrial e mercantil), pequena burguesia, granjeiros, camponeses, proletariado e lumpemproletariado. É óbvio que as diferenças tipológicas registram, neste caso, diferenças nas respectivas estruturas que Marx julgou indispensável discriminar para compreender aquelas situações. Se isto ocorria com respeito àqueles países europeus, com muito mais razão

ocorrerá no caso de sociedades radicalmente distintas, como as latino-americanas.

Também Lenin se viu na contingência de desenvolver uma tipologia especial para a Rússia do período revolucionário. Assim é que ele discrimina, além de uma aristocracia então praticamente vencida, uma burguesia (destinada a desaparecer), uma tecnoburguesia (que sobreviveria), um proletariado (em nome de cujos interesses se estruturaria a nova sociedade) e um campesinato de *kulaks* (virtualmente opostos à nova ordem) e de camponeses médios e pobres (cuja aliança poderia ser alcançada pelo proletariado).

Como se vê, a análise de cada situação concreta exigiu dos clássicos do marxismo a elaboração de diferentes tipologias que, retratando para cada momento histórico as configurações discerníveis da estratificação social, permitisse diagnosticar as oposições e complementaridades de interesses que nela se apresentavam. O que estes e outros esquemas marxistas têm de comum é a noção de componentes contrapostos dentro das classes dominantes, representados, no caso da Europa, pela aristocracia e pela burguesia; uma oposição antagônica entre classes dominantes e classes subordinadas bem como a divisão de umas e outras em diversos segmentos; e a existência de uma classe oprimida, cuja libertação pressupõe uma revolução social. Em qualquer caso, trazem implícita a necessidade de um estudo fatual das estratificações de classe que se cristalizam historicamente em cada situação concreta.

A tipologia que utilizamos neste estudo foi elaborada com esse espírito. Vale dizer, em lugar de transpor à América Latina esquemas desenvolvidos pela análise de distintas situações históricas, procuramos elaborar uma tipologia fundada na observação da realidade presente e na análise da formação das classes da América Latina, a partir da estratificação social registrada nas metrópoles ibéricas e do estudo de suas transformações posteriores. Nossa tipologia aqui apresentada de forma sumária nada mais é, na verdade, do que um esquema de trabalho. Contudo, supomos que seja mais útil que as transposições correntes, e também mais fiel ao verdadeiro significado da teoria marxista de classes sociais.

O diagrama seguinte procura retratar os componentes fundamentais da estratificação social latino-americana tal como a concebemos. Nele desdobramos a oposição básica entre as classes dominantes e as subordinadas em quatro estratos superpostos. Para cada um deles, indicamos os componentes distinguíveis segundo sua posição no processo produtivo e nas situações de poder, a fim de discernir a capacidade relativa de exer-

cer influência sobre a sociedade global de cada um destes conglomerados contrapostos de interesses.

Nosso diagrama procura indicar, ademais dos componentes de cada estrato, suas posições relativas e suas interpenetrações. Assim é que na cúpula da estratificação social situamos as *Classes Dominantes* com seus três corpos: o *Patronato* e o *Estamento Gerencial Estrangeiro* — ambos exercendo funções de exploração econômica — e o *Patriciado,* estatal e civil, cujo poder provém, principalmente, do desempenho de cargos. Suas respectivas características serão estudadas nos capítulos seguintes.

Logo abaixo, na linha de cruzamento entre as classes dominantes e as subalternas, situamos os *Setores Intermediários,* compostos por um segmento de *Autônomos,* formado por pequenos empresários e por profissionais liberais; e um segmento de *Dependentes,* constituído por funcionários e empregados.

Vêm, a seguir, as *Classes Subalternas,* constituídas por dois corpos. O *Campesinato,* compreendendo os assalariados permanentes das empresas agropastoris modernizadas, os proprietários minifundistas e os parceiros (meeiros e terceiros) que são os microempresários do campo, capazes de firmar contratos de arrendamento de terras e de comercializar diretamente sua produção no mercado local, e, ainda, os artesãos rurais. E o *Operariado* das fábricas e dos serviços (transporte, etc.), compreendendo a mão-de-obra regular e estável das empresas modernas, públicas e privadas, nacionais e estrangeiras.

A parte inferior e mais ampla do losango é o bolsão que abriga as *Classes Oprimidas* ou infrabaixas dos marginalizados, objeto principal deste capítulo. São integradas por aquelas parcelas — às vezes majoritárias — da população que têm formas precárias e instáveis de ocupação e vivem em condições subumanas de pobreza e ignorância e de exclusão com respeito às instituições nacionais. Seu verdadeiro caráter é o de um contingente excedentário com relação ao setor modernizado do sistema ocupacional vigente. Esses marginalizados estão presentes no campo e na cidade, tanto nas áreas de antiga ocupação — deterioradas ou renovadas — quanto nas novas, como pioneiros das fronteiras de expansão agrícola e pastoril sobre regiões ainda despovoadas.

São representados nas cidades pelos biscateiros, vendedores ambulantes, carregadores, empregados de serviços subalternos, sem emprego fixo e sem sindicato, e pelas empregadas domésticas, lavadeiras, mendigos, prostitutas, etc. Nas zonas rurais compreendem os "volantes" ou trabalhadores estacionais que só conseguem ocupação remunerada durante alguns meses ao ano,

sendo para isto transportados a grandes distâncias para a derrubada de matas, limpeza de campos, plantios e colheitas. Por suas precárias condições de vida, cabem também nesta categoria os trabalhadores de indústrias extrativas, como as colônias de pesca baseadas em técnicas rudimentares, as minas e

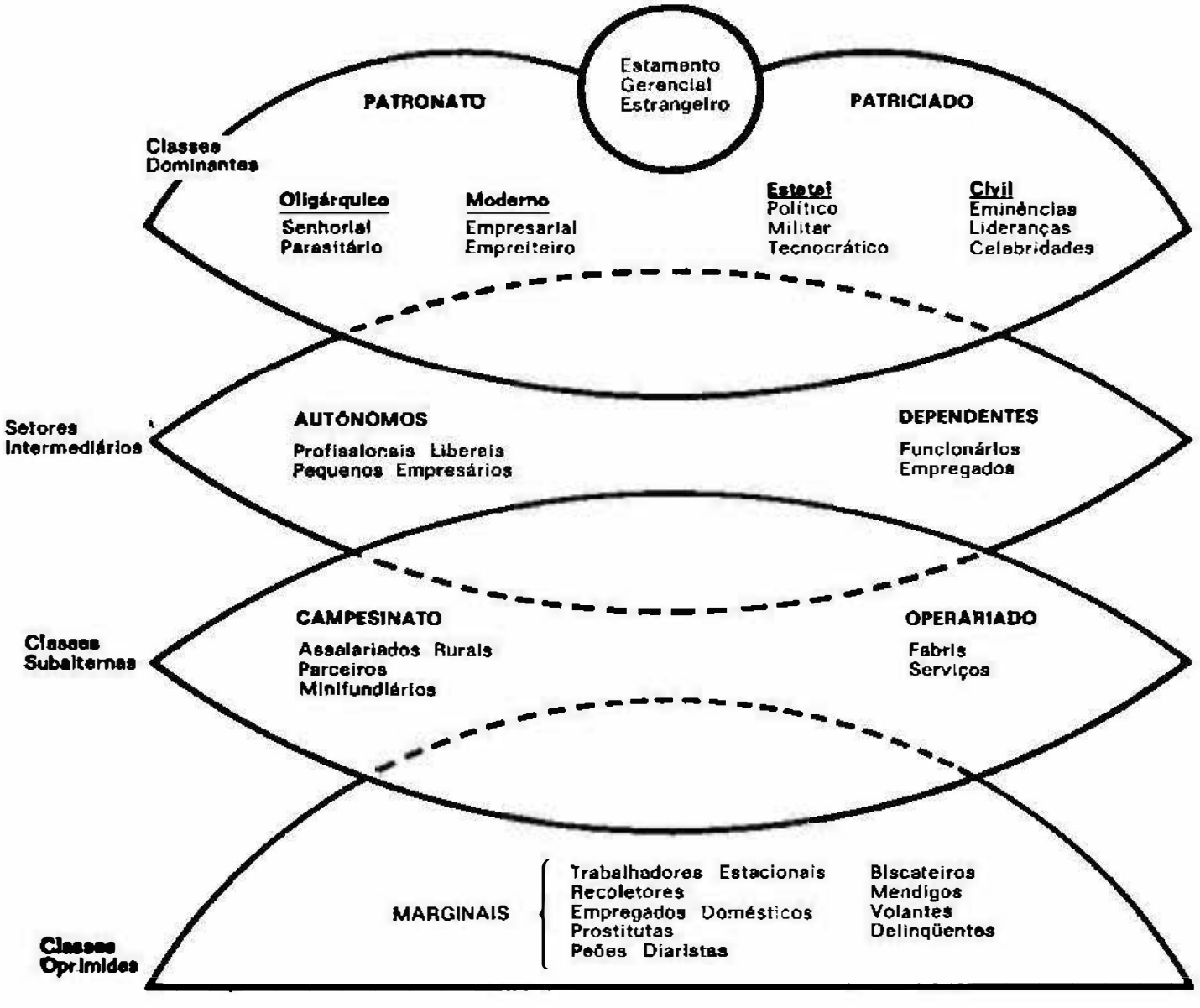


Diagrama da estratificação social Latino-Americana

garimpos, bem como as atividades de exploração de sal e de coleta de produtos florestais tais como a seringa, a balata, o pau-rosa, a piaçaba, a carnaúba, o babaçu, etc.

Padrões de Riqueza e de Pobreza

Os montantes populacionais e os níveis de renda dos diversos componentes destes estratos são os mais contrastantes. Embora seja impossível uma quantificação precisa daqueles montantes e valores, existem avaliações que permitem um cálculo aproximado com respeito à população brasileira. Estudos de Celso Furtado (1968) e Luciano Martins (1968) indicam que,

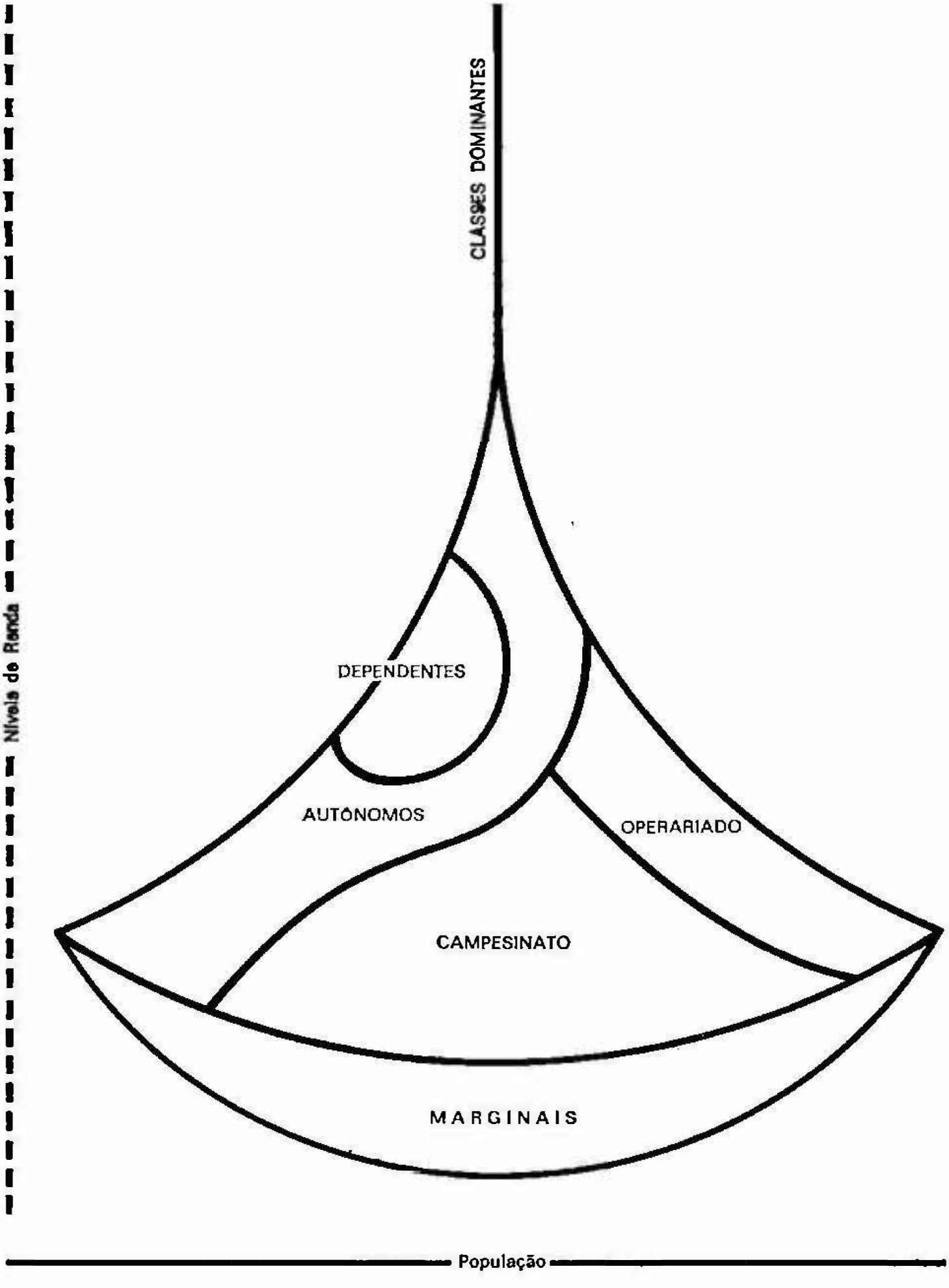
na estratificação social do Brasil, a cúpula do sistema — formada pelas classes dominantes com seus componentes patronal, gerencial e patricial — engloba cerca de 1% da população e absorve 30% da renda nacional. O colo composto pelos setores intermediários compreende aproximadamente 9% da população e absorve 20% das rendas. A metade superior das classes subalternas correspondente aos contingentes de operários e camponeses integrados no sistema econômico engloba, possivelmente, 30% da população e 30% da renda gerada. Finalmente, aos setores marginalizados corresponderia cerca de 60% da população que absorveria 20% da renda total.

Reduzindo estas proporções a números, verifica-se pelos dados divulgados por aqueles estudos que cerca de 900 mil brasileiros do setor superalto se apropriam de uma porção da renda gerada uma vez e meia maior que a dos setores infrabaixos dos marginalizados que somam 54 milhões de brasileiros.

Uma outra avaliação devida a Maria da Conceição Tavares e José Serra (1971) reproduzida no Quadro VI confirma aquelas apreciações. Mostra que, de 1960 a 1971, aumentaram enormemente as disparidades de renda em favor dos super-ricos (8.400 a 12.000 dólares de renda anual *per capita)*, enquanto a dos setores subalternos se manteve estacionária (200 dólares) e a dos marginalizados deteriorou em termos relativos (90 a 100 dólares *per capita* por ano).

Apreciados em termos de capacidade aquisitiva, esses números indicam que os três estratos superiores correspondentes a 20% da população que constitui o mercado moderno experimentaram um aumento de cerca de doze mil milhões de dólares em sua renda anual entre 1960 e 1970, ao passo que os 80% restantes tiveram, no mesmo período, um aumento de três mil milhões a ser dividido entre 75 milhões de pessoas.

Esses estratos formam, como se vê, dois mercados distintos: um deles minoritário, mas com elevado nível de consumo, suprido pela indústria moderna produtora de bens suntuários que ocupa os setores mais qualificados e melhor remunerados da força de trabalho. O outro, majoritário, mas paupérrimo, suprido por empresas arcaicas de baixa rentabilidade que ocupa trabalhadores menos qualificados, paga salários irrisórios e raramente lhes assegura os direitos trabalhistas estatuídos em lei. Um e outro fazem parte de um único sistema social porque organizam a produção e o consumo de uma mesma população, enquadrada na estratificação de classes de uma mesma sociedade e também porque os lucros gerados no setor mais pobre filtram-se para o superior, contribuindo para a sua expansão.



Representação das classes sociais por níveis de renda

QUADRO VI — BRASIL 1960/1970

DISTRIBUIÇÃO PROVÁVEL DA RENDA NACIONAL ENTRE OS DIVERSOS ESTRATOS DA POPULAÇÃO

	1960				1970			
	População (milhares)	%	Renda US$ *per capita*	%	População (milhares)	%	Renda US$ *per capita*	%
Superalta	700	1	8.400	28	900	1	12.000	30
Alta	2.800	4	1.200	16	3.600	4	2.000	20
Média	10.500	15	420	21	13.500	15	600	22.5
Baixa	21.000	30	200	20	27.000	30	200	15.0
Infrabaixa	35.000	50	90	15	45.000	50	100	12.5
	70.000	100		100	90.000	100		100.0

Fonte: Maria da Conceição Tavares e José Serra, 1971

Esta estrutura sócio-econômica que dá lugar aos mais gritantes contrastes de riqueza e pobreza não constitui uma novidade. Apenas reitera, em termos modernos, uma característica básica das economias dependentes geradas no curso de processos de incorporação histórica: a de serem capazes de criar e expandir empresas prodigiosamente prósperas mas incapazes de generalizar essa prosperidade a toda a população, dando lugar a sociedades cruamente desigualitárias. Tem de novo, porém, a característica de tecnificar-se através de um núcleo moderno e dinâmico o qual, não necessitando ocupar toda a mão-de-obra posta à sua disposição, marginaliza a maior parte dela.

No passado, a força de trabalho — na sua qualidade de proletariado externo produtor de gêneros alimentícios ou matérias-primas para mercados metropolitanos — sempre esteve ocupada, exceto nos períodos de crise ou de transição de um a outro tipo de produção. Fora desses períodos, requeria o afluxo constante de novos contingentes de escravos — e depois de imigrantes — porque consumia mais gente do que a gerada internamente. Quando a força de trabalho — além das funções de um proletariado externo que subsistem até hoje ainda que comparativamente reduzidas — passou a exercer o papel de um proletariado nacional produtor de bens antes importados e de novos bens para o mercado interno através de procedimentos crescentemente mecanizados, desencadeia-se um processo de

desagregação que vai tornando indispensável o concurso da maior parte da mão-de-obra para o esforço produtivo. Os contingentes não integrados na matriz produtiva principal vêem-se, assim, marginalizados até chegarem à condição de massa excedentária.

Conceito de Marginalidade

Fenômenos semelhantes de marginalização da força de trabalho ocorreram em fases históricas correspondentes do processo de industrialização em sociedades que cresceram por aceleração evolutiva. Naqueles casos, porém, se configuraram como "exércitos industriais de reserva", ou como "superpopulação relativa" ou ainda como "lumpemproletariados" (C. Marx, 1859 — VIII; XIII e XXIII). No primeiro caso, a massa de desocupados cumpria a função de comprimir os salários por constituir uma oferta permanente de mão-de-obra. No segundo, as populações sobrantes foram compelidas a imigrar para o além-mar onde constituíram os "povos transplantados". No terceiro caso, tratava-se aparentemente de um contingente desarraigado, entregue a uma vida azarosa muito próxima à criminalidade que foi sendo reduzido numericamente à medida em que o sistema conseguia integrar a maioria da população nas atividades produtivas. Nos três casos se tratava dos efeitos traumatizadores de uma renovação nos processos produtivos e da conseqüente relocação da força de trabalho. Portanto, o sistema dispunha de mecanismos autocorretivos para controlá-los.

As massas marginalizadas das economias dependentes geradas por incorporação histórica configuram um caso à parte. Embora sofram, em condições ainda mais graves, os efeitos traumatizantes da renovação das atividades produtivas, não se beneficiam daqueles mecanismos autocorretivos. Elas não são "exércitos de reserva" porque não chegaram a ser conscritas na força de trabalho da matriz tecnificada do sistema e não têm perspectiva alguma de serem absorvidas enquanto prevalecer a ordenação social vigente. Não são também um "lumpemproletariado", embora existam dentro das massas marginalizadas grandes contingentes de vagabundos, degradados pelas condições de existência a que são submetidos. Tampouco formam uma "superpopulação relativa" porque não se lhes oferece qualquer oportunidade de imigração maciça. E sobretudo porque, no seu caso, dificilmente se poderia falar de um excedente de população devido a uma desproporção entre a massa de habitantes e os recursos necessários à sobrevivência, exploráveis

segundo a tecnologia disponível dentro do sistema sócio-econômico vigente.

Entretanto, sua situação se aproxima mais à aludida pelo conceito de "superpopulação relativa" que à de "exército industrial de reserva". Pode-se dizer até que constituem uma exacerbação desta condição que põe em evidência a contradição classista entre os interesses da população e os das classes dominantes. Com efeito, formando a maioria da população de países escassamente povoados que dispõem de enormes áreas para autocolonização, sua marginalização não decorre de um desequilíbrio entre o montante da população e os recursos disponíveis, mas sim de uma contradição irredutível entre os interesses populares e os da ordenação social regida por uma minoria privilegiada.

Esta situação se criou porque jamais se deu na América Latina uma verdadeira ruptura com a dependência e, portanto, com a condição de proletariado externo de sua força de trabalho que ensejasse uma reordenação social na forma de um povo que exista para si. Nessas circunstâncias, às deformações sociais oriundas do período colonial somaram-se novos fatores traumatizantes acarretados pela modernização reflexa dos setores produtivos por via da nova incorporação histórica realizada através da industrialização recolonizadora. Ou seja, as classes dominantes, ao renovarem o sistema produtivo de acordo com seus interesses de associados internos da dependência externa, acabaram por criar e consolidar uma estrutura sócio-econômica tanto ou mais hostil à maioria da população como fora a estrutura colonial.

Nos seus desdobramentos mais recentes, já no corpo da civilização emergente, esse processo gera mais marginalizados do que integrados, mais subemprego e desemprego que condições estáveis de trabalho, por excluir crescentes parcelas da força de trabalho do sistema modernizado de produção e de consumo. Em conseqüência, condena a maioria da população a uma existência miserável e humilhante, que corresponde a uma posição regular na estrutura sócio-econômica e na estratificação social, configurando a classe oprimida a que se refere Marx.

Tais são as massas marginalizadas. Elas parecem sobreviver por milagre. Ninguém explica como subsistem economicamente com a renda que percebem. Com efeito, as taxas de mortalidade infantil e geral que experimentam são espantosas e a fome crônica que padecem é, para todos, evidente. Sobrevivem, porém, e mais do que isto, crescem tanto em números absolutos quanto em porcentagem sobre a população total. Esta

capacidade de subsistir se explica em parte pelas próprias condições das regiões tropicais que, não exigindo moradia defendida contra o frio, nem roupas que abriguem, nem sapatos e nem mesmo uma alimentação rica em proteínas, permite a subsistência em condições de penúria extrema que seriam fatais em outros climas. Mas não se explica totalmente, inclusive porque existem contingentes marginalizados em países de clima temperado, como o Chile, Uruguai e Argentina.

Nas áreas rurais, concentrando-se nos núcleos economicamente decadentes, mergulhadas num enfeudamento regressivo, e nas áreas de minifúndio atomizado, estas populações marginalizadas sobrevivem à base de uma economia natural. Entretanto, a tecnificação das atividades agrícolas e a incorporação de terras ao sistema produtivo moderno as vai expulsando progressivamente para os arredores das vilas e pequenas cidades. Aí se concentram em *comunidades detritárias* formadas sobretudo por trabalhadores "volantes" mas onde vivem permanentemente os velhos — já desgastados no trabalho das fazendas — e as crianças deixadas pelos pais que saem à busca de serviço. Subsistem, principalmente, à custa de expedientes precários tais como: a eventualidade de um trabalho ocasional de limpeza em troca de um prato de comida; a remessa esporádica de recursos por parentes que estejam empregados nas cidades; e as formas mais penosas de mendicância e prostituição. Para estas populações, o leite em pó distribuído gratuitamente por instituições oficiais ou privadas de caridade e a sopa dada às crianças nas escolas públicas têm enorme importância por ser, muitas vezes, a refeição mais substancial com que contam.

Nas cidades grandes, a maioria dos marginalizados sobrevive através de mil modalidades de interação econômica que estabelecem entre si e com os integrados no sistema. Entre si em empreendimentos singelos como a construção de seus ranchos precaríssimos que constituem, não obstante, a única arquitetura que atende à maioria da população; no trabalho eventual em microempresas que produzem e vendem a roupa que usam, os artigos alimentícios que consomem e algumas manufaturas que só têm curso no mercado dos marginalizados. Na interação com os integrados na matriz do sistema as relações econômicas se estabelecem através do engajamento dos homens nos setores menos qualificados e pior pagos da força de trabalho como assalariados de pequenas indústrias arcaicas, de empresas artesanais e de oficinas de reparação, como operários da construção civil, vendedores ambulantes ou carregadores eventuais ou como biscateiros para qualquer serviço subalterno. As mulheres se engajam principalmente como serviçais domésticas, lavadeiras, costureiras pobres ou dedicando-se às formas mais baixas

de prostituição. As crianças trabalham como pequenos engraxates, vendedores de jornais, de frutas ou de comidas e doces caseiros ou outros artigos de fácil colocação. Os velhos se ocupam também no microcomércio urbano como vendedores ambulantes, na coleta de garrafas ou de papel usado, na guarda de carros, na cata de lixo; na mendicância ou engajando-se no escambo precaríssimo das próprias áreas marginais em que se vende e se troca toda a sorte de restos; e, ainda, plantando e criando galinhas, cabras e porcos ou fabricando pequenos objetos artesanais nos terrenos baldios onde se alojam.

Homens, mulheres e crianças vivem sob a obsessão permanente de obter algum recurso para atender às necessidades quotidianas mais prementes. Além da fome e da necessidade pesam sobre os marginalizados três outros flagelos: a promiscuidade, a violência e o vício. A promiscuidade se torna inevitável em suas moradias precaríssimas onde se enseja uma sexualidade desregrada e prematura tanto mais penosa porque não corresponde a seus padrões éticos. A violência, sempre presente, provém em primeiro lugar dos agentes da ordem pública e, ademais, dos conflitos entre eles próprios e do autoritarismo que rege as relações familiares. O vício, representado principalmente pelo alcoolismo — mas também pela maconha — é a um tempo fuga e protesto contra uma existência desesperante. Apesar desses flagelos, persistem os vínculos que unem mães a filhos, criados com o maior sacrifício e uma solidariedade essencial que ameniza o convívio e propicia ajuda mútua. Permanece também, ao lado de um conformismo resignado e fatalista, certa esperança de que o amanhã será melhor que o hoje e o ontem. E se preserva, sobretudo nas crianças e nos jovens, uma espantosa alegria de viver pronta a exprimir-se em riso, canto e dança.

Ainda que a miserabilidade extrema seja a condição existencial das massas marginalizadas, também nelas se observa certa estratificação de rendas que permite a alguns deles contar com uma soma um pouco maior de recursos, provinda principalmente das parcelas dos demais. Assim é que, nas aglomerações de marginalizados, se pode ver, com freqüência, alguns tipos que exibem padrões de consumo um pouco mais altos. Isto se explica pela referida hierarquização interna e por outros fatores como os resultantes da própria anomia em que estão submersos. Não se organizando em famílias "regulares", mas em unidades matricêntricas de mulheres que têm filhos de maridos sucessivos; nem devendo distribuir suas parcas rendas para atender a padrões de compostura quanto a moradia, o mobiliário, a roupa, ou os gastos com a educação e a saúde dos filhos, podem proporcionar-se a aquisição "suntuária" de

rádios, relógios e até mesmo televisões e geladeiras, quase sempre de segunda mão, mas visivelmente descompassados com a inexistência em seus ranchos de móveis, de utensílios de cozinhar e de comer, etc. Estes contrastes ferem fortemente a sensibilidade classe-medista, confirmando seus estereótipos acerca das camadas marginalizadas, tidas como redutos de criminosos, ladrões, prostitutas e vadios que se dão luxos e confortos descabidos.

Participação Política

Como se vê, as disparidades não poderiam ser maiores, sobretudo entre as situações de vida de uma pequena minoria superprivilegiada e a imensa maioria marginalizada. É evidente que tais desigualdades só podem ser mantidas porque foram geradas historicamente pelo sistema, tendo a capacidade de persistência peculiar dos produtos históricos. E, sobretudo, porque os setores deserdados estão estritamente subordinados a uma ordenação social compulsória que mantém incólume a estrutura social. Nestas circunstâncias, a nação não chega a ser o quadro dentro do qual se cumpre o destino de todos os seus membros e em cuja ordenação cada setor exerce certa influência. Ela é, efetivamente, um reduto de privilegiados defendido por uma estrutura de poder que se impõe a todos e que se empenha em jamais abri-la ao exame, à crítica e à reformulação. Em conseqüência, mais desigualitária ainda que a distribuição econômica é a distribuição do poder; ou seja, o grau de influência de cada setor estrutural na tomada de decisões que afetam o destino comum.

Esta estrutura de poder deve, por isto, ser caracterizada como uma dominação oligárquica que opera através de uma ordenação sócio-política regida pelas classes dominantes através de suas elites dirigentes que impõe a todos os demais setores a primazia de seus interesses. Esta dominação é co-participada, em certa medida, pelos setores intermédios que atuam como um anteparo entre as classes dominantes e as dominadas. E se assenta sobre estas últimas que são formadas pelas *classes subalternas* de operários e camponeses integrados ao sistema mas a ele rigidamente subjugados; e pelo bolsão das camadas infrabaixas — os marginalizados do sistema — que constituem de fato as *classes oprimidas*. Não tendo modos de transcender da condição de massa — mesmo para os gestos mais elementares de organização interna em defesa de seus interesses — estes marginalizados não chegam a fazer parte do povo como entidade política. São por isso as classes virtualmente insur-

gentes contra o sistema institucional no qual não têm lugar nem papel.

Examinando esta estrutura social no plano político, observa-se que dentro da classe dominante se pode distinguir um conteúdo patronal e um patricial que, disputando embora, entre si, a distribuição da riqueza e do poder, é unânime na defesa do regime e se contrapõe monoliticamente aos demais estratos sociais. Ambos atuam em estreita associação com o estamento gerencial estrangeiro que é, como veremos, o componente mais dinâmico das classes dominantes e seu setor predominante.

Os setores intermédios se opõem mais aos estratos inferiores que aos superiores, sem contudo identificarem-se com nenhum deles. O que os caracteriza é uma conduta ambivalente de camada que espera ascender (ou ao menos representar) ao estatuto da classe dominante; mas se sente frustrada em virtude da rejeição de seus reiterados esforços por alcançar ou ver reconhecidas aquelas pretensões. A própria posição intersticial dos setores intermédios — situados entre as classes dominantes e as subalternas — acarreta as duas características responsáveis por sua conduta política. Primeiro, a ambivalência de interesses que algumas vezes se confundem com os das camadas altas e outras com os das inferiores. Segundo, sua composição social heterogênea.

Com efeito, as classes dominantes têm uma homogeneidade interna que supera as diferenças de riqueza e de prestígio permitindo que seus membros identifiquem facilmente uns aos outros. As classes subalternas e as oprimidas têm também, em seus respectivos níveis, certa homogeneidade que a cada uma delas permite reconhecer seus integrantes sem possibilidade de erro. O mesmo não ocorre com respeito aos setores intermédios que englobam pessoas das mais variadas condições sociais. Entre seus membros se inclui desde a alta burocracia pública até os humildes empregados de empresas privadas; desde profissionais liberais bem sucedidos até modestos trabalhadores autônomos, além da ampla gama que vai desde os pequenos empresários enriquecidos até a *lumpemburguesia* do microcomércio das áreas marginais.

Aquela ambigüidade de interesses e esta heterogeneidade de condições de existência não permitem tratar os setores intermédios como uma classe social, mas sim como um estrato intersticial tendente a atuar politicamente nas formas mais contraditórias. Vale dizer, servir de sustentáculo a movimentos e organizações de orientação oposta e atuar, seja como agentes da repressão mais odiosa, ou também, com freqüência, como revolucionários radicais e conseqüentes.

Estas características contraditórias inspiram toda uma sociologia conformista que busca transferir a certos setores intermédios — enquanto agentes da modernização e aspirantes à ascensão social através de mecanismos de tamisação por mérito — o papel protagônico atribuído pelos marxistas ao proletariado. Esse papel não seria naturalmente o de fazer a revolução social, senão o de consolidar o sistema capitalista mediante a implantação de regimes republicanos com amplas bases de participação popular.

Ainda que a contragosto, os setores intermédios atuam quase sempre como força de sustentação do regime. Eventualmente se aliam a grupos políticos de caráter progressista, identificados com os interesses nacionais e até mesmo com os das camadas subalternas (operariado e campesinato) desde que não corram o risco de ser confundidos com elas. De um modo geral, tendem a identificar-se com os partidos patriciais — e também com os populistas — porque vêem na política, muito realisticamente, um mecanismo de ascensão social como clientela de algum poderoso distribuidor de empregos públicos. Também neste aspecto o setor intermédio é ambíguo porque, sentindo-se frustrado em suas esperanças de integrar alguma clientela patricial ou populista, adere oportunisticamente a governos autocráticos que acenem com a adoção de critérios de mérito para o recrutamento do funcionalismo público, ou que prometam disciplinar as classes subalternas. Sua preocupação permanente é qualificar seus filhos, através da educação, contando realizar neles suas aspirações de ascender socialmente.

As classes subalternas de operários e camponeses, comprimidas entre o setor intermédio e o infrabaixo dos marginalizados, têm também uma conduta pendular, marcada por suas ilusões de ascender socialmente e pelo temor de afundar na marginalidade da qual muitos de seus membros escaparam recentemente. O operariado, sem embargo, é mais conseqüente em sua atuação política fundada numa atitude francamente antipatricial que pode ser expressa porque, vivendo nas cidades, não está sujeito, como o campesinato, ao controle eleitoral do patronato. Tende a apoiar a política sindical das lideranças reformistas ou, de preferência, a dos governos autocráticos desde que estes prometam alguma isenção diante dos patrões e alguma satisfação às suas reivindicações econômicas.

O camponês e o assalariado agrícola, por suas condições de vida e de trabalho, se diferenciam um do outro como tipos sociais e como perfis psicológicos. O primeiro se aproxima do artesão em virtude de sua relativa autonomia; o segundo, do operário fabril, por sua sujeição a uma estrutura mais ampla.

O camponês, na qualidade de proprietário de minifúndio, arrendatário, parceiro ou membro de uma entidade comunal, opera em grupos familiares que buscam, essencialmente, assegurar a própria subsistência. Como base em um mínimo de divisão de trabalho, o camponês produz para o seu consumo, negociando, ele próprio, o minguado excedente que leva ao mercado. O assalariado agrícola integra um contingente de trabalhadores contratado por uma empresa que busca obter lucros através da produção de mercadorias. Operando com base em sistemas complexos de divisão do trabalho, cada trabalhador só contribui parcialmente para a obtenção do produto. O camponês é, em conseqüência, mais individualista, enquanto que o assalariado agrícola desenvolve maior espírito de sociabilidade e uma clara noção da mutualidade de seus interesses como categoria social diferenciada.

Um e outro estão integrados ao sistema; o assalariado agrícola, porque incorporado à força de trabalho permanente das fazendas. O camponês porque, tendo acesso à terra — na qualidade de minifundista ou arrendatário —, pode prover suas singelas necessidades através de uma economia de subsistência, excêntrica à agricultura comercial, mas que oferece um mínimo de excedentes para o mercado. Em virtude destas parcas mas significativas vantagens, escapam à condição de marginalidade.

Como se vê, o camponês não pertence à categoria de "trabalhador livre" mas à de microagente econômico autônomo. Essa autonomia, no entanto, o converte numa fonte de mão-de-obra barata que subsiste por si mesma e da qual os empresários agrícolas podem sempre dispor quando necessitam de *braceiros*. Por isso os deixam sobreviver como núcleos ancilares das grandes fazendas. A combinação desta autonomia precaríssima com a eventualidade de um trabalho remunerado perpetua as condições de vida do camponês e do assalariado agrícola. Ao primeiro não enseja a possibilidade de incorporar-se aos contingentes de trabalhadores permanentes das fazendas porque estas não poderiam absorvê-los. Ao segundo relega a um padrão de miserabilidade extrema porque cada vez que a economia necessita de mão-de-obra conta com aquela reserva temporariamente mobilizável. O camponês e o assalariado agrícola só se *proletarizam* quando submergem na condição de marginalidade; vale dizer, quando despojado o camponês de glebas próprias ou arrendadas, ou despedido o assalariado agrícola de seu emprego regular, passam a engrossar as amplas camadas de trabalhadores volantes transformados em massa de excedentários com respeito ao sistema.

A conduta política do campesinato, ainda que não o queira, é intrinsecamente conservadora por força de suas condições

de existência. Os assalariados agrícolas, embora tão atentos quanto o operariado urbano para suas reivindicações salariais, vêem-se reduzidos à apatia em virtude de sua total dependência em relação aos capatazes das fazendas, cujo poder despótico sobre seus empregos, suas moradías, suas famílias e até suas próprias vidas, representa uma constante ameaça de marginalização. Pior ainda é a situação dos parceiros, cuja dependência é absoluta em relação aos patrões que lhes arrendam terras e de cujo amparo carecem vitalmente para resguardar uma relativa autonomia e um mínimo de dignidade diante do arbítrio dos capatazes e da polícia. Por estas mesmas razões é que camponeses, assalariados agrícolas e parceiros, constituindo a maioria do eleitorado do campo, garantem as maciças votações dos partidos patriciais e até mesmo dos grupos mais reacionários desses partidos. Atuam, paradoxalmente, como o sustentáculo e a base de legitimação da república fazendeira de que são as vítimas maís diretas.

Os enormes contíngentes marginalizados do campo e da cidade, sendo geralmente analfabetos, não alcançam condições mínimas exigidas na maioria das nações latino-americanas para o exercício da cidadania através da qualificação como eleitores. Não participam, por isto, da vida política, na medida em que esta se realiza por meio de eleições. Participam, todavia, ativamente, em certas circunstâncias especiais. É o caso das manifestações de apoio a lideranças autocrático-paternalistas para as quais estas massas são, às vezes, aliciadas por agentes governamentais. É o caso também dos bandos de saqueadores que agem nos raros momentos em que se quebranta, episodicamente, a ordem social. Outras formas de participação política das massas marginais são as insurreições messiânicas ou os cultos fanáticos em que exprimem, numa linguagem mágico-religiosa arcaica, sua revolta contra a existência que lhes é imposta. Trata-se, em todos os casos, de formas extralegais e não institucionalizadas de participação, encaradas como graves amotinações e freqüentemente reprimidas com violência exemplar.

Pressão e Opressão

Aonde persistem governos constitucionais e um mínimo de regalias democráticas, tanto as classes dominantes como, em grau menor, os setores intermédios e, em proporção ainda menor, as classes subalternas — mas não as infrabaixas — contam com organismos mais ou menos poderosos de pressão sobre o poder público. As classes dominantes, através de seus

corpos patriciais, elaboram as diretrizes gerais de governo, pela interação entre os partidos políticos, os círculos militares e a representação de instituições classistas, eclesiásticas, judiciárias, etc. Por seus corpos patronais influem decisivamente na formulação das diretrizes do sistema e ditam a política econômica e financeira. Seus órgãos representativos são as poderosas associações classistas que defendem os interesses rurais, os bancários, os comerciais e os industriais, bem como a grande imprensa, o rádio, a televisão, rigidamente controlados pelo patronato. Alguns corpos diferenciados do patriciado, tais como as eminências da magistratura, das universidades, da intelectualidade oficial e as celebridades artísticas e desportivas contam também com órgãos e mecanismos próprios de pressão. Operam, contudo, dentro de limites estreitos, porque não têm poder de influir no regime em si e porque não aspiram mais que privilégios, favores e dignificações de ordem pessoal.

Os setores intermédios contam com uma multiplicidade de associações gremiais e de colégios profissionais atentos a seus interesses clientelísticos e à defesa de suas prerrogativas. Eventualmente assumem posição com respeito aos problemas gerais atinentes ao destino nacional. Entretanto, temerosos de sofrer represálias, raramente manifestam hostilidade às autoridades constituídas, a não ser quando as classes dominantes as mobilizam, mediante custosas campanhas publicitárias, contra governos progressístas acusados de esquerdismo.

As classes subalternas, apesar de vitalmente interessadas na dinâmica do regime, têm muito poucas possibilidades de influir na fixação de suas diretrizes. O operariado conta com organizações sindicais que, além da defesa das reivindicações específicas de cada categoria profissional, cumprem funções de intermediação junto aos governos na discussão da política salarial e no agenciamento de apoio para os partidos reformistas. Sua única função reconhecida é, entretanto, a condução e a conciliação dos conflitos de classe, razão por que provocam as reações mais hostis por parte das classes dominantes quando se permitem exorbitar dessa função, emitindo pronunciamentos políticos, tal como o fazem habitual e acatadamente as associações patronais com a complacência do governo.

O campesinato raramente dispõe de organizações próprias de defesa de seus interesses. Quando existem, são associações de caráter mais mutualista do que sindical. Esta carência se deve tanto a proibições formais, quanto ao temor dos camponeses e dos assalariados rurais de que a identificação com qualquer órgão hostil aos senhorios fazendeiros lhes possa causar mais danos que benefícios. Entretanto, onde prevalecem governos po-

pulistas e reformistas, ele se organiza em ligas e sindicatos. As primeiras congregam principalmente parceiros e proprietários de minifúndios polarizados por sua reivindicação básica que é o acesso à terra; os últimos reúnem assalariados agrícolas para a defesa de reclamos salariais. Nos dois casos surgem lideranças opostas aos caudilhos locais e aos políticos patriciais que, nos regimes tradicionais, intermediam as relações do campesinato com os poderes públicos. Com as ligas camponesas e os sindicatos rurais surgem novas lideranças, oriundas das cidades, que vinculam o movimento camponês às esquerdas, emprestando-lhe um sentido radical reformista.

O efeito desta vinculação se faz sentir prontamente pelo ascenso das lutas camponesas — que reivindicam melhores salários, através de greves, e a reforma agrária, através de invasões de terras — provocando uma reação hostil imediata. Todos os agentes da ordem sentem alargar-se uma brecha que, a certa altura, pode forçar tensões estruturais e desembocar numa insurreição popular generalizada. Sobrevém então — como ocorreu, recentemente, no Brasil — um golpe militar preventivo que aniquila o incipiente movimento camponês e restaura a velha ordem.

As camadas marginalizadas não contam com organização alguma de defesa de seus interesses, mesmo porque sua condição de trabalhadores ocasionais nem sequer lhes propicia uma base física para formular reivindicações coletivas. Esta falta de organização e esta incapacidade de autodefesa das massas marginalizadas faz com que, dentro de sistemas competitivos como o são as estruturas sociais classistas, elas tendam a ser, além de deserdadas, cada vez mais espoliadas. Assim é que, na disputa pela redistribuição de cada acréscimo da renda nacional, suas possibilidades de aumentar a ínfima parcela que lhes cabe são praticamente nulas em relação ao poder de apropriação das camadas integradas no sistema. Em muitos casos, o próprio operariado, graças às suas organizações sindicais, capacita-se não só a defender a parte que já usufrui mas a ampliá-la desproporcionalmente, em prejuízo do campesinato e, sobretudo, das massas marginalizadas.

Suas únicas formas de solidariedade são a ajuda recíproca entre famílias ou vizinhanças, o acercamento a protetores que as amparem contra a violência policial, ou o apelo a organizações que propiciem alguma assistência de tipo caritativo. A combatividade pessoal, quando existe, se manifesta principalmente por meio do banditismo rural ou urbano e do fanatismo religioso. Estas formas extremas e anárquicas de contestação operam, porém, mais freqüentemente contra seus iguais do que

contra o sistema. Nesses casos, como ocorre nas invasões de terrenos baldios, nos assaltos a mercados, recai sobre eles uma repressão extremamente violenta. Esta, quando atinge as camadas marginalizadas, por mais brutal que seja, raramente é digna de atenção dos demais setores da sociedade. Efetivamente, os marginaís não são vistos nem tratados como gente; são coisas ou bichos cujo assassinato só diz respeito ao distrito policial para fins de registro; ou à imprensa para reiterar a ocorrência do banditismo típico do baixo mundo das classes infrabaixas.

Algumas formas de reação, frente às camadas marginalizadas, registradas nos últimos anos no Brasil, dão uma medida do desprezo com que são encaradas e da brutalidade que sobre elas recai. Trata-se de episódios divulgados pela imprensa que, só depois de provocarem grande revolta na opinião pública internacional, se tornaram objeto de cogitação das autoridades brasileiras.

Tais foram, primeiro, a campanha de extermínio físico, por afogamento, de milhares de mendigos da cidade do Rio de Janeiro efetuada pela polícia civil com o beneplácito do governador do Estado ou pelo menos com sua conivência demonstrada pelos obstáculos que opôs à denúncia. Segundo, a caça e o assassinato, com requintes de crueldade, de milhares de "marginais" considerados criminosos irrecuperáveis que vêm sendo perpetrados nas duas maiores metrópoles brasileiras por uma organização semiclandestina — o *esquadrão da morte* — integrada por policiais e elementos das forças armadas. Terceiro, o extermínio de ínúmeras tribos indígenas por grupos de facínoras armados por fazendeiros que se apropriam das terras tribais. Neste último caso, a repercussão internacional desta forma de genocídio levou o governo brasileiro a anunciar medidas preventivas contra novas matanças. Entretanto, nenhum dos culpados foi preso ou julgado, apesar de haverem sido documentadamente provadas diversas chacinas.

Esses episódios só se explicam pelo fato de que as categorias de pessoas contra as quais eles recaem, sendo classificáveis como "marginais", são consideradas como seres daninhos cuja erradicação é tida como meritória e cujo sofrimento não comove a quase ninguém. Entretanto, o caráter brutal desses crimes, sua impunidade e a relativa indiferença da opinião pública em relação a eles demonstram que a distância social entre ricos e pobres e entre integrados e marginalizados já produziu um debilitamento extremo da própria solidariedade humana no Brasil. Tal corrosão moral leva, obviamente, às mais terríveis conseqüências: mina as raízes mesmas da sociabilidade que tor-

nam viável a existência de uma sociedade e o convívio de seus membros.

Esta degradação já se fez sentir em outros episódios que também colocaram o Brasil nas manchetes internacionais, desta vez como o país onde mais brutalmente se tortura a presos políticos. O vínculo entre aquelas formas de extermínio e estas ondas de repressão se torna evidente quando se sabe que os torturadores de presos políticos são, em grande parte, os mesmos policiais e militares que procuram erradicar o problema da delinqüência através de chacinas e que promoveram as matanças de mendigos, isto é, membros do sinistro "esquadrão da morte". Como se vê, o mesmo aparelho repressivo criado para aniquilar os marginalizados se lança agora, com igual fúria, contra a nova categoria de pessoas definídas pela ditadura brasileira como "marginais", ou seja, todos os que se opõem à ordem política vigente.

5. O repto da marginalidade

A multiplicação das massas marginalizadas e sua concentração nas cidades — grandes e pequenas — é tida pelas classes dominantes como uma desgraça e comumente explicada como conseqüência do "êxodo rural" e da irresponsabilidade de gente miserável que se permite reproduzir-se desregradamente. A seus olhos, a existência dessa suburbanidade constitui, mais que um problema, uma vergonha que atenta contra seus foros de civilização ao exibir sua feiúra, suas enfermidades e sua miséria nas grandes metrópoles.

A carência de qualquer organização política ou gremial que represente as camadas marginalizadas ou de um vivo interesse em relação a ela por parte de qualquer instituição é mais uma indicação do seu caráter de contingente que, além de não incorporado ao sistema modernizado de produção, é formalmente excluído da sociedade nacional. Estas massas, embora majoritárias em quase todas as nações latino-americanas, são tratadas como se não existissem, não só em face do mundo institucional que as ignora, mas até mesmo como contingente humano. Seus problemas, quando chegam a preocupar as autoridades, só as comovem na medida em que causem ou possam vir a causar distúrbios. São encaradas como uma espécie de praga incômoda que seria desejável eliminar, embora todos tirem substanciais proveitos de sua existência. Tais são, entre outros, a regalia de contar com serviçais domésticos, humildes e baratos, acessíveis não somente aos ricos — em maior número, naturalmente — mas também aos remediados e até aos pobres integrados ao sistema. E também os lucros auferidos por empresas produtoras de artigos de consumo popular que têm nelas um amplo mercado.

A própria Igreja Católica, apesar de sua ubiqüidade, era, até há pouco tempo, arredia — se não hostil — às massas marginalizadas, quando mais não seja porque elas escapam a seu controle, cultuando seitas, as mais heréticas e fanáticas. Os sacerdotes católicos, por sua posição social e educação, não

encontram linguagem adequada para comunicar-se com essas massas. Provavelmente o maior malogro histórico da Igreja Católica na América Latina tenha sido a perda do controle que exerceu no passado sobre a totalidade da população por haver sido, também ela, afetada pela modernização reflexa, tornando-se incapaz de influir nas massas crescentemente marginalizadas. Neste passo, uma religiosidade arcaica que incorporava quase todos em irmandades de culto e de sepultamento e cujo calendário de festas religiosas era significativo para toda a população, inclusive para os escravos, deu lugar a um catolicismo ortodoxo de padrão europeu que se distanciou cada vez mais do povo até perder o controle sobre ele.

A Igreja Católica só pôde reger a religiosidade popular como instituição solidária com a dominação oligárquica da república fazendeira enquanto persistiu a hegemonia desta. Com o declínio do seu poder sobre as populações que se urbanizaram, decaiu também a influência da Igreja. O novo clero, mais erudito e talvez até mais piedoso, discutia brilhantemente as teses dos maçons e dos positivistas, mas já não tinha a mesma influência de antigamente, senão sobre as classes médias. Assim, a Igreja viu os netos dos fundadores de suas antigas *irmandades* serem ganhos maciçamente, primeiro pelos cultos messiânicos de inspiração católica e protestante, mas já não regidos pelo clero; depois pelos ritos afro-americanos que se multiplicaram pelas cidades propiciando maior participação dos fiéis nos atos de culto e os unificando em agrupações mais solidárias; e, finalmente, para o protestantismo e, sobretudo, para religiões espiritistas que vão desde o Kardecismo da classe média até as seitas compensatórias da *Umbanda* ou *Quimbanda*. Estas últimas congregam os aflitos de todas as classes para apelos patéticos a forças demoníacas que alcançam, freqüentemente, um caráter cruamente subversivo, porque se voltam ideologicamente não apenas contra a existência a que estão condenados, mas contra a própria ordenação social.

Até recentemente, mesmo as esquerdas ignoravam estas massas marginalizadas, tidas pelos comunistas como um "lumpemproletariado" aventureiro e errático, tão consistentemente oposto ao "verdadeiro proletariado" que qualquer identificação com elas importaria em traição aos deveres de lealdade para com aquele. Tampouco se acercaram dos setores marginalizados chamando a si sua representação, os novos movimentos heterodoxos de esquerda. Não só devido à influência que sobre eles exerce a ideologia *obreirista* da esquerda ortodoxa mas também porque não encontraram canais de comunicação com essas camadas, diferentes de todas as superiores no seu modo de ser,

no seu linguajar, na sua visão do mundo e na sua postura ideológica. Elas formam, sabidamente, os párias, os "condenados da terra", os deserdados do sistema. Mas nem por isto são identificados como os únicos que, nada tendo a perder, estariam virtualmente chamados à insurreição. De fato, sua incapacidade de estabelecer comunicação com estas camadas marginalizadas e suas dúvidas de que elas possam ser ativadas para qualquer tipo de ação revolucionária, leva também as esquerdas a excluí-las de seu horizonte do mobilização política.

Insurgência ou Genocídio

A característica mais grave das disparidades sociais, econômicas e políticas que viemos examinando e que têm seu pólo extremo nas massas marginalizadas está em que, com a modernização reflexa que as sociedades latino-americanas vêm experimentando, elas só tendem a aumentar. Com efeito, longe de serem absorvidos pelos diversos ramos de atividade econômica, os contingentes marginalizados estão em franco aumento, tanto em porcentagem como em números absolutos. Isto se deve ao fato de que a modernização reflexa em curso, regida pela preocupação de poupar mão-de-obra, faz com que a tecnificação de cada setor econômico no campo e na cidade resulte na redução relativa de sua capacidade de incorporá-la ao mercado de trabalho.

A partir do momento em que se tornou evidente que o sistema não é capaz de absorver estas massas marginalizadas, elas passaram a ser vistas como "excedentes" e sua existência passou a ser apontada como o mais grave problema social latino-americano. Na verdade, estas massas marginalizadas nada aspiram além de empregos modestos de que possam tirar seu sustento. Portanto não deveriam constituir nenhum problema. Este reside na incapacidade do sistema para absorvê-las na força de trabalho e, conseqüentemente, no risco de que essas mesmas singelas aspirações as ativem, amanhã, para subverter o sistema que as exclui.

É esta ameaça de irrupção violenta que, com razão, temem as classes dominantes porque sabem ser impossível integrá-las à sociedade sem alterar substancialmente a estrutura de poder e a estratificação social.

Já vimos que, no passado, um problema similar de marginalização da força de trabalho se apresentou às nações hoje desenvolvidas. Elas contaram, porém, com alguns mecanismos eficazes de redução de seus contingentes marginais que foram: a imigração maciça, subsidiada pelo poder público; a matança

em guerras e a colonização de áreas virgens que, reduzindo seu montante, permitiu recolocar os remanescentes em novas atividades. Não dispondo de tais válvulas de escape e experimentando um incremento demográfico ainda mais intenso, os países latino-americanos se encontram diante do desafio de enfrentar, por outras vias, os problemas provenientes do crescimento caótico de suas cidades e do aumento exponencial de suas massas marginalizadas. E, não vendo perspectiva alguma de integrar esses contingentes na vida nacional por sua incorporação no sistema como produtores e consumidores, as elites dirigentes latino-americanas e seus conselheiros norte-americanos entraram em pânico.

Como remédio extremo apelam hoje para saídas desesperadas como a miragem da contenção demográfica, artificialmente induzida, por recomendação e subsídio do governo dos Estados Unidos. Seus porta-vozes justificam esta política em termos de sentimentos piedosos em face da ameaça de fome que fatalmente recairá sobre as camadas marginalizadas se elas continuarem a crescer ao ritmo atual. E de sua disposição humanística de enfrentar "o maior desafio ao gênero humano" representado pela explosão demográfica que "... ameaça consumir nosso progresso à medida que progredirmos" (R. Kennedy). É pouco crível que estas sejam suas verdadeiras razões. Tanto mais quando somos advertidos por outro porta-voz norte-americano (R. MacNamara) de que "... na última década ocorreram 184 convulsões sociais graves das quais apenas três em países ricos", mostrando assim o quanto o preocupa o potencial revolucionário contido na marginalidade. Outro líder norte-americano argumenta contabilisticamente: "Cinco dólares gastos no controle da natalidade são mais rentáveis que cem dólares aplicados no crescimento econômico" (Lyndon Johnson, em discurso às Nações Unidas). Tanto quanto estes juízos, merecem atenção os motivos que levaram a Igreja Católica a fazer a seguinte advertência sobre uma ameaça virtual de genocídio: "Quem impedirá amanhã os governos de favorecer e até impor a seus povos o método anticoncepcional se eles o julgarem mais eficaz?" (Encíclica *Humanae Vitae*).

As razões verdadeiras que inspiram esta política não estão na piedade dos ricos pela fome dos pobres, nem na contingência de que se vejam eventualmente chamados a socorrê-los. O que os ricos temem é a ameaça de insurgência destas massas marginalizadas contra um sistema que as condena à penúria. Vendo, muito realisticamente, que não têm modos de alterar esse sistema, gerador de marginalidade, sem afetar os interesses nele investidos, propõem atacar os sintomas em lugar de combater a enfermidade. Não tendo como reduzir o ritmo de

incremento demográfico e aumentar a capacidade de incorporação dessas massas marginalizadas na força de trabalho, *através do desenvolvimento econômico* — tal como ocorreu em suas próprias sociedades — querem resolvê-lo por outra via, ou seja, *em lugar do desenvolvimento*. Para isto promovem e subsidiam campanhas de contenção artificial da natalidade nos países subdesenvolvidos e pressionam os governos latino-americanos para que as levem a cabo fazendo disto uma condição indispensável para o recebimento de qualquer ajuda e até mesmo de um tratamento econômico menos espoliativo no intercâmbio internacional.

É de todo provável que se alcançassem seus objetivos por meio dessas campanhas (e já se sabe ser isso impraticável, ao menos enquanto usarem métodos meramente persuasórios como a distribuição gratuita de pílulas anticoncepcionais ou o subsídio, estímulo e legalização do aborto) suas conseqüências seriam condenar os povos subdesenvolvidos à eternização do subdesenvolvimento. Isto porque, neste processo de contenção da natalidade, se senilizaria sua população, retirando-lhe o principal impulso à renovação, que é a sua juvenilidade. Com efeito, o resultado principal da redução artificial do ritmo de incremento demográfico seria substituir uma maioria de dependentes potencialmente produtivos — formados por menores de 15 anos que representam 40 a 45% da população na maioria dos países latino-americanos — por uma maioria de dependentes improdutivos, constituída por adultos de idade superior a 45 anos. É sabido que nos países subdesenvolvidos esta classe etária, já estando desgastada, é irrecuperável para a produção. A solução salvadora propugnada pelos norte-americanos contra a ameaça que a marginalidade representaria para o sistema poderia, como se vê, consolidá-lo se fossem levados a cabo genocídios programados como teme a encíclica papal. O preço desta consolidação seria seguramente o de eliminar qualquer perspectiva futura de desenvolvimento autônomo para os povos que o experimentassem.

A realidade, porém, é que, contrariando o desejo de todos, as massas marginalizadas crescem aceleradamente, tanto pela diferença entre seu elevado ritmo de incremento e o baixo nível de oferta de novos empregos, como também, desde há algum tempo, pelo deslocamento de setores pobres mas integrados, para a condição de marginalizados. Isto vem ocorrendo devido à sua incapacidade de acompanhar os novos padrões de consumo conspícuo dos setores melhor incorporados ao sistema. O "problema" se agrava mais ainda porque estas massas, além de crescer numericamente, se concentram espacialmente,

formando conglomerados humanos de milhões de pessoas, sobretudo nos terrenos baldios dos grandes centros urbanos.

Assim concentradas, elas de alguma forma se vão homogeneizando e, provavelmente, conscientizando-se a respeito de sua condição de párias. Desse modo, começam a alçançar a condição necessária para constituir-se um dia em um grupo social diferenciado, ou seja, consciente de si mesmo, com formas previsíveis de conduta e com capacidade de ação conjugada. Vale dizer, os temores tão temidos começam a ter razão de ser.

Enquanto a miséria estava escondida nas fazendas — dispersa portanto em milhares de micronúcleos — não só passava desapercebida, mas era insciente de si mesma. Desconhecendo padrões de consumo que não fossem os seus, poderia ser mantida na resignação e no fatalismo mediante técnicas ideológicas elementares. Isto se vai tornando cada vez mais difícil nas grandes aglomerações urbanas de marginalizados. Nelas tendem a estruturar-se novas ideologias, mais condizentes com a realidade, baseadas na percepção de que a pobreza dos pobres não é uma condenação divina, não é natural nem necessária. Mas existe porque outros se apropriam da parte que lhes deveria caber. Quando esta consciência se tornar mais vívida, as massas marginalizadas se capacitarão, provavelmente, a criar organizações próprias, legais ou extralegais, como forma de exprimir e de impor suas reivindicações. Desta forma preencherão os requisitos necessários ao exercício do papel de membros que são da sociedade. Entretanto, como são componentes sociais excluídos do sistema, em cujo corpo de instituições representativas não encontram guarida, sua própria organização como um grupo para si tenderá a provocar as reações mais desesperadas por parte dos privilegiados do sistema.

Os contingentes incorporados, representando a minoria que conseguiu inserir-se no setor modernizado responsável pelas esferas mais dinâmicas da economia nacional, temem cada vez mais o crescimento numérico dos excluídos. Ao coexistir com os amplos setores marginalizados, se vão apercebendo que têm neles seu alterno; de que não são mais a pobreza humilde e resignada do passado, mas um contendor perigoso, um desafio crucial que devem capacitar-se para enfrentar. Nestas condições, a atual indiferença para com a sorte dos marginalizados pode vir a dar lugar a uma atitude de hostilidade ativa que permitirá o trânsito das campanhas persuasórias sobre a planificação familiar e das caçadas de criminosos ou matanças de mendigos para o genocídio programado.

Conforme verificamos anteriormente, as massas marginalizadas não são reservas de mão-de-obra. São excedentes da força de trabalho que o sistema produtivo modernizado não consegue incorporar. Nesse sentido, não são desempregados, porque não são empregáveis. Entretanto, como conseguem subsistir, ainda que precariamente, por seus próprios meios, isto indica que alcançam certa interação econômica com o sistema. Sua verdadeira condição social é, portanto, a de componentes estruturais e até majoritários da sociedade, oriundos de formas arcaizadas de vida que o novo sistema produtivo não é capaz de absorver.

Vistos sob o prisma dos integrados no sistema, os marginalizados são *sobrantes* uma vez que as atividades que desempenham, por sua irrelevância econômica, parecem dispensáveis; e os bens que consomem pouco representam no conjunto do mercado. Entretanto, do ponto de vista da sociedade nacional de que uns e outros formam parte, os marginalizados merecem tão legitimamente quanto quaisquer outros setores o título de componentes. E mais ainda porque, freqüentemente, constituem a maioria da população e porque, sendo oriundos dos estratos mais antigos da etnia nacional, são mais autenticamente nativos que outros setores, como os descendentes de imigrantes, por exemplo, que, via de regra, se integram rapidamente ao sistema.

Qualquer análise demonstra que essa situação surgiu no curso de um processo histórico comum que produziu tanto os contingentes integrados quanto os marginalizados. Demonstra, também, que estes últimos, apesar das duras condições que enfrentam, não apenas persistem mas crescem numericamente. Caso sua incorporação estivesse em marcha ou fosse previsível em algum tempo, tratar-se-ia de uma transição entre duas formas de estruturação social: uma arcaica, em processo de extinção, e outra moderna, em expansão. Como isto não ocorre — uma vez que o sistema ao modernizar-se gera mais marginalizados que integrados — deparamos com uma situação traumática indicativa da anormalidade estrutural de uma ordenação social que não é dotada da capacidade de corrigir as formas de dissociação que gera.

Desse ponto de vista, não são os marginalizados que constituem a anomalia, como seria o caso se eles se opusessem a participar da vida nacional por serem um quisto inassimilado; ou se fossem incapazes de exercer qualquer atividade no sistema produtivo. Como o contrário é o que ocorre, só resta concluir que a carência e a enfermidade residem na estrutura de um sistema sócio-econômico que opera por critérios de cons-

crição e exploração da força de trabalho, mas não é capaz de conscrever e explorar toda a massa posta à sua disposição, a não ser através de formas arcaicas de interação econômica que condenam a maioria da população a uma condição de marginalidade.

Nestas condições, o símile de um quisto melhor se aplica ao setor incorporado que se desenvolve dentro de um corpo social à custa da substância deste. Resta saber — e aqui está o problema — se os setores integrados se comportarão como um parasita incrustado num hospedeiro que morrerá quando este amadurecer; ou se se alcançará devolver a saúde ao organismo, fundindo seus dois corpos antagônicos numa unidade. Tal como o processo vem atuando, à medida em que o sistema se desenvolve, propicia condições de vida cada vez mais satisfatórias aos setores integrados. Mas, no mesmo passo, amplia o número dos excluídos e os condena a uma maior pauperização relativa, aprofundando o antagonismo, em lugar de atenuá-lo.

Gerando-se através desse processo de formação, as sociedades nacionais latino-americanas não surgem como comunidades humanas integradas, mas como um subproduto não esperado e até indesejado de sistemas produtivos destinados a suprir mercadorias exportáveis e gerar lucros pecuniários. Quando as respectivas populações cresceram e amadureceram para a regência de seu próprio destino, o esforço principal das classes dominantes foi orientado no sentido de adiantar-se ao movimento de emancipação para organizar a independência como um projeto próprio destinado a manter os mecanismos de conscrição de mão-de-obra imperantes durante séculos a fim de continuar produzindo mercadorias exportáveis e dessa forma preservar os vínculos econômicos externos geradores de seus lucros.

Enquanto estruturadas como formações coloniais-escravistas e depois neocoloniais, exportadoras de produtos primários, as nações latino-americanas experimentaram várias crises econômicas, sobretudo quando certos setores (como a mineração) entraram em colapso, ou quando surgiram novas áreas produtivas (como os engenhos de açúcar do Caribe) que desalojaram antigos provedores do mercado mundial. Nessas ocasiões, o ramo do sistema produtivo que entrava em crise liberava grandes contingentes da força de trabalho. Nas referidas conjunturas, porém, as populações das áreas em recesso se "enfeudavam", submergindo numa economia natural de subsistência. Conseguiam assim sobreviver e até viver melhor porque produziam o que consumiam, experimentando maior ritmo de incremento demográfico.

Ao se implantarem novos núcleos produtivos, dinamizados por um novo ciclo econômico, estas populações se viam nova-

mente engajadas, segundo diferentes formas de conscrição, para se integrarem no sistema como sua força de trabalho. Mesmo nessas instâncias, porém, só episodicamente ocorrem processos de marginalização. Foi o que sucedeu após a Independência, com a introdução de instituições modernizadoras que desintegraram núcleos anteriormente incorporados segundo formas comunitárias de estruturação. Este foi o caso, por exemplo, da promulgação da legislação liberal que proibiu a propriedade comunal da terra, resultando na desintegração de inúmeras comunidades indígenas. E também das medidas tomadas após a abolição da escravidão para conscrever a massa ex-servil ao trabalho nas fazendas. Os principais mecanismos utilizados para essa reconscrição foram as campanhas de repressão contra os "vagos" e, sobretudo, a promulgação de leis de terra que proscreviam a legalização da posse de terras devolutas pelas massas rurais, ao mesmo tempo em que estimulavam a expansão dos latifúndios. Desta forma, os comuneros indígenas desagregados e despossados, assim como os escravos negros libertos, voltaram a ser jungidos ao sistema, devido à contingência de optar pelo trabalho em uma fazenda ou outra igual, porque toda a terra fora concedida cartorialmente aos latifundiários. É de observar, contudo, que mesmo estas medidas cerceadoras visavam sempre a utilização da mão-de-obra existente, ao invés de sua exclusão.

Só muito mais tarde se faria sentir o efeito marginalizador daquela ordenação sócio-econômica que consolidou e expandiu o latifúndio como a unidade produtiva básica do sistema primário-exportador. Tendo impedido a formação no campo de uma camada de granjeiros livres (como a que surgiu nas colônias de povoamento — Estados Unidos e Austrália, por exemplo — que garantiram o livre acesso dos colonos às terras virgens), ao sobrevir uma nova onda de modernização reflexa produzida pelo segundo impulso da Revolução Industrial, a disponibilidade de mão-de-obra não fixada à terra como pequenos proprietários daria lugar a um enorme êxodo rural e a uma urbanização precoce e acelerada. A estes fatores dissociativos se somariam quatro outros, igualmente resultantes da modernização reflexa e do monopólio da terra. O primeiro, provocado pela tecnificação da agricultura que desaloja e transfere para as cidades grandes contingentes da população rural tornada supérflua para a produção. O segundo, promovido pela expansão da pecuária que por igual expulsa dos campos seus ocupantes humanos — principalmente as populações dos núcleos ancilares produtores de gêneros alimentícios — para entregá-los ao gado. O terceiro, ensejado pelo crescimento dos núcleos urbanos que, oferecendo novas e melhores condições

de vida e de trabalho, exerceram forte atração sobre as populações rurais subocupadas, fazendo-as acorrer às cidades. O quarto, representado pelo ingresso maciço de imigrantes, desalojados de seus países por processos similares de marginalização, que absorveriam a maior parte das oportunidades de trabalho melhor remunerado e de ascensão social proporcionadas pela modernização reflexa.

Todos estes fatores, produzindo-se simultânea ou sucessivamente nas diferentes regiões, tiveram como conseqüência tornar disponível um contingente cada vez maior de mão-de-obra que o sistema liberava de antigas funções, mas que não podia incorporar nas novas. Gerou-se, assim, por um lado, um processo de marginalização da força de trabalho e de deterioração de seus meios de subsistência; e, por outro, o crescimento de um setor modernizado da economia, estruturado em novas bases. Isso se explica, em parte, por duas características do tipo de industrialização que se implantou na América Latina. Primeiro, sua tecnologia relativamente avançada e, como tal, poupadora de mão-de-obra; segundo, por ser levada a efeito como um mecanismo de recolonização que explora um mercado interno cativo tornado incapaz de importar manufaturas, mas apto a gerar lucros exportáveis ainda maiores mediante a instalação de fábricas locais pertencentes às grandes corporações estrangeiras. Como os lucros produzidos por esta *industrialização recolonizadora* são remetidos em grande parte para o exterior, deixando de acumular capitais aplicáveis no alargamento da economia nacional, esta se foi atrofiando e deformando a ponto de gerar, como principal subproduto, a marginalidade.

Desta forma se constituiu e consolidou uma estrutura social constritora do crescimento de uma economia nacional homogênea e do desenvolvimento global da sociedade. A causa fundamental desta conscrição está na estreiteza do projeto das classes dominantes que regeram e sucessivamente modernizaram a ordenação sócio-econômica por via da incorporação histórica, renovando e consolidando a dependência e com ela o subdesenvolvimento porque isto correspondia a seus interesses classistas. Não é de admirar, pois, que esta mesma classe dominante olhe hoje sobranceiramente para as massas marginalizadas, procurando culpá-las de seu fracasso.

Desfeita a mistificação, verifica-se que os verdadeiros óbices ao desenvolvimento pleno e autônomo e à integração das sociedades latino-americanas na civilização industrial residiram no condicionamento secular da vida nacional aos interesses da minoria dominante cristalizados na estrutura de poder; e, mais recentemente, no seu recondicionamento através da industrialização recolonizadora em curso.

Com efeito, a capacidade de incorporação da força de trabalho adicional por parte de uma estrutura econômica (que corresponde à capacidade de auto-integração da sociedade global) é determinada, em última análise, pelos interesses que regem sua ordenação social. Vale dizer, as decisões das classes dominantes ditadas por suas ambições de enriquecimento e usufruto do poder estabelecem os limites dentro dos quais uma estrutura assim criada incorpora a totalidade de sua população a todas as esferas da vida nacional e lhe dá acesso aos benefícios da civilização do seu tempo.

O desencadeamento de novas revoluções tecnológicas introduz necessariamente transformações radicais nos sistemas de conscrição da mão-de-obra ao trabalho. Desorganizam-se, a princípio, os setores arcaizados gerando, temporariamente, contingentes sobrantes até que se criem mecanismos para recolocá-los no sistema emergente. Tal ocorreu, como vimos, nos primórdios da Revolução Industrial que, ao expandir-se pela Europa, foi paulatinamente desarraigando de suas antigas ocupações os contingentes rurais de cada país para lançá-los às cidades, primeiro como "trabalhadores livres", oferecidos à indústria como um "exército industrial de reserva" e depois como uma "superpopulação relativa" obrigada a emigrar, ou desgastável em guerras interimperialistas.

O mesmo processo de "proletarização" está ocorrendo agora na América Latina, cujas populações rurais são também expulsas do campo pela modernização das empresas agrárias — além de outros fatores — e lançadas às cidades em cujas orlas se acumulam como marginalizados. Não se trata, no entanto, da repetição de um processo idêntico, devido a uma série de características peculiares a cada um deles. Entre outras, no primeiro caso, a enorme capacidade de absorção de mão-de-obra por parte da indústria em suas fases iniciais de expansão, ao contrário do que ocorre em sua fase atual. E a existência do mundo colonial no além-mar, para onde puderam ser exportados os excedentários, no caso da Europa; ou a de extensas terras virgens abertas institucionalmente à autocolonização, no caso dos Estados Unidos.

No subcapítulo *Marginalidade e Insurgência* examinamos os aspectos políticos deste problema. Por agora, desejamos assinalar unicamente a incapacidade das classes dominantes da América Latina para adotar qualquer destas saídas ou criar um sistema mais abrangente de conscrição da mão-de-obra tornada disponível.

Sumariando nossa discussão, cumpre notar que os projetos ordenadores das classes dominantes podem ser mais ou menos

abrangentes. No primeiro caso, superados os efeitos dissociativos de uma relocação de mão-de-obra, se estruturam nações correspondentes à sociedade global, cujos componentes, embora hierarquizados em classes, se integram em sua totalidade no sistema produtivo e, em sua maioria, nas instituições políticas da nação. No segundo, a parcela incorporada ao sistema forma um reduto privilegiado em relação a um contexto excluído que é apresentado como um fenômeno de superpopulação só redutível mediante o genocídio.

Esta situação enfermiça se implantou, conforme vimos, como resultado da inserção das sociedades latino-americanas na civilização industrial, por via da atualização ou da incorporação histórica. Assim, a renovação do sistema produtivo pela via atualizadora gerou os setores marginalizados como um contingente potencial da força de trabalho que, ao ser excluído do circuito de exploração capitalista direta e da participação nas esferas institucionalizadas da vida social, se configurou como um componente estrutural só identificável como uma nova classe oprimida.

Se a dinâmica do sistema fosse integradora, o contexto acabaria homogeneizando-se, desaparecendo tanto o reduto privilegiado como o contingente marginalizado para dar lugar a uma sociedade integrada. Como não é assim, parcelas crescentes da sociedade se marginalizarão porque, no curso normal de seu funcionamento, o sistema gerará mais e mais marginalizados. Estes componentes estruturais não integrados na matriz modernizada da sociedade, ao crescer e tomar consciência de sua condição de "classe oprimida", ameaçarão converter-se numa força virtualmente insurgente que tenderá a subverter essa estrutura que lhe é radicalmente desfavorável.

A reação das classes dominantes latino-americanas diante desta insurgência — sobretudo quando ela deixar de ser virtual para se tornar ativa — tenderá a ser sua erradicação. Ou seja, a eliminação do corpo da sociedade das partes que não se integraram no sistema econômico-social que a rege para, assim, salvar o sistema. A alternativa será a vitória da insurgência e, com ela, a proscrição do poder da classe dominante como condição necessária à implantação de uma estrutura sócio-política capaz de propiciar a participação de toda a população num novo sistema produtivo e sua inserção numa nova sociedade.

O desafio histórico com que se defrontam as nações latino-americanas em nossos dias consiste, como se vê, em encontrar modos de integrar estes contingentes marginalizados em sociedades mais homogêneas capazes de absorver e dignificar a totalidade de suas populações. A única alternativa conciliável com

a perpetuação da estrutura desigualitária vigente — e, com ela, destas massas marginalizadas — seria o congelamento do regime através da repressão mais brutal que poderia chegar ao extremo do genocídio, mas importaria sempre na perpetuação do subdesenvolvimento. Como dificilmente tal alternativa pode ser imposta a populações impulsionadas por vigoroso ritmo de incremento demográfico, ativadas por crescentes aspirações de liberdade e de progresso e cujas vanguardas estão advertidas para esses riscos, é de crer que as nações latino-americanas estejam entrando numa fase histórica tão convulsiva como a que antecedeu e seguiu à Independência. No seu curso, cada uma delas será desafiada a eleger as vias pelas quais suas estruturas sociais se transfigurarão para viabilizar a integração dessas massas marginalizadas.

Um dos objetivos do presente estudo é verificar se semelhante tarefa excede ou não a capacidade reordenadora das classes dominantes que presidem os destinos da América Latina; bem como se tal tarefa, além de praticável, é conciliável com seus interesses. Com este propósito procuraremos reconstituir, nos capítulos seguintes: os caminhos pelos quais se gerou esta situação; como se constituiu a estrutura de poder vigente e quais as características fundamentais de suas elites dirigentes; que forças sociais estão sendo chamadas à insurgência; que modalidades de militância política se registram na América Latina e quais as potencialidades de cada uma delas, seja para resguardar a ordem vigente, seja para transfigurá-la.

TERCEIRA PARTE

A Estrutura de Poder

Costuma-se dizer que estudamos a história para liberar-nos dela. A história da elite do poder é um caso que evidentemente se enquadra nesta norma.

C. WRIGHT MILLS

6. As classes dominantes

Todo o sistema político da América Latina de nossos dias está submerso na conspiração. Conspiram os governos para manter-se no poder. Conspiram civis e militares. Conspira a direita e conspira a esquerda. Esta irrupção sediciosa não é uma enfermidade em si mas o sintoma de um mal mais grave que é a obsolescência da estrutura de poder.

Os sistemas políticos tradicionais, cristalizados depois da independência, entraram em crise desde a segunda década do século XX e não mais conseguiram estabilizar-se. Desde então, vêm suportando tensões de toda sorte que explodem, agora, na forma de crise generalizada. Sua causa fundamental é a inaptidão histórica das classes dominantes tradicionais para conduzir suas sociedades a um desenvolvimento contínuo e atender às aspirações de progresso do conjunto da população.

Burguesia e Capitalismo Autônomo

Crises da mesma natureza foram superadas pelas nações que experimentaram pioneiramente processos de aceleração evolutiva de caráter capitalista, através de revoluções liberais conduzidas pelas burguesias nacionais contra os estamentos aristocráticos ou oligárquicos que se opunham à renovação tecnológica e à reordenação sócio-econômica exigidas para implantar economias capitalistas autônomas.

Foi o estudo destas crises que levou Marx a fixar a noção de "burguesia" como um conceito histórico-descritivo concernente a um estrato específico da classe dominante que surgiu em competição com os estamentos tradicionais e se tornou hegemônico com respeito à antiga nobreza nas sociedades configuradas como formações capitalistas autônomas. Sua aplicação genérica a sociedades estruturadas como formações sócio-econômicas distintas conduz a uma série de equívocos, inclusive ao equívoco de identificar como "burguesia nacional" a

certos segmentos da classe dominante dessas sociedades, que são mais solidários do que contrapostos à nobreza ou às oligarquias.

Com efeito, era totalmente distinta a estrutura de classes dos Impérios Mercantis-Salvacionistas (Portugal e Espanha do século XVI) [20] bem como de suas contrapartes externas configuradas como formações Colonial-Escravistas (Antilhas e Brasil do século XVI, entre outros). As classes dominantes das nações ibéricas, no período de sua expansão, lembram mais as dos núcleos cêntricos dos Impérios Despótico-Salvacionistas [21] (Bizâncio, Islã do século XI), ao passo que as das formações *coloniais-escravistas* americanas se aproximam mais às das colônias gregas e romanas do norte da África. Umas e outras, porém, ao serem compelidas a interagir dentro do sistema econômico mundial crescentemente capitalista, se foram hibridrizando pelas substituições dos procedimentos mercantis-escravistas por instituições capitalistas. Contudo, dado que, quanto mais capitalistas se faziam, mais dependentes se tornavam de novos focos de poder, as classes dominantes ibéricas e latino-americanas não puderam promover o desenvolvimento e jamais chegaram a transfigurar-se em burguesias autonomistas e renovadoras. Permaneceram sempre consulares como representações nativas de interesses exógenos.

E de assinalar que tampouco surgiram burguesias nas áreas dependentes de antigas formações *Capitalistas-Mercantis* (Inglaterra, França, Países Baixos do século XVI) [22] que se estruturaram por incorporação histórica como formações *Colonial-Escravistas* (Antilhas francesas e inglesas, Sul dos Estados Unidos) ou *Colonial-Mercantis* (Índia, Indonésia). Também nesse

20. A partir do século XVI, os povos ibéricos e a Rússia moscovita se expandem sobre o mundo. Como povos peninsulares, os ibéricos lançam-se ao mar e estruturam o primeiro império mundial fundado principalmente no colonialismo escravista. Os russos, como área continental, lançam-se à colonização mercantil dos povos de seu contexto, integrando no mesmo sistema sócio-político toda a Eurásia. Ambos encontram energias para a expansão reorientando os esforços mobilizados para a reconquista de seus territórios dominados, no primeiro caso, por muçulmanos, no segundo por tártaro-mongóis. Configuram-se como *Impérios Mercantis Salvacionistas* porque são só incipientemente capitalistas, profundamente influenciados por motivações religiosas e por tradições despóticas. E sobretudo porque a ordenação sócio-econômica que implantam se aproxima mais à dos *Impérios Despóticos Salvacionistas* instaurados pelos povos islâmicos.

21. Emergem, nos primeiros séculos de nossa era, com o amadurecimento de algumas Chefias Pastoris Nômades integradas na tecnologia do ferro e motivadas por religiões messiânicas de conquista que se lançam sobre áreas feudalizadas, reestruturando-as como *Impérios Despóticos Salvacionistas*. A formação mais madura é representada pela expansão muçulmana. A ordenação sócio-econômica que concretizam se caracteriza pela escravidão pessoal, a concessão de latifúndios aos conquistadores, o arrendamento de direitos de exação e o monopólio da produção e comércio dos principais gêneros.

22. A formação *Capitalista Mercantil* (Inglaterra, Países Baixos, França) surge também nos albores do século XVI. Rompendo a estagnação em que havia caído a Europa feudalizada, restaura o seu sistema mercantil, expandindo-o a seguir sobre todo o mundo. Tal como os *Impérios Mercantis Salvacionistas*, esta formação biparte-se em complexos contrapostos, porém mutuamente complementares: o núcleo metropolitano, de economia principalmente capitalista, e o contexto externo, objeto de sua exploração, que se configura como colonialismo de caráter *escravista*, *mercantil* ou de *povoamento*. Todas essas informações sócio-econômicas são estudadas extensivamente em *O Processo Civilizatório*, D. Ribeiro, 1970.

caso, os condicionamentos da dependência externa tiveram o efeito de implantar o subdesenvolvimento e, com ele, uma estratificação social em que não se identificam componentes que correspondam à burguesia clássica.

A classe dominante que se formou em Portugal e Espanha era integrada por um corpo patricial-burocrático composto de nobres funcionários e eminências sacerdotais que viviam de prebendas, estancos e soldos, e por um corpo patronal-parasitário, ocupado no comércio de produtos coloniais, como intermediário entre produtores e consumidores. Essa classe dominante pôde sobreviver, ao longo de séculos, sem experimentar alterações substanciais em sua índole e em sua composição tripartida mas solidária. Subsidiada com os recursos extraídos da espoliação colonial não diferenciou um segmento interessado em empreender a industrialização autônoma de seus países. Essa estrutura de poder, ao reger por séculos os destinos de Portugal e Espanha, em lugar de conformar nações modernas (do tipo que surgiu na Inglaterra e França, por exemplo) capacitadas para fomentar um desenvolvimento empresarial competitivo, gestou Estados patrimonialistas estruturados para captar e redistribuir a um estreito círculo os recursos nacionais e coloniais, bem como os frutos do trabalho do proletariado interno e do externo, principalmente este último.

Ao contrário das burguesias de que fala Marx, esta estrutura de poder operou como uma teia constritora que, às vicissitudes da exploração classista exercida pelo patronato nacional e estrangeiro, somou uma outra forma complementar de apropriação espoliativa dos excedentes gerados: a patricial-burocrática. Essa apropriação improdutiva representada pelo custo de manutenção das imensas clientelas civis, militares e eclesiásticas que as nações ibéricas criaram nas metrópoles e nas colônias contribuiria poderosamente para seu atraso progressivo com respeito às formações capitalistas regidas por burguesias nacionais.[23]

Foram estas classes dominantes que firmaram tratados comerciais, como os de Portugal e da Espanha com a Inglaterra, pelos quais trocaram as riquezas extraídas das colônias e da metrópole por manufaturas e artigos de luxo. Por este processo subsidiaram a tecnificação do sistema produtivo britânico — ao mesmo tempo em que atrofiavam o seu próprio — e convertiam, progressivamente, as nações ibéricas e suas possessões coloniais em protetorados da economia inglesa. Também aqui a existência do contexto colonial teria um papel sobressalente:

23. Segundo Oliveira Martins (1951: 306/7), o contingente parasitário de nobres subsidiados, de burocratas e de sacerdotes alcançava a proporção fantástica de 25% da população adulta de Espanha no século XVIII.

além de subsidiar o alto nível de vida dos mandatários da metrópole, permitia deportar os indivíduos mais enérgicos para as possessões coloniais onde se ocupavam das funções de exatores de impostos ou de régulos; e ainda, aliviar a metrópole dos excedentes não integráveis de mão-de-obra e livrá-la das pressões que estes poderiam exercer sobre o sistema no sentido de uma renovação estrutural.

Na verdade, o tipo de intercâmbio que se estabeleceu entre as formações Mercantis-Salvacionistas e os núcleos nascentes do Capitalismo Mercantil correspondia aos interesses de suas respectivas classes dominantes. No que se refere às ibéricas, esta forma de intercâmbio era o único projeto de ordenação sócio-econômica que possibilitava simultaneamente a manutenção da ordem interna, a exploração dos vínculos mercantis com as colônias e os privilégios das classes dominantes metropolitanas e coloniais. Atendia igualmente aos interesses das burguesias inglesa e holandesa que desse modo se inseriam nas economias rivais, integrando todo o conjunto no sistema econômico mundial sob seu controle.

A constituição de classes dominantes não-burguesas, mas sim patrimonialistas, foi uma decorrência da configuração histórica da Ibéria como formação mercantil-salvacionista aquinhoada com um vasto império colonial. No caso da América Latina, a configuração de classes dominantes com características semelhantes, tanto procede da continuidade histórica dos vínculos com as "mães-pátrias", como do imperativo dos processos de incorporação histórica que experimentou posteriormente, os quais, perpetuando a dependência, mantiveram o caráter gerencial do seu patronato.

Onde quer que a modernização de uma sociedade se deu por esta via, suas elites dirigentes se tornaram necessariamente um comando exógeno superposto à sociedade nacional, que regia o Estado como uma grande empresa patrimonialista destinada a seu usufruto. O atípico destas classes dominantes em relação às burguesias consiste em que, por sua índole e seus interesses, foram — e são — incapazes de mobilizar suas sociedades para romper com a dependência e promover uma auto-renovação capaz de criar uma economia moderna, abrangente e diversificada, a serviço de sua própria população. Faltando-lhes qualquer estímulo para romper com a dependência, no plano econômico, jamais construíram, no plano político, o Estado-Nação organizado como uma comunidade integrada em que cada setor da população tivesse um lugar e um papel, tanto na esfera produtiva quanto na social e política.

Comprova esta asserção o fato de não ter surgido, em nenhuma nação dependente, um ramo eficazmente combativo que

lutasse pela autonomia econômica e a democratização da estrutura de poder, como foi a burguesia. As aparentes excessões — Estados Unidos, Canadá, Austrália, Nova Zelândia — antes confirmam a regra porque em todos os casos se trata de "povos transplantados", ou seja, de nações resultantes de *colonizações de povoamento* implantadas no além-mar por imigrantes europeus. Ao contrário das colônias escravistas e das mercantis, originalmente muito mais prósperas, essas colônias de povoamento, ao não contar com metais preciosos, com condições ecológicas para a produção de gêneros tropicais para a exportação ou com densas populações suscetíveis de serem exploradas, estruturaram-se como economias pobres, mas autônomas, voltadas essencialmente para o provimento de suas condições de existência e progresso. Por essa razão, tampouco foram incorporadas ao sistema econômico mundial como formações dependentes típicas, não chegando a experimentar os tipos de estruturação sócio-econômica conducentes ao subdesenvolvimento que examinamos. Em conseqüência, suas classes dominantes surgiram com características opostas às das classes dominantes-subordinadas das sociedades dependentes.

Classes Dominantes-Subordinadas

Ali onde se cristalizou o subdesenvolvimento e a dependência — através do processo de incorporação ou atualização histórica — entre seus diversos síndromes se destaca o enrijecimento da classe dominante que não diferencia uma camada correspondente à burguesia nacional autonomista com interesses opostos aos dos estamentos tradicionais e aos da exploração imperialista. Em lugar deste desdobramento o que se verifica é a fusão dos diversos estratos da classe dominante em uma minoria estruturada para exercer conjuntamente a exploração das camadas subalternas e das oprimidas, mediante a imposição de uma ordem institucional que preencha os requisitos necessários ao exercício de suas prerrogativas senhoriais. Estes requisitos não importam na ruptura da unidade desta minoria mas, pelo contrário, na regulação de seus conflitos de interesses de modo a atingir dois objetivos comuns: primeiro, consolidar as formas de subordinação da mão-de-obra ao patronato, seja através da conscrição escravista, seja da assalariada ou de quaisquer outras formas. Segundo, manter os vínculos externos que viabilizam economicamente as sociedades coloniais e neocoloniais enquanto tais. O cumprimento destes objetivos converteu a independência latino-americana em uma farsa, porque perpetuou a sua condição de economias provedoras de certos

artigos, cuja exportação gera os excedentes absorvidos pelas metrópoles, os ganhos empresariais e as rendas que se distribuem internamente.

Nestas condições, não se observa aquela oposição irredutível entre o estamento arcaico — assentado no monopólio da terra e no gozo de regalias fundadas na tradição — e o estrato capitalista emergente, cujas oportunidades de riqueza e de poder dependiam da imposição de renovações estruturais que ensejassem a modernização tecnológica autônoma. Nas nações latino-americanas, o estamento tradicional é representado, principalmente, por um empresariado fazendeiro e minerador que já surgiu como patronato mercantil produtor de mercadorias de exportação dentro de uma formação colonial-escravista; por um patronato parasitário de mercadores e financiadores de safras, de armadores, importadores e exportadores e traficantes de escravos; e por um patriciado burocrático civil e militar de agentes da dominação colonial.

Durante todo o período colonial, estes três segmentos formavam, em conjunto, a cúpula de um sistema sócio-econômico de exploração, dentro do qual uns exerciam funções gerencial-econômicas e outros desempenhavam cargos públicos, de forma mais unitária que conflitiva. As principais oposições observadas entre estes segmentos eram as que contrapunham o patronato produtivo ao parasitário e ambos ao patriciado burocrático e clientelistico. A primeira oposição se manifestou, desde o início da colonização, nos conflitos entre a oligarquia fazendeira e os negociadores de suas safras, também provedores de escravos, que atuavam como intermediários entre o patronato local e os centros do comércio internacional. A oligarquia fazendeira e mineradora sempre se sentiu espoliada nesta relação, mas jamais pôde rebelar-se contra ela pelo caráter necessário de sua mutualidade dentro do sistema econômico, como produtores uns, e comerciantes outros.

Apesar de opostos, estes dois patronatos cresceram juntos, cada qual com seu estilo peculiar de vida e de trabalho. O patronato ativo, à frente de suas fazendas e minas, lidava com trabalhadores escravos ou livres para fazê-los produzir excedentes econômicos em quantia suficiente para atender aos compromissos financeiros já assumidos e alargar os bens de raiz, cuja posse lhes dava prestigio e poder dentro da classe dominante. O patronato parasitário, à frente de seus negócios, lidava com mercadorias e com dinheiro, operando principalmente na importação e na exportação. Ambos tinham de comum o exercício de funções econômicas de gerência de seus próprios bens, com o propósito de multiplicá-los dentro da mecânica

do sistema mercantil. Isso lhes permitiria perceber, com certa objetividade, quando perdiam ou quando ganhavam substância e, deste modo, definir a política econômica que mais lhes convinha.

O patriciado burocrático desenvolveu-se à parte, ocupado nas tarefas de ordenação social, de manutenção do sistema e de captação de recursos que devia remeter como tributos para a metrópole ou utilizar na contratação de serviços públicos e no seu próprio enriquecimento. Atuava numa dimensão distinta em que não podia contar com critérios de eficácia e racionalidade da mecânica mercantil de lucros e perdas, pois se orientava fundamentalmente pelas razões ditadas por sua função precípua: o exercício da exação colonial. Desse modo, a camada patricial fazia-se, com freqüência, demasiado extorsiva sobre os setores empresariais e desenvolvia, sempre que possível, uma postura clientelística e dadivosa.

Estas oposições geravam tensões permanentes entre os setores produtivos e os parasitários, e entre todos eles e os clientelísticos. Tais tensões eram, contudo, conciliáveis, e não conduziam a uma renovação estrutural. Assim é que muitos problemas comuns, como a espoliação colonial, e mesmo a substituição de metrópoles coloniais, puderam ser superados por arranjos entre estas camadas sem alterar substancialmente a cúpula da estrutura de poder. A oposição essencial era a que contrapunha as classes subalternas e as oprimidas às dominantes, gerando tensões que explodiam, por vezes, em movimentos insurrecionais. Estes serviam para advertir as classes privilegiadas da unidade essencial de seus interesses básicos. Nessas ocasiões, uniam-se todos na repressão a estes movimentos e na preservação, a qualquer custo, da estrutura global, mantendo cada estrato sua posição relativa.

Como se vê, os três segmentos básicos da classe dominante latino-americana são igualmente arcaicos, e igualmente atípicos em relação à configuração das classes dominantes nas formações capitalistas autônomas. Nenhum deles foi, em tempo algum, uma nobreza tradicional como tampouco foi uma burguesia. O que era originariamente um empresariado mercantil que operava em um contexto colonial-escravista se transformou depois em empresariado capitalista, operando dentro de um sistema neocolonial cujos vínculos externos jamais desejou romper para criar uma economia nacional autenticamente capitalista e autônoma.

Estes conteúdos de modernidade e de arcaísmo anteciparam estilos de ação empresarial que só surgiram mais tarde nas próprias metrópoles coloniais e restauraram formas superadas

de contingenciamento da mão-de-obra, como a escravista. Esta combinação de características heterogêneas colocou, precocemente, diante das nações subdesenvolvidas da América Latina, uma série de problemas atuais. Dentre eles, a inaptidão, comum às classes dominantes e às dominadas, de erigir uma nova ordenação social autônoma e progressista. Essa tarefa excedia à capacidade renovadora da classe dominante, que não tinha por que fazer a revolução capitalista, uma vez que já era capitalista, embora atípica, e porque já tinha o poder nas mãos. Desbordava, por igual, à capacidade de renovação das classes dominadas, divididas em dois corpos — os escravos e os homens livres — mais opostos uns aos outros que às classes dominantes. Se se tivessem unido, poderiam, talvez, impor uma reordenação social antioligárquica e antipatricial. Jamais se uniram. Em diferentes momentos históricos, cada um deles se sublevou isoladamente: os escravos, contra o sistema como um todo; os livres, contra a espoliação classista que sobre eles pesava, mas não contra o escravismo.

Por esta razão é que tantas insurreições de escravos e camponeses vitoriosas se perderam no passado, depois de tentativas vãs de estabelecer um regime igualitarista. Por isso também, às lutas de Independência se seguiu uma reordenação social que se capacitou prontamente para esmagar os levantes populares rurais e urbanos a fim de restabelecer, com pequenas alterações, as mesmas formas de contingenciamento da mão-de-obra ao trabalho e o caráter ancilar das economias nacionais, convertendo as antigas colônias em áreas de exploração neocolonial.

Esta dupla inaptidão histórica para a renovação por parte das sociedades nacionais latino-americanas perpetuou sua dependência durante todo o período colonial e reiterou-a quando emergiu uma nova conjuntura mundial ativada pela Revolução Industrial, só lhes proporcionando um desenvolvimento parcial e reflexo, pela via atualizadora. Mais uma vez, em lugar de estruturarem-se comunidades solidárias, embora estratificadas em classes e entidades políticas autônomas capazes de reger suas relações internas e estabelecer vínculos simétricos com o exterior, o que prevaleceu foi uma estruturação de proletariado externo. Vale dizer, uma organização social interna cruamente desigualitária, cuja população trabalhadora continuou sendo desgastada como combustível; uma ordenação nacional formalmente autônoma mas dependente de centros externos de poder hegemônico; e um sistema político nominalmente republicano, mas, de fato, oligárquico.

Esta reordenação social não exigiu nenhuma criatividade por parte da classe dominante-subordinada que a implantou. No

plano político, foi um transplante, com os devidos ajustes, do modelo liberal em seus aspectos formais, resultando numa república patricial. No plano econômico, uma adequação do empresariado preexistente a um papel mais desenvolto dentro do mercado internacional cujos agentes traziam, eles próprios, suas manufaturas e levavam matérias-primas e produtos tropicais.

O único esforço vigoroso consistiu em impedir que as energias populares desencadeadas pela luta autonomista desembocasse em uma revolução social como queriam as forças sociais mobilizadas para o Independência. E o instrumento básico para enfrentar esta ameaça foi a repressão a qualquer tentativa de levante. O que antes se considerava ação patriótica libertária passou a constituir motim e anarquia. Na verdade, as potencialidades das lideranças autonomistas recrutadas nos setores insurgentes das classes dominantes se esgotaram com a implantação de uma nova regência política patronal-patricial que manteve as velhas formas de conscrição da mão-de-obra passando a explorar em seu proveito as oportunidades de enriquecimento abertas com a inserção direta da América Latina independente no mercado mundial. As classes dominadas se viram, assim, órfãs de uma liderança burguesa que as elites dirigentes não podiam exercer porque não eram uma burguesia. E impedidas, elas próprias, de gerar seus líderes para uma revolução social para a qual não havia modelos anteriores ao socialista, então historicamente prematuro e impraticável.

Incapazes de romper esse estrangulamento por uma revolução social e incapazes também de uma abertura liberal burguesa, as nações latino-americanas se esclerosaram. Desde então vêm experimentando os tipos e os graus de modernização tecnológica e de progresso social compatíveis com a preservação dos interesses de suas classes dominantes-subordinadas e da exploração estrangeira. A estrutura de poder altera-se correlativamente, mais pela ampliação numérica da camada privilegiada e por certas especializações funcionais, do que pela mudança do seu caráter. Este permanece sendo o de uma minoria patronal estruturada para explorar as fontes de riqueza através do contingenciamento da mão-de-obra disponível, e de uma minoria patricial-burocrática, organizada para institucionalizar a ordem desigualitária e para mantê-la pelos mecanismos da repressão e do suborno.

Nesta conjuntura se inserem dois segmentos novos na classe dominante latino-americana. O primeiro deles de caráter gerencial-burocrático, representado pelos agentes das companhias estrangeiras que, após a Independência, vieram promover a modernização tecnológica, renovando dessa forma o antigo patro-

nato parasitário de importadores e exportadores. O segundo, representado pelo empresariado industrial, que cresceria na proporção em que se ampliava o mercado interno e à medida que se reduzia a capacidade de importação. Aproveitava assim os períodos de crise em que o domínio econômico das potências industriais não podia exercer-se com plenitude, para criar empresas locais competitivas. Este último estrato foi tido, muitas vezes, como o equivalente da burguesia para as nações subdesenvolvidas, dada a oposição aparentemente irredutível entre os seus interesses de ampliação do mercado interno, por meio de uma reforma agrária, e os privilégios da oligarquia latifundiária; e entre a aspiração de explorar privativamente esse mesmo mercado e os interesses exógenos dos agentes importadores e das empresas estrangeiras. Surgindo, porém, tardiamente, e recrutada quase sempre no antigo patronato, esta nova classe empresarial jamais se proporia uma reordenação do sistema, que já encontrara institucionalizado de forma capitalista. Muito ao contrário, procuraria nele inserir-se como um novo beneficiário que operava antes em associação do que em oposição aos demais.

Vista em conjunto a classe dominante das nações latino-americanas, observa-se que, ainda hoje, ela se divide nesses conteúdos complementares: o patronato, o estamento gerencial estrangeiro e o patriciado burocrático. Verifica-se, também, que no patronato se diferenciam, funcionalmente, uma camada mais conservadora, representada pela velha oligarquia fazendeira e um setor empresarial moderno, e que ambos têm interesses enlaçados com os agentes da exploração imperialista. O patriciado se diferencia também em vários subgrupos, como os políticos profissionais, os militares, as cúpulas das principais instituições reguladoras, como sejam os magistrados, o clero e as eminências da tecnocracia e da intelectualidade oficial.

Existe, evidentemente, um intenso trânsito entre o estrato patronal e o patricial-burocrático, seja porque o exercício de funções públicas dá oportunidade de enriquecimento, seja porque a riqueza suscita apetites de poder e enseja sua conquista. Enquanto paradigmas teóricos, no entanto, estes dois componentes retratam os conteúdos básicos da estrutura solidária de poder dentro da qual um exerce principalmente o domínio econômico e, o outro, o poder político, decorrente do desempenho de funções públicas das quais aufere o mando e às vezes também riqueza.

Com base nesta bipartição da classe dominante é que examinaremos, a seguir, a estrutura tradicional de poder das nações latino-americanas, atentando tanto para seus componentes como para suas relações de reciprocidade e para seus confli-

tos. Analisaremos, em primeiro lugar, o contingente patronal em seus componentes oligárquico e moderno, enquanto forças ao mesmo tempo promotoras e constritoras do progresso de suas sociedades, que atuam mediante a exploração econômica. E depois, o contingente patricial, pelo estudo das formas de organização do poder político como mecanismo de manutenção da ordem tradicional contra as aspirações de progresso e renovação social das camadas populares.

Nesta segunda análise, daremos especial atenção à competição entre os dois setores principais da elite dirigente: os políticos profissionais e os hierarcas militares, cujos conflitos constituem a principal fonte das tensões que se desenrolam na esfera do poder político. E são também o sintoma maior da obsolescência da estrutura de poder das nações latino-americanas, incapazes de criar um sistema político estável fundado num consenso generalizado que as coloque a salvo de sedições militares periódicas. E incapazes, também, de superar suas deficiências através do jogo destes conflitos internos das classes dominantes.

Esta análise nos conduzirá ao estudo das antielites, que emergem como produto dos vazios de poder que surgem nas instâncias de crise do sistema, ainda incapazes de lhe dar solução, mas anunciadoras de lutas mais radicais, de caráter revolucionário. Estas últimas serão estudadas nos capítulos finais dedicados à análise das forças sociais virtualmente insurgentes e do caráter da revolução latino-americana.

7. O patronato

A designação *patronato* se refere a todo tipo de grandes proprietários dos meios de produção, que exercem funções de exploração econômica. Apesar de sua uniformidade essencial, cabe distinguir em cada situação histórica concreta o patronato predominante. Este é representado por aqueles empresários que, atuando no setor mais dinâmico ou mais próspero da economia, conseguem impor sua supremacia aos demais e aplicar à sociedade as diretrizes econômicas que atendem a seus interesses, fazendo-se respeitar pelos poderes públicos, cuja composição, com freqüência, influenciam.

Exemplos característicos de patronatos predominantes são as chamadas oligarquias latino-americanas. Seus traços sobressalentes têm sido: a continuidade temporal de sua hegemonia, a qual lhes permitiu cristalizar um perfil senhorial típico, expresso por seus membros ao longo de gerações; e seu caráter de agentes "consulares" da economia metropolitana que fazem produzir localmente os bens requeridos pelo mercado externo. Este foi o caso, em certas regiões da América Latina, dos mineradores de ouro, prata e pedras preciosas; mais tarde, dos produtores de cobre e estanho e mais recentemente de ferro, manganês, petróleo, etc. Em outras regiões, o dos senhores de engenho da economia produtora de açúcar do Brasil e das Antilhas, bem como das grandes plantações de exportação de cacau, café, frutas, etc. Em cada caso, esses patronatos eram representados por amplos conglomerados que incluíam tanto empresários estrangeiros como nacionais e tanto os produtivos como os parasitários, muitas vezes com interesses incidentalmente opostos embora intrinsecamente complementares, enquanto agentes econômicos especializados em fases ou funções de complexas operações destinadas a produzir e vender certos bens para obter lucros. A estrutura de poder de cada região foi sempre fortemente marcada pelo predomínio de interesses dessas diversas oligarquias.

A estes ramos do patronato tradicional oligárquico juntaram-se, posteriormente, novas categorias representadas por empresários modernos, especializados principalmente na exploração do mercado interno e em negociar com os órgãos estatais. Ao mesmo tempo se modernizaram muitos dos antigos, tanto produtivos (agrícolas e mineradores) como parasitários (bancários e comerciais), dando lugar ao surgimento de diversos tipos de empresários com novos estilos de gestão. Estes desdobramentos, estruturados embora como novos patronatos predominantes, competitivos com os antigos e destinados a suplantá-los, não atuam no cenário sócio-político como opositores da velha ordenação oligárquica. Pelo contrário, encontrando esta ordenação já assentada, procuram acolher-se sob suas instituições, cujos mecanismos de perpetuação da ordem, de conscrição da mão-de-obra, de enriquecimento e usufruto de privilégios utilizam ao máximo a fim de prosperar social e economicamente.

As oposições inevitáveis de interesses entre estes patronatos, suas diferenças de grau de tecnificação, modernidade e eficácia operativa dão lugar a múltiplas formas de competição que desalojam muitos dos membros da antiga oligarquia, substituindo-os por empresários modernos. Entretanto, esta mudança se realiza antes como uma modernização dos velhos contingentes patronais que como uma sucessão entre dois patronatos irredutivelmente opostos. Dessa forma, pode-se distinguir hoje no patronato da América Latina, por um lado, as camadas residuais de sobreviventes da velha oligarquia representados principalmente pelos latifundiários; e do outro, os contingentes patronais modernos dedicados a toda sorte de atividades econômicas, mas unificados quanto ao estilo de gestão e à capacidade de empreender a tecnificação de suas empresas.

Nestas circunstâncias, as principais diferenças que se observam no âmbito deste patronato moderno são, em primeiro lugar, as que opõem o empresarial, que atua no setor privado, ao contratista, que negocia principalmente com o setor público; e em segundo lugar, as que contrastam o patronato autêntico de proprietários de suas empresas, do estamento híbrido constituído pelos gestores de empresas alheias, principalmente a poderosíssima camada formada pelos diretores das empresas multinacionais.

O problema que se coloca aqui é compreender as causas estruturais responsáveis pela incapacidade histórica deste patronato para promover o desenvolvimento autônomo de suas nações. Com efeito, ele foi capaz de criar e gerar os tipos mais diversos de empresas, algumas delas prodigiosamente rentáveis, mas mesmo nestes casos criou sempre uma prosperidade não

generalizável à população aliciada como força de trabalho. Esta inaptidão se explica por duas ordens de constrição funcional inerentes à atuação dos patronatos das formações dependentes. Tais são: a constrição oligárquica e a constrição imperialista, conjuntamente responsáveis pela perpetuação do subdesenvolvimento. A primeira delas tem como mecanismos essenciais de ação, por um lado, o monopólio da terra como modo de contingenciamento da mão-de-obra rural ao trabalho nas fazendas; e, por outro, a tecnificação das empresas urbanas como um movimento de modernização reflexa. A segunda opera através do controle do sistema produtivo pelos interesses estrangeiros que o conformam como um apêndice externo de economias cêntricas destinado a cumprir funções complementares e a gerar lucros exportáveis.

A Oligarquia

A constrição oligárquica é exercida pelo patronato latifundiário e pelo patronato parasitário. Sua magnitude pode ser medida estatisticamente através dos censos agrícolas referentes ao conjunto da América Latina. Eles demonstram que, em 1950, 72,6% dos estabelecimentos rurais com menos de 20 hectares controlavam 3,7% da superfície total, enquanto que 1,5% dos estabelecimentos com mais de 1.000 hectares controlavam 64,9% da mesma. Estes números exprimem a apropriação monopolística da terra para usá-la ou não usá-la, segundo interesses minoritários. E, sobretudo, para através desta apropriação compelir as multidões camponesas a servir ao senhorio das terras; ontem, na condição de escravos, hoje na de parceiros ou assalariados agrícolas. Em 1960, perto de 100 milhões de latino-americanos formavam sua massa rural, que constitui um vasto rebanho humano, livremente transladável ou repartível em lotes para trabalhar nas fazendas. Moram em ranchos feitos com suas próprias mãos com os materiais mais precários; suportam níveis incomprimíveis de consumo; não têm acesso à educação ou à assistência sanitária, nem direito à sindicalização. Vivendo sob tamanho jugo, esses milhões de latino-americanos não atingem graus mínimos de consciência para o exercício do papel de cidadãos ou para a rebelião contra o sistema.

Uma ordenação desta natureza, que opõe uma minoria fazendeira a enormes massas deserdadas, não pode surgir nem manter-se espontaneamente. É o fruto do modo de implantação das sociedades latino-americanas como feitorias coloniais e é o objeto do desvelo de máquinas repressoras mantidas desde sempre para garantir a perpetuação desta ordem desi-

gualitária. Os governos e seus políticos, os exércitos e as polícias, as igrejas, a imprensa e as associações patronais têm todos como sua função precípua contribuir para a paz e a tranqüilidade social dentro desta ordenação.

Acresce, porém, que o latifúndio exige do sistema político não apenas a perpetuação do monopólio da terra em que se assenta e a subjugação da população rural que explora diretamente. Exige, também, como condição de seu funcionamento, a criação e o sustento de inúmeros órgãos de amparo à monocultura e ao comércio de exportação. Exige, ainda, que a orientação da política financeira nacional atenda prioritariamente a seus interesses, mediante desvalorizações periódicas da moeda, concessões de subsídios e decretação de moratória. Através desses mecanismos, a grande lavoura de exportação, tão ciosa de suas regalias privatistas, se faz a principal força de compulsão sobre o Estado para que intervenha na vida econômica com o fim de "socializar" seus prejuízos, obrigando toda a população a pagar os *déficits* ocasionais de seus negócios. Sua combinação de exploração econômica, despotismo político e favoritismo permitiu manter por séculos este sistema agrário de exportação, incapaz de produzir alimentos para a crescente população latino-americana, mas apto a assegurar, através de gerações, a precedência social e a riqueza correlativa de uma parcela da classe dominante.

A influência política do latifúndio é exercida principalmente através do seu poderio eleitoral. Controlando os votos das enormes massas rurais encerradas em suas fazendas, elege governadores, senadores e deputados, com maiorias tanto mais expressivas quanto maior seja o domínio latifundiário sobre cada região. Cada um destes políticos conhece bem os limites de liberdade que lhe dão esses votos indispensáveis para suas reeleições, quando se trata de deliberar sobre assuntos que afetem a estrutura da propriedade, a economia agro-exportadora e o estatuto do trabalhador rural. Deste modo, nas democracias-fazendeiras da América Latina, as minorias se fazem efetivamente a maioria do sistema representativo e, como tal, o verdadeiro poder controlador da máquina do Estado e de todos os seus serviços. Desta situação resulta um pacto tácito entre os políticos patriciais e os latifundiários, segundo o qual nenhum interfere nos negócios do outro que são a fazenda-pública para o patriciado e a fazenda-privada para o latifundiário.

Além desta clientela político-burocrática, a economia agrícola de exportação gerou um vasto patronato parasitário devotado às atividades comerciais e creditícias que não só cresceu até constituir o principal grupo econômico das nações subdesen-

volvidas como também se modernizou aceleradamente. Tal é a plêiade dos banqueiros e seguradores, financiadores de safras, empresários do comércio de exportação, agentes aduaneiros, contrabandistas que, em conjunto, movimentam enormes montantes de dinheiro e de crédito, enriquecendo com a intermediação, o açambarcamento e a especulação.

O destino deste contingente moderno do patronato parasitário está tão ligado ao do sistema vigente que a manutenção do latifúndio, da monocultura e do caráter neocolonial da economia, também para ele constitui razão de sobrevivência. Ele é o controlador real da política monetária e de câmbio, cuja regulamentação se mantém ou se altera segundo os interesses e compromissos da agricultura comercial e de cuja execução é o agente imediato. Através de sua ação junto aos órgãos públicos é que se decide da cotação da moeda, do subsídio das safras vendáveis ou invendáveis, ou da queima de colheitas excedentes. Por estes procedimentos, enormes parcelas de recursos públicos se destinam a um ou a outro setor econômico, nunca em razão das conveniências sociais ou nacionais, mas tão-somente na busca da maximalização de seus lucros.

Nesta mesma categoria oligárquica modernizada deve ser incluída aquela parcela do empresariado que Hélio Jaguaribe (1964) designou como "cartorial", e Caio Prado Jr. (1966) como "comercial", especializado em negociar com os órgãos públicos. Tais são, principalmente, os "fornecedores" das forças armadas, dos órgãos da administração civil e das autarquias; os empreiteiros de obras públicas, no setor de transportes e de edificações. Todos eles atuam, natural e necessariamente, como corruptores porque seu negócio depende inteiramente das oportunidades oferecidas pelos agentes governamentais. Nestas circunstâncias, desenvolvem um extraordinário interesse pela vida política e administrativa, como o meio de estabelecer ligações que lhes dêem acesso aos altos quadros da administração pública, através dos quais se asseguram contratos de fornecimento. Convivem, por isso, com todos os partidos mas, sobretudo, com todos os governos, acercando-se de cada burocrata cujo poder de mando possa proporcionar oportunidades de negócios. Por esta razão, desenvolvem uma atitude eminentemente dúbia que os induz a apoiar com igual entusiasmo tanto medidas nacionalistas de intervencionismo estatal na vida econômica, como uma política oposta, de subalternidade e entreguismo, sempre com os olhos postos nos lucros que esse apoio possa gerar.

Estes setores do empresariado burocrático — porque dependente do erário público — atuam em todas as esferas da vida

nacional e regional, desde o município até a nação, onerando e degradando os serviços públicos, porque lucram com o que deles retiram mais do que lucrariam nas operações com particulares; porque, para conseguir os contratos, devem subornar e, ainda, precaver-se contra os atrasos de pagamento decorrentes da burocratização.

A vinculação dos círculos político-patriciais com os dois contingentes principais do patronato parasitário — o comercial-financeiro e o dos empreiteiros e fornecedores — constitui uma das principais teias de reciprocidade de interesses da classe dominante. Nesta teia, os interesses contrapostos de produtores competitivos, de setores econômicos opostos como o agrícola e o industrial, de produtores e intermediários e até a oposição entre empresas nacionais e estrangeiras, se unificam todos numa unidade maior. A coesão assim alcançada torna impossível dissociar a luta antiimperialista da antioligárquica, partes que são de um sistema integrado e autoperpetuante.

A presença dos quadros superiores deste patronato parasitário e de seus agentes na cúpula dos ministérios da fazenda e da economia, de obras públicas, de transportes, dos bancos oficiais, das autarquias estatais, da alfândega, dos órgãos de incentivo à produção, de controle de preços, de abastecimento de gêneros e inúmeros outros é que empresta unidade de ação ao patronato nacional e garante o funcionamento do sistema de acordo com interesses minoritários, tanto oligárquicos como imperialistas. Onde quer que estes interesses coincidam incidentalmente com os do desenvolvimento nacional, as nações subdesenvolvidas experimentam algum progresso. Onde eles se opõem, prevalecem os interesses minoritários, ainda que ísto signifique a condenação do país ao atraso e à penúria.

Tal é o patronato tradicional da América Latina. Embora mantivesse no curso do tempo muitas de suas características essenciais, experimentou uma sensível modernização nas últimas décadas. Sem embargo, não se converteu numa "burguesia"; apenas se ajustou às exigências dos novos papéis que passou a desempenhar. Dessa forma, uma parcela do estrato oligárquico — tanto o fazendeiro como o minerador, como o parasitário — ganhou novas roupagens, fazendo-se um patronato moderno dividido em dois corpos: o *empresarial* (agrícola, industrial ou comercial) e o *contratista* (empreiteiro de obras públicas, fornecedor de produtos às repartições públicas, etc.); e, por outro lado, convertido em associado menor de um sistema econômico mundial regido por uma potência superimperialista, na qualidade de co-proprietário ou gerente das grandes empresas multinacionais.

O Empresariado

O principal componente do patronato moderno é constituído hoje pelos empresários industriais. Tanto se tem escrito sobre o seu suposto papel desenvolvimentista que ele é geralmente identificado como a "burguesia nacional" e progressista da América Latina. Esta conceituação é defendida tanto pela direita, que vê nele o empresariado renovador de estilo schumpeteriano, capaz de implantar um verdadeiro sistema capitalista e democrático, como pela esquerda, que dele espera o papel de força política aglutinadora do pacto nacional antioligárquico e antiimperialista capaz de instaurar um regime "democrático-burguês".

A primeira tese, formulada como principal receita do "desenvolvimentismo", apresenta o empresariado moderno, especialmente o industrial, como o agente histórico do progresso. Em seu afã de enriquecimento, ele constituiria o próprio motor do desenvolvimento, desde que lhe fossem garantidas condições de livre acesso ao mercado, de competição entre as empresas e de incentivo às inovações tecnológicas. Este tipo de análise é, porém, uma simples projeção sobre a realidade das nações subdesenvolvidas de observações concernentes à burguesia dos *modelos precoces de desenvolvimento industrial.*[24] O irrealismo desta tese é tão evidente que sua reiteração constante só se explica porque as análises nela fundadas são procedimentos de doutrinação e não esforços de compreensão da realidade.

Desde os primeiros passos de sua integração na economia mundial, os povos subdesenvolvidos das Américas contaram com empresários tanto nativos quanto estrangeiros, armados todos destas apregoadas virtudes. Foram eles os ousados pioneiros que ressuscitaram o escravismo de tipo greco-romano nas Américas, que criaram a *plantation* e que estabeleceram o primeiro sistema econômico de base mundial. Nesse sentido, foram os agentes da acumulação capitalista que permitiu acelerar o amadurecimento do capitalismo na Europa e conduzi-la depois à industrialização.

Para os povos atrasados, porém, estes "empresários" foram e são ainda os fatores de sua espoliação e os mantenedores do seu atraso. Primeiro, na qualidade de promotores do saqueio que se seguiu à conquista; depois, de agentes locais de um sistema de exploração colonial, de caráter mercantil-salvacionista ou capitalista-mercantil; mais tarde, como arquitetos e associados da formação imperialista industrial em que ascenderam à condição de classe dominante de sistemas econô-

24. Referimo-nos à via pela qual a Inglaterra, França, os Países Baixos e os Estados Unidos se estruturaram como economias capitalistas autônomas (Vide D. Ribeiro, 1970).

micos neocoloniais. Nos três ciclos, este empresariado sempre agiu como a principal força de imposição do caráter dependente das economias latino-americanas, que as induziu para a via da atualização histórica. Conseqüentemente, jamais aspirou a alcançar uma verdadeira autonomia diante dos centros reitores de dominação e um mínimo de diferenciação interna de funções que tornasse possível o amadurecimento de uma burguesia inovadora.

A *bourgeoisie conquérante* do capitalismo internacional e seus representantes locais nas nações subdesenvolvidas desempenharam, na verdade, um papel importante na modernização reflexa da América Latina. Mas esgotaram suas potencialidades renovadoras nesta função, em virtude do imperativo a que estavam todos submetidos de desenvolver as áreas periféricas de dominação colonial ou neocolonial, como formações ancilares dos centros imperialistas industriais.

Assim se vê que as análises de Marx e de Schumpeter sobre o papel revolucionário da burguesia nacional só se aplicam às situações de aceleração evolutiva. Nas estruturas conformadas pela atualização ou incorporação histórica e, por isto mesmo, condenadas ao subdesenvolvimento, seu papel é precisamente o oposto ao do empresariado autônomo e renovador porque exerce uma função constritora tão danosa quanto a da oligarquia latifundiária.

Quando uma parcela das classes dominantes locais se desdobrou em um empresariado nativo, este não surgiu nem mais capitalista nem mais inovador do que seus antecessores, senão como o explorador de uma nova fonte de enriquecimento propiciada pela produção de manufaturas. Este novo empresariado cresce num contexto local e numa conjuntura mundial distinta da européia, o que lhe imprime um perfil peculiar. Primeiro, porque cresce ao lado e não por cima da oligarquia latifundiária e do patronato parasitário. Segundo, porque se multiplica em associação e não em contraposição à exploração imperialista. Terceiro, porque, surgindo tardiamente, jamais chega a disputar a hegemonia política aos velhos estamentos, contentando-se em participar do sistema como um associado menor com interesses específicos.

Por todas estas razões é que o empresariado moderno latino-americano não pode ser concebido como um contingente renovador da estrutura social, destinado a transfigurá-la mediante a proscrição de seus conteúdos mais arcaicos e a renovação da ordem social de modo a favorecer as classes subalternas e as oprimidas. Para comprovar esta asserção basta examinar a conduta do empresariado industrial em relação à reforma agrária

e à luta antiimperialista. Na verdade, ele jamais se colocou como grupo em oposição ao latifúndio. Nem mesmo chegou a apoiar as campanhas pela reforma agrária apresentadas como modo de ampliação do mercado interno, de preservação do sistema capitalista pela multiplicação do número de proprietários e como saída para dirimir os graves conflitos sociais de seus países. Muito ao contrário, sempre manifestou sua apreensão para com estas "agitações demagógicas" e sua solidariedade para com a velha ordem. Esta atitude é, de resto, a mais compreensível, porquanto muitos empresários industriais saíram da velha oligarquia fazendeira e outros nela ingressaram, depois de enriquecidos, pelo prestígio que confere a propriedade de uma fazenda, sobretudo se esta tem uma velha sede senhorial. Mesmo os que postulam, teoricamente, a reforma agrária, se apavoram e recuam diante das campanhas reformistas impulsionadas por setores populares. A intervenção das camadas mais humildes da população no processo político, como força de pressão, tem o efeito de aprofundar neles a convicção de que lhes cabe defender o regime como um todo e paralisar, a qualquer custo, esses movimentos, intrinsecamente subversivos, que hoje reclamam a reforma agrária mas amanhã podem aspirar ao socialismo.

Do mesmo modo, jamais encontramos este empresariado opondo-se, por suas associações patronais, à exploração imperialista. Muito ao contrário, o encontramos, com freqüência, associado aos agentes do capital estrangeiro para combater o "estatismo" e hostilizar as empresas estatais. Do conjunto da grande indústria, só a empresa estatal se opõe realmente aos interesses exógenos. Mesmo esta o faz dentro dos acanhados limites admitidos por gerências burocráticas impostas pelo patriciado, tendentes a geri-las com espírito privatista.

Efetivamente, as empresas estatais surgiram na América Latina — não de reclamos do empresariado moderno mas contra a sua vontade — por iniciativa de grupos políticos nacionalistas e renovadores. Nesse caso, o empresariado agiu quase sempre como se preferisse que a implantação das indústrias de base fosse promovida pelas grandes corporações internacionais, manifestando a admiração mais exaltada por seu desenvolvimento técnico e por sua eficácia administrativa. Na realidade, o próprio empresariado industrial se comporta como se se contentasse em continuar sendo o pequeno e médio proprietário de indústrias de consumo, que especula com favores cambiais e com empréstimos governamentais para aumentar suas empresas associando-se, ao mesmo tempo, às companhias estrangeiras para garantir-se assistência técnica. Só quando estas pe-

netram no seu ramo de negócios com novas empresas que tornam obsoletas todas as antigas é que o empresariado industrial se exaspera. Ainda assim, se manifesta com a compostura de quem deseja antes uma medida paternal de amparo por parte do governo, do que o estancamento do mecanismo de recolonização da economia nacional pelas grandes corporações internacionais.

Só em situações circunstanciais surgem oposições entre o patronato moderno e os interesses da grande lavoura e das corporações internacionais. Mas se limitam, quase sempre, a disputas com respeito à política cambial e monetária e se resolvem como acordos entre associados, sob a vigilância do patronato bancário e do patriciado político.

Antes da guerra, as tensões interimperialistas — cujos interesses se faziam representar na América Latina por empresas competitivas — davam a estes setores patronais um aspecto de área conflitiva. Depois da guerra, com a hegemonia do domínio econômico norte-americano e devido à expansão da área socialista, consolidou-se a unidade essencial de todo o patronato. Desde então, tornaram-se mais freqüentes, em suas associações de classe, os pronunciamentos em defesa do capital estrangeiro, do que a tomada de posição contrária à sua infiltração. Em face da nova conjuntura mundial, os líderes da indústria revelavam maior apreensão do que entusiasmo com o processo de descolonização em curso, mostrando-se sempre favoráveis às cruzadas intervencionistas norte-americanas na América Latina e em todo o mundo. Suas posições são, hoje, profundamente solidárias com as do latifúndio e as do imperialismo empenhados na manutenção do *status quo*. Seu desenvolvimentismo apenas atinge o limite de um grupo modernizador que atua no enquadramento de uma industrialização recolonizadora, por ele saudada como o caminho do progresso para a América Latina.

Como se vê, o empresariado moderno latino-americano já nasceu inabilitado para o papel demiúrgico que lhe querem atribuir certos setores da direita e da esquerda. Já nasceu obsoleto porque, surgindo tardiamente para uma auto-afirmação competitiva no âmbito internacional, defrontou-se com a potência das grandes corporações internacionais. E porque se desenvolveu dentro de um contexto nacional previamente ordenado no enquadramento capitalista pelo patronato tradicional, que o precedera no exercício das funções de produtor ou exportador de alimentos e de matérias-primas e importador de manufaturas.

No plano político, ao contrário do patronato fazendeiro, o empresariado industrial não conta com o controle eleitoral das

massas urbanas, que crescem ao redor de suas fábricas. Depende, por isso, de uma estrutura de poder polarizada por outras forças: o patriciado político associado desde sempre à oligarquia, ou os governos autocráticos. Prefere, no entanto, o primeiro, porque se sente mais seguro diante de um grupo tradicional e clientelístico, facilmente controlável e subornável, do que diante das "demagogias ditatoriais" propensas a fomentar o sindicalismo e o estatismo nacionalista, ou diante dos governos reformistas, propagadores de movimentos populares que colocam em risco a estrutura de poder.

Sua atitude é de reserva e até de temor diante das campanhas políticas das forças progressistas, empreendidas em nome da defesa dos interesses da "burguesia nacional". Surgem, assim, situações paradoxais em que as lideranças que buscam o apoio eleitoral das massas urbanas para medidas de defesa da indústria nacional têm de fazê-lo em virtude do conteúdo nacional e antiimperialista destas medidas, mas sem contar com qualquer sustentação por parte do grupo aparentemente mais interessado nelas. Este fato demonstra que o imperativo da luta antiimperialista, como condição necessária do desenvolvimento nacional, é percebido pelas massas assalariadas, que amparam com seus votos os políticos nacionalistas; mas não comove o patronato empresarial que, em última análise, não aspira a substituir-se às empresas estrangeiras mas tão-somente a coexistir com elas e também que, entre as empresas estatais e as corporações internacionais, prefere estas últimas.

Grande parte do patronato industrial da América Latina progrediu da condição de imigrantes pioneiros proprietários de oficinas fabris, montadas antes à base dos seus conhecimentos da tecnologia industrial do que da posse de capitais. Cresceu atraindo sócios do antigo patronato nas quadras de crise da economia agropastoril em que este via oportunidades de auferir maiores lucros nos novos negócios do que na ampliação das fazendas. Nesta progressão, os novos industriais passam de "estrangeiros" — que exerciam um papel civilizador pela difusão de uma nova tecnologia — a "nacionais" exaltados, como costuma ser a primeira geração de descendentes de imigrantes que precisa provar seu nativismo; e, finalmente, a "cosmopolitas", da segunda geração em diante. Tal ocorre, tanto pela sua fusão com o velho e alienado patronato nativo, quanto por sua associação com empresas estrangeiras e, ainda, pela sua identificação com os destinos do capitalismo no mundo contemporâneo.

A afirmação do caráter nacional deste empresariado era uma virtualidade que poderia haver desabrochado se ele não se

associasse à velha classe patronal, assumindo sua postura *consular*. E se ele não tivesse de enfrentar a avalancha da industrialização recolonizadora realizada através da instalação de fábricas locais das grandes corporações internacionais a que teve de acomodar-se, cosmopolitizando-se. Isto não significa que não se registrem exceções. Nas classes dominantes, nas intermediárias, nas subalternas e até nas oprimidas de todas as sociedades, encontram-se sempre indivíduos que transcendem ao nível de consciência que a realidade social confere coletivamente à sua classe. A mesma coisa ocorre, naturalmente, nas camadas empresariais das sociedades subdesenvolvidas que oferecem muitas vezes exemplos de uma consciência social e de uma postura política mais leais aos interesses da sociedade nacional como um todo, do que para com os interesses privatistas de seu estamento social. As próprias condições de subdesenvolvimento, com seus contrastes de riqueza ostentatória e de miséria indisfarçável, suscitam estas tomadas de consciência individual e podem conduzir até a que se ganhe para os movimentos de reforma estrutural a aliança de alguns membros da classe dominante. Estas exceções, porém, não desnaturam as classes sociais, nem afetam substancialmente sua conduta estamental.

Surgindo e crescendo dentro destes contingenciamentos, o empresariado moderno incapacitou-se até mesmo para as tarefas históricas que lhe pareciam caber privativamente, quais sejam, a integração da força de trabalho no sistema institucional e a implantação de uma infra-estrutura energética e siderúrgica necessária à industrialização autônoma. Ambas foram promovidas por governos autocráticos através da sindicalização e da criação das empresas estatais. Esta incapacidade é mais um síndrome do subdesenvolvimento que, deformando toda a classe dominante da América Latina para transformá-la em força indutora da atualização histórica, compeliu o próprio empresariado industrial nativo a converter-se em agente ou sócio da industrialização recolonizadora, regida pelas grandes corporações internacionais. Outro síndrome é a atitude parasitária que penetrou profundamente o empresariado industrial, fazendo-o conceber-se como uma elite sacrificada em seu papel de motor do progresso e, por isto, merecedora de toda a sorte de favoritismos estatais. Sua técnica para obter o amparo clientelístico do Estado vai desde a pressão publicitária sobre a politica econômica do governo, sempre que este procura defender o poder de compra dos salários contra a inflação, até as ameaças de agravamento dos problemas sociais, nos períodos de crise, pela dispensa maciça de seus operários.

Nos países latino-americanos em que o efeito multiplicador das inversões estatais na indústria de base conseguiu acelerar o processo de modernização reflexa, o empresariado moderno procurou beneficiar-se com empréstimos públicos de favor para ampliar seus negócios. Passou, então, a competir com as grandes corporações internacionais; estas, contudo, apoiadas no avanço tecnológico, a capacidade de mobilizar capitais e o amparo do governo norte-americano, acabaram monopolizando e esgotando as possibilidades de industrialização substitutiva, convertendo-a simultaneamente numa industrialização recolonizadora.

Tendo perdido seu único trunfo na disputa que era o acesso privilegiado ao mercado interno, o empresariado nativo passou a ser drasticamente absorvido pelas companhias estrangeiras. Os que sobreviveram, vão-se convertendo, progressivamente, em associados menores das grandes corporações e, como tal, mais dispostos do que nunca a agir como força politica integrada no regime, tendente a perpetuar suas bases: o latifúndio e a exploração estrangeira. Por estas razões, o empresariado industrial viu-se dividido em dois grupos: o dos bem sucedidos, quase todo convertido em agente do capitalismo-cosmopolita que opera como força auxiliar do patronato tradicional de latifundiários e de negocistas parasitários; e o dos fracassados, representados pelos pequenos empresários, submetidos ao domínio econômico do capital estrangeiro e só hostil a ele na medida em que se sentem ameaçados de absorção pelas grandes empresas no seu processo natural de crescimento e concentração para a produção em grande escala. Nesse sentido, sua hostilidade não se volta contra o imperialismo, mas contra alguns efeitos do próprio capitalismo que lhe são prejudiciais.

O Estamento Gerencial Estrangeiro

A segunda força constritora do progresso das nações subdesenvolvidas da América Latina é representada pelos interesses imperialistas. Sua importância pode ser apreciada através de estatísticas divulgadas nas publicações dos serviços especializados das Nações Unidas. As entradas de capital estrangeiro na América Latina no após-guerra (1945-1962) alcançaram 13 bilhões de dólares, incluídas as reinversões, enquanto que as remessas de lucros ascenderam a 17 bilhões, resultando um saldo negativo de 4 bilhões. No mesmo período, homens de negócio e políticos latino-americanos remeteram para o estrangeiro 5 bilhões de dólares. Ainda neste período, o *déficit* da balança de pagamentos da região foi de 4 bilhões de dólares, transforma-

dos em dívidas governamentais (ONU 1964: 85,117,190). A estes 13 bilhões de *déficit* se devem acrescentar, ainda, cerca de 24 bilhões correspondentes às perdas latino-âmericanas no após-guerra resultantes da degradação dos preços de seus produtos de exportação. Como se vê, a América Latina perdeu 37 bilhões de dólares no intercâmbio comercial do após-guerra até 1962. Como o desequilíbrio vem-se acentuando, desde então, em prejuízo da América Latina, pode-se avaliar em 50 bilhões o aporte dado pelas Américas Pobres à América Rica, entre 1945 e 1970.

Este balanço sucinto mostra o quanto a penúria dos povos latino-americanos é lucrativa para as nações imperialistas, sobretudo para a América do Norte. Revela, também, que os norte-americanos têm boas razões para manter um sistema que lhes é tão altamente favorável. Nestas circunstâncias, a preservação e a ampliação de suas empresas exploradoras de riquezas naturais e apropriadoras do produto do trabalho dos povos latino-americanos torna-se, naturalmente, uma poderosa razão de Estado e, como tal, objeto do desvelo das embaixadas americanas e dos seus serviços de espionagem e sedição. E, por igual, a preocupação dos "cientistas-funcionários" que têm o encargo de demonstrar que o sistema não é apenas inevitável mas também desejável.

Esta massa de interesses econômicos não é representada por um patronato de proprietários, mas por um estamento de caráter burocrático: os grupos gerenciais, que comandam localmente as empresas estrangeiras, e os corpos técnico-profissionais postos a seu serviço. Esta caracteristica é que nos obriga a qualificá-lo como um estamento e a diferenciá-lo dentro da classe dominante como um segmento singular e predominante.

Através dele é que se exerce a constricção imperialista, mediante a implantação de sucursais das grandes empresas monopolísticas internacionais e sua associação com empresas nominalmente nacionais. Elas operam em todos os campos da atividade econômica, mas se concentram, principalmente, em cinco deles. Primeiro, no controle do comércio exterior, conjuntamente ou em substituição ao velho patronato parasitário. Para as empresas imperialistas, este setor gera lucros maiores e mais regulares do que as próprias atividades produtivas. As exportações latino-americanas de petróleo, minério, café, cacau, açúcar, carne, lã, algodão, frutas e outros produtos, bem como a importação de manufaturas, de derivados de petróleo, de máquinas são, hoje, controladas quase monopolisticamente por empresas estrangeiras, sobretudo norte-americanas, que jamais puderam ser desalojadas. Os raros esforços empreendidos em alguns países para se libertarem desta exploração parasitária

provocaram sérias crises diplomáticas, resultando sempre na deposição dos governos que o tentaram.

Vem, em segundo lugar, a implantação de empresas produtoras de artigos de exportação que vão desde as célebres plantações de banana e abacaxi na América Central, até as explorações de petróleo e minérios da Venezuela, do Brasil, do Chile e da Bolívia. Em todos esses casos o negócio tem por base as concessões governamentais, feitas a preços simbólicos a companhias estrangeiras, de terras para cultivo ou de reservas petrolíferas e minerais, criando empresas que crescem e se ampliam pelo reinvestimento dos lucros acumulados.

São notórios os resultados nocivos destas atividades por seu caráter espoliativo, por sua natureza predatória e pela subalternidade em que colocam as economias latino-americanas com respeito aos mercados externos privilegiados. Elas geram, porém, os mais altos lucros registrados na história econômica assumindo, por isto, vital importância para os países cêntricos.

Os efeitos extra-econômicos desse tipo de dominação são ainda mais deletérios. Através da associação com agentes nacionais estes interesses operam como os mais ousados grupos de pressão das nações latino-americanas responsáveis pelas formas mais escandalosas de degradação das instituições políticas, mediante o suborno, a chantagem, a publicidade e o crime. Em face delas, o próprio caudilhismo e o golpismo, típicos das sociedades subdesenvolvidas, constituem males menores, mesmo porque os governos corruptos e subalternos impostos à América Latina são, em grande parte, um subproduto natural e necessário da política de preservação dos interesses desses monopólios estrangeiros.

O terceiro setor é constituído pelas empresas de exploração dos serviços públicos (luz e energia, gás, água, esgotos, telefone e telégrafo, transportes ferroviários e marítimos etc.) que tiveram no passado ernorme importância na modernização reflexa da América Latina. Todavia, depois da Primeira Guerra Mundial, estas formas de exploração entraram em decadência, transformando essas empresas em meros mecanismos de captação de recursos, incapazes de expandir-se na medida das necessidades, a não ser com financiamento público local. Em anos mais recentes, essa crise acentuou-se, dando lugar a um processo ainda mais atentatório: a pressão dos centros imperialistas para transferir estas empresas, nas condições mais onerosas, para as nações em que estavam instaladas. As primeiras destas transferências foram promovidas pelos ingleses que trocaram os enormes débitos de guerra para com as nações latino-americanas por ferrovias já deficitárias, devido ao

desgaste de suas oficinas e maquinaria. Seguiram-nos, neste caminho, os norte-americanos, ávidos em livrar-se dessas empresas obsoletas e mais incompatibilizadas com a opinião pública pela deficiência de seus serviços. Ambos fizeram dessa operação enormes negociatas em que tanto lucravam os acionistas quanto os políticos e burocratas norte e sul-americanos que intermediaram as operações.

O quarto setor preferencial de ação das empresas imperialistas consiste na instalação de plantas fabris das grandes corporações internacionais para explorar o mercado interno. Este procedimento, possibilitando àquelas corporações saltar as barreiras alfandegárias, lhes permite beneficiar-se de todo o sistema oficial de amparo à industrialização e decuplicar, dessa forma, seus empreendimentos com apelo ao sistema nacional de crédito e a empréstimos estrangeiros com garantia governamental. Como todo o montante assim alcançado é registrado como capital estrangeiro, multiplicam-se astronomicamente as regalias de remessa de lucros e de retorno dos investimentos.

Além de espoliativo, pelo preço que custa à economia nacional, este tipo de industrialização recolonizadora tem outros efeitos altamente nocivos: impede o surgimento de um empresariado nacional independente, transformando o patronato industrial num conglomerado gerencial de interesses exógenos; e impossibilita o desenvolvimento de uma tecnologia nacional autônoma, porquanto seus parques industrias são meros conjuntos de máquinas operadas segundo esquemas prescritos pelas matrizes. Além das indústrias que possuem, estes consórcios estrangeiros controlam inúmeras outras, através da participação acionária, dos contratos de assistência técnica e da exploração de patentes, absorvendo, assim, a maior parte das indústrias nominalmente nacionais. E convertendo a industrialização, de uma via de desenvolvimento autônomo, em um novo mecanismo de recolonização ainda mais oneroso que as plantações de gêneros tropicais ou as explorações de minério porque, além de não produzir divisas, exporta dólares para pagar seus enormes lucros.

O quinto campo de ação das grandes corporações e também o mais recentemente explorado é o da aquisição dos bancos nacionais de depósitos e de empresas de financiamento como forma de controlar indiretamente a indústria, o comércio e os serviços locais. Este procedimento lhes permite absorver enormes parcelas das poupanças nacionais bem como seus próprios recursos financeiros intransferíveis para o exterior em virtude de dificuldades cambiais, para utilizá-los em aplicações usurárias que lhes asseguram alta rentabilidade e são mais dificil-

mente fiscalizáveis. Graças a esse mecanismo se vêm deslocando, em vários países, os capitais investidos nas empresas mais visadas pela opinião pública (de eletricidade, telefone, ferrovias etc.), como simbólicas da espoliação imperialista, para empregá-los em setores onde se tornam indistinguíveis dos capitais nacionais e onde possam orientar-se livremente à especulação. O novo procedimento permite também a aquisição secreta de ações comanditárias de empreendimentos locais que continuam, assim, exibindo uma face nacional.

Os efeitos constritores destas cinco formas de exploração imperialista excedem, porém, enormemente aos seus inconvenientes econômicos porque a eles se acrescentam procedimentos adicionais de controle que se expandem por toda a sociedade, deformando-a, degradando as instituições do poder político e de expressão da soberania, subalternizando o aparelho de segurança nacional, subvertendo o sistema de divulgação e de formação da opinião pública.

São seis as principais formas adicionais de ação da constrição imperialista, exercidas através de um amplo sistema de interligação com interesses locais e de complexos mecanismos de defesa de suas condições de existência e de expansão.

Primeiro, a desnaturação do processo de industrialização que, efetuando-se pela via da chamada "substituição de importações", gera efeitos opostos aos que provocou onde se processou autonomamente. A impropriamente chamada "industrialização substitutiva" é, como vimos, uma industrialização recolonizadora porque, promovida por corporações internacionais, acentua a dependência externa ao invés de reduzi-la; em lugar de melhorar a distribuição interna das rendas, a concentra, agravando as desigualdades sociais, setoriais e regionais; utilizando uma tecnologia avançada, com o propósito de poupar mão-de-obra, desequilibra os investimentos e as oportunidades de trabalho que eles deveriam gerar, contribuindo para aumentar a marginalização de grandes contingentes humanos pelo subemprego ou o desemprego; ao introduzir padrões de consumo conspícuo correspondentes às economias prósperas desvia recursos da industrialização de base para indústrias suntuárias. Finalmente, ao apropriar-se dos setores produtivos mais exigentes de inversões e de domínio tecnológico — as indústrias de bens de consumo duradouro e de bens de capital — controla e domina toda a economia nacional de tal modo que suas decisões sobre a política econômica e financeira passam a constituir as opções mais importantes e acatadas.

Segundo, a constituição de uma vasta camada de gerentes de empresas estrangeiras, de intermediários de negócios, de advo-

gados administrativos, de tecnocratas que atuam como testas-de-ferro dos interesses estrangeiros. Para avaliar sua importância, basta considerar que, sendo controlados por companhias estrangeiras os maiores e mais lucrativos negócios de cada nação latino-americana, são também enormes as oportunidades que oferecem de a eles se associarem clientelas cuja prosperidade passa a depender, essencialmente, da manutenção do sistema global que também a estes últimos beneficia. Esta comunhão de interesses aliena e coloca em oposição a seus próprios povos a uma enorme parcela dos profissionais de nível superior da América Latina. Milhares de advogados, economistas, engenheiros, jornalistas, sociólogos e especialistas de todos os campos integram este exército técnico-adiministrativo posto a serviço de interesses antinacionais.

Para este contingente, o ideário de teses e soluções norte-americanas para os problemas da América Latina é um verdadeiro catecismo que se altera conforme mudam os rumos da política norte-americana. Seu projeto de vida é chegar a serem executivos ou consultores das grandes empresas estadunidenses; participar dos grupos de convívio da comunidade norte-americana local; e dar sua contribuição à cruzada destinada a descontaminar as classes subalternas, especialmente a juventude, do contágio revolucionário, através de mecanismos filantrópicos, doutrinários e repressivos.

Terceiro, a degradação dos corpos legislativo e judiciário e dos altos quadros executivos, através de todas as formas de suborno para transformá-los em sustentáculos das bases institucionais e das condições de operação da espoliação estrangeira. Desta forma são aliciados desde membros provectos da "velha classe" que, não obstante fazerem praça de honestidade pessoal, atuam sistematicamente junto aos órgãos públicos como agentes de interesses exógenos; até a família menor dos *lobbyist* que agem sem disfarces nos corredores parlamentares e nas repartições públicas. A toda esta coorte se soma a camada superpoderosa dos tecnocratas que combinam posições de alta responsabilidade na administração pública com cargos de direção em bancos estrangeiros, de assessoramento e participação acionária em corporações internacionais. Freqüentemente são pessoas ilustradas que encobrem sua vinculação ativa a interesses antinacionais com a linguagem das teorias econômicas "desenvolvimentistas" das quais se tornam os principais elaboradores e divulgadores. A desfaçatez desses procedimentos de corrupção alcançou extremos na última década e veio a público em vários países latino-americanos com os escândalos de subsídio a eleições mediante acordos prévios quanto à con-

duta futura de parlamentares e governantes; e com o suborno de agentes governamentais civis e militares para conseguir medidas de favoritismo às empresas estrangeiras.

Quarto, a regência da orientação política e ideológica por meio da grande imprensa, do rádio, da televisão, das editoras e do cinema, seja diretamente pelo controle acionário das respectivas empresas, seja indiretamente, através de contratos de publicidade distribuídos por agências estrangeiras. Armadas desse instrumental, as empresas alienígenas — orientadas pelos corpos de especialistas das embaixadas e com a ajuda de institutos locais de pesquisa social, subvencionados por fundações norte-americanas — modelam a opinião pública, sobretudo a dos setores médios, doutrinando-a e impedindo-a de formar um juízo independente a respeito de questões básicas atinentes ao destino nacional. Assim, graças a campanhas publicitárias sistemáticas, largas camadas da população são levadas a identificar-se com interesses escusos, criando um ambiente psicológico propício aos golpes de estado, sempre que um governo se oriente para a defesa dos interesses nacionais. Mesmo nas conjunturas mais favoráveis, estes instrumentos de formação da opinião pública estão sempre em ação. Como as nações subdesenvolvidas não têm meios de formular e impor uma orientação própria aos seus sistemas de comunicação de massa, eles operam como prodigiosas forças alienadoras da consciência nacional e de colonização cultural.

A quinta forma de ação é representada pela colonização cultural das universidades latino-americanas, através de vínculos subalternos com universidades norte-americanas, de programas de assistência técnica e de reformas modernizadoras projetadas por especialistas daquele país ou seus seguidores nativos. Por esse processo se atrela grande número de departamentos e institutos de pesquisa científica da América Latina a centros norte-americanos, convertendo-os em entidades ancilares que trabalham na temática que lhes é indicada e segundo procedimentos que lhes são prescritos. Esta modalidade de dependência tem como efeito crucial desnacionalizar um número crescente de universitários que, após fazerem seus estudos pós-graduados no estrangeiro, só são úteis para os centros que os formaram. Primeiro, porque desenvolvem uma atitude metropolitana em relação a seus próprios países e às suas universidades tidas como demasiado precárias para oferecer-lhes condições adequadas de vida e de trabalho. Segundo, porque a formação que recebem só lhes permite estabelecer quistos culturais nas universidades latino-americanas as quais permanecem sempre dependentes de ajuda material e orientação metodológica do exterior.

Estas modalidades de colonização cultural que vinham sendo exercidas pelos próprios acadêmicos modernizadores da América Latina, mediante a concessão de bolsas de estudos no estrangeiro e subsídios a estudos e pesquisas proporcionados por fundações estrangeiras, converteu-se, recentemente, em política oficial do governo norte-americano, disposto a pagar o que seja necessário para aprofundar a dependência cultural. Seu propósito é fazer com que as universidades latino-americanas produzam os tecnocratas necessários à modernização reflexa em curso; é criar núcleos universitários ascéticos, onde a juventude não se contamine com ideologias revolucionárias; e, finalmente, impedir que as universidades atuem como centros de conscientização crítica e de debate que tomem o desenvolvimento nacional autônomo como seu tema fundamental.

A sexta e a mais nociva destas formas de intervenção estrangeira é a que se projeta sobre as forças armadas pela indução de uma postura cosmopolita alienante, com o propósito de transformá-las em puros instrumentos de manutenção do *status quo*. Agindo por meio de missões militares de assistência técnica, de viagens subsidiadas, de fornecimentos de materiais, de acordos de ação conjunta, esta forma de constrição vem quebrantando o incipiente espírito autonomista dos exércitos latino-americanos, fazendo suceder à mentalidade nacionalista que neles predominava um cosmopolitismo alienador que os transforma em agentes locais de imposição dos interesses de uma potência estrangeira.

Esta reversão da doutrina de segurança nacional que vem operando nas duas últimas décadas teve início com a crise provocada pela obsolescência dos exércitos convencionais e do armamento disponível às nações atrasadas em face do desenvolvimento das armas nucleares. E se consolidou em virtude dos temores suscitados pela revolução cubana nas camadas oligárquicas, patriciais e militares de cada país. Esses dois impactos provocaram uma verdadeira crise nos estrategistas das forças armadas de toda a América Latina. Desajudados pela intelectualidade de seus próprios países, em virtude do isolamento recíproco que sempre cultivaram, alguns ideólogos militares, imersos na perplexidade, foram ganhos para uma teoria exógena e subversiva. Segundo esta teoria, a função das forças armadas passava a ser a de polícias locais de combate à "subversão" e de grupos de pressão destinados a impor à comunidade nacional as doutrinas econômicas do capitalismo monopolista e os "valores espirituais da civilização ocidental".

No exercício de suas novas funções, as forças armadas latino-americanas somaram aos efeitos deletérios de sua propensão

aos golpes de estado de estilo tradicional novas razões para interferir na vida política. Tornam-se, assim, francamente subversivas, atuando contra alguns governos, porque tardos e conservadores (Argentina, 1966) e, por isto, suscetíveis de facilitar a infiltração comunista; contra outros, porque ativamente reformistas (Brasil, 1964) e, em conseqüência, passíveis também de cair no comunismo. Nesses e em todos os demais casos, atuam de acordo com a disposição de Washington em relação aos governos de seus países.

Essa doutrinação dos militares e seu engajamento na manutenção da ordem tradicional constitui, hoje, uma das formas mais operativas de exercício da constrição imperialista pelo caráter antinacional da ideologia que difunde e pelo efeito degradante que exerce sobre as forças armadas, convertendo-as de agentes do poder nacional em mecanismos da opressão estrangeira.

A eficácia destas fórmulas alienígenas de controle dos órgãos militares do poder público na América Latina aumentou nos últimos anos com a reorganização dos serviços de polícia e de inteligência em todo continente, sob o rígido comando de serviços congêneres norte-americanos tal como procedera a Gestapo em vários países lantino-americanos. Em alguns países chegou-se a criar novas organizações de policia política, estruturados nos moldes da CIA (o Serviço Nacional de Informações no Brasil e seus equivalentes em outros países) que vigiam tanto civis quanto militares, distribuindo seus agentes por todos os ramos das forças armadas. Nestas circunstâncias, não será de estranhar que os futuros ditadores latino-americanos venham a ser recrutados entre os quadros destes serviços de inteligência, tal como ocorreu na América Central e nas Antilhas, onde deram lugar às ditaduras mais sinistras, como as de Trujilo, Somoza e outras. Tampouco será de estranhar que se generalizem por toda a América Latina os hediondos processos de tortura de presos políticos que tornaram tristemente célebre a nova polícia política do Brasil.

Em seu conjunto, aquelas cinco formas de apropriação de riquezas e do produto do trabalho nacional e estas seis modalidades de controle político e ideológico configuram um sistema de domínio cuja função é congelar a América Latina na condição de área de exploração neocolonial do imperialismo. A consecução desse objetivo é um imperativo da sobrevivência do próprio imperialismo que não pode prescindir de sua contraparte necessária: uma área cativa de exploração. É igualmente vital à sobrevivência das classes dominantes da América Latina que, não tendo qualquer horizonte de expansão auto-

nomista, na forma de um capitalismo nacional moderno, só vêem possibilidades de enfrentar a ameaça de uma revolução social, associando-se à dominação imperialista.

Trata-se de um projeto de desenvolvimento de caráter dependente, realizado pela via da modernização reflexa e, como tal, limitador das potencialidades da América Latina porque jamais lhe abrirá perspectivas de integrar-se de forma autônoma na civilização emergente. Mas é o único projeto que atende aos interesses do superimperialismo e que salvaguarda a prosperidade das classes dominantes nativas, uma vez que as opções possíveis importariam na proscrição de seus privilégios. A implantação deste projeto está em curso. Os passos seguintes serão a integração econômica, primeiro da América Latina, depois a integração continental que converteria o Novo Mundo em área de livre expansão das empresas multinacionais.

Na etapa em que nos encontramos já são evidentes alguns efeitos cruciais desse movimento de integração superimperialista. Entre eles, a hegemonia do estamento gerencial sobre o conjunto da classe dominante, como o núcleo fundamental de decisões econômicas; como a liderança principal na formulação das diretrizes da ordenação do regime para que ele preencha as condições necessárias ao bom funcionamento do sistema de dominação; e como os manipuladores da máquina político-administrativa e dos órgãos de segurança para fazê-los o instrumento da repressão aos setores virtualmente insurgentes da América Latina.

Outro efeito crucial é a contraparte dialética desta hegemonia que faz corresponder à internacionalização do sistema econômico uma internacionalização equivalente dos conflitos políticos. Neste passo, as lutas políticas internas de cada país passarão a configurar-se como lutas de emancipação de âmbito continental. Assim, à adesão das classes dominantes nativas a este projeto de dominação e à sua renúncia implícita em liderar um desenvolvimento autônomo, corresponderá uma radicalização revolucionária com sentido inverso. E ao projeto capitalista de desenvolvimento dependente — de fato recolonizador — corresponderá a única alternativa possível, que será um projeto socialista de desenvolvimento autônomo.

Este é o dilema da América Latina a que alude o título deste livro. Antes de examiná-lo, porém, cumpre analisar o caráter das elites políticas que nos conduziram a esta opção radical.

8. As elites dirigentes

Na estrutura de poder das nações latino-americanas, o equivalente da burguesia clássica é o conglomerado formado pelo patronato de proprietários dos meios de produção, pelo estamento gerencial estrangeiro e pelo patriciado burocrático que, em seu conjunto, configuram as classes dominantes.

O caráter monolítico desta estrutura de poder, fundada na unidade dos interesses básicos de seus componentes, não permite que as tensões episódicas surgidas entre eles cheguem ao extremo de pôr em risco a ordenação social. Não obstante, esta unidade não elimina tensões do tipo das que geraram as revoluções burguesas clássicas. Pelo contrário, tendem a exacerbá-las, pondo em conflito diferentes componentes das classes dominantes e a todos eles em relação às classes subalternas e às oprimidas. Disso resulta, por um lado, a instabilidade política característica das nações subdesenvolvidas e, por outro, a hipertrofia de seus órgãos repressivos assim como a tendência a formas autocráticas de governo.

Estas tensões, não tendo saída pela via da revolução liberal-burguesa, levam a situações traumáticas em que a legalidade da ordem instituída pode ser sempre questionada; em que raras vezes se alcança um consenso duradouro sobre a legitimidade do poder; em que as instituições políticas mal conseguem o mínimo de autenticidade necessária para operar como mecanismos eficazes de controle do exercício e sucessão do poder; e em que o antagonismo entre as classes dominantes e a maioria da população gera conflitos que podem chegar à insurgência, o que converte as forças armadas em organismos de polícia, sempre atentas à manutenção de uma ordem permanentemente ameaçada.

Congruentemente com as observações de Marx (1966) a respeito dos regimes parlamentares instituídos pela burguesia no século XIX como "a única forma possível de Estado pela qual a classe dos apropriadores pode manter a hegemonia sobre a

classe dos produtores", se vê que aonde não existiu uma burguesia tampouco puderam implantar-se formas consensuais de poder fundadas na vontade popular.

Nestas condições, o regime político é mais cruamente classista e os governos impostos à população se tornam sempre dependentes do apoio militar. O braço armado não só atua como instrumento de repressão pronto para afogar as insurreições populares, como também se vê investido de poderes tutelares sobre os governos que só se mantêm estáveis enquanto a pessoa do governante conta com a lealdade da tropa. Mesmo assim persiste o temor às intentonas dos grupos militares descontentes, as quais não são consideradas pela população como usurpações, mas sim como uma sucessão episódica de poderosos. E às vezes até como atos meritórios porque estariam voltados à "manutenção da ordem" e porque seriam cumpridos "em defesa dos interesses populares".

Estilos latino-americanos de lideranças políticas

Em conseqüência, as crises políticas se tornam crônicas porque os conflitos habituais entre os participantes da estrutura de poder, não podendo por eles próprios conduzir a uma renovação estrutural, jamais geram um novo regime. Os governos se sucedem, pois, como representações de interesses minoritários idênticos, unânimes na defesa da ordenação social vigente.

Entretanto, nos períodos de grande prosperidade econômica, quando há muitos recursos para distribuir entre todos os componentes das capas superiores, esses regimes se estabilizam. Mesmo nessas oportunidades, a estabilidade só é alcançada mediante a criação de mecanismos de repressão que submetem a população ao controle direto e total de seus exploradores. Isto é, como regimes impostos despoticamente à população sob o nome de repúblicas democráticas ou monarquias parlamentares.

Como resultado, surgem modos de ação política e de institucionalização da vida social que parecem esdrúxulos se comparados com quaisquer outros. Assim, a representação popular

pode transformar-se em uma forma de negação dos interesses do eleitorado. Os governos autocráticos podem resultar mais populares e democráticos que os liberais surgidos de eleições. As alianças políticas podem assumir as formas mais inesperadas. Certas expressões descritivas, aparentemente incontrovertidas, como constitucionalismo, liberdade, democracia, radicalismo, conservadorismo, liberalismo e revolução, tomam os sentidos mais ambíguos. Tudo isso indica que para o exame das estruturas de poder da América Latina resulta indispensável contar com uma tipologia das elites dirigentes e suas formas de ação política que reproduza a realidade local e não calcar sobre ela conceitos surgidos da análise de outras situações.

Tentaremos classificar a seguir, os atores principais da arena política latino-americana, começando por distinguir os componentes básicos do patriciado, ou seja, aquele setor das classes dominantes cujo poder provém mais do desempenho de cargos que do exercício direto da exploração econômica. A nosso modo de ver, no patriciado se pode identificar dois corpos: o *estatal*, integrado pelos políticos profissionais, pelos militares e pelos tecnocratas que exercem funções governativas; e o *civil*, composto por eminências (a alta hierarquia eclesiástica e universitária, por exemplo); por lideranças (altos dirigentes de sindicatos patronais ou de assalariados) e pelas celebridades (artistas, intelectuais (sumidades profissionais), esportistas, etc.).

O componente estatal do patriciado deve ser identificado como a *elite dirigente*, em razão das funções de comando político-administrativo que desempenha e das quais provém o poder de que é detentor. Nessa elite dirigente se distinguem três contingentes principais: o *patriciado político* tradicional, as altas hierarquias militares investidas, às vezes, do poder político, como *autocracias* patriarcais, e certas formas emergentes de liderança, que designamos como *antielites*. A compreensão da vida política latino-americana de nossos dias exige, sem embargo, que a estas categorias de lideranças integradas na estrutura de poder vigente se agreguem as formas de militância que a elas se opõem, isto é, as vanguardas revolucionárias e as forças virtualmente insurgentes que serão estudadas em outro capítulo.

A cada um desses atores do cenário politico corresponde um perfil diferenciável pelos interesses que representa, pelas formas de recrutamento de seus quadros, por seus modos de atuação e por seus objetivos. Cada um deles admite, naturalmente, grandes variações de posição, como em alas direitistas, centristas e esquerdistas. Admite também posições ambíguas que conciliam atributos de dois ou mais perfis.

Na análise que fazemos a seguir, buscamos comprovar esta tipologia através do exame das características que permitem distinguir um estilo elitista de liderança, tanto civil (político patricial) como militar (autocracias patriciais e regressivas); de um padrão renovador de tipo antielite (populista, reformista, nacionalista-modernizador); e ambos das formas revolucionárias de militância política (esquerdismo de vanguarda, comunistas ortodoxos e heréticos e grupos insurrecionais).

Cremos que essa tipologia permite diferenciar, com maior clareza que os critérios habituais das análises sociológicas correntes (democratas *versus* fascistas, republicanos *versus* populistas, etc.) os padrões básicos de militância e de liderança política latino-americanas. É certo que nossa tipologia leva em conta, particularmente, a história politica do Brasil. Supomos, entretanto, que, com as necessárias adaptações, ela possa ser aplicada à maioria dos países da América Latina.

O Patriciado Político

O patriciado é uma classe tão velha quanto a oligarquia latino-americana. Seus antecessores históricos são a burocracia civil, militar e eclesiástica que administrava a colônia. Tinha sempre os olhos postos nos interesses metropolitanos, de que tirava seu poder e seu prestígio, mas também cultivava interesses empresariais locais que, devidamente cuidados, poderiam enriquecê-la.

Era formada, inicialmente, por reinóis. Mais tarde, alguns "criollos" puderam também integrá-la. Nas lutas pela Independência, à medida que cresciam as forças emancipadoras, este patriciado nativo se foi tornando libertário, pelas oportunidades de ascensão social que via na emancipação. Por fim, apropriou-se da Independência como a única camada letrada capaz de regulamentar a nova ordem, e suficientemente despojada de interesses patrimoniais próprios para devotar-se inteiramente aos ofícios administrativos e burocráticos. Tais foram os governos dos "notáveis" que sucederam às autocracias unificadoras quando estas acabaram de reprimir os levantes populares que irromperam durante e depois da Independência reclamando uma reordenação social mais profunda. Desde então, exerceram o poder como um direito natural, decorrente de suas qualidades de advogados ou rábulas entendidos em leis ou clérigos ilustrados, num mundo em que as camadas patronais eram pouco mais que analfabetas.

A implantação de governos patriciais não se fez, porém, pacificamente, nem se manteve tranqüilamente, em virtude da

oposição que sempre suscitou nas lideranças caudilhescas, aptas a tomar o poder pela força e muitas vezes mais habilitadas para exercê-lo de acordo com os interesses nacionais e populares. Os governos patriciais só se tornaram estáveis na segunda metade do século passado quando a maioria das nações latino-americanas já tinha sido unificada e organizada por governos autocráticos e, restauradas suas economias de exportação, experimentavam certa prosperidade. Permaneceram no poder, em intervalos variáveis, até às vésperas da grande crise mundial de 1929, quando sobreveio um novo vazio de poder, ensejando outra série de intervenções militares, como veremos adiante.

O patriciado político latino-americano sempre se concebeu como um corpo de agentes civilizadores que consentia em viver nestes ermos de atraso e pobreza que eram suas pátrias, para salvá-las do barbarismo. Esta salvação assumiu a forma de uma ordenação cívica arcaica que tinha mais de comum com as repúblicas escravocratas de Roma e da Grécia do que com as suas contemporâneas. E de uma ordenação legal formalística que instituía e dignificava três poderes nominalmente independentes e autônomos, quando só um poder existia: o executivo, que traduzia e adaptava os códigos europeus, tomando tudo que aparentasse modernidade, desde que fosse conciliável com o fortalecimento dos privilégios patronais e patriciais; que organizava a administração pública como um vasto sistema de clientela e favoritismo às expensas do estado; e que regulamentava a sucessão no poder estabelecendo o corpo eleitoral e as formas de sufrágio de modo a perpetuar-se no mando.

A função real do patriciado é contribuir para a garantia da ordem social vigente, por meio de uma ação política no campo governamental, legislativo e judicial, como legitimadores da construção oligárquica e imperialista exercidas pelos demais componentes da estrutura de poder. Suas funções principais são de ordenadores do sistema social através da lei e dos impositores desta ordenação social, através dos aparatos judiciais e governamentais. Operam em estreita associação com as burocracias militares encarregadas da repressão, às quais transferem o exercício do poder político em situações de crise, na expectativa de retomá-lo, uma vez reimplantada a ordem.

Os regimes que o patriciado político implantou e regeu, aparentemente contraditórios pela oposição entre as instituições de direito consagradas em leis e a realidade que se vivia, eram no entanto altamente congruentes. Não buscavam mais do que assegurar ao estreito círculo dos iguais — porque patrões ou patrícios — todas as regalias, submetendo as classes subalter-

nas e as oprimidas ao arbítrio dos seus senhorios imediatos. Esta congruência se revela, por exemplo, no gosto do patriciado pelos autores clássicos, que tanto era fruto de sua formação escolástica, quanto do paralelismo ideológico que o fazia reconhecer nas sociedades escravistas grega e romana seus próprios ideais desigualitários de igualdade, de justiça e de liberdade.

O próprio *liberalismo*, enquato ideologia explícita do patriciado, é, em essência, uma expressão de seu pacto de classe com o patronato. Sua função efetiva era uma atribuição de papéis que deixava livres os patrões para a exploração econômica e livres os patrícios para a fruição das regalias decorrentes de seus cargos. O resultado desse arranjo foi um Estado demasiado débil para formular e pôr em execução uma política de ruptura com o atraso e uma economia avassalada, cujos empresários aceitavam de bom grado o exercício de um papel subalterno na divisão internacional de trabalho.

Dentro desse pacto é que se processa a institucionalização do sistema. Uma vez que se deviam fazer eleições legitimadoras do poder mediante sufrágios amplos, como estava em moda, estas foram organizadas como festas populares destinadas tão-somente a referendar escolhas previamente acordadas. Em conseqüência, os fazendeiros tornaram-se eleitores de votos múltiplos porque desdobráveis segundo o número de seus dependentes. Estabeleceu-se, desta forma, no plano político, uma república-fazendeira que consociava à perfeição os interesses da oligarquia latifundiária com os do patriciado. Assim, a perpetuação do latifúndio e a conscrição nele de toda a mão-de-obra agrícola tornou-se uma causa comum que assegurava ao primeiro o poder de exploração e ao último, o poder de fruição dos cargos públicos. Esta adaptação da democracia representativa aos imperativos estruturais latino-americanos converteu o sufrágio num mecanismo de legitimação do mando daqueles poucos capazes de formular a lei e de administrar a justiça como agentes do patronato. Uma vez que a maioria destes letrados saía das famílias fazendeiras ou do patronato parasitário, o arranjo contemplava todos os integrantes da estrutura de poder.

A larga duração e a estabilidade dos governos patriciais em diversos países da América Latina se explica, como se vê, por sua funcionalidade. Acima de suas contradições internas, guardavam uma congruência básica com os requisitos de sua inserção dependente no sistema capitalista mundial. Ao endossarem as teses liberais inglesas — do livre-câmbio, livre-comércio, liberdade de navegação e livre-empresa — não buscavam alcançar os efeitos destas políticas em outros contextos, mas tão-so-

mente afastar obstáculos para a dominação imperialista, dando cumprimento ao seu papel de elite dirigente de sociedades dependentes.

Os antagonistas fundamentais do patriciado político eram os escravos, a classe oprimida da época. Por isso tardou tanto a abolição da escravidão que, ao concretar-se, só abriu aos ex-escravos a perspectiva de elevarem-se à condição de um sub-proletariado igualmente oprimido. Havendo sido desgastadas, no período anterior, como o combustível humano do sistema, sua preocupação agora era apenas subsistir. Mas as novas disposições legais decretadas pelo patriciado e impostas pelas forças repressivas reengajaram todos no trabalho das fazendas.

As antigas classes subalternas formadas por trabalhadores livres, perdendo seu atributo maior que era o de homens livres numa sociedade escravista, tentam constituir-se como uma camada de granjeiros. Mas o patriciado promulga por lei a compra — e não a ocupação — como a única forma de acesso à terra e promove a imigração, recrutando entre as massas marginalizadas na Europa pela industrialização enormes contingentes para o trabalho nas fazendas.

Deste modo, após a Independência, a reordenação do sistema se processa como um recondicionamento de velhos interesses oligárquicos e patriciais que conseguem sobreviver e até mesmo prosperar. A estes se juntam novos interesses representados, por um lado, pelos que foram aquinhoados, depois das guerras de independência, com terras, regalias e bens expropriados do clero, das comunidades indígenas ou dos antigos agentes coloniais; e, por outro, por um novo estamento estrangeiro de financistas e negociantes de importação e exportação que funcionariam como os principais agentes de modernização do sistema.

Neste enquadramento. as classes dominadas são configuradas em seu papel de proletariados externos de novas potências hegemônicas. Como tal, jamais chegam a constituir, no plano político, o povo de uma nação co-participada por todos e instrumentada por um Estado nacional autonomista; no plano sócio-cultural, os membros de uma sociedade integrada, servida por uma cultura autêntica; e no plano econômico, um corpo de "trabalhadores" livres. um mercado interno vigoroso, dado o grau de exploração e opressão a que eram submetidos e o ínfimo nível de consumo da população. O próprio exercício do papel de produtores para o mercado internacional de artigos de baixo preço, tendo que basear na compressão dos salários toda a captação interna de lucros, gerou uma economia subsidiária que, quanto mais trabalhasse e produzisse, mais acentuava sua dependência.

A grande obra do patriciado latino-americano foi a criação desta estrutura desigualitária regulamentada em termos "liberais" e instituída em nome da liberdade. De fato, ela era tão opressiva que só se podia manter ao preço da sujeição mais despótica da força de trabalho das fazendas aos seus patrões. Por isto foi muitas vezes considerada "feudal". Estranho e ambíguo feudalismo, cuja finalidade era aliciar e sujeitar uma mão-de-obra servil e depois, livre, para fazê-la produzir mercadorias exportáveis para o mercado capitalista mundial.

Esta foi a democracia fazendeira que a América Latina conheceu através de décadas como o seu padrão de estabilidade institucional.[25] Só muito mais tarde, com o surgimento de amplas camadas urbanas independentes ou o aparecimento ocasional, em certas áreas rurais, de um eleitorado liberto do guante fazendeiro, se ensejaria alguma alteração do sistema político tradicional.

Mas isto viria a ocorrer, efetivamente, através de intervenções militares. Ao contrário do que se diz freqüentemente, estas renovações tumultuárias nem sempre representaram um "regresso à barbárie"; muitas vezes. por esta via se alterava parcialmente uma estrutura de poder tornada arcaica e reacionária porque cristalizava o pacto entre a velha oligarquia e o patriciado.[26]

Restaurações Patriciais

Os políticos contemporâneos de perfil patricial atuam em cada país latino-americano através de dois ou mais partidos explicitamente comprometidos com a ordem tradicional.[27]

25. O poder patricial foi praticamente estável na Argentina entre 1853 e 1925; no Chile, entre 1835 e 1925; na Costa Rica, entre 1871 e 1940; na Colômbia, entre 1902 e 1948; e no Brasil, entre 1821 e 1889. Nesse caso, assumindo forma monárquica deu continuidade à legitimação tradicional de caráter dinástico, permitindo preservar a unidade nacional e adiar os conflitos entre patrícios e militares.

26. Apenas em dois países, o Uruguai e Costa Rica, conjunturas especiais permitiram ao patriciado institucionalizar-se como governos democráticos capazes de atender a certos interesses nacionais e populares. No caso do Uruguai, através de um pacto duplo: com a oligarquia para não tocar no latifúndio; e com as camadas urbanas, mediante o clientelismo estatal. Isso foi possibilitado por uma extraordinária prosperidade que proporcionava vastos recursos livres para aplicar na modernização reflexa. No caso de Costa Rica, graças ao surgimento, sobre um território vazio de qualquer ocupação anterior, de uma ampla camada granjeira que passou a dar sustentação a uma ordem política liberal-democrática de orientação francamente conservadora.

27. Na fixação do modelo patricial de organização e de ação política, tivemos em mente os partidos tradicionais da América Latina e seus líderes mais expressivos. Tais são: os extintos Partido Social Democrático e a União Democrática Nacional, no Brasil; os *Blancos* e os *Colorados*, no Uruguai; o partido Conservador e o Liberal, na Colômbia, e seus equivalentes em outros países. Esses partidos exibem as designações mais contraditórias, tão pouco significativas quanto a variedade de siglas que adotam. Chamam-se conservadores, liberais, democráticos, radicais, tradicionalistas, revolucionários, reformistas, cristãos ou ortodoxos, segundo conotações que só têm sentido no dicionário político local. Discrepam em seu programa com respeito a toda sorte de questões adjetivas, mas são todos concordes em relação ao monopólio latifundiário da terra, a associação com os interesses estrangeiros e a preservação dos privilégios do estrato patricial.

Nos últimos anos foram criados vários partidos patriciais nominalmente renovadores, embora sejam em essência restaurações patriciais tão conservadoras quanto os partidos tradicionais.[28] Seus líderes tiram seu poder e prestígio das posições que alcançam nesses partidos, que lhes dão acesso a cargos de direção dos órgãos da política estatal; ao controle da grande imprensa e ao manejo das instituições mais proeminentes. Armados destes poderes adquirem reputação ainda maior junto aos órgãos de pressão dos grupos econômicos, como as associações do patronato rural, comercial, financeiro, securitário e industrial, e dos grupos profissionais de mais prestígio, como advogados, médicos, engenheiros, economistas e vários outros. Criam, assim, uma ampla gama de posições que alargam as bases de sustentação do patriciado, enquanto porta-voz, político ou parlamentar, de todos os setores influentes.

Uma categoria típica de políticos patriciais é a representação parlamentar de setores particularizados da população. Seu eleitorado é recrutado em grupos como, por exemplo, os descendentes de imigrantes de certa etnia; alguns setores assalariados, como o funcionalismo público, os bancários, etc. Estes grupos têm de comum o fato de serem formados pelas parcelas mais favorecidas da população total que têm interesses específicos a defender, freqüentemente opostos aos interesses gerais. A legitimidade do poder patricial tem nessas vinculações seu fundamento máximo de representatividade. Mas o regime como um todo tem nelas o seu limite, porque são muito maiores os setores da população incapazes de constituir-se em grupos de pressão e ter representantes nos centros de decisão. Por isto é que, se os interesses nacionais podem ser definidos precipuamente com os da maioria da população, o sistema patricial será sua antítese.

Os líderes patriciais são recrutados por cooptação, de preferência nas famílias tradicionais, cujos membros vêm atuando

28. Uma variante deste patriciado "renovador" surgiu na Venezuela com o "Acción Democrática" que, emergindo depois de século e meio de ditadura militar, empregou, inicialmente, uma linguagem populista e reformista, mas terminou por acomodar-se ao papel de agente político da oligarquia e do imperialismo. Outra variante muito mais ambígua é o "batismo" uruguaio apoiado nas camadas recém-urbanizadas do tipo daquelas que em outros países seriam organizadas politicamente muito mais tarde, por governos autocráticos. Esta base importou em compromissos reformistas e democráticos avançados, que deram ao Uruguai uma fisionomia peculiar no continente, mas não descaracterizaram esta variante como um patriciado, porque sua ação se exerceu sempre dentro da política do favoritismo com recursos públicos e do compromisso tácito de não tocar nos interesses do patronato rural. Uma terceira variante mais recente do patriciado "renovador" são os movimentos democrata-cristãos que procuram renovar a linguagem política da direita, rejuvenescer seus quadros e viabilizar pequenas reformas. Os exemplos mais característicos destas restaurações patriciais são dados pelos grupos de apoio ao governo democrata-cristão do ex-Presidente Eduardo Frei, no Chile, de Rafael Caldera, na Venezuela, e do ex-Presidente Belaunde Terry, no Peru. Outra variante, também "desenvolvimentista", é exemplificada pelos governos do ex-Presidente Juscelino Kubitschek, no Brasil, e o de Missael Pastrana Borrero, na Colômbia.

na vida pública através de gerações. Mas admitem adesões de nomes sem lustre, seja pelo casamento em famílias patriciais, seja pelo enriquecimento, desde que coloquem seu dinamismo ou suas fortunas a serviço do fortalecimento das hostes partidárias e que se mimetizem em tradicionalistas. Estes novos patrícios esforçam-se até o ridículo para confundir-se com a velha classe, imitando-a tanto no linguajar, nos hábitos e nos gestos, como na compra de mobiliário antigo, de prataria e até de retratos de antepassados alheios, bem como na sofreguidão em consagrar seu prestígio através de viagens ao estrangeiro, condecorações e comendas.

Os partidos patriciais se estruturaram em torno de lideranças que, a partir de algumas eminências influentes no plano nacional — "os donos do partido" — aglutinam grupos dirigentes no nível estadual "chamados pelo líder para a carreira política" e, através deles, partidários no nível local. A cada nível de liderança corresponde uma clientela ligada a cada político para a obtenção de diversos favores, como cargos públicos ou recursos estatais, e que em compensação lhe assegura apoio para efeitos eleitorais. Por meio dessas vinculações é que se decide a promoção de um general ou de um diplomata, a nomeação de uma professora, a proposição de uma lei que beneficie certa clientela ou o patrocínio de uma operação bancária de favor, num banco oficial.

Dominado por estas eminências políticas e suas clientelas, o Estado cumpre suas funções como uma imensa agência de favores, ampliável à medida que a administração se expande, multiplicando órgãos e serviços e penetrando na esfera produtiva. Cada nova agência pública é uma mina de possibilidades de carreira: algumas modestas e até modestíssimas; outras muito mais rendosas do que qualquer empresa privada. Tais são as direções de órgãos de controle das atividades financeiras e de seguros; as diretorias das empresas estatais; os cargos de compradores das repartições públicas; as representações comerciais das empresas estatais no país e no exterior; as embaixadas e as missões no estrangeiro, entre inúmeras outras.

O acesso às maiores destas "minas" importa, às vezes, no compromisso de estipêndios periódicos para as despesas eleitorais e, sempre, na gestão dos cargos públicos por agentes partidários que devem acertar com seus líderes cada nomeação e cada favor. Esse sistema de corrupção generalizada é regido tranqüilamente enquanto se mantém dentro de certas exigências de compostura da elástica ética patricial. Somente dá lugar a atritos devido às disputas episódicas entre os políticos dos diversos partidos, pelo acesso a estes privilégios. Cuida-se, po-

rém, com certo zelo, de regular a participação dos cargos e favores por ocasião dos acordos eleitorais e da composição das frentes parlamentares, na forma da distribuição dos órgãos públicos para usufruto da minoria e da maioria.

O patriciado, no exercício destas funções, cria uma vasta camada parasitária cuja ampliação e perpetuação passa a ser a razão fundamental da atividade política. Nela o povo é chamado a participar, teatral e festivamente, em eleições cujos resultados são praticamente os mesmos, qualquer que seja a facção vencedora. Nestas circunstâncias, o eleitorado não exerce qualquer influência sobre seus representantes. Estes dependem apenas da máquina partidária, dos controladores locais das eleições e das relações de mutualidade que estabelecem com os eleitores como clientela que paga favores com votos. Também não se forma uma opinião pública capaz de definir aspirações e criar expectativas que sejam compulsivas para o patriciado.

Em lugar do eleitor, o que opera como força controladora da ação política é a opinião dos círculos influentes, integrados pelos dirigentes das associações patronais, das principais instituições reguladoras e de outros grupos de pressão. É esta vontade que se manifesta em nome do povo e da nação pela imprensa e pelos porta-vozes mais eminentes daqueles círculos. Aos olhos dos políticos patriciais, o veto destes círculos é fatal. Embora devam tomar em conta as aspirações imediatas de sua clientela, sabem que ela não deseja mais que favores e só representa um setor minoritário da grande massa muda e anônima cuja vontade jamais se exprime.

Atuando dentro de sociedades rigidamente estamentadas, os políticos patriciais formam uma elite funcional da classe dominante, cuja conduta se orienta pelos interesses desta, dentro de normas expressas ou tácitas que só visam a perpetuar o sistema global. Quando surge um novo grupo econômico, como o empresariado industrial, por exemplo, ou uma nova associação, como a maçonaria, ou uma nova instituição reguladora, como o exército profissional, estes passam também a pressionar o patriciado político na medida da influência que exercem sobre a classe dominante, do controle que alcançam sobre a máquina eleitoral e do seu poder de compulsão sobre o Estado. (Por esta via é que impõem seus interesses, dando vozes ao patriciado para discuti-los ao lado dos outros corpos de interesses já institucionalizados).

O poder patricial é exercido dentro de uma dimensão, por assim dizer, normal, em que os governos e os ministérios se sucedem, sem que ninguém perceba que ocorreu qualquer alteração relevante. As condições de funcionamento da normalidade

patricial exigem, porém, o atendimento a duas ordens de requisitos. Primeiro, certa folgança financeira que permita satisfazer as aspirações de enriquecimento dos grupos patronais e os níveis de consumo dos grupos clientelísticos. Segundo, a manutenção de uma sociedade rigidamente estamentada em que o povo esteja submetido a senhorios imediatos capazes de mantê-lo sob contrôle.

Sempre que ultrapassam estes limiares, por efeito de crises econômicas externas que afetam as atividades primário-exportadoras, no primeiro caso, ou em conseqüência da urbanização provocada pela modernização reflexa, no segundo, cria-se um ambiente de tensão em que a legitimidade do poder patricial passa a ser questionada. Nesses casos, o manobrismo, a corrupção e o clientelismo tornam-se incapazes de dar solução às crises e o sistema patricial de poder fica impossibilitado de funcionar. Ali onde o patriciado alcança um alto grau de institucionalização, como na Colômbia, consegue, por vezes, sobreviver, apelando para a violência mais cruel entre humildes partidários dos grandes partidos patriciais opostos. Em qualquer caso, perde o mínimo de legitimidade e de eficácia que lhe permitam perpetuar-se, gerando um vazio de perder e, conseqüentemente, uma irrupção de crises políticas cada vez mais agudas.

A debacle das elites patriciais como o quadro normal de exercício do poder na América Latina dá-se, efetivamente, com a crise mundial de 1929, a qual, pondo em xeque a economia primário-exportadora que durante décadas viabilizara o sistema, abala a hegemonia do patriciado e gera uma tormenta política da qual as velhas elites do poder jamais se recuperaram.

O efeito principal desta debacle no plano político-ideológico foi a difusão na América Latina das doutrinas fascistas que então se expandiam pela Europa. Aplicadas às condições locais, estas doutrinas inspiraram movimentos políticos ultradireitistas [29] que procuraram explorar os sentimentos nacionalistas, religiosos e autoritários dos setores intermédios, especialmente os militares. O vigor de sua denúncia contra o liberalismo patricial e sobretudo contra o imperialismo (o inglês, naturalmente) até então raras vezes atacado, apontados como causantes do atraso, alcançam enorme repercussão. Entretanto, seu papel primordial foi amadurecer em certos setores militares e em alguns políticos radicais de extração patricial que lutavam pela conquista do poder, a segurança de que deviam

29. Exemplificam esses movimentos o Partido Integralista do Brasil; os núcleos "falangistas" bolivianos dos quais surgiria o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR); as roscas militares "neutralistas" da Argentina das quais partiria o peronismo para a conquista do poder.

apresentar-se como uma alternativa ao velho regime, na forma de governos centralistas, nacionalistas e corporativistas. Nenhum desses movimentos de caráter fascista e nazista conseguiu, por suas próprias forças, alcançar o poder. Contudo, a ideologia nacionalista que divulgaram inspiraria, a partir de então, a amplos setores das novas lideranças políticas da América Latina.

Com o vazio de poder criado pela crise mundial se aguçam as ambições políticas de todos os que se julgam com chances de assomar ao poder. Sobretudo as altas patentes militares que, nas condições de penúria nacional decorrentes do próprio subdesenvolvimento, facilmente se convencem de que estão sendo chamadas a salvar a pátria da incompetência, da desonra, da corrupção e da anarquia. Um desses hierarcas ou um caudilho por eles apoiado dá o golpe, ou impõe eleições com cartas marcadas para referendar uma nova elite dirigente.

Surgem assim governos autocráticos e, em torno deles, uma coorte renovada de poderosos, recrutada, necessariamente, em algum desvão do patriciado que suspirava por ascender e que tem o suficiente conhecimento da máquina administrativa e do sistema institucional para fazê-los funcionar.

As Autocracias Patriarcais

O segundo tipo de liderança política tradicional da América Latina corresponde aos governos autocráticos de perfil patriarcal. Seus traços mais gerais são: o caráter ilegal do poder que exercem, oriundo de golpes ou revoluções e que raramente alcança uma legitimação formal; a natureza personalista deste poder exercido por um ditador; sua tendência centralizadora e unionista; sua postura autoritária e paternalística; sua predisposição para formas despóticas de governo; e seu realismo no tratamento com o patriciado. Sua característica distintiva é a de agentes da estrutura tradicional de poder que, nas conjunturas de crise, se auto-elegem como os mais responsáveis e capacitados a promover o retorno à normalidade. Outras características freqüentes são o caráter carismático que os faz, às vezes, gozar de enorme popularidade; certo sentido nacionalista ou, ao menos, de forte oposição ao cosmopolitismo do patriciado; e, por último, a orientação progressista que, por vezes, adotam, diante das questões sociais, como a abolição da escravatura (México e Peru) ou a sindicalização dos trabalhadores urbanos (Brasil e Argentina).

Este conjunto de características tem levado à formação tanto de regimes tirânicos e extremamente corruptos, quanto de governos responsáveis embora autoritários. A atitude do patri-

ciado desalojado do poder, diante destes governos, é de oposição sistemática, mas cautelosa. A atitude popular é quase sempre de indiferença ou apoio a um poder que, demagogicamente ou não, se apresenta como o protetor dos humildes e causa desgostos aos políticos profissionais, geralmente execrados. Concorre para esta popularidade o fato das exações e violências do poder autocrático não causarem maior dano às camadas pobres que nada têm a perder. Os setores patronais, os quadros político-patriciais e as novas lideranças políticas que procuram emergir é que podem vir a ser prejudicados em sua riqueza, prestígio ou liberdade de ação e por isso passam a hostilizá-lo.

Os regimes autocráticos de perfil elitista da América Latina podem ser classificados em três subtipos correspondentes a períodos históricos sucessivos: os caudilhos unificadores, as autocracias nacional-sindicalistas e as ditaduras regressivas. Um quarto subtipo é representado pelos régulos tirânicos que não chegam a constituir um modelo de organização do poder, mas sim sua deterioração.

O primeiro deles surgiu com a conquista do poder por lideranças caudilhescas formadas nas lutas pela independência.[30] Governos deste tipo é que empreenderam a unificação nacional, submetendo à autoridade central, primeiro, os caudilhos regionais e, depois, os outros setores da classe dominante, e transformando o Estado em núcleo supremo de decisão. Mais tarde, muitos deles esmagaram pela repressão as sublevações populares de caráter antioligárquico ensejadas pela reestruturação da ordem institucional. Dessa forma cumpriram a dupla função de unificar territorialmente a nação e de sujeitar suas populações a uma nova ordem. Só depois de alcançado este enquadramento é que as camadas patriciais puderam assomar ao poder para gerir os destinos nacionais. No caso do Brasil, as referidas etapas se fundiram numa só, porque a independência se institucionalizou como um regime monárquico que criou sua própria clientela patricial, desinteressando-a da República, e contou com a lealdade de um poder armado pronto a abafar as

30. Na fixação deste subtipo tivemos em mente os governos militares que prevaleceram em toda a América Latina após a Independência. Exemplificam este modelo os governos de Rosas (1835-1858) na Argentina; de Artigas (1810-1820) no Uruguai; de O'Higgins (1817-1823) e Portales (1830-1837) no Chile; de Santander (1832-1836) na Colômbia; de Santa Ana (1828-1836) e Benito Juarez (1857-1872) no México; de Garcia Moreno (1867-1875) no Equador; de Francia (1811-1840) e F. S. Lopez (1862-1870) no Paraguai e de Santa Cruz (1829-1839) na Bolívia. A Venezuela não superou, senão tardiamente, esta fase organizadora, vendo deteriorar-se seus governos unificadores em ditaduras despóticas que se mantiveram 150 anos no poder. O mesmo ocorreu em todo o Caribe (com exceção de Costa Rica) onde estas tiranias chegaram a tornar-se dinásticas. No Brasil, a consolidação do regime monárquico se fez também graças ao poder unificador de um braço armado (Duque de Caxias) que preencheu estas funções sem pleitear o exercício direto do poder.

rebeliões populares e a submeter ao governo central os caudilhos regionais.

Após a institucionalização das forças armadas como exércitos nacionais de caráter profissional com forte *esprit de corps*, passaram a rarear as façanhas caudilhescas. Surge, então, um novo tipo de governo autocrático oriundo não de caudilhos, mas de grupos militares ideologicamente motivados para utilizar as forças armadas na realização de programas de desenvolvimento nacional, na restauração da ordem constitucional, ou diante da suposta necessidade de pôr fim à corrupção e à anarquia. Em todos estes casos, os exércitos profissionais comportam-se como um poder de tutela sobre a república, assumindo o papel de responsáveis pela salvaguarda do regime com a disposição de empolgar o poder quando lhes pareça conveniente.

O surto de governos autocráticos deste tipo, a partir de 1930, indica a deterioração da estrutura patricial de poder, incapaz de disciplinar as forças armadas, porque se acha desgastada por crises econômicas e sociais que não conseguem solucionar. Os governos autocráticos de perfil nacional-sindicalista instituídos nestas condições representaram, em certos casos, um papel renovador e progressista em comparação com os governos patriciais que depuseram.[31] Em outros casos, se configuraram como governos de régulos tirânicos que atuaram como pura força repressora para jugular processos renovadores em curso.[32] A adoção de uma ou outra postura não representa, porém, uma opção livre, mas uma decorrência da ordem de interesses com que se identifica o grupo militar que aciona os dispositivos golpistas: os interesses nacionais populares emergentes, desatendidos pelo patriciado, no primeiro caso; ou os interesses tradicionais da ordem constituída — sobretudo onde não chega a cristalizar-se um poder patricial — combinados com a exploração alienígena, no segundo. A polarização desses grupos militares em uma ou outra posição e suas possibilidades de vitória decorrem também da conjuntura nacional e internacional, conforme estas sejam propícias a movimentos emancipadores ou a esforços desesperados de regressão.

No plano internacional, os ciclos de euforia ou de recessão econômica do sistema capitalista atuam como incentivadores ou dissuasivos da instauração de autocracias. No plano interno,

31. As autocracias nacional-sindicalistas mais características foram os governos de Getúlio Vargas, no Brasil, e de Juan Perón, na Argentina. Cabem também nesta categoria os governos de Carlos Ibañez, no Chile; de Villaroel, na Bolivia, e de Medina Angarita, na Venezuela.

32. Exemplificam estes governos autocráticos de perfil reacionário e tirânico os de Trujillo, na República Dominicana; de Somoza, na Nicarágua, de Batista, em Cuba; de Ubico e Ydigora Fuentes, na Guatemala; de Peñaranda, na Bolívia, de Stroessner, no Paraguai, bem como de François Duvalier, no Haiti.

a presença de populações urbanizadas e integradas à vida política mas hostis ao patriciado tradicional é também um requisito para a instauração destas autocracias. O aparente paradoxo de que estas camadas que reivindicam procedimentos democráticos autênticos contribuam ao derrocamento de governos eleitos segundo as regras republicanas se explica pela incapacidade das elites patriciais de levar a bom termo reformas estruturais que lhes proporcionem uma participação política efetiva no jogo democrático, além de soluções para os problemas sociais e econômicos do conjunto da população.

Os novos governos autocráticos de perfil nacional-sindicalista — tal como os antigos — guardam grandes reservas para com o patriciado político por seu caráter notoriamente parasitário, por sua propensão clientelístico-eleitoreira, por sua atitude cosmopolita ou "entreguista" ante os interesses estrangeiros, por seu liberalismo antipopular e por sua predisposição a aliciar golpistas sempre que se vê desalojado do poder por uma fração patricial oposta. Movidos por tantas tensões, estes dois modelos de lideranca se hostilizam como se fossem irredutivelmente opostos. Não é assim, porque em situações de crise do sistema o patriciado busca saídas autocráticas e porque nenhuma autocracia dispensa a colaboração de um setor do patriciado burocrático e toda a oligarquia. Nem o desejam, porque seus horizontes de renovação raramente excedem o nível de remendos. Essencialmente, o poder autocrático respeita e procura amparar a velha ordenação oligárquica, do bojo da qual saem muitos ditadores e de cujos círculos recebe os maiores aplausos em vista do caráter autoritário de ambos e de suas preocupacões comuns de reprimir a "anarquia popular". Por isto mesmo, nenhum poder autocrático de perfil elitista toca jamais na estrutura fundiária e mesmo quando levado ao governo no curso de crises da economia de exportacão (como no caso de Getúlio Vargas, no Brasil, e Perón, na Argentina), sempre procura resolvê-las atendendo aos interesses fazendeiros.

Outra característica desses regimes consiste em sua maior capacidade de utilizar as potencialidades do Estado para alcançar objetivos político-econômicos nacionais. Nesse sentido, atuam de forma oposta ao patriciado. Este, contido pela ideologia liberal, reduz a órbita de ação do Estado, relegando aos partidos a condução dos assuntos políticos e ao patronato, a regência da economia. As autocracias nacional-sindicalistas, ao contrário, tendem a criar estados fortemente centralizados que se propõem não só criar um eficiente aparelho administrativo como também dirigir o desenvolvimento econômico, estabelecendo uma política explícita com relação às empresas estran-

geiras e adotando mecanismos mais democráticos de distribuição das rendas.

Uma terceira característica desses regimes é sua atitude para com o empresariado urbano que também é mais livre. Muitas vezes tende a hostilizá-lo, seja para propiciar maiores benefícios às camadas assalariadas, seja para ressalvar os interesses latifundiários na político-financeira e na regulação do comércio exterior. Pode, também, em certas circunstâncias, enveredar para uma política nacionalista de direita quando a conjuntura internacional seja favorável. Nos seus primeiros passos, este nacionalismo era de caráter primitivo e só exprimia oposições circunstanciais, como a dos pecuaristas em relação aos frigoríficos estrangeiros. Mais tarde amadureceu, ao reconhecer o papel da industrialização na luta pelo desenvolvimento. Essa consciência se tornou mais aguda, quando a política de segurança nacional passou a considerar a implantação da indústria pesada como condição básica de fortalecimento da capacidade defensiva. Nesse caso, os governos autocráticos deste tipo se orientaram, freqüentemente, para o "capitalismo de Estado". Com isso admitiam a incapacidade do empresariado nativo para criar as bases infra-estruturais da economia nacional (energia elétrica, transportes, combustíveis, siderurgia) e terminavam entrando em choque com os monopólios internacionais. Aqui também revelavam maior independência de conduta com respeito ao imperialismo e uma percepção dos interesses nacionais muito mais aguda que os do patriciado político.

A preocupação obsessiva dos governos autocráticos nacional-sindicalistas é, contudo, evitar a sublevação das classes subalternas e sobretudo das oprimidas. Para isto não contam com outros recursos que não seja a repressão combinada com o paternalismo. Desta preocupação deriva a tendência a oficializar e regulamentar as organizações sindicais com o duplo objetivo de "imunizá-las contra o comunismo" e de convertê-las em base de sustentação popular ao governo. Nesse terreno, os regimes autocráticos nacional-sindicalistas podem ir muito além do patriciado, mais comprometido com o patronato urbano e com os interesses estrangeiros. As estruturas de poder que eles compõem podem vir a alcançar amplas bases de apoio fundadas não nos procedimentos democráticos formais mas em novos modos de participação popular na vida política, como as manifestações públicas e as atividades sindicais. Em diversos países latino-americanos estes procedimentos deram às camadas populares urbanas suas primeiras oportunidades de participação ativa na vida nacional em defesa de suas aspirações e reivindicações.

Nas últimas décadas, estas camadas assalariadas haviam aumentado enormemente como a mão-de-obra que construíra as cidades e que trabalhava nos novos serviços modernizadores, nas pequenas oficinas e nas fábricas. Permanecera todavia excluída do sistema institucional por não contar com qualquer forma legal de exercer pressão na defesa de seus interesses. Nestas condições, suas lutas assumíam, necessariamente, um caráter subversivo porque definidas como ilegais e porque conduzidas por lideranças radicais, como as socialistas e as anarco-sindicalistas.

Só com as autocracias nacional-sindicalistas, dada a sua relativa independência frente ao patronato urbano, surgiram regulamentações que legalizaram a ação sindical. Deste modo, cada reivindicação, em lugar de ser um ato conspirativo, passou a ser uma aspiração legitimável que, se alcançada, constituía uma vitória sobre o patrão e uma dívida política para com o governo. Cria-se, por essa via, uma burocracia político-sindical que passa a dirigir o movimento operário, cumprindo a dupla função de dessectarizá-lo e de politizá-lo, integrando-o no sistema como uma força de apoio ao governo autocrático.

O caráter inusitado desta forma de mobilização política e sua extraordinária vitalidade provocou a maior revolta nos círculos patronais e patriciais. Na realidade, ela não era menos legítima ou representativa que as antigas eleições regidas pelos fazendeiros. Mas se tornava inaceitável para o patriciado, porque, tornando dispensáveis as eleições, retirava sua fonte de poder; era inconveniente para o patronato que se via compelido a atender certas reivindicações de seus trabalhadores, agora organizados em sindicatos e apoiados pelo governo; e era inaceitável para as empresas estrangeiras por esta mesma razão e, sobretudo, porque dava sustentação política a um setor suscetível de ser-lhes hostil.

Efetivamente, este apoio popular importou num comprometimento crescente do poder autocrático com as aspirações das camadas assalariadas urbanas que, coincidindo com os interesses do desenvolvimento nacional, lhe exigiu e lhe deu condições para orientar-se no sentido de uma política ousadamente nacionalista e popular. Assim é que alguns governos nacional-sindicalistas da América Latina puderam pender para caminhos heterodoxos do "capitalismo de Estado" dentro das linhas do *modelo tardio de desenvolvimento industrial* [33], orientados para uma industrialização autônoma e a exploração direta das riquezas naturais, por meio de empresas estatais. A oposição sus-

33. Referimo-nos às vias de desenvolvimento industrial autônomo protagonizadas pela Alemanha, Japão e Itália (Ver D. Ribeiro, 1970).

citada por esta orientação radicalizou, em alguns casos, os governos que a levaram a cabo, a ponto de encaminhá-los para uma política exterior independente fundamentada na possibilidade, então existente, de explorar as tensões interimperialistas. A sua manutenção no poder passou a depender, desde então, de dois fatores: um apoio ainda maior das forças armadas que, sem embargo, foi-se tornando cada vez mais frágil em virtude da coalizão do patronato urbano e do patriciado político com o estamento gerencial estrangeiro e com as altas hierarquias militares, sempre dispostas a conspirar quando surge um vazio de poder; segundo, uma conjuntura mundial de múltiplas potências imperialistas competitivas que também se encerrou com o fim da Segunda Guerra Mundial quando, ao consolidar-se a hegemonia mundial dos Estados Unidos, todos os regimes nacional-sindicalistas foram depostos.

Desencadeia-se, dessa forma, a crise política como uma irrupção de pronunciamentos sediciosos de militares e patrícios estimulados em sua atitude conspirativa por agentes da exploração imperialista. A única saída para os governos autocráticos do tipo que examinamos passa a ser a reestruturação do poder em bases populares, na forma de um regime nacionalista modernizador, perspectiva que excede seus horizontes de renovação. Comprometidos com a ordenação oligárquica, obsecados pelos riscos de levantes incontroláveis das classes subalternas, só lhes resta entrar também na conspiração para, através de golpes preventivos, adiar o golpe que finalmente os derrubará.

Vargas e Perón são os melhores exemplos latino-americanos destes esforços de reordenação institucional e de ruptura com o subdesenvolvimento. Ambos foram proscritos, apesar do apoio das camadas operárias da população urbana com que contavam, por conjuras nominalmente redemocratizadoras levadas a cabo pelo velho patriciado com o apoio de grupos militares descontentes e do governo norte-americano. Com a queda daqueles governos, reimplantou-se, por algum tempo, o condomínio patricial, agora partido em dois bandos: o dos antigos participantes patricial-burocráticos do poder e os oriundos dos grupos que lhe faziam oposição.

Após breves períodos de euforia, estas restaurações patriciais revelaram-se incapazes de fazer frente à situação. A velha classe dos políticos profissionais tornara-se tão obsoleta que, mesmo renovando seu antigo ideário liberal-desenvolvimentista — introduzindo políticas econômicas não-liberais e aceitando confundir-se com lideranças militares e com "parvenus" políticos, não pôde enfrentar a gravidade dos problemas nacionais e conservar o poder por meio de procedimentos eleitorais.

A modernização das sociedades latino-americanas, embora reflexa, havia alterado em demasia a estrutura social para que fosse possível a restauração do condomínio patricial. Ele corresponde, como vimos, a certas condições estruturais, como a atomização da maioria da população em milhares de micronúcleos dependentes de lideranças paternalistas (fazendeiros, caudilhos, "coronéis"), sobre a qual exerce total dominação política. Tendo-se alterado estas condições, minaram-se as bases do seu poder político. Tal ocorreu em virtude da urbanização acelerada que criou vastos contingentes metropolitanos e enormes massas marginalizadas nas vilas e nas cidades, independentes das lideranças tradicionais e aliciáveis para novas identificações políticas.

As principais restaurações patriciais dos últimos anos (Kubitschek no Brasil, Frondizi na Argentina, o condomínio de poder na Colômbia, Frei no Chile, Caldera na Venezuela) se configuram como democracias representativas de orientação "desenvolvimentista". No plano econômico, seu projeto tem sido abrir as economias nacionais ao capital estrangeiro através da implantação local de subsidiárias das grandes empresas multinacionais ou obter a benevolência do governo dos Estados Unidos para o estabelecimento de um trato menos espoliativo no intercâmbio intercontinental. Esperam que a contribuição dessas empresas à modernização do sistema produtivo permita compensar ulteriormente seu elevado custo. Isso não ocorre porque, uma vez implantados esses mecanismos de sucção, as remessas crescentes de lucros pesam tanto na balança de pagamentos que obrigam a contrair novas dívidas; e porque a inflação, incidindo principalmente sobre os setores assalariados, provoca movimentos reivindicatórios cada vez mais amplos e exigentes.

Nestas condições, a simples permanência desses governos no poder passa a depender da sustentação — através do suborno — do seu dispositivo militar; e a sucessão por meio de eleições de outro grupo patricial, se torna praticamente inviável. Desse modo, as eleições se convertem em operações financeiras multimilionárias em que os novos grupos econômicos dominantes, sobretudo as grandes corporações internacionais, investem somas fabulosas para obter, à mercê da chantagem anticomunista, da corrupção e do suborno, o apoio para os candidatos patriciais do eleitorado rural e urbano, já desperto para a oposição entre seus próprios interesses e os da velha ordenação social.

A possibilidade de transferência do poder a novos grupos políticos de orientação nacionalista e popular — as antielites reformistas e populistas, sobretudo as que se identificam com

as velhas lideranças nacional-sindicalistas — sendo percebida como uma ameaça iminente, desencadeia a sedição da direita. Os políticos patriciais mais reacionários (justamente os que têm menos chances de vitória eleitoral) passam a conspirar com os militares, aliciando-os para um golpe preventivo. É a crise estrutural que se anuncia. Na realidade, já é o próprio regime republicano em sua versão latino-americana que se tornara inviável para a elite dirigente tradicional e inseguro para os interesses estrangeiros implantados na região. Surge, assim, um novo vazio de poder que ensejará, em alguns casos, o golpe militar direto e, em outros, o aparecimento de governos populistas e reformistas durante o interregno em que a reação ainda não está estruturada para impor abertamente o único regime que lhe convém: as autocracias regressivas que passaremos a estudar.

As Ditaduras Regressivas

Esse terceiro tipo de poder autocrático tanto se opõe aos caudilhos unificadores do século passado, quanto às ditaduras nacional-sindicalistas do decênio anterior e posterior à última guerra. O novo modelo é gerado sob a compressão de diversas ordens de tensões: as desencadeadas pela conscientização generalizada do caráter histórico e erradicável do subdesenvolvimento e da modernização reflexa, com sua correspondente explosão de aspirações de progresso por parte de vastas camadas populares; e as resultantes dos esforços desesperados da oligarquia e do imperialismo para resguardar seus interesses ameaçados. Uma vez detonadas estas tensões, se torna impraticável a sustentação de regimes patriciais anacrônicos, bem assim dos governos populistas e reformistas que os sucederam. Entretanto, o surgimento de uma nova estrutura de poder assentada na vontade popular apresenta enormes dificuldades, uma vez que, para ser autêntica, teria de assumir um caráter francamente antioligárquico e antiimperialista, vale dizer, revolucionária, tendente a uma reordenação de tipo socialista. Geram-se, desse modo, condições para a polarização de grupos militares identificados com a ordem tradicional e apavorados diante das tensões que agitam suas sociedades, enfim despertas para as causas do seu atraso e decididas a enfrentá-las.

Designamos esta nova feição do poder autocrático como regressivo [34] dado o seu caráter de regime ditatorial imposto a

34. Exemplificam este modelo os governos de Odría, no Peru; de Perez Jimenez, na Venezuela, de Rojas Pinilla, na Colômbia, de Castelo Branco, Costa e Silva, Médici e Geisel, no Brasil; de Aramburu, Onganía e Levingston, na Argentina; de Barrientos, Ovando e Banzer, na Bolívia.

nações subdesenvolvidas por grupos militares como agentes de interesses internos e externos mancomunados para manter o *status quo*. Nesse sentido, as ditaduras regressivas espanholizadoras são o oposto dos regimes "nasseristas", devido ao caráter nacional-autonomista e progressista destes últimos. Diferenciam-se também do fascismo e do nazismo porque, naqueles casos, ademais de visarem impedir a implantação de regimes socialistas, buscavam antes uma reordenação do que uma congelação do antigo sistema.

Com efeito, o fascismo e o nazismo representaram coalizões militares-plutocráticas surgidas em nações não aquinhoadas na partilha imperialista que, apesar do caráter sinistro dos regimes que implantaram, mobilizam as energias nacionais contra as antigas potências a fim de construir ou ampliar economias industriais em bases autárquicas e promover a integração de toda a população na força de trabalho. Embora seu objetivo fundamental fosse fazer frente à ameaça de revoluções socialistas em seus países, sua oposição aos imperialismos maduros da época e sua política econômica heterodoxa podem ser vistas como um modelo capitalista-estatal de promoção do desenvolvimento autônomo de nações que se atrasaram no processo de industrialização. Devido a isso, esse modelo exerceu — e continua exercendo — enorme atração sobre as lideranças autocráticas de perfil patriarcal, mas não sobre as de perfil regressivo. Ao contrário do nazi-fascismo, o horizonte de desenvolvimento destas últimas é um programa de *satelização* e uma política econômico-financeira favorável à exploração estrangeira, imposta mediante a compressão dos salários e a liquidação dos sindicatos. A principal semelhança das ditaduras regressivas com o nazi-fascismo reside em sua propensão a assumir um caráter francamente terrorista e a exacerbação fanática de seu anticomunismo.

Tal como os regimes imperantes em Portugal e na Espanha, as ditaduras regressivas podem admitir algum debate e até certo grau de atividade política, sempre que isso contribua para fortalecer e consolidar o sistema. Mas não admitem qualquer tipo de militância que tenda a despertar a consciência política da população, nem a mobilização desta por qualquer movimento oposto ao regime. Sem embargo, as tensões que são chamadas a aplacar como governos contra-revolucionários anulam esta flexibilidade mínima, levando-os prontamente à repressão como seu mecanismo natural de manutenção do poder.

A única forma de participação que admitem é o *burocratismo* que enseja certa autonomia aos quadros tecnocráticos e tende a converter-se numa ideologia do regime. Vale dizer, uma ideo-

logia axiomática que atribui à ditadura regressiva e a seus agentes militares e tecnocráticos no exercício do poder o papel de centros de decisão impessoal e isenta, atentos aos interesses coletivos e colocados acima das classes sociais para reger o destino nacional segundo os interesses permanentes da nação.

Na América Latina, tal como ocorreu na Espanha e em Portugal (e também na Grécia e na Turquia), as ditaduras regressivas são o resultado final da degradação de uma classe dominante obsoleta que, não tendo promovido o desenvolvimento, se tornou incapaz de compor um sistema democrático de poder que garantisse sua sobrevivência, e está disposta a traumatizar a nação e a apelar para qualquer forma de terrorismo a fim de perpetuar seu domínio. Dois exemplos de regimes desse tipo são o Brasil e a Argentina atuais, cujas classes dominantes, caindo em desespero diante da complexidade dos problemas nacionais e da impossibilidade de lhes dar uma solução capaz de preservar seus interesses, enveredaram pelo caminho regressivo. Em face de populações conscientizadas sobre as causas do subdesenvolvimento ou, ao menos, sobre a oposição entre os interesses majoritários e os oligárquicos, patriciais e imperialistas, a velha estrutura se torna subversiva em relação à legalidade que ela própria modelara e apodera-se da máquina do Estado como mecanismo de perpetuação do *status quo*.

O maior perigo dessas situações é que os governos que elas geram, não tendo qualquer compromisso com a luta contra o atraso, podem manter-se por décadas como burocracias político-militares, armadas de enorme poder de repressão. Seu caráter intrinsecamente regressivo as faz agir como formas intencionais de ação anti-histórica que comprometem o futuro de seus povos, ao preço da perpetuação de uma estrutura anacrônica de poder e do congelamento de uma estratificação social cruamente desigualitária.

Para isto não hesitam em colocar a nação em situação de vassalagem no contexto internacional e em condenar seus povos a persistir em situação de atraso em relação à civilização do seu tempo; em condenar sua população à marginalidade — e, se necessário, ao genocídio — eternizando uma ordenação social arcaica que torna impossível qualquer desenvolvimento autônomo.

As ditaduras regressivas têm também de peculiar o seu caráter de coalizão de forças retrógradas nativas e estrangeiras, geradas através da internacionalização de conflitos internos. Esta característica a faz transcender do âmbito de governos locais dependentes de certa legitimação interna para assumirem com toda desfaçatez o papel de regimes de exceção que não procuram justificar-se, senão de forma negativa, como reações

necessárias a uma renovação estrutural em marcha conducente, a seu modo de ver, ao comunismo.

O surgimento desses regimes regressivos dá uma idéia do grau de deterioração alcançado pelas classes dominantes-subordinadas que regem os destinos da maioria das nações latino-americanas. Ao não poder alcançar a legitimação popular do seu mando, recorrem a seus aliados externos para subverter as instituições republicanas, como única forma de salvaguardar os interesses comuns. Assim é que se sucedem na América Latina golpes militares de um novo tipo, porque já não resultam de rivalidades entre lideranças caudilhescas, ou de enfrentamentos entre grupos militares e governos patriciais, mas de operações planejadas em Washington e executadas por agentes nativos.

Os próprios instauradores das ditaduras regressivas sabem que elas são mera expressão do seu desespero e, como tal, não podem subsistir indefinidamente. Sobretudo em nações acionadas por um ritmo intenso de incremento demográfico em que a estagnação econômica conduz à acumulação de tensões que se tornarão, por fim, insuportáveis. Esta consciência desesperada é uma das causas da degradação dos órgãos de segurança convertidos em instrumentos de tortura e da proliferação do aventureirismo que se espraia por todos os setores da vida nacional. As empresas estrangeiras tratam de remeter para fora o máximo de recursos, certas de que perderão, amanhã, qualquer chance de prosseguir na espoliação. O empresariado nativo também se acautela, transferindo bens ao exterior ou trocando quotas de seus negócios por ações de empresas estrangeiras em países mais estáveis, com a esperança de que, sobrevindo a revolução social em algum ponto, sempre terá alguma pecúnia a salvo.

O patriciado político, os tecnocratas e os militares investidos em cargos públicos tornam-se, também, cada vez mais corruptos no afã de abrir ou aumentar contas em algum banco suíço. As forças armadas passam a absorver parcelas cada vez maiores do orçamento nacional, sem ressarcir a nação destes gastos, porque se convertem em mera policia interna, extremamente onerosa. Todas as formas de associação com algum conteúdo político (partidos, sindicatos, organizações estudantis) são degradadas e corrompidas só podendo subsistir como sustentáculo da ditadura.

Tais são as características dos regimes a que as classes dominantes latino-americanas conduziram seus países como alternativas ao nacional-reformismo e ao socialismo. Como vimos, tal como sucedeu na Espanha e em Portugal, sua implantação

se processa dentro de um duplo movimento de internacionalização dos conflitos internos. Primeiro, o paralelismo das lutas emancipadoras de todos os povos dependentes que os unifica internacionalmente como contestadores aos interesses oligárquicos e imperialistas. Segundo, a coalizão das forças reacionárias internas de cada pais com aliados externos, igualmente empenhados em manter o *status quo*. Esta unificação é promovida intencionalmente pela América do Norte através de uma série de procedimentos, dos quais o mais importante é a doutrinação das forças armadas através das escolas superiores de estratégia militar.

Já vimos como a revolução da tecnologia militar, tornando obsoletos os exércitos das nações pobres, colocou em pauta o problema da justificação de sua existência, do enorme custo das forças armadas tradicionais e da redefinição de suas funções. Acresce a isso que os militares latino-americanos tiveram de enfrentar estes problemas no isolamento em que sempre viveram com respeito à intelectualidade de seus países. Formada em escolas especiais, em que não penetrava o esforço de conhecimento objetivo da realidade nacional, e moldada segundo valores de respeito incondicional à hierarquia e de culto à subserviência, esta oficialidade teve de buscar sozinha a solução para aqueles problemas. Tornou-se, assim, presa fácil do sistema de doutrinação posto em prática pelos norte-americanos para convencê-la de que seu papel era o de polícias internas anti-subversivas e de que sua sobrevivência como instituição só seria possível se assumisse a tutela dos órgãos institucionais do poder. O argumento decisivo era o de que sua auto-afirmação como força armada, não podendo fazer-se através de um domínio mais alto da tecnologia militar moderna — em virtude da pobreza de seus países e do alto custo que já representava a sua manutenção —, teria de ser obtida mediante acordos de ajuda e assistência que a transformasse em corpo auxiliar de um exército mundial anticomunista. Argumentavam, ainda, que qualquer movimento de reestruturação de suas sociedades levaria à proscrição das forças armadas tradicionais tal como ocorrera no caso das revoluções mexicana, boliviana, cubana e até mesmo a da Costa Rica.

Para tornar operativa esta doutrinação, foram criadas escolas de estratégia militar em cada país da América Latina, todas conformadas segundo um padrão instituído em Washington para operarem como núcleos de difusão de uma ideologia alienante e desnacionalizadora que visava a erradicar a antiga postura nacionalista dos militares latino-americanos. Esta ideologia consiste, essencialmente, em assumirem as forças armadas o papel

e a atitude cosmopolita característicos do patriciado tradicional, excetuados seus conteúdos político-liberais, de resto já inviáveis para o próprio patriciado. Surge, assim, um militarismo reacionário e entreguista que só vê possibilidade de manutenção da ordem através da repressão; de alçançar a prosperidade mediante a preservação do latifúndio; e facilitando a "ação civilizadora" das empresas estrangeiras. Revela-se, porém, francamente contraditório, porque antiintervencionista no que respeita ao jogo dos interesses empresariais, à política de preços e às subvenções, mas profundamente intervencionista na política trabalhista, utilizada como mecanismo de confisco de salários para combater a inflação e para subjugar as organizações sindicais.

A melhor expressão desta ideologia se encontra nas análises estratégicas elaboradas naquelas escolas de guerra, transformadas em órgãos fundamentais de assessoramento governamental. Num desses estudos referente ao Brasil se define como o principal inimigo, a cujo combate devem as forças armadas entregar-se prioritariamente, a "pressão comunista" exercida por forças internas mancomunadas para conquistar o poder e instaurar um "regime marxista-leninista". Como segundo inimigo diagnosticam a "pressão sócio-econômica", exercida pelas organizações populares, sobretudo as sindicais que, com suas "aspirações imediatistas", ameaçam a *paz social* e a *prosperidade nacional*. Em terceiro lugar, assinalam as "pressões econômicas" dos grupos empresariais e suas associações patronais. Este seria o inimigo menor e mais facilmente manejável pelo paralelismo essencial dos seus interesses com os objetivos estratégicos gerais exceto no que respeita ao empresariado "nacionalista" que exige uma cuidadosa vigilância. Vem por fim a "pressão político-histórica" exercida pelas nações fronteiriças com suas aspirações de revisão de fronteiras. Estas últimas, e somente estas, seriam os inimigos externos."[35]

Tais diagnósticos se desdobram, porém, em análises conjunturais que asseveram peremptoriamente a incapacidade das forças armadas nacionais para enfrentar a primeira pressão e, em conseqüência, a necessidade imperativa de sua incorporação no grande exército mundial do anticomunismo, o norte-americano, como uma das suas forças auxiliares. Esta integração não se circunscreve, naturalmente, à órbita militar, mas exorbita para outros campos, através da proclamação de uma "comunidade" de destinos que exige uma comunidade correspondente de recursos.

35. Uma documentação primorosa do diagnóstico e do receituário destes estrategistas se encontra no número 21 (julho de 1966) da *Revista Brasileira de Estudos Políticos* e no documento estratégico básico do governo brasileiro, publicado no n. 1.355 de *Marcha*, Montevidéu (Junho de 1967).

Como corolário de suas teses básicas, estes estrategistas pregam, sub-repticiamente, a hegemonia do arbítrio militar sobre as instituições civis, em nome da complexidade da guerra moderna e de suas exigências específicas. Outro corolário dessas teses é o da prevalência das "fronteiras ideológicas" sobre as territoriais com a conseqüente abdicação da soberania nacional, substituída pela noção de "interdependência". Como resultado final destas análises, propugna-se a criação de corpos internacionais de tropa capacitados para intervir em qualquer nação do continente que, a seu modo de ver, ameace encaminhar-se ao socialismo.

Na realidade, toda esta doutrinação só pretende chegar a um resultado prático: a transformação das forças armadas latino-americanas em tropas baratas de ocupação de suas pátrias; em corpos especializados na antiinsurgência — através da tortura e do assassinato — com o objetivo de nelas eternizar a ordenação tradicional a um custo muito menor que o do envio de corpos expedicionários; e, eventualmente, em substitutos dos "marines" em futuras operações de intervenção em qualquer parte do mundo.

Esta doutrinação não se faz pacificamente. Muito ao contrário, ela gera tensões que opõem oficiais uns aos outros por suas posturas nacionalistas ou entreguistas, reformistas ou conservadoras, provocando debates nos quais a parcela mais lúcida vai se afastando da mais alienada à medida em que se compenetra do verdadeiro papel que lhe prescrevem esses regimes.

Deste modo, aos poucos vai-se tornando evidente para a oficialidade mais lúcida a inaptidão das ditaduras regressivas para promover o progresso e o bem-estar da totalidade da população e para se legitimarem como um poder nacional e popular. À medida em que esta compreensão se generalizar, abrir-se-á para ela a oportunidade de retomar os projetos que os governos reformistas não foram capazes de executar na luta contra as forças constritoras do desenvolvimento pleno e autônomo. Deste modo, a possibilidade de se implantarem regimes nacionalistas-modernizadores volta a constituir uma opção; já agora sob a liderança de militares que buscam recuperar-se para seu povo e não de políticos reformistas radicais. Nos capítulos finais examinaremos estas tendências.

9. As antielites

Cumpre analisar, agora, os regimes políticos latino-americanos que contestam parcialmente o sistema estabelecido e se propõem renovar a estrutura de poder sem alterá-la substancialmente. Eles correspondem a dois tipos de lideranças que podem ser chamadas de antielites para atender às suas características de grupos políticos emergentes que reptam as elites tradicionais, desmascaram suas debilidades mais palpáveis, mas que, em essência, só almejam substituí-las para melhorar a ordem social sem transformá-la. O primeiro tipo de regime antielitista é representado por duas formas de liderança que apelam para as vias eleitorais de acesso ao poder. Ao lográ-lo instituem governos populistas e reformistas. O segundo, oriundo de movimentos revolucionários ou de golpes militares, se estrutura como regimes nacionalistas-modernizadores.

As antielites civis são, em essência, neopatriciados que surgem em situações de crise das estruturas tradicionais de poder, encarnadas por figuras não integradas nos círculos dominantes ou neles aceitas a contragosto, seja por sua postura ideológica rebelde, seja por sua história política prévia reprovada como arrivista pelas elites tradicionais. Trazem sempre para a ação política novas camadas sociais nas quais se apóiam na sua luta pelo poder e que, por sua vez, as sustentam na esperança de que os novos líderes encontrem solução para os problemas sociais ou, ao menos, lhes proporcionem regalias clientelísticas em bens e o prestígio como os que desfrutam os setores já aquinhoados.

Geralmente se exprimem numa linguagem abertamente radical ou desabrida, buscando, por um lado, acentuar seu caráter progressista e, por outro, demonstrar sua disposição de renovar o poder político, isentando-o dos vícios do sistema vigente e capacitando-o a enfrentar os problemas nacionais. Seus compromissos renovadores se restringem, porém, à mudança por meio da persuasão e de procedimentos legais.

Efetivamente, estas antielites vêm a ser um recurso heterodoxo que surge nas nações subdesenvolvidas quando a antiga estrutura de poder ameaça entrar em colapso. Em certos casos, as próprias classes dominantes apelam para estas lideranças não comprometidas e desgastadas pelo exercício do mando e que parecem atender aos anseios populares de renovação sem que coloquem em risco as bases do sistema. Para protagonizar este papel, as antielites tendem a investir-se de caracteristicas que simbolizem um antagonismo formal à elite tradicional, opondo à retórica desprestigiada do patriciado um novo estilo de proselitismo político.

Desenvolvem, com isso, uma extraordinária capacidade de estimular aspirações e de provocar reivindicações. Mas, uma vez no poder, têm possibilidades muito limitadas de atendê-las, que não vão além do favorecimento de uma estreita clientela nova. Conseqüentemente, tendem a ser depostas no curso de movimentos populares de renovação estrutural que elas próprias estimulam e que provocam golpes militares preventivos os quais não podem deter a não ser por uma contestação revolucionária que seria, igualmente, sua negação.

Além destas formas características de antielites civis representadas pelas lideranças populistas e reformistas, pode-se identificar na América Latina uma outra modalidade de antielite encarnada pelas autocracias nacionalistas-modernizadoras com potencialidades muito maiores que aquelas, como veremos mais adiante.

Os Populistas

O conceito de "populismo", vulgarizado pela sociologia política de ótica norte-americana e francesa, parece consistir essencialmente em uma contra-imagem — correspondente a países atrasados — das formas de liderança política tradicional dos regimes republicanos, tal como funcionam nos Estados Unidos e na França. Nessa acepção, o conceito se refere, de fato, às carências de nossos políticos subdesenvolvidos que apelam à demagogia para alcançar o poder ou para manter-se nele. Assim definido, o termo populismo tem sido aplicado aos mais diversos protagonistas da vida politica latino-americana, sem reconhecer suas diferenças nem indagar o valor explicativo das mesmas. Todos eles se unificam, por contraste, como típicos ou discrepantes, seja com relação às lideranças patriciais tradicionalistas, seja com respeito aos atores do cenário político norte-americano ou francês, os quais são sutilmente alçados à

condição de arquétipos que os latino-americanos talvez consigam um dia copiar melhor.

Em nossa tipologia, as lideranças populistas comparecem conceituadas entre outras categorias, mas diferenciadas delas como um perfil específico de militância política antielitista, discernível por uma série de características próprias.

As lideranças populistas [36] surgiram na América Latina como subproduto de sociedades que experimentaram processos de modernização reflexa e de urbanização precoce e caótica. Caracterizam-se pela dimensão demagógica em que atuam para atrair um eleitorado recém-desgarrado do controle dos líderes patriciais. Com esse objetivo, rompem, espetacularmente, com os costumes políticos tradicionais, introduzindo posturas histriônicas opostas à circunspecção do estilo patricial. Fazem-no, porém, com o único propósito de substituir-se ao patriciado como novos agentes da velha estrutura de poder, porque se mantêm fiéis aos interesses fundamentais da oligarquia latifundiária e do grande empresariado urbano, nacional e estrangeiro.

Fora do poder, as lideranças populistas se apresentam como autênticos renovadores dispostos a tudo mudar. Seu compromisso é o discurso de cada comício, alterável ao gosto do eleitor. No poder, enfrentam a contingência de conciliar essa imagem demagógica com os compromissos reais que assumiram com respeito à preservação da ordem vigente, já que governam sob a estreita vigilância dos grupos militares que haviam garantido sua posse; dos grupos patronais que custearam suas onerosas campanhas eleitorais e das hierarquias eclesiásticas a que deram a palavra de boa conduta e respeito às tradições.

Raramente as lideranças populistas se estruturam como partidos do estilo patricial. Suas organizações são, principalmente, aglomerados de adeptos pessoais do líder. Mesmo quando se nucleiam nas várias esferas para concorrer a eleições no nível municipal, estadual e federal, o que apresentam ao povo são acaudilhados do líder populista, recomendáveis pelo apoio do chefe e elegíveis segundo a penetração que este haja alcançado no respectivo colégio eleitoral. Esta penetração tanto depende do vigor da imagem do próprio líder populista quanto da animosidade que ela suscita nos círculos patriciais, em virtude da incompatibilidade de vastas camadas do eleitorado com estes círculos. O movimento populista é para seus adeptos, essencialmente, uma alternativa nova que se oferece como promessa de transformação dos quadros políticos tradicionais.

36. Exemplos concretos de militância política populista nos são dados pelos movimentos dirigidos por Hipólito Yrigoyen e, mais tarde, por Arturo Frondizi, na Argentina; por Alessandri Palma e Carlos Ibánez del Campo e, depois, por Gonzalez Videla, no Chile; por Jorge Eliecer Gaitán, na Colômbia, por Velazco Ibarra, no Equador; por Ademar de Barros e Jânio Quadros, no Brasil.

O que diferencia o líder populista do patricial, e do reformista, é a sua postura intrinsecamente demagógica, seu oportunismo político que o faz lutar franca e diretamente pelo poder pessoal. O que o diferencia do líder autocrático é sua dependência do processo eleitoral como via de acesso ao poder. A demagogia se manifesta na linguagem fácil de "salvador da pátria", armado de soluções miraculosas para todos os problemas ou de redistribuidor igualmente prodigioso e pródigo da riqueza social. O oportunismo se expressa na sua disposição de usar qualquer procedimento para ganhar eleições, como a compra de votos, a falsificação dos resultados eleitorais e as alianças mais inesperadas. Consegue, por isso, arrebanhar grandes corpos eleitorais aliciados, nas cidades, através de uma política antipatricial e, nas áreas rurais, mediante alianças, subornos e compra de votos dos setores suficientemente libertos do controle oligárquico tradicional para votarem com certa independência, mas cuja consciência cívica apenas alcança o realismo menor de vender o que para os ricos e poderosos parece ter tanto valor: o seu voto.

As lideranças populistas podem ser divididas em dois perfis distintos. Um deles, carismático, dos políticos que procuram dar de si a imagem de predestinados ao exercício do papel de salvadores, dotados de poderes ilimitados. O outro, paternalista, personificado por eminências surgidas circunstancialmente que se fantasiam de políticos populares, prometendo a uma nova clientela os favores desfrutados pelas clientelas patriciais. Seus eleitorados são também distintos, embora tenham de comum a independência dos vínculos patriciais e a incapacidade de radicalizar-se politicamente, o que faz com que resistam às lideranças patriciais, às reformistas e, mais ainda, às saídas revolucionárias.

Os populistas carismáticos encontram adeptos nas camadas urbanas mais pobres ameaçadas de marginalização que aspiram por um salvador disposto a coibir os corruptos e proteger os humildes. Os populistas de perfil paternalista ou "fisiológico" encontram suas bases eleitorais, principalmente nos setores intermédios, particularmente na "pequena-burguesia" urbana e rural que aspiram por uma oportunidade de ascensão social através da proteção clientelística de um poder novo. A primeira é integrada, principalmente, por camadas recém-urbanizadas que desejam uma solução dentro do sistema que lhes enseje melhores condições de vida; a segunda, por setores já acomodados que emergem como uma nova clientela. Uns, mais pobres e ingênuos, buscam um salvador; os outros, um protetor dadivoso.

No exercício do poder, tanto os populistas carismáticos como os paternalistas não escapam a uma deterioração crescente do

seu prestígio. Os primeiros são compelidos a reduzir seus "milagres" a atos intempestivos de puro sabor populesco. Os últimos levam a corrupção clientelística a níveis insuportáveis, acabando por incompatibilizar-se com as camadas patronais. Ambos governam sob a ameaça permanente de serem desalojados do poder como instrumentos irresponsáveis ou ineficazes para a manutenção do sistema. Os paternalistas sobrevivem à medida que refreiam sua voracidade e a de sua clientela aos limites da compostura patricial no usufruto do erário público. Os carismáticos, à medida que conciliam seu histrionismo de salvadores com o cumprimento do papel que as classes dominantes deles esperam.

Assim governam essas promessas de utopia moralista ou amoralista que apregoam a austeridade ou a corrupção, conforme se dirijam a camadas marginalizadas ou a grupos em ascensão social. Elas são o produto de uma conjuntura transitória em que a deterioração da estrutura tradicional do poder e a incapacidade das classes dominantes para instituir governos patríciais estáveis conduz a estas formas espúrias de utilização das derradeiras possibilidades de apelo a procedimentos eleitorais. Nestas lutas políticas, os populistas se defrontam tanto com o patriciado que podem vencer eleitoralmente, como com uma formação política nova, os reformistas, que passam a ser seus reais opositores.

Os Reformistas

O modelo reformista [37] se distingue dos precedentes por duas ordens de compromisso a que deve atender imperativamente. Primeiro, o apoio às reivindicações econômicas dos setores assalariados, organizados em associações ou sindicatos, que formam seu principal corpo de sustentação política. Segundo, a adesão a um programa reformista decorrente deste vinculo que obriga os seus líderes a colocar em causa, senão a ordem vigente em

37. Para a fixação do modelo reformista nos baseamos principalmente no trabalhismo brasileiro posterior a 1950; no peronismo argentino, posterior à quela de Peron; no governo de Jacobo Arbenz, na Guatemala; no movimento redemocratizador conduzido por Juan Bosch, na República Dominicana. Uma variante do reformismo foi a APRA peruana, anterior a 1945, diferenciada dos demais por seu caráter de movimento ideológico e também por sua progressão posterior para compromissos de tipo patricial com a oligarquia e o imperialismo. Também pode ser caracterizado como reformista o primeiro período do governo de Romulo Betencourt, na Venezuela. A democracia cristã, no Chile, embora se revista de algumas potencialidades reformistas, é, sobretudo, um esforço de restauração do patriciado com uma nova roupagem. A da Venezuela, ainda mais timorata, apenas almeja ser um partido de tecnocratas capazes de conquistar algumas vantagens no trato com os norte-americanos. O desgaste que sofre a democracia-cristã no exercício do poder tende a cindi-la em duas facções: uma delas aderirá provavelmente à direita; a outra se aproximará das esquerdas em busca de uma política de mobilização popular para as reformas ou então se acercará aos militares, procurando realizar as reformas e enfrentar os interesses estrangeiros através de regimes nacionalistas-modernizadores.

sua totalidade, ao menos alguns aspectos dela, que representam interesses classistas nitidamente antipopulares. Esta contingência os compele a uma identificação ideológica com as teses levantadas pelas esquerdas que tenham maior difusão popular. Tais são, principalmente, o nacionalismo e as reformas de base. A primeira destas teses corresponde à consciência generalizada dos danos causados pela espoliação estrangeira e as medidas que se recomendam no plano da defesa dos interesses nacionais: o monopólio estatal do petróleo, a nacionalização das empresas mineradoras, a regulamentação da remessa de lucros, etc. A segunda se refere à convicção, também generalizada, de que a reforma agrária, a sindicalização dos trabalhadores rurais e outras medidas de caráter antioligárquico são um imperativo do progresso. Como estas diversas teses são aparentemente independentes entre si, as lideranças reformistas procuram apoiar algumas delas, omitindo-se quanto às demais. A coesão dos interesses imperialistas e oligárquicos e a radicalização política de suas próprias forças levam, porém, as lideranças reformistas à obrigação de definir-se explicitamente sobre todas elas.

Os quadros reformistas são recrutados em duas matrizes básicas: entre os lideres identificados com governos autocráticos nacionalistas anteriores que promoveram a integração sócio-política das massas urbanas na vida nacional através da sindicalização e, sobretudo, entre os novos líderes políticos que mais se identificam com as tendências nacionalistas e trabalhistas daqueles governos. Outra fonte de recrutamento dos quadros reformistas é o esquerdismo de vanguarda dos centros urbanos, mais conscientizado politicamente, sobretudo as lideranças formadas na militância de esquerda, principalmente estudantil, e os técnicos especializados no estudo dos problemas nacionais. Os primeiros — oriundos daqueles governos autocrático-sindicalistas — se aglutinam nos partidos francamente reformistas, expressão político-burocrática do movimento de reivindicação das classes assalariadas, como o trabalhismo dos getulistas e peronistas, posterior à deposição de ambos. Os últimos, quando de extração patricial, se inserem nos partidos conservadores para formar sua ala esquerdista.

Militando nestas duas frentes, os quadros reformistas raramente se apresentam como franca alternativa à estrutura vigente de poder. Suas duas facções situadas nos partidos patriciais e nos reformistas atuam por meio de alianças, garantindo a eleição de eminências conservadoras menos notórias por seu reacionarismo, mas fazendo-se eleger para postos secundários ou nomear para aqueles cargos que mais afetam às organizações sindicais e aos serviços assistenciais do Estado.

Em sua militância parlamentar ambas as facções procuram aproveitar as brechas do sistema para obter reformas parciais, na expectativa de que, pela acumulação desses remendos progressistas, pela ampliação das bases sindicais e pelo esclarecimento da opinião pública, acabarão alcançando uma modernização do sistema institucional e um aperfeiçoamento da representação popular, que lhes conceda, um dia, o exercício direto do poder. Quando fatores circunstanciais lhes permitem assomar a ele — como ocorreu no Brasil após a crise do governo populista de Jânio Quadros, em que João Goulart, como vice-presidente eleito, assumiu o governo — as limitações da postura reformista se revelam por inteiro: as classes dominantes e seus sustentáculos militares exigem como condição prévia de posse a garantia de que o governo agirá como um poder consentido e limitado à preservação da ordem instituida. Vale dizer que o reformismo se negue a si mesmo, exercendo o poder como instrumento do patronato tradicional através de procedimentos patriciais.

Os governos reformistas se implantam, por isto, à base de compromissos institucionais e parlamentares com os seus velhos aliados patriciais. E, embora se esforcem por atuar segundo um estilo novo, de gosto popular, mantêm todo o sistema de compromissos tradicionais. Instituem-se, assim, governos híbridos que reúnem no poder os conteúdos opostos de dois tipos de liderança e de duas ordens de interesses. Os governos populistas ou patriciais podem, muitas vezes, conciliar tal hibridismo. Para um governo reformista, contudo, ele é fatal, porque o sujeita a duas pressões contrapostas: de um lado, a do patriciado clientelista e do patronato parasitário; e, do outro, de seus grupos de sustentação política e sindical, cujas reivindicações concretas e cujas consignas reformistas não podem ser ignoradas. Cria-se, assim, um ambiente polêmico em que a autenticidade dos compromissos de caráter reformista assumidos pelas lideranças que se encontram no poder é posta em dúvida. Esses líderes começam a perder o apoio de suas bases populares que se aglutinam em torno de outras forças reformistas descomprometidas com o governo e que, por isto, se permitem usar uma linguagem mais radical. Nestas condições, estabelece-se uma competição pelo radicalismo verbal em que a reconquista da liderança por parte do governo reformista só se torna possível por uma atuação cada vez mais esquerdista orientada para a realização de reformas estruturais proclamadas como indispensáveis e inadiáveis: a reforma agrária e o estancamento da exploração estrangeira.

Nesta conjuntura é que os governos reformistas se lançam à luta pelas reformas, menos pelo que elas significam em si, do

que como procedimento político de auto-sustentação. Procurando, embora, limitar-se a uma ação persuasória, essas campanhas assumem um caráter radical porque são compelidas a processar-se mediante uma ampla mobilização de massas populares, como modo de pressionar o patronato e o patriciado. Ganham, assim, inevitavelmente, do ponto de vista da reação, um colorido revolucionário que na realidade não têm. Agravam-se, daí por diante, as ambigüidades entre uma vontade de reforma sem a ousadia de jogar os recursos do poder para promovê-la; e o incentivo à mobilização popular, sem a decisão de organizar essas forças para a realização do programa reformista. Os efeitos políticos do aliciamento verbal, em linguagem radical, e a debilidade organizativa decorrente do temor de estruturar uma força política efetivamente renovadora, apavoram as classes dominantes e não chegam a polarizar as forças populares para a luta.

Nestas circunstâncias, deterioram-se as alianças políticas com o patriciado e se esfalecem os dispositivos militares, ajustados ambos para uma atuação conciliatória. Simultaneamente, as forças populares de sustentação do governo, não estando organizadas, inabilitam-se para o cumprimento de um papel ativo de acordo com sua radicalização. Suas lideranças pensam que agem por persuasão mas, aos olhos da classe dominante e do imperialismo, se configuram como um grupo, de caráter revolucionário extremamente perigoso porque estando no poder pode vir a utilizar instrumentos decisivos que tornem inevitável uma profunda reordenação social.

Nessa altura, o governos reformista passa a enfrentar todos os riscos de uma contra-revolução sem ter desfechado a revolução e sem contar, por isto, com qualquer das vantagens de um poder estruturado para coibir a reação. As forças populares, atuando ao sabor do radicalismo ou do oportunismo de suas lideranças diretas, tanto falam de todas as reformas desejáveis, como exercem pressões concretas sobre o governo para obter reivindicações imediatistas. As atividades administrativas rotineiras passam a segundo plano, uma vez que todas as atenções se voltam para o problema político.

A contra-revolução preventiva entra em marcha, seguindo em toda a parte a mesma pauta que pode ser reconstituída pelo exame do golpe militar de 1964 no Brasil. Ameaçada no mais fundo de seus interesses, a oligarquia latifundiária passa a conspirar, armando-se para um enfrentamento que acredita iminente. O patronato urbano a ela associado e vinculado, sobretudo, aos interesses estrangeiros, também ameaçados, entra igualmente na conspiração. A sedição se alastra e se internacionaliza, dentro

da concepção da comunidade de interesses continentais. A embaixada norte-americana, mediante seu adido militar, passa a atuar como incentivadora, coordenadora e financiadora do golpe de Estado, na área militar.[38] O estamento gerencial estrangeiro que domina o sistema nacional de comunicação de massas passa a utilizá-lo para mistificar a opinião pública sobre a suposta marcha do governo reformista para o comunismo. Outras esferas de poder, como os governos estaduais e locais e os membros mais reacionários do Parlamento passam também a conspirar, articulando-se todos numa cruzada anticomunista.

Nestas circunstâncias, a crise política se agrava até reproduzir-se o quadro crítico com que se defrontam, a certa altura, os governos autocráticos de orientação nacional-sindicalista. Desde então, restam ao governo reformista duas saídas diametralmente opostas. O recuo direitista para ganhar bases patronais e militares de sustentação, assim como a boa vontade do governo norte-americano, mediante um retrocesso em todo intento renovador e a repressão aos movimentos populares estimulados pelo próprio governo. Ou, ao contrário, o enfrentamento da sedição generalizada da direita, mediante a mobilização popular para a luta, a reestruturação do governo como um poder francamente antioligárquico e antiimperialista, e o trânsito a um regime nacionalista-modernizador, provavelmente sob o comando de militares.

As duas saídas são, porém, igualmente destrutivas em relação à essência do reformismo. Condicionado a desencadear forças na proporção de seus compromissos de renovação ele é, ao mesmo tempo, condenado a limitar-se a um tipo de ação conciliatória que preserve o sistema institucional. Paralisados por sua própria ambigüidade, os governos reformistas e suas bases populares de sustentação vêem alastrar-se a subversão reacionária, incapazes de contê-la, até que um incidente sirva de pre-

38. Uma reportagem publicada pelo *Newsweek* (14-11-1966, p. 56) dizia: "Astutamente Washington designou como adido militar no Brasil, dois anos antes do golpe, o buliçoso conservador Bri.-General Vernon A. Walters. Lingüista brilhante, Walters havia servido de oficial de ligação entre a Força Expedicionária Brasileira na Itália na Segunda Guerra Mundial e no Rio de Janeiro renovou os estreitos contatos que havia estabelecido com a oficialidade brasileira. À medida em que o errático Presidente Goulart se inclinava mais e mais para a esquerda, Walters se tornou o confidente dos militares que conspiravam contra Goulart e, finalmente, encorajou o General Humberto Castelo Branco, que havia sido seu companheiro de quarto na Itália, a tomar o poder. Uma semana antes do golpe, Walters telegrafou a Washington dando detalhes completos da organização conspirativa e no dia seguinte da posse de Castelo Branco como Presidente almoçou com ele, secretamente, no Palácio Presidencial.

A partir de então, Walters tornou-se um dos mais entusiásticos e influentes promotores do novo Governo brasileiro. Seu manifesto intitulado "Por que é diferente o Brasil" que argumenta contra a limitação do envio de armas para a América Latina (e especialmente para o Brasil) circulou amplamente no Departamento de Estado e no Pentágono. E embora Walters insistisse que ele deixava o assunto referente à negociação de armas a cargo da missão MAP (Programa de Assistência Militar) no Rio, que conta com mais de 100 homens, o fato é que o Brasil elevou sua aquisição de armamento norte-americano de 2.5 milhões de dólares em 1965 para 12 milhões de dólares em 1966, tornando-se um dos maiores compradores latino-americanos de material de guerra dos Estados Unidos" (*Apud* E. Bradford Burns, 1968: 115/116).

texto à reação para desencadear o golpe de Estado e impor uma ditadura regressiva. Assim, o que teria sido um problema de somenos para um poder revolucionário, se converte no último episódio de um poder reformista.

O fracasso do reformismo resultaria do seu próprio caráter conciliatório, enquanto esforço de promover renovações consentidas? Ou é explicável por fatores ocasionais, provenientes de erros e deficiências que poderiam ser evitados? No caso do Brasil, a conjuntura internacional de 1961 em que se inicia o governo Goulart (João XXIII e e John Kennedy) e o sucesso popular da campanha desencadeada para promover as reformas, ofereciam condições especialmente favoráveis à sua consecução. Por isso é legítimo supor que o enfrentamento das constrições oligárquica e imperialista seja tarefa demasiadamente exigente (pelo vulto de interesses que contraria) para que possa ser levada a cabo pelas vias institucionais. A contraprova dessa asserção está em que nenhuma nação conseguiu jamais arrostar com sucesso estas duas constrições a não ser no curso de processos revolucionários.

Isto significa que para realizar as reformas estruturais é necessário fazer previamente a revolução. Significa também que este é um imperativo irrecorrível, tanto para os que aspiram a um regime nacionalista-modernizador, como para os que querem avançar pelo caminho do socialismo.

Os Regimes Nacionalistas-Modernizadores

O modelo nacionalista-modernizador, exemplificado na América Latina pelas variantes de revoluções sociais deflagradas no México (1910) e na Bolívia (1952) e pelo recente experimento peruano, corresponde a um regime sócio-político de natureza distinta dos estudados até agora. Suas características básicas são: a mobilização de sociedades arcaizadas, imersas no subdesenvolvimento, por obra de movimentos revolucionários que se institucionalizam em governos autocráticos; a proscrição do quadro político das elites dirigentes tradicionais e sua substituição por uma antielite, muitas vezes de extração militar. Esta antielite se propõe mobilizar as energias nacionais para promover o desenvolvimento autônomo; integrar as massas marginalizadas no sistema produtivo, bem como criar uma nova estrutura institucional. Seu programa renovador se baseia, fundamentalmente, na consecução de uma reforma agrária radical conduzida pelo próprio campesinato que, dessa forma, se vincula ao novo regime; e no enfrentamento decidido da espoliação imperialista.

Nos casos em que se consegue levar a cabo este programa, chega-se a romper, ao menos parcialmente, com as principais constrições exercidas pela velha estrutura de poder, responsáveis pela dependência e o subdesenvolvimento: a oligárquica e a imperialista. Entretanto, raramente se consegue romper a conscrição patricial-burocrática porque as formações nacionalistas-modernizadoras — mais ainda que as socialistas-revolucionárias — tendem a plasmar um novo patriciado burocrático, a partir da antiga antielite ou, se for o caso, da vanguarda revolucionária. Esses regimes alcançam, algumas vezes, certa legitimação formal, como poder de caráter republicano, através da imposição de um partido oficial com a ambição de englobar todas as correntes ideológicas, o qual se comporta como herdeiro das legendas revolucionárias e executor do projeto de reestruturação nacional.

Suas potencialidades, embora muito superiores às dos modelos até agora examinados, são relativamente limitadas. Isto se deve, por um lado, à inviabilidade de seu próprio projeto que é a implantação de regimes híbridos capitalistas-nacionalistas dentro da conjuntura internacional contemporânea dominada pelas empresas monopolísticas multinacionais. Deve-se, por igual, à incapacidade dos regimes nacionalistas-modernizadores de evoluírem espontaneamente para a formação socialista-revolucionária, de potencialidades muito maiores.

O nosso paradigma das formações nacionalistas-modernizadoras baseia-se tanto nas apreciações teóricas das potencialidades do "capitalismo de Estado" quanto nas análises históricas dos governos "bonapartistas"; e ainda no estudo de algumas de suas cristalizações concretas em países dependentes como a Turquia de Mustafá Kemal; a República Árabe Unida de Nasser; a Argélia de Ben-Bela e H. Boumedien, bem como nos exemplos dos modelos nacionalistas-modernizadores latino-americanos acima referidos.

É de todo provável que não seja ocasional o fato de que os exemplos de regimes nacionalistas-modernizadores ocorram em sociedades configuradas como *Povos-Testemunho*, isto é, povos cuja fisionomia atual se explica principalmente pelo impacto da expansão européia sobre altas civilizações autônomas (hindu, chinesa, islâmica, entre outras), do qual resultou sua configuração presente como nações dependentes que procuram modernizar-se a partir de suas vetustas tradições.[39]

39. Em nosso livro *As Américas e a Civilização* (1970) distinguimos quatro grandes configurações histórico-culturais em que se dividem os povos extra-europeus do mundo moderno: Povos-Testemunho, Povos Novos, Povos Transplantados e Povos Emergentes. As três primeiras categorias estão representadas nas Américas; a quarta compreende as novas nações da Ásia e da África que evoluíram, nos últimos tempos, da condição tribal à nacional.

Esta configuração que contrasta claramente com a dos *Povos Novos* (resultantes da fusão de matrizes indígenas tribais e africanas com a européia) e com a dos *Povos Transplantados* (reprodução das sociedades européias no além-mar) parece ter uma nítida propensão para os regimes nacionalistas-modernizadores, do mesmo modo que os *Povos Transplantados* parecem tender para os modelos de ordenação política de corte democrático-republicano.[40] Estas tendências opostas se explicam provavelmente pelo caráter das respectivas estratificações sociais — marcadamente rígidas e desigualitárias nas duas primeiras configurações e mais flexíveis e igualitárias na última — características estas que se devem, por sua vez, aos processos de integração de tais sociedades à civilização industrial moderna, que se processou, para uns, pela via da aceleração evolutiva e, para outros, pela via da incorporação histórica.

Estamos, como se vê, em presença de um caso de concomitância de diversas variáveis causais que se expressam em dois perfis contrastantes segundo os graus de desenvolvimento que podem lograr, o tipo de estratificação social que apresentam e o caráter das estruturas de poder que tendem a gerar. No caso dos *Povos Transplantados* temos sociedades que, evoluindo por aceleração, se constituíram como povos que existem para si mesmos, cuja estratificação social é menos rígida e cuja estrutura de poder, presidida por uma burguesia nacional autonomista, é compatível com um alto grau de participação popular nas instituições políticas. Nos dois outros casos temos sociedades que, tendo experimentado as constrições de um processo de incorporação histórica através do qual foram plasmadas como proletariados externos de outros centros de poder, possuem uma estratificação social rígida e cruamente desigualitária e uma estrutura de poder regida por uma classe dominante-subordinada que só pode manter-se através da repressão devido às tensões sociais a que está sujeita. No primeiro caso, torna-se praticável um desenvolvimento liberal burguês porque dentro

Os *Povos-Testemunho da América* (México, Guatemala, Bolívia, Peru e Equador) se caracterizam por serem originários do impacto da expansão européia sobre altas civilizações pré-colombianas que ainda não integraram completamente as duas tradições culturais de que são herdeiros. Os *Povos Novos* (Brasil, Antilhas, Venezuela, Colômbia, Chile e Paraguai) surgiram da conjunção, deculturação e fusão de matrizes africanas, européias e tribais aborígines, nos quatro primeiros casos sob as compulsões do escravismo e da monocultura. Constituem *Povos Transplantados das Américas* os Estados Unidos, Canadá, Uruguai e Argentina, que surgiram da trasladação de grandes massas de imigrantes europeus para as colônias do além-mar onde procuraram refazer suas antigas formas de vida. Estes diferentes modos de formação dos povos americanos explicam, ao menos em parte, seus ritmos desiguais de desenvolvimento.

40. Com exceção da Argentina, Uruguai e Sul dos Estados Unidos que originariamente se configuraram como *Povos Novos* (só existentes na América) e foram mais tarde suplantados por um alud imigratório que os transfigurou em *Povos Transplantados*. Estes últimos são representados fora das Américas pela Austrália, Nova Zelândia e Israel, aos quais, junto com os Estados Unidos e o Canadá, se aplica a referida tendência.

da própria classe dominante surgem setores cujos interesses e valores não colidem com o do desenvolvimento nacional autônomo. No segundo caso, esses setores, quando existentes, não são predominantes e a classe dominante em seu conjunto torna-se conivente com a dependência externa, da qual se faz agente e beneficiária.

Nestas condições, não existindo a possibilidade de uma saída liberal burguesa, embora prevaleçam as tensões a ela conducentes, a sociedade vive sob a ameaça constante de conflagração. O risco concreto é o de que se desencadeiem insurreições populares tendentes a desdobrar-se em revoluções socialistas, tal como sucedeu na Rússia, China e Cuba. Também aqui o paralelismo não é ocasional, mas revelador de uma tendência iniludível. Com efeito, foi o caráter de economias dependentes, configuradas pela via da incorporação histórica e geradoras de classes dominantes subordinadas, o que levou essas nações à situação traumatizadora e autoperpetuante do subdesenvolvimento, terminando por conduzi-las ao socialismo como a única saída possível contra o atraso.

Ali onde a concatenação de fatores desta linha histórica — desenvolvimento por via incorporadora, cristalização da dependência como subdesenvolvimento, rigidez estrutural, classes dominantes-subordinadas — gera tensões sociais insuperáveis, o socialismo revolucionário comparece como a única saída viável. A reação das classes dominantes a essa ameaça, sempre presente, acarreta a hipertrofia dos sistemas de repressão responsáveis pela manutenção da ordem estabelecida que se alçam sobre as demais instituições passando a funcionar como o único centro real de poder. Em certos casos, no curso da última década, este poder pôde ser exercido através de intermediários políticos, na medida em que fossem dignos de confiança e não encontrassem vigorosa contestação. Ocorrendo esta — em virtude de uma crise econômica, uma ativação das lutas revolucionárias ou por outras causas — o próprio aparelho de segurança assumia diretamente o poder, seja para implantar um novo governo de perfil patricial, uma vez superadas as tensões, seja para exercê-lo, ele próprio, segundo um dos estilos autocráticos que examinamos antes.

Sem embargo, ali onde a crise é mais profunda, suas causas estruturais mais visíveis e seus efeitos perceptíveis como problemas sociais graves (tal como ocorre atualmente em quase todos os países da América Latina onde a marginalização social e cultural de enormes contingentes da população não pode ser disfarçada) grupos de caráter burocrático tendem a propor-se o papel de forças renovadoras mediante a implantação de re-

gímes nacionalistas modernizadores. Estes grupos já não provêm de movimentos insurrecionais, como nos casos das revoluções mexicana e boliviana, mas sim de sedições que estalam dentro das forças armadas. Estas, uma vez no poder, se defrontam com a ineficácia dos procedimentos tradicionais para dar solução aos graves problemas nacionais. Em conseqüência, se radicalizam e estruturam uma antielite estamental de novo tipo com a deliberação de promover a renovação estrutural de sua sociedade. Embora inconscientemente, tais elites se propõem atuar como um substituto político de uma burguesia que não chegou a cristalizar-se como classe, procurando explorar as potencialidades nominais das economias capitalistas autônomas. Na verdade se propõem nada menos que a tarefa de criar a burguesia nacional autonomista que a história não gerou, através de uma intervenção racional e estratégica em toda a estrutura social.

As dificuldades para levar a cabo esse intento são evidentes. No plano externo, têm de enfrentar a oposição da conjuntura mundial capitalista dominada por um superimperialismo centralizado na América do Norte que vê nestes projetos de reordenação social contendores quase tão perigosos como as revoluções socialistas. No plano interno, procura reorientar nacionalisticamente os interesses de um patronato de propensão cosmopolita, predisposto antes a associar-se que a se opor às empresas multinacionais, inclusive porque só sob a proteção do imperialismo vê perspectivas de enfrentar com êxito a ameaça de uma revolução socialista.

Embora essas antielites estamentais não possam alcançar os fins que teoricamente deveriam se propor, elas são susceptíveis de radicalizar-se mais que as lideranças políticas examinadas até agora no sentido de uma orientação reformista, capaz de enfrentar os interesses oligárquicos mediante a reforma agrária e os imperialistas, através da contenção às suas formas mais vorazes de exploração. Esta capacidade as habilita para empreender, embora tardiamente, as renovações estruturais que uma burguesia nacional teria realizado, caso houvesse existido, mas que se não forem levadas a cabo, em prazos previsíveis, deixarão como única alternativa o socialismo revolucionário.

Examinaremos a seguir as principais cristalizações do modelo nacionalista modernizador na América Latina. A variante mexicana do modelo nacionalista-modernizador se desenvolveu, a partir de 1910, no curso de dez anos de luta sangrenta e quatorze anos de governo anárquico até que, finalmente, se estruturou sob a liderança de Cárdenas (1934-1940), como um regime nacionalista-modernizador dirigido por um partido único que

controlava o Estado e as forças armadas. A Bolívia progrediu de um governo nacional-sindicalista (Villaroel) para um movimento revolucionário que, alcançando o poder no curso de uma insurreição popular, consolidou-se, posteriormente, como um regime nacionalista-modernizador. Para isso foram armadas milícias de mineiros e camponeses que substituíram o exército em sua função de instrumento de sustentação da ordem instituída. Ambos se encaminharam, posteriormente, para uma política de autocontenção das energias revolucionárias que terminou por reduzi-los a governos nacionalistas-modernizadores inautênticos, em lugar de fazê-los progredir para a formação socialista-revolucionária. Entretanto, o impulso inicial os capacitou a empreender, em parte, a reforma agrária, integrando grandes parcelas da população marginalizada na vida nacional e a reduzir a espoliação estrangeira. No caso do México, a coincidência deste esforço com um período de declínio da economia norte-americana (como resultado da crise mundial de 1929) e uma conjuntura internacional conflitiva que antecedeu à Segunda Guerra Mundial, permitiu desenvolver uma politica exterior independente e configurar o país como um modelo de Estado revolucionário para a América Latina, durante dois decênios.

Um e outro acabou, porém, esclerosando-se e cedendo lugar a estruturas de poder regidas por novos patriciados burocráticos, gerados pelo próprio poder revolucionário. No México este poder apropriou-se da máquina do Estado e da legenda revolucionária para instaurar uma ordem política intrinsecamente conservadora. Seu horizonte de renovação não excede o nível de uma modernização reflexa, capaz unicamente de empreender uma industrialização recolonizadora, criar uma economia agro-exportadora complementar à norte-americana e uma indústria de turismo também dependente dos vizinhos do Norte. Com isso, o regime vai perdendo a capacidade de integrar suas camadas marginais no sistema sócio-econômico e político do México e se satisfaz com ritmos de progresso que postergam para o próximo milênio o objetivo de conduzir a nação ao pleno desenvolvimento de suas potencialidades. Nestas circunstâncias, surgem novos movimentos revolucionários que procuram despertar as energias combativas das massas marginalizadas, seja para retomar, pelas vias institucionais, a orientação autonomista e a ação integradora do governo Cárdenas, seja para avançar ao socialismo. Em conseqüência, se aguça a repressão policial exercida pelos detentores da legenda revolucionária mexicana, transformada em discurso oficial.

Na Bolívia, o retrocesso foi muito mais drástico devido às vicissitudes de sua situação geográfica — como país sem acesso

ao oceano e cercado por vizinhos hostis — e como economia dominada por um enclave mineiro dependente de um mercado externo rigidamente controlado. Contribuiu igualmente para o malogro da experiência boliviana a incapacidade do governo revolucionário de estruturar-se como um autêntico sistema nacionalista-modernizador ou evoluir para configurar uma formação socialista-revolucionária. Isso se deu em virtude da falta de unidade político-ideológica das forças que compunham o poder depois da revolução, da indefinição do seu projeto nacional e da conciliação com interesses imperialistas na exploração do estanho. O empenho do governo boliviano em reconstituir, sob orientação norte-americana, um exército de modelo tradicional alçado sobre as instituições políticas como uma força antiinsurrecional, resultou no assalto do poder pelos novos chefes militares que submeteram o país a uma ditadura regressiva.

A reação não se fez esperar. Partiu, primeiro, dos quadros políticos da esquerda revolucionária que voltaram às fontes populares buscando desencadear a insurreição através da guerrilha. O derradeiro episódio deste esforço ocorreu sob os olhos do mundo inteiro que ali viu morrer Che Guevara; e também ali o viu renascer como o herói novo da revolução mundial. Partiu, depois, da própria rosca militar boliviana, que, vendo seus quadros de jovens oficiais pender para uma postura revolucionária, recuou em sua progressão para a direita, deflagrando um novo golpe militar de restauração do poder nacionalista-modernizador. Neste passo, Ovando, o anti-herói, matador do Che, busca levantar bandeiras socialistas antes que os jovens oficiais o façam, num último esforço por exercer o poder e por transfigurar-se, ele próprio, em herói.

Estas metamorfoses, inverossímeis em qualquer parte, mas viáveis na América Latina, especialmente na Bolívia, constituem o sinal mais peremptório de como ela está madura para a revolução; mas demonstram, também, como o caminho da revolução está cheio de obstáculos para os bolivianos.

O regime peruano, instaurado com o golpe militar de 1968, parece encaminhar-se igualmente a uma estruturação do modelo nacionalista-modernizador. Sua origem golpista suscita dúvidas sobre a capacidade do novo governo para configurar-se como um autêntico regime desse tipo, uma vez que estes sempre surgiram de movimentos revolucionários que deram lugar a governos sustentados pela mobilização popular. Sem embargo, no caso do Peru, onde os contrastes de riqueza e pobreza chegam a extremos e em que os militares têm exercido, desde há muito, o papel de alternos dos políticos profissionais, isto talvez possa ocorrer.

A linguagem dos militares peruanos que ascenderam ao poder parece ser a de netos do Haya de la Torre dos anos 25. Embora tivessem se oposto por décadas a Haya, os militares acabaram por assimilar as teses de sua longa pregação; as mesmas que ele próprio abandonou no esforço por tornar-se aceitável pelos militares. As características básicas do regime peruano são: igual animosidade em relação aos políticos profissionais e às esquerdas revolucionárias; desprezo pelas formas eleitorais de legitimação do poder; predisposição para enfrentar a espoliação imperialista e para realizar uma reforma agrária; temor de mobilizar as forças populares e de deixar que se consolidem grupos revolucionários de apoio, mas também de pressão, sobre o regime.

A deliberação de enfrentar a estrutura agrária arcaica, assentada nas zonas indígenas; o sistema bancário privado, o sistema de fazendas modernas da costa, ademais de algumas corporações internacionais e a grande imprensa, nominalmente nacional, chamou a atenção de toda a América Latina para o novo governo peruano. Internamente, provocou perplexidade, a princípio e, a seguir, franco apoio por parte dos setores intermédios e populares e, inclusive, da maioria das esquerdas. Esse apoio não se seguiu ao golpe militar, mas sim às medidas renovadoras, especialmente à nacionalização de uma empresa vinculada à Standar Oil que, por suas atividades espoliativas e sua irreverente conduta em relação ao poder nacional, concentrava o ressentimento de todos os peruanos.

O entusiasmo em relação ao novo regime arrefeceu transitoriamente diante de sua orientação inicial com respeito à Universidade, que indicava uma disposição de reformá-la mas também de despolitizá-la e mantê-la sob o estreito controle governamental. Arrefeceu mais ainda diante do tratamento dado a líderes apristas que procuravam adiantar-se aos programas oficiais de reforma agrária, redistribuindo terras por iniciativas próprias. Estes episódios e alguns casos de repressão a operários em greve e a grupos armados não negam o caráter nacionalista-modernizador do novo regime; antes confirmam a propensão anticomunista e o afã paternalista, característicos deste modelo. No caso do Peru, sem embargo, não parecem predominantes porque toda a atuação posterior do governo foi de manter em mãos da oficialidade o comando da revolução, mas também de não reprimir as esquerdas.

O que está em causa, entretanto, são as potencialidades desse modelo. Estas são consideráveis. No campo do refreamento à espoliação imperialista, o regime peruano — apesar de firmar um precedente que poderia ser muito grave se se generalizasse — conseguiu paralisar até agora a capacidade de represália do

governo norte-americano. Este não apenas julgou inconveniente aplicar a emenda Hickenlooper ou retirar a quota de compra de açúcar, como também mover uma oposição aberta ao novo regime. Na verdade, tais medidas seriam inócuas, pois, apesar de pobre, o Peru possui talvez a economia mais diversificada e autônoma da América Latina. O mais significativo, porém, é que estas sanções poderiam conduzir ao enrijecimento da postura antinorte-americana por parte dos peruanos (como ocorreu no caso de Cuba), o que daria lugar a uma hostilidade recíproca muito mais severa. Em tal conjuntura, é muito mais provável que se produza uma intervenção indireta dos Estados Unidos através do estímulo a um contragolpe militar ou a qualquer das outras formas de ingerência em que se especializou a CIA para disciplinar os indisciplinados e reenquadrá-los no sistema. Esta possibilidade é tão óbvia que alguns jornais norte-americanos advertiram explicitamente à CIA contra qualquer ação no Peru do tipo que empreenderam para derrocar Mozadegh, no Irã. Tal intervenção seria, no caso, arriscada, porque poderia evoluir para um conflito aberto em que o sentimento nacional peruano seria mobilizável contra as forças internas aliadas a interesses estrangeiros.

Trata-se, como se vê, de uma situação ainda indefinida, mas plena de potencialidades explosivas. É de supor, por isto, que o regime peruano — sobretudo depois que a eles se somaram a ascensão ao governo do Chile do Presidente Salvador Allende e a reativação da revolução boliviana — esteja preocupando mais ao governo Nixon que a guerra do Vietnã. Enquanto que esta, seja qual for o seu resultado, não afetará o destino dos norte-americanos, a consolidação de regimes antiimperialistas na América Latina com virtualidades de difundir-se pode muito bem desencadear um processo que altera toda a conjuntura em que se assenta a hegemonia continental dos Estados Unidos.

Enquanto modelo alternativo aos governos reformistas, o regime militar peruano — porque não é suscetível de ser acusado de "comunista" e por ser independente de alianças com o patriciado político — tem muito maiores potencialidades para consolidar-se e empreender reformas estruturais. Sua principal característica é talvez a capacidade de paralisar o poder de veto dos norte-americanos aos movimentos reformistas. Ao contrário destes, a hostilidade direta norte-americana só viria a fortalecer o governo peruano, proporcionando-lhe um apoio popular e continental de tal vulto, que tornaria extremamente arriscada qualquer medida efetiva de represália.

Resta saber como este novo poder nacionalista modernizador se comportará diante da contra-revolução que provocará, fatalmente, se persistir em levar adiante um programa de reformas

radicais que se tornará cada vez mais imperativo. Tais são: levar à prática a reforma agrária e manter controlada a grande imprensa, medidas que já decretou; assumir a gestão do sistema bancário e do comércio exterior para contar com os recursos indispensáveis à realização de seu programa modernizador, sobretudo para a implantação das indústrias de base; impor um novo trato às grandes corporações multinacionais na exploração mineira que os peruanos aspiram ver convertida na grande fonte de recursos estatais; implantar um sistema de compressão do consumo suntuário e de redistribuição das rendas a fim de elevar o padrão de vida das camadas assalariadas e das massas marginais.

Este é um programa mínimo para que se possa falar de uma revolução peruana. Uma revolução capitalista, é certo, mas capitalista-nacional e, mais ainda, capitalista-estatal. As dificuldades para instrumentá-la são múltiplas. Primeiro, porque supõe a existência virtual ou a capacidade de criar artificialmente uma "burguesia" independente capaz de confiar em um regime militar intervencionista e com ele se associar para impulsionar a modernização da economia. Segundo, porque supõe a possibilidade de impor às corporações internacionais uma forma não espoliativa de exploração dos recursos naturais do Peru, estabelecendo um precedente nocivo para seus interesses, se se generalizar pela América Latina. Terceiro, porque supõe a capacidade de atrair para o governo militar o apoio de massas dado antes aos partidos reformistas, sem ensejar, contudo, qualquer forma de mobilização popular manifesta. Quarto, porque, apesar das declarações oficiais de que o regime não é capitalista nem comunista e de sua sustentação militar, o projeto nacionalista-modernizador do Peru tende, ele também, a provocar a contra-revolução. Diante dessa eventualidade, ou bem o novo governo se radicaliza como um poder revolucionário, abandonando as esperanças de associação com a "burguesia" e promovendo uma mobilização que lhe permita estruturar as necessárias forças populares para enfrentar a reação da direita; ou bem concilia, reduzindo o alcance de seu projeto renovador. Nesse caso, se converterá em mais um regime heterodoxo e consentido, até que uma crise política o desmantele e restaure a velha ordem.

É de assinalar que os regimes nacionalistas modernizadores, apesar de suas potencialidades, jamais conduziram nação alguma ao desenvolvimento pleno e autônomo e à integração na civilização industrial moderna, porque em cada caso as deficiências do desempenho se deviam tanto a imperfeições do próprio modelo como a vicissitudes conjunturais em que teve de ser implantado. Isto significa que podem alcançar um de-

sempenho melhor. Sobretudo se sobrevier uma conjuntura internacional de potências competitivas que lhes seja mais favorável; e se se implantarem em países com grandes possibilidades de crescimento. De qualquer modo, as virtualidades desse modelo de ordenação sócio-política farão com que ele exerça uma atração cada vez maior sobre as lideranças militares das nações latino-americanas na presente década. E é natural que assim seja porque para os militares, o modelo peruano comparece como a única alternativa ao papel que vêm exercendo presentemente de guardiães em um *status quo* que apenas beneficia uma classe dominante retrógrada e a espoliação imperialista e é, ao mesmo tempo, una alternativa ao socialismo revolucionário. Esta influência dependerá, essencialmente, da progressão do experimento peruano e dos êxitos que ele alcance. Poderá ir além de Nasser sem o acicate de uma guerra? Fará tanto quanto Cárdenas fora da conjuntura de crise mundial e das tensões de pré-guerra em que ele atuou? Cairá nos descaminhos das revoluções inconclusas como a boliviana e a mexicana? O enfrentamento destes desafios poderá forçar os peruanos a criar um novo modelo nacionalista-modernizador — que parece estarem tentando — o qual, ao fazer-se uma transição a um novo padrão de socialismo, permitirá abrir perspectivas de um desenvolvimento acelerado, independente e auto-sustentado.

* * *

Esta análise dos conteúdos patronais e patriciais da estrutura de poder demonstra que o fator fundamental do atraso das nações latino-americanas foi, até agora, a conjura formada pela associação do patronato e do patriciado tradicionais com os agentes da exploração imperialista para impor e manter uma ordenação social desigualitária fundada na perpetuação do monopólio da terra, da espoliação estrangeira e das regalias patriciais. Enleados nesta rede tenaz, duzentos e cinqüenta milhões de latino-americanos, detentores de enormes riquezas potenciais, se atrofiam na pobreza, na subnutrição e na ignorância. O mais grave é que, além de serem povos que fracassaram em integrar-se autonomamente na civilização industrial vigente, os latino-americanos estão ameaçados de ver frustrados, mais uma vez, seus esforços por expressar-se na civilização emergente.

Isto é assim porque continuam no mando as mesmas classes dominantes-subordinadas coniventes com a dependência e o atraso, já que seu projeto classista de prosperidade é inconciliável com um desenvolvimento nacional intensivo, generalizado e auto-sustentado. Todas as modalidades de regulação do poder político que examinamos até agora são, de fato, expressões autênticas ou espúrias desta estrutura de poder incompa-

tível com o desenvolvimento nacional autônomo. São suas expressões autênticas os regimes patriciais porque estes só podem encontrar saída para a dependência, aprofundando essa mesma dependência, mercê de novas inversões estrangeiras, de endividamentos crescentes e de uma complementaridade ainda maior com a América do Norte através da "integração continental". São suas expressões espúrias os regimes progressistas e reformistas porque estes se restringem a programas ineficazes ou a medidas autonomistas de alcance limitado e correm, permanentemente, o risco de serem depostos.

Produzida pelo mesmo processo histórico, a contraparte desta estrutura de poder é o conjunto das classes dominadas, constituídas por seus componentes subalternos e oprimidos. Uns e outros estão imersos numa pobreza e ignorância de caráter funcional, porque ajudam a perpetuação do sistema e porque, enquanto este prevalecer, tenderá a reproduzir mais pobreza e ignorância.

Como se vê, as nações latino-americanas configuram sociedades estruturalmente deformadas porque já nasceram subalternizadas e jamais foram ordenadas para servir a seus próprios povos. Primeiro, na forma de colônias escravistas destinadas a produzir artigos de exportação para gerar lucros também exportáveis. Depois, na forma de povos nominalmente independentes, mas na verdade atados a um estatuto neocolonial de produtores de matérias-primas e gêneros tropicais e consumidores de manufaturas importadas. E, ultimamente, na forma de amplos mercados internos que já justificam a implantação de grandes empresas modernas mas que transferem esta tarefa às corporações internacionais, convertendo a mesma industrialização num processo de recolonização.

Dentro deste novo enquadramento, as classes dominantes latino-americanas procuram induzir suas sociedades a uma nova atualização histórica equivalente à que, depois da Independência, transformou as formas coloniais de subordinação em formas neocoloniais de associação dependente, só lhes permitindo experimentar os efeitos reflexos da Revolução Industrial. Trata-se, agora, de condicionar os efeitos renovadores da Revolução Termonuclear aos mesmos interesses minoritários, através de procedimentos de integração econômica continental, de industrialização recolonizadora, de sujeição política e da repressão policial-militar, a cargo de agentes nativos.

As classes dominadas, por outro lado, enfrentam, uma vez mais, o desafio da condução autônoma da revolução latino-americana, agora, através de uma dupla ruptura com os fatores internos e externos do atraso. Vale dizer, uma revolução que,

devendo ser antiimperialista e anticapitalista, só pode ser socialista. Esta problemática ressurge, porém, num momento em que a proscrição das classes dominantes do poder se torna historicamente possível, uma vez que preexiste um modelo de reordenação social, o socialista, largamente experimentado.

A imperatividade da revolução socialista tem, entretanto. o efeito dialético de desafiar as elites de poder a tentar a salvação do velho regime por novas vias. Uma das suas manifestações são as contra-revoluções preventivas que não se opõem a uma revolução deflagrada, mas à possibilidade muito concreta de que ela se desencadeie. Tais são as ditaduras regressivas que buscam reter o passado através da repressão e de toda a sorte de ações desesperadas. Mas o são também os movimentos nacionalistas modernizadores, na medida em que sejam esforços por salvaguardar parcialmente o sistema vigente, mercê de reformas estruturais e de um novo trato com o imperialismo.

Os Regimes Socialistas

Em oposição ao caráter intrinsecamente conciliatório das antielites populistas, reformistas e nacionalistas modernizadoras e à sua incapacidade de criar estruturas políticas autônomas assentadas nas forças populares, encontramos os regimes e os movimentos de caráter socialista. Estes se caracterizam principalmente por preconizarem uma nova ordenação sócio-econômica fundada na propriedade social dos meios de produção e por lutarem por sua implantação, seja por meio de levantamentos armados que logrem alastrar-se como insurreições generalizadas, no caso do socialismo revolucionário, seja através da ação político-eleitoral, no caso do socialismo evolutivo.

Cuba é o único exemplo do modelo socialista-revolucionário na América Latina. Estruturou-se através de um movimento nominalmente reformista que polarizou a população contra a ditadura de Batista e organizou as forças potencialmente revolucionárias em franca oposição à política conciliatória da esquerda tradicional. Após a tomada do poder, desbaratou as forças armadas e progrediu para um regime socialista sob a compressão das aspirações nacionais de independência e de progresso e da pressão exercida pelo governo norte-americano na defesa de seus interesses empresariais investidos na ilha. A intervenção norte-americana e, sobretudo, a identificação do patronato e do patriciado cubano com aqueles interesses facilitou a transição de que teria sido uma nova estrutura nacionalista-modernizadora para um regime socialista-revolucionário. Sua presença no Caribe espanhol, em uma nação que tem tanto de comum com toda a América Latina, passou a exercer um papel decisivo

na conscientização política de todo o continente e na radicalização de seus movimentos de esquerda.

Os êxitos que vem alcançando o governo socialista cubano no plano da educação, da democratização das relações raciais, da elevação do padrão de vida das camadas mais pobres de sua população e na afirmação da dignidade do povo cubano, exercem um efeito de demonstração da maior importância nesta radicalização. A estes efeitos se soma a ação cubana de incentivo aos movimentos revolucionários do continente, que se converteu em um centro de irradiação ideológica sobre a América Latina oposto ao centro difusor do conformismo e da regressão implantado na América do Norte.

O Chile foi a primeira tentativa de um regime de transição pacifica a um socialismo evolutivo, surgido de eleições livres que foram travadas como uma opção entre o sistema vigente e o socialismo. Como tal, contrasta tanto com o modelo cubano — identificável como uma variante dos socialismos-revolucionários — quanto com o liberal-socialismo em direção do qual parecem tender regimes como o da Suécia. Tem em comum com o primeiro deles a inspiração marxista de seu projeto de reordenação social; e com o último, o caráter de uma progressão ao socialismo que se pretende edificar sob o regime parlamentar pluripartidário.

Suas características distintivas são o de um poder nominalmente socialista mas desafiado ainda a desencadear a revolução social. Vale dizer, a realizar a façanha sem precedentes de, explorando os recursos governamentais de controle da economia, utilizando a ascendência estatal sobre as Forças Armadas, aproveitando as potencialidades da vasta rede pública de comunicação de massas, implantar progressivamente o socialismo. Para isso, o governo valer-se-ia da aliança dos partidos vitoriosos com os sindicatos para mobilizar politicamente as massas populares como uma advertência de que a resposta a possíveis intentos de golpe da direita seria a revolução. Entretanto, se se produzisse o enfrentamento, ele representaria o fracasso da via pacífica e, mesmo que vitorioso, levaria provavelmente a seu abandono, uma vez que, por sua própria dinâmica, as saídas ao modelo socialista evolutivo não são facilmente redutíveis ao socialista-revolucionário.

Todos os casos conhecidos de regimes socialistas-revolucionários surgiram de insurreições populares generalizadas no curso das quais se erradicou o poder das classes dominantes tradicionais, se anulou a capacidade de repressão dos aparelhos de segurança do antigo regime e se coletivizou a economia. Nestas circunstâncias, o governo revolucionário — em geral menos

comprometido nos primeiros passos com um projeto francamente socialista — se implantou sobre um vazio de poder que lhe permitiu mobilizar bases populares de apoio e organizá-las em estruturas eficazes de defesa da revolução, antes que se desencadeasse a contra-revolução.

No caso do Chile, as condições eram distintas e muito mais difíceis, embora muito aparentemente promissoras pela possibilidade que oferecia de criar uma via não autoritária ao socialismo. Isto porque não se parte aqui de uma guerra civil vitoriosa, mas também não se dispõe do controle total do poder que ela ensejaria. Não se perdera a capacidade gerencial e técnica dos setores intermédios, mas eles permaneciam em seus postos prontos a conspirar e a insurgir-se. Não se necessitou implantar uma ditadura do proletariado, mas tampouco se contou com a mobilização popular suficiente para dissuadir a contra-revolução. Não se enfrentava a agressão direta do inimigo externo, mas não se contava com a mobilização patriótica que ela provocaria. Não se estava diante de uma economia deteriorada por uma convulsão social, mas se tinha de edificar a nova economia a partir da existente que, dia após dia, se debilitava.

Em essência, a conquista do governo pela via institucional por um movimento político socialista não é mais do que um primeiro passo para a conquista do poder para reordenar a sociedade. Os passos seguintes é que definiriam seu caráter no futuro: o de uma restauração do reformismo em novas bases ou o de um novo modelo de socialismo. Nesta opção residia o desafio crucial com que se defronta o governo de Salvador Allende para levar à prática um "socialismo em democracia, pluralismo e liberdade". Seu governo, sendo percebido pelas classes dominantes internas e pelas potências imperialistas como revolucionário, provocava a contra-revolução. Mas via-se tolhido em sua capacidade de mobilização popular para realizar a revolução o que, todos sabemos, constitui a única forma de enfrentar com êxito a contra-revolução. Seu maior problema era o de impor a reordenação socialista através de medidas legais que a tornassem irreversível. E obrigar as classes dominantes a aceitar a nova legalidade socialista como um mal menor em relação à alternativa de um enfrentamento que lhes poderia ser fatal. A conquista dessa meta apresenta, obviamente, enormes dificuldades e exigirá o máximo de decisão e criatividade, de força e astúcia, por parte da esquerda chilena.

Entretanto, as próprias singularidades da democracia chilena que possibilitaram chegar a este impasse — ao contrário do que ocorre no resto da América Latina em que a simples ameaça de vitórias eleitorais de partidos reformistas inviabiliza o re-

gíme republicano — permitiam pensar que sua esquerda encontraria também uma via política ao socialismo. Vale dizer, aquele caminho de progressão pacífica de que falam os teóricos marxistas mas que nenhum dos partidos comunistas que enfrentam conjunturas políticas semelhantes foi capaz de formular e levar à prática.[41]

A exploração desta via inédita apresentava muitos problemas, principalmente o de não subestimar as vantagens que lhe são inerentes. Tais eram: primeiro, a possibilidade de ativar a ação ordenadora do Parlamento através de consultas plebiscitárias. Segundo, o caráter dinâmico do pluripartidismo chileno dividido em três blocos: a direita até agora isolada em seu conservadorismo; o centro, dinamizado pelo reformismo democrata-cristão; e a esquerda, polarizada por dois partidos marxistas, aliados a um partido reformista e a um movimento socialista cristão. Terceiro, o orgulho da esquerda chilena e de amplos setores da população por seu socialismo de corte democrático, garantidor das liberdades públicas. Quarto, a qualidade da liderança política de Salvador Allende como condutor de massas para a luta por grandes metas sociais. Quinto, o caráter legalista e profissional das Forças Armadas chilenas que dificultava as articulações golpistas da direita.

O outro problema básico era não superestimar estas vantagens, esquecendo certos riscos fundamentais. Em primeiro lugar, o de descuidar os requisitos necessários à manutenção da disciplina nas forças armadas e garantir sua lealdade em prol da nova legalidade socialista. Segundo, o de esquecer a necessidade de estabelecer uma vinculação orgânica e uma atenção prioritária às massas marginalizadas e às classes médias, mobilizadas para a contra-revolução. Em terceiro lugar, o de postergar a mobilização e a organização das bases populares de defesa do regime por temor de provocar uma tensão político-militar que poderia ser desastrosa. Ou, o que seria ainda mais grave, confiar em que a mobilização do povo contra os intentos golpistas da direita se produziria espontaneamente como um movimento natural de autodefesa popular contra a reação.[42]

41. "Pode conceber-se a evolução pacífica da velha sociedade em direção à nova nos países onde a representação popular concentra em si todo o poder; onde, de acordo com a constituição, se pode fazer o que se deseje, desde o momento em que se tem atrás de si a maioria da nação" (F. Engels, citado por Salvador Allende, 5-11-1970).

42. Hoje sabemos todos que venceu a contra-revolução, arrastando o Chile a um regime regressivo e repressivo dos mais sinistros da história. Havia, porém, alguma possibilidade de vitória para Allende na implantação do socialismo pela via evolutiva. Esta possibilidade e o risco que ela representava sobretudo na América Latina é que fez o governo norte-americano tomar o comando político e militar das operações de "desestabilização" e de chacina que devolveram o poder à direita chilena, encarnada na única força capaz de exercê-la: a mão possessa de um governo militar que indignou ao mundo. Sobre o golpe militar chileno ver *As Américas e a Civilização* (Nota de 1978).

QUARTA PARTE

As Forças Insurgentes

O pior erro que podem cometer os revolucionários é olhar para trás, para as revoluções do passado, quando a vida proporciona tantos elementos novos.

V. LENIN

A afirmação de que todos os membros de um partido político devem ser considerados como intelectuais pode prestar-se a piadas e a caricaturas. Não obstante, se meditamos, nada há de mais exato.

A. GRAMSCI

10. Os movimentos revolucionários

O presente capítulo é dedicado ao estudo da possibilidade do desencadeamento de novas revoluções socialistas na América Latina. Vale dizer, ações coletivas de massas populares, politicamente orientadas para a ruptura do sistema sócio-econômico vigente, a fim de implantar uma nova ordenação político-social, favorecedora das camadas subalternas e oprimidas, e regidas por novas estruturas de poder.

Esta conceituação contém várias implicações que precisam ser explicitadas. Entre outras, o pressuposto de uma ordenação social opressiva, defendida por uma estrutura de poder instrumentada para a repressão, contra a qual se lançam as forças revolucionárias; a presença de vanguardas políticas capacitadas para mobilizar as massas populares para a ação e orientá-las segundo uma estratégia revolucionária; a possibilidade de rebeldia dessas massas contra condições de vida e de trabalho que elas considerem inaceitáveis; e, finalmente, a necessidade de um projeto de reconstrução racional da sociedade que atenda a ideais co-participados com as massas.

Algumas destas questões foram debatidas nos capitulos anteriores. Na análise que se segue, examinaremos apenas três aspectos que ainda exigem atenção: as características das lideranças e vanguardas que se propõem conduzir a luta revolucionária; as possibilidades de mobilização das classes subalternas e das oprimidas para a revolução; e as reações prováveis das estruturas de poder contra os movimentos insurgentes.

Nosso tema fundamental é o estudo da composição e das tendências dessas vanguardas com o objetivo de discernir o alcance de sua opção revolucionária e antever as perspectivas de êxito que se lhes abrem. Esta análise apresenta enormes dificuldades. Primeiro, pela falta de informação e documentação fidedigna sobre movimentos clandestinos duramente perseguidos. Segundo, porque se trata de movimentos e grupos muito mais informes e fluidos que os componentes da estrutura de

poder que examinamos anteriormente. Tão informes que, às vezes, se torna impraticável determinar os limites de cada um deles em face dos outros; e tão fluidos que suas próprias identidades presentes são, a seus próprios olhos, formas transitórias destinadas a transfigurar-se. Apesar desta ambigüidade, eles são discerníveis como os protagonistas políticos opostos à estrutura de poder vigente que, através de sua interação solidária ou conflitiva, estão procurando organizar as vanguardas das forças sociais que poderão desencadear, um dia, a revolução necessária.

A Nova Esquerda

No movimento de esquerda revolucionária da América Latina se podem distinguir três componentes principais: a nova esquerda, os partidos comunistas e as heresias deles desprendidas e os grupos virtualmente insurrecionais. Todos são nominalmente revolucionários porque descomprometidos com o sistema institucional vigente e deliberados a compor uma nova estrutura de poder, capacitada a atender às aspirações das classes menos favorecidas. Variam, porém, os graus deste descomprometimento com a estrutura de poder, bem como desta deliberação de enfrentá-la e proscrevê-la.

O que designamos por nova esquerda é, em essência, um esquerdismo de vanguarda integrado, principalmente por grupos intelectualizados dos setores intermédios desligados das organizações partidárias, que atua como um núcleo de crítica, mais voltado contra a moderação do movimento comunista do que contra o voluntarismo dos grupos insurrecionais. Sua ação excede de muito, porém, a estes limites. Na verdade, a nova esquerda é a expressão mais elevada do amadurecimento da consciência crítica na América Latina. Ela representa, dentro dessa postura, um duplo esforço de desalienação. Primeiro, o de libertar a consciência nacional dos conteúdos espúrios introduzidos no curso de séculos de dominação colonial e neocolonial, aos quais se acrescentaram recentemente os valores e as imagens alienadoras difundidas intencionalmente pelos norte-americanos através de todos os meios de divulgação. Segundo, o de viabilizar a criatividade cultural e artística de seus povos, utilizando-a como instrumento de politização.

Este esforço desalienador e proselitista é empreendido pela nova esquerda simultaneamente com uma tomada de consciência das causas do subdesenvolvimento que importa na assunção de uma postura virtualmente insurgente contra a ordem instituída. Assim é que, tanto os criadores como os consumidores

da nova literatura, da nova música popular, do cinema e do teatro de vanguarda cumprem, a um tempo, a função de se libertarem de toda a sorte de agregações culturais espúrias; e a de criar uma consciência crítica e combativa que aponta para a revolução social como a saída inevitável da situação de ignorância e de penúria em que estão mergulhados milhões de latino-americanos.

Já é uma vitória da nova esquerda o fato de que, lutando contra toda a máquina de divulgação do sistema — a imprensa, o rádio, a televisão, o cinema — consiga forjar a mentalidade das novas gerações no espírito do inconformismo, infundir-lhes uma atitude nacionalista e preparar grande número de quadros com uma postura revolucionária. Esta vitória não é fruto, evidentemente, de mera lucidez intelectual, mas sim o reflexo na consciência social das condições de existência das sociedades latino-americanas e dos requisitos necessários a seu desenvolvimento autônomo. Estas bases físicas da consciência social é que tornam possível a tarefa aparentemente impraticável de enfrentar e vencer o alude publicitário, as campanhas doutrinadoras e os mecanismos de corrupção e suborno, cuidadosamente montados pelas classes dominantes e pelos seus assessores norte-americanos ao longo de todo o continente.

A nova esquerda é integrada, principalmente, por grupos de jovens iracundos, por líderes universitários, intelectuais e artistas, por sindicalistas, cientistas, técnicos, por militares progressistas e políticos radicais que foram proscritos pelas ditaduras regressivas. Alguns deles, uma vez despertos para a percepção crítica da realidade de seus países, ingressam no ativismo político. A maior parte, porém, se contenta em manter uma atitude lúcida e versátil, participando da vida política e das atividades culturais como agitadores políticos, como conscientizadores ou meramente como intelectuais progressistas. Em qualquer caso, atuam como um fermento que dá sentido e autenticidade à vida intelectual latino-americana, porque a vincula à luta revolucionária.

O contingente mais radical da nova esquerda é constituído pelos jovens iracundos. Assim designamos aquela parcela da juventude oriunda em sua maioria dos setores intermédios que desperta para a ação política já predisposta contra as organizações tradicionais de esquerda; já desiludida com qualquer forma de ação liberal e já impugnando qualquer corpo ideológico convertido em doutrina. Eles são, de certa forma, o produto de décadas de contestação veemente e de denúncias indignadas contra toda a sorte de iniqüidades, mas que não passaram de discursos. Compenetrados do fracasso das gerações

anteriores em construir sociedades que correspondessem aos ideais que professam, estes jovens dão um passo à frente: negam-se a compactuar com o sistema; negam-se, até mesmo, a utilizar as antigas formas de luta política que vêem como a complacência de quem, podendo atuar, se contenta em protestar.

Sua principal característica é, talvez, esta resistência a participar do ativismo partidista; a aceitar a institucionalização e o formalismo das organizações políticas e, até mesmo, a aderir a qualquer dos corpos de doutrina de que se alimentam as esquerdas tradicionais. Sua peculiaridade está em que não exercem esta impugnação às esquerdas para defender o sistema, mas sim para combatê-lo mais eficazmente; e em que não se opõem às ideologias antigas por espírito polêmico ou como exercício intelectual, mas para buscar uma teoria crítica, fundada na realidade latino-americana, mais realista no diagnóstico, mais convincente na denúncia e mais eficaz como diretriz de ação.

Um exemplo da postura típica da nova esquerda se encontra num documento redigido pelos estudantes de letras da Universidade Central da Venezuela:

"... Aprendemos a estar em desacordo e a estar juntos... Negamo-nos a entrar na armadilha dos que, pretextando a urgência de atuar — sempre é urgente atuar — violam o direito de estar em desacordo. Este é um direito que não nos pode ser arrebatado pelos amos do país e que não nos deve ser subtraído por aqueles que os enfrentam".

Nestes setores jovens da nova esquerda se observa um profundo paralelismo com a atitude ética e política das "minorias proféticas" que atuam hoje em quase todas as nações desenvolvidas. Nesse sentido, elas são a parcela latino-americana das novas gerações que surgem em todo o mundo como a voz candente de protesto contra o sistema. Ou mais concretamente, contra a conivência do liberalismo com o despotismo; contra os que testemunharam as matanças nos campos de concentração nazistas e, por igual, em Hiroxima e Nagasaki e que, ao não contestá-las ativamente, se tornaram efetivamente cúmplices delas. A seus olhos, somos todos culpados pelas atrocidades cometidas no Vietnã, pelo sadismo dos torturadores na América Latina, pelo despotismo exercido em nome do socialismo e da ditadura do proletariado, na medida em que continuamos desfrutando vidas tranqüilas, dando as costas a estas iniqüidades.

Tal como aquelas "minorias proféticas", a facção iracunda da juventude latino-americana tem em Ho Chi Minh e em Ernesto Che Guevara seu herói e seu mártir; e em Frantz Fanon, em Sartre e em Marcuse (que começa a ler ainda nos ginásios

e cuja mensagem compreende melhor que seus pais e freqüentemente muito melhor que a maioria dos intelectuais) seus intérpretes prediletos do mundo contemporâneo. Raramente alcança, porém, o radicalismo ético de alguns ativistas dos países desenvolvidos que dão as costas à civilização de consumo, desprezam o êxito pessoal e optam por uma militância penosa junto às camadas mais pobres e oprimidas da população, sobretudo os combatentes negros. Tampouco abraçam as formas mais aberrantes de conduta *hippie*, como os crimes gratuitos.

Mas já começa a aumentar o número de jovens latino-americanos que busca a fuga catártica na orgia sexual e no consumo de drogas. Estas últimas formas de distanciamento com respeito à moral de sua classe, os acerca aos jovens marginalizados — os quais sempre consumiram maconha e agora a fornecem a afeiçoados das classes superiores — permitindo, pela primeira vez, uma comunicação direta e simétrica entre suas vivências contrastantes. Como muitos desses jovens são insurgentes desbundados, esta comunicação poderia, eventualmente, ter grandes potencialidades políticas. É duvidoso, porém, que ela deixe de ser uma evasão à militância para constituir uma forma de conscientização e ulterior ativação das camadas marginais, jamais alcançada antes por qualquer corrente política.

Quanto ao paralelismo entre a rebeldia dos jovens iracundos dos países desenvolvidos e a dos subdesenvolvidos cumpre assinalar que, dor um lado, ele constitui uma rejeição geracional comum a uns e a outros, tanto à civilização como à sociedade e aos regimes sócio-políticos vigentes. E por outro lado, um despertar político da juventude que nos países desenvolvidos mobiliza multidões em manifestações de contestação e protesto; e, nos países dependentes, produz novas safras de revolucionários. Em ambos os casos, o engajamento político surge como a assunção de um sentido de responsabilidade social e de espírito de missão que é, provavelmente, a única forma de salvar a juventude dos desvios e aberrações oriundos de sua revolta e perplexidade.

Herdeira de um mundo ordenado segundo formas de vivência e normas de moral que não a comovem, a juventude começa por distanciar-se e protestar pela fuga catártica. Mas não poderia ela voltar sobre seus passos para assumir a missão de desfazer e refazer a sociedade segundo novos corpos de valores? Estes não podem ser outros que as utopias de reconstrução racional do mundo e do homem, cujo fruto mais maduro é o humanismo marxista. Nesse encontro, onde e quando ocorra, se fundirão a energia espiritual dos desalentados que se recuperarão para si próprios e para a sociedade, com o desespero

dos deserdados a quem se oferecerá a esperança de edificar uma nova vida, e com a estratégia política das vanguardas revolucionárias para contribuir à criação da revolução necessária.

Entretanto, falta muito à juventude rebelde latino-americana para o cabal cumprimento desse papel. Ela o cumprirá na medida em que desenvolver uma sensibilidade ainda mais aguda frente às mazelas de suas sociedades. Tais são, entre outras: a distância abismal que medeia entre ricos e pobres — principalmente entre ela própria e a juventude das camadas deserdadas — e o preconceito racial que, embora mais sutil que o norte-americano, pesa sobre os enormes contingentes índígenas e mestiços, negros e mulatos da população. O amadurecimento desta sensibilidade é requisito prévio indispensável para salvar a si mesma ao definir seu papel e sua função como agente da revolução social; e também para uma atuação conseqüente junto às massas marginalizadas.

Os jovens iracundos latino-americanos apenas começam a aprofundar sua postura crítica frente às referidas desigualdades sociais e a assumir seu compromisso para com os deserdados. Em compensação, muitos quadros deles oriundos avançaram muito mais na adesão às formas insurrecionais de luta que qualquer geração anterior. Para isso contribui poderosamente a contingência em que se encontra a juventude latino-americana — especialmente a dos países onde se instalaram ditaduras regressivas — de enfrentar a brutalidade do sistema e a violência mais cruel que só pode manifestar sua inconformidade exercendo também a violência em sentido oposto. Com efeito, é cada vez maior o número de jovens iracundos que, superando o mero esquerdismo de vanguarda, opta pela ação revolucionária. Esta adquire, por vezes, caráter dramático pelo destemor com que enfrentam a repressão armada, oferecendo seus corpos às balas em gestos puros de auto-afirmação e de fé. A combatividade que muitos deles alcançam como contestadores do sistema, sob a ameaça direta de sofrer as formas mais atrozes de tortura, não tem paralelo, o que os converte no protótipo de heróis-mártires da nova esquerda. Atuam geralmente em pequenos grupos, altamente solidários, de estudo e de ação, frouxamente vinculados aos movimentos organizados de esquerda e muitas vezes inteiramente autônomos. Deles voltaremos a tratar adiante, no estudo dos grupos insurrecionais.

* * *

O movimento estudantil constitui a principal forma de ação política da nova esquerda. É integrado desde estudantes secundários até universitários que militam principalmente em suas

escolas, freqüentemente aliados aos movimentos populares mais progressistas embora possam, às vezes, engajar-se em campanhas de restauração do poder patricial. Seu ativismo político se funda, essencialmente, em sua condição de camada etária ainda não comprometida com o sistema e não investida nos deveres de compostura e nas atitudes de compromisso dos setores político-profissionais em que ingressará mais tarde. Seu radicalismo é estimulado em parte pelo amparo que lhe confere sua posição social, em contraste com a prudência da juventude operária, contida pela repressão policial e pelas limitações que lhe impõe a própria dependência econômica e a disciplina do trabalho.

O que explica, todavia, o caráter radical do ativismo estudantil na América Latina é o reflexo da conscientização cada vez mais generalizada de sociedades descontentes consigo mesmas, que não podem disfarçar nem esconder os síndromes do subdesenvolvimento, visíveis na miséria da população, na submissão diante da espoliação estrangeira e na opressão da estrutura de poder. Como um dos grupos mais conscientizados politicamente e mais capacitados a manifestar-se, os estudantes se fazem, com freqüência, porta-vozes dos contingentes emudecidos, exprimindo reivindicações camponesas e operárias e encarnando as causas destes na defesa dos interesses nacionais e populares.

Como militância de esquerda, o movimento estudantil constitui o maior núcleo de proselitismo e a principal agência de formação de novas lideranças — seja reformistas ou revolucionárias — da América Latina. De certa forma, dentro das universidades é que a classe dominante forma seus futuros quadros, tanto os técnicos como os políticos. Quase todos eles são recuperáveis, ao final dos estudos, para exercer funções de mando a que têm acesso aqueles poucos que obtêm educação superior, em países que contam com uma maioria de analfabetos. Todavia, enquanto estudantes, atuam como uma corrente inconformista e muitos se fixam numa postura insurgente que lhes permite fugir à acomodação e recusar os alicientes oferecidos à minoria privilegiada.

A maior debilidade dos movimentos estudantis reside, talvez, em sua incapacidade de se acercar da juventude de outras camadas sociais a fim de mobilizá-la para a luta política. Contidos nessa limitação classista, eles tendem a falar genericamente à opinião pública, em especial às classes médias urbanas, satisfazendo-se, algumas vezes, com o mero radicalismo verbal.

Nos países em que se estabelecem ditaduras militares regressivas, o movimento estudantil tende a representar um papel

ainda mais ativo no enfrentamento ao sistema, explorando — para além dos limites da proteção que lhe confere sua condição de classe — toda a capacidade da juventude para lutar pelo progresso social e a liberdade. Nos casos de países como o Brasil, a luta contra o regime se realiza sob condições de repressão feroz, lançando todo o movimento estudantil de caráter político à clandestinidade e compelindo-o a uma radicalização que só pode exprimir-se em formas insurrecionais de luta. Quebra-se, assim, o vigor de sua atuação enquanto movimento de massas. Mas a minoria que se engaja na luta mantém sua liderança sobre a massa estudantil mantida em silêncio, infundindo-lhe uma postura rebelde pronta a eclodir, na primeira oportunidade, em grandes manifestações de protesto, já não apenas contra o governo, mas contra o sistema em si. Assim se explicam as grandes manifestações estudantis dos anos mais recentes, ocorridas no Brasil, na Argentina, no Uruguai e no México que, aproveitando conjunturas favoráveis, ganharam as ruas, obtiveram calorosa acolhida popular e só puderam ser contidas através da repressão mais violenta.

A luta interna pela renovação estrutural da universidade constitui uma nova frente que, a partir dos primeiros anos da década de 60, retomou, em plano infinitamente mais alto, as preocupações da Reforma de Córdoba. Esta reversão do movimento estudantil para dentro de suas casas de estudo reflete, em essência, os graves problemas com que se defrontam as universidades. Por um lado, a expansão fantástica das matrículas que levou algumas delas a saltar dos 5 a 10 mil estudantes a 50 a 80 mil, acarretando aguda crise de crescimento e a queda de seus níveis, já precários, de eficácia. Por outro lado, a crescente deformação do mercado de trabalho latino-americano que, ensejando tão-somente a expansão dos serviços (e mesmo estes em proporção muito menor que o incremento populacional) não oferece suficientes oportunidades de emprego aos jovens que precisam trabalhar para estudar e aos que se graduam. Estas duas ordens de problemas que vêm suscitando uma política de contenção ao aumento das matrículas e de comercialização do ensino superior por parte dos governos agravou mais ainda a crise interna. Desse modo, o movimento estudantil está sendo compelido a experimentar profundas transformações que o farão evoluir, de uma militância democrática preparatória para o exercício das funções de custódios do regime, para uma luta de outro caráter; hoje, clandestina, amanhã pública e ampliada.

Nos últimos anos, grande número de líderes religiosos e de sacerdotes latino-americanos incorporou-se à postura da nova

esquerda. Esta conscientização política do clero, que se vinha gerando apesar dos óbices opostos pela alta hierarquia eclesiástica, intensificou-se extraordinariamente graças aos esforços do Papa João XXIII para desatrelar a Igreja dos compromissos que sempre manteve com os setores mais reacionários das classes dominantes e da funçao de força sustentadora do regime capitalista. Libertaram-se, assim, as tendências ao ativismo político progressista dos sacerdotes latino-americanos, sobretudo dos mais jovens, tão afetados quanto toda a sua geração pela consciência do subdesenvolvimento como problema e ainda mais habilitados por sua própria vivência a avaliar as condições de penúria, de ignorância e de opressão a que é submetida a maior parte da população de seus países.

Hoje, esta camada renovadora do clero estuda os problemas sociais com a maior amplitude de visão; confraterniza com os intelectuais de vanguarda de que se vira sempre afastada, quando mais não seja porque não estudam nas mesmas universidades; milita politicamente nas organizações mais avançadas; organiza sindicatos camponeses e até combate em guerrilhas. Muitos deles já foram vitimados em guerrilhas ou em atentados policiais e inúmeros sofreram torturas cruéis que em diversos casos recaíram sobre freiras. Contudo, seu principal papel tem sido conferir um conteúdo progressista aos movimentos juvenis católicos, operários e universitários, que os salvaguarda de engajamentos políticos oportunistas (como certos setores da democracia cristã custeados e orientados por grupos neofascistas alemães) e lhes enseja grandes possibilidades de expansão. No entanto, a contribuição maior destes sacerdotes de vanguarda será, provavelmente, a de dessectarizar as esquerdas e permitir-lhes atingir setores mais amplos da população jamais afetados pelo proselitismo revolucionário ou mesmo reformista, especialmente a juventude das camadas marginais.

O desatrelamento dos sacerdotes latino-americanos da antiga postura reacionária é um dos sinais manifestos da profunda alteração que se vem processando na consciência dos povos deste continente. Tal como ocorreu no período das guerras de independência, quando sua adesão foi decisiva, do mesmo modo que nos grandes movimentos político-sociais, como a libertação de escravos, sua adesão à luta pela reordenação global das sociedades latino-americanas pode representar o contingente que faltava para enfrentar e vencer a velha entente reacionária.

Outro contingente da nova esquerda é representado pelas figuras politicamente mais conscientizadas dos corpos técnico-profissionais. Esta camada é cada vez mais atuante na vida nacional, em sua qualidade de planificadores, conselheiros po-

líticos e, sobretudo, de assessores de órgãos governamentais e das empresas privadas. Nas nações plenamente desenvolvidas, em que o sistema funciona de modo a promover uma constante elevação do nível de vida das camadas assalariadas, estes corpos técnicos se convertem em burocracias submissas à autoridade constituída e aos controladores das grandes empresas. Nas sociedades subdesenvolvidas, cujas populações estão condenadas, em sua maioria, a permanecer marginais à sociedade nacional, muitos destes técnicos recusam encarnar o papel de agentes de perpetuação do sistema.

Por sua atitude ideológica e por sua atitude política, esses especialistas se dividem em dois grupos. O primeiro deles, maciçamente majoritário, está inteiramente engajado no sistema e procura tirar dele toda sorte de vantagens pessoais explorando, realisticamente, as oportunidades de enriquecimento e prestígio oferecidas pelo desempenho de funções tecnocráticas no serviço público ou nas grandes empresas estrangeiras. O outro, profundamente afetado pelos traumas em que se debatem suas sociedades, empenha-se na busca de soluções que atendam efetivamente aos interesses nacionais e populares. Este grupo constitui um componente da nova esquerda, geralmente desligado de organizações partidárias, mas nem por isso menos atuante no equacionamento de problemas nacionais e na explicitação das reais alternativas de desenvolvimento que se abrem às nações atrasadas.

A atitude política desses técnicos progressistas ainda é, de modo geral, a de uma intelectualidade de elite. Raramente se identifica com movimentos revolucionários. Mesmo quando se engajam em campanhas reformistas, procuram eximir-se de qualquer ação política que envolva o aliciamento de massas. Confiam em que as enormes tensões estruturais a que estão submetidas suas sociedades poderão ensejar, em certas conjunturas, a ascensão de governos mais independentes, habilitados a tratar os problemas sociais como questões técnicas, cuja solução só pode ser encontrada pelos mais competentes. Esta visão simplista não leva em conta o caráter funcional das estruturas de poder, somente capacitadas e agir dentro dos limites estabelecidos pela trama de interesses em que estão envolvidas. Tampouco lhes permite perceber que os problemas políticos do subdesenvolvimento sobrepujam os técnicos. E que, por isso, devem ser resolvidos previamente, mediante um enfrentamento que só pode ser revolucionário, porque importa na proscrição de enormes grupos de interesses nada dispostos a se deixarem anular passivamente.

Nesta categoria devem ser incluídos os cientistas sociais que integram a nova esquerda, a partir de suas posições docentes ou de pesquisa nas universidades e em outras instituições. Como estudiosos da realidade social, eles contribuem, hoje, para melhorar o discurso das esquerdas, tanto nos seus aspectos diagnósticos quanto prospectivos. Além desta contribuição direta, os cientistas sociais engajados na nova esquerda atuam no desmascaramento dos conteúdos ideológicos das versões academizadas de suas ciências e na denúncia do caráter policial de certos programas de estudos destinados a coletar dados e criar técnicas que permitam maior eficácia na manutenção da dependência, na dissuasão de movimentos revolucionários, na antiinsurgência e na manipulação de toda a vida política da América Latina. Alguns desses estudos, subsidiados por agências do governo norte-americano, como o Plano Camelot e seus equivalentes, são às vezes levados a efeito em colaboração com universidades e institutos de pesquisa nacionais. Estas atividades de desmascaramento já tiveram o efeito de polarizar politicamente os cientistas sociais em dois grupos: os engajados na nova esquerda que guardam lealdade a seus povos e os agentes, lúcidos ou ingênuos, da dominação externa.

Nos últimos anos, a nova esquerda se viu engrossada por grande número de pessoas proscritas da vida política de seus países em razão de suas posições reformistas ou revolucionárias. Trata-se de políticos, militares, jornalistas, professores que integravam as facções mais evançadas dos partidos patriciais, populistas e reformistas, sobretudo nos países onde sobrevieram ditaduras regressivas. Sua inclusão como componente da nova esquerda é questionável porque, antes de serem proscritos, constituíam um grupo heterogêneo cujas lideranças eram mais hostis umas às outras que à reação e porque permanecem divididos apesar de sua unidade básica na oposição às ditaduras. É questionável, por outra parte, porque tendem mais ao ativismo reformista do que às posturas radicais de contestação da nova esquerda.

O que todo esse setor tem de comum é a experiência de seu compromisso com movimentos políticos populares que aspiravam alcançar reformas estruturais através de procedimentos parlamentares, de campanhas de imprensa ou de pronunciamentos nacionalistas em círculos militares. A maioria deles permaneceu em seus países, após a proscrição, dedicando-se a atividades que as ditaduras lhes consentem. Todos enfrentam enormes dificuldades para qualquer tipo de atuação política devido à constante vigilância de que são alvo. Muitos tiveram de asilar-

se em diferentes países, ficando assim excluídos de qualquer participação direta na vida de seus países.

A proscrição desse contingente que engloba dezenas de milhares de pessoas vivamente interessadas no destino nacional e que inclui algumas personalidades mais brilhantes e com mais larga experiência política e administrativa representa um prejuízo enorme para essas nações, cuja carência de quadros experimentados é notória. Para as pessoas afetadas, esta exclusão representa uma convocação compulsória para a tomada de posições políticas mais conseqüentes, em que possam transcender seu antigo radicalismo reformista e a propensão a confiar na suposta capacidade autocorretiva do sistema para assumir posições verdadeiramente revolucionárias.

Apesar de marcados por suas carreiras políticas anteriores, esses quadros mais maduros, quando se engajam na postura da nova esquerda, conseguem estabelecer uma ponte entre sua geração e as novas gerações de ativistas que lhes permite recuperar e transmitir de alguma forma, uma experiência rica em erros e acertos. Outro efeito dessa proscrição é que a diáspora que ela provocou permitiu alargar os horizontes políticos e ideológicos desses quadros, fazendo-os perceber o quanto têm de comum as lutas que se travam em todas as nações latino-americanas. No caso do Brasil, pode-se afirmar que seus numerosos exilados políticos estão amadurecendo para atuar, como a primeira geração de brasileiros com postura latino-americana. Paralelamente a este alargamento de visão, observa-se uma vívida preocupação pelo estudo da realidade latino-americana, num esforço por compreender o malogro das "revoluções inconclusas" da América Latina e para desvendar novos caminhos mais promissores.

Concluindo este retrato da nova esquerda queremos assinalar que ela constitui um estrato intelectualizado oriundo dos setores intermédios, diferenciado do conjunto da população por sua consciência crítica e por sua atitude ideológica rebelde. É muito provável que ela venha a ter grande importância na revolução latino-americana pelas funções de proselitismo que exerce (aprofundando e alargando o autoconhecimento das situações de subdesenvolvimento) e mais importante ainda como viveiro de quadros dispostos a superar seu esquerdismo para engajar-se ativamente na luta revolucionária.

O exercício desse papel ativador pode, porém, ser reduzido por certas debilidades características da nova esquerda. Tais são: primeiro, o temor a uma franca adesão ao socialismo como o único sistema que abre reais perspectivas de desenvolvimento autônomo às nações dependentes. Segundo, a fidelidade a cer-

tos valores da ideologia liberal que encobrem sob sua linguagem revolucionária. Terceiro, o verbalismo político que se satisfaz com atos de indignação e protesto. Esta postura conduz, por um lado, a uma atitude de falsa superioridade moral diante dos grupos insurrecionais, que consideram "aventureiros inconseqüentes" e dos partidos comunistas, aos quais acusam de todas as culpas, erros e falhas, convertendo muitas vezes esse combate em sua preocupação principal, mas só opondo a uns e outros o seu não-partidismo. E, por outro lado, uma certa indulgência para com as velhas elites patriciais que contrasta com a dureza de seus juízos sobre as autocracias nacionalistas-modernizadoras, por serem regimes militares. Enquanto as camadas populares já têm assentada uma posição francamente antipatricial — que as faz descrer de quaisquer simulacros de legitimação da ordem vigente — as lideranças de toda a nova esquerda tendem a engajar-se em qualquer falso movimento de redemocratização, como massa manobrável por políticos patriciais.

As duas primeiras deficiências mencionadas anulam as potencialidades revolucionárias da nova esquerda. A última facilita sua utilização por políticos tradicionais para atender a seus próprios fins, atrelando o enorme poder mobilizador da nova esquerda na luta pelas liberdades democráticas, contra a corrupção e o despotismo, tão-somente para restaurar no poder o velho patriciado. Outro risco a que se expõe a nova esquerda é o de, superando sua aversão aos regimes militares de caráter nacionalista-modernizador, assumir uma posição reformista-radical fugindo assim à luta por um projeto socialista de reordenação da sociedade.

Comunistas: Ortodoxos e Heréticos

Os comunistas desempenharam um papel capital na vida política latino-americana das últimas décadas, exercendo uma influência ideológica notoriamente maior do que a correspondente à sua força política e sindical. Esta importância desproporcionada se explica tanto pelas próprias condições de subdesenvolvimento que facilitam a denúncia do regime, como pelo fato de contarem os partidos comunistas com uma teoria explicativa muito superior à das doutrinas políticas vigentes. Mesmo utilizada de forma inepta, a teoria marxista revelou uma capacidade de diagnóstico dos problemas do subdesenvolvimento e de formulação de soluções que superou e desmascarou as elaborações conservadoras e também as novas doutrinas justificatórias do *status quo* de inspiração "positivista" ou "sociológica".

Hoje, a maioria das interpretações da realidade social de cada país, mesmo as mais conservadoras, está impregnada de conceitos marxistas, porque só eles correspondem à percepção generalizada na consciência social, sobre as causas do atraso e sobre os caminhos de sua superação. Provavelmente, é neste campo ideológico que os comunistas, enquanto marxistas, exercem uma influência mais profunda, respondendo às indagações de todos, especialmente das camadas mais intelectualizadas, sobre a origem da desigualdade entre as nações e entre as classes sociais e provendo uma teoria explicativa mais convincente e mais motivadora do que qualquer outra. Sem embargo, não alcançaram igual êxito na formulação de uma estratégia revolucionária.

As características distintivas dos partidos comunistas latino-americanos decorrem de dois fatores: primeiro, a origem social da maioria de seus quadros dirigentes que provêm das camadas intelectualizadas de classe média e de seus militantes de base, recrutados, principalmente, nos setores assalariados mais favorecidos, sobretudo das empresas estatais. Esta composição limita seu âmbito de militância politica e camadas relativamente abonadas da população, não lhes ensejando atuar sobre as grandes massas marginalizadas do campo e da cidade. E também restringe seus objetivos de ação à conquista de reivindicações imediatas daqueles setores que converte uma boa parcela de quadros comunistas, antes em lideres burocráticos do sindicalismo econômico do que em militantes de uma reordenação revolucionária da sociedade. Segundo, o peneiramento de seus quadros dirigentes em três décadas de política frente-unionista destinada, originalmente, a cimentar a unidade antifascista, mas cristalizada, depois, pelos soviéticos no âmbito da política de "coexistência pacífica". Esta orientação resultou numa política de quadros que reteve e promoveu aqueles mais capacitados à luta legalista que à conspirativa e, desse modo, entregou o comando do movimento a dirigentes conciliatórios, mais identificados com o modelo soviético de revolução do que com o cubano ou o chinês.

Em consonância com aquela composição e com esta postura, as lideranças comunistas pareciam confiar em que a revolução latino-americana será efetivada quando a conjuntura internacional se tornar favorável ao desencadeamento da luta pelo poder, em virtude da supremacia do campo socialista ou do tão apregoado "colapso do capitalismo". Transferem, assim, para a política de acumulação de forças dos soviéticos, em sua competição com os norte-americanos, ou para alguma nova "crise cíclica" do capitalismo, a responsabilidade pela revolução em

seus países e atribuem a si próprios o papel de líderes progressistas cuja função seria a de propagandistas e aliciadores de quadros para um enfrentamento preterido.

Nestas circunstâncias, os partidos comunistas, apesar de seu pretenso caráter proletário, atuam principalmente através de quadros oriundos dos setores intermédios, dedicados profissionalmente ao ativismo político. Cumprem assim a função de fermento da vida intelectual e política; de núcleos de difusão de interpretações avançadas da realidade social; de politização de quadros, de formulação de consignas políticas e de mobilização popular em torno deles para grandes campanhas em defesa do direito de sindicalização, da reforma agrária, da luta antiimperialista e da industrialização autônoma.

Todavia, muitas destas proposições só atingiram as grandes massas através de outros porta-vozes políticos que lhes souberam dar colorido local e viabilidade, ao mesmo tempo em que, defendendo-as, fixaram sua imagem de líderes nacionalistas e progressistas. Mediante este mecanismo é que divisas originalmente formuladas pelos comunistas e entendidas como radicais se foram dessectarizando até se reduzirem a proposições reformistas e penetrar, desse modo, em amplos setores, impondo-se finalmente à consideração dos círculos dominantes. Por isso, a ação política dos comunistas se exerceu, de preferência, através de alianças com setores progressistas das classes dominantes, num jogo de "realismos" em que cada qual procura fazer do outro o instrumento da consecução de seus objetivos. Como tais objetivos são imediatos para os "aliados" e remotos para os comunistas, estes se convertem freqüentemente em instrumentos de propósitos alheios e, muitas vezes, de propósitos antirevolucionários.

Contudo, graças a esses procedimentos, a vida política latino-americana alcançou uma acuidade maior na compreensão da realidade social e uma maior amplitude de visão. Esta ação proselitista e formuladora de divisas políticas, apesar de ter alargado a influência dos partidos comunistas, se viu limitada porque operou sempre dentro de um âmbito reformista, como se os comunistas contassem que, pela acumulação de pequenas reformas, chegariam, um dia, a fazer a revolução. Na verdade a revolução socialista já não era o alvo destes partidos comunistas mediocrizados pelo caráter dogmático do marxismo que divulgaram e pelos desvios obreiristas das cúpulas partidárias, que impediam o florescimento da criatividade dos intelectuais de esquerda, a maioria dos quais acabou se alheando da militância político-partidária. Desprovidos de um núcleo teórico autônomo, os partidos comunistas resvalaram para um dogmatis-

mo infecundo, reiterador de palavras de ordem internacionais e incapaz de formular uma linha política autenticamente revolucionária, adaptada às condições das nações subdesenvolvidas.

O principal fator adverso à expansão do movimento comunista foi sua subordinação às diretrizes soviéticas e sua vinculação com as vicissitudes da política russa. Se nos últimos anos da Segunda Guerra Mundial e logo após a vitória esta vinculação representou prestígio, dai por diante constituiu um ônus cada vez mais insuportável, especialmente depois da revelação dos crimes do "estalinismo" e das denúncias sobre o caráter cruamente despótico dos governos implantados em nome da "ditadura do proletariado". Mais recentemente, a rigidez da política externa soviética, sua incompreensão dos problemas dos povos do "terceiro mundo" e sua dificuldade em estabelecer relações satisfatórias de convívio político e de intercâmbio econômico dentro do próprio campo socialista, criou incompatibilidades para os soviéticos e todas as esquerdas independentes e desprestigiou irremediavelmente os comunistas que se solidarizaram com essa política.

A debilidade teórica própria e a subordinação a diretrizes externas incapacitaram os comunistas latino-americanos para definir uma linha de ação revolucionária para si mesmos e para toda a esquerda. Ao abandonar a perspectiva leninista de luta por um poder próprio com o objetivo de implantar o socialismo, deixaram de preparar quadros revolucionários, esqueceram o proselitismo propriamente socialista e se aliaram a todo político com propensões reformistas que os quisesse utilizar para fins eleitorais. Tais alianças e sua avidez por participar de alguma forma na estrutura de poder vigente os comprometia com a elite dirigente, impedindo-os de perceber e denunciar o caráter retrógrado desta. Toda a sua ação se voltava, por isto, contra o latifundiário e o empresário estrangeiro como seus antagonistas naturais; mas não tinham o menor constrangimento em conviver e cooperar com a velha elite dos políticos profissionais reguladora da ordem institucional que estatuíu a propriedade fundiária e a exploração estrangeira. Mesmo quando se propunham alterar a ordem vigente, preconizavam reformas no âmbito de um regime parlamentar patricial, como se esse fosse capaz de levá-las a cabo. Em conseqüência, a seu pesar, também eles passaram a exercer uma função de mantenedores da ordenação social vigente, a qual apenas desejavam melhorar sem transformá-la.

Atuando dentro deste enquadramento, o movimento comunista latino-americano estruturou-se em dois círculos concêntricos. Um núcleo pequeno, ortodoxo, de dirigentes burocratizados

e de militantes, ao redor do qual se abre um círculo mais amplo de simpatizantes composto principalmente por intelectuais esquerdistas que os partidos não são capazes de absorver em seus quadros, nem liberar para a ação política, como uma esquerda independente, e entre os quais se trava uma luta ideológica permanente. Os comunistas, exigindo da periferia apoio, lealdade e congruência de ação com seus objetivos táticos. A periferia, convertida em círculo de simpatizantes, criticando ora o sectarismo, ora o oportunismo partidário. Nenhum deles se capacitando, porém, para o exercício das funções que lhes seriam próprias. Os comunistas, porque se desviam do proselitismo socialista e da ação revolucionária para se dedicarem, de preferência, a um sindicalismo reivindicacionista e a uma política de participação no sistema, através de alianças com populistas e reformistas. A periferia de simpatizantes — permanentemente engrossada pelos ex-ativistas juvenis que não se integram na organização partidária — não tendo um caminho próprio para exercer sua militância, também é paralisada como força política por não poder devotar-se às tarefas propriamente revolucionárias que os comunistas postergam, nem competir com eles no ativismo político meramente reformista ou na militância sindical economicista.

Esta ambigüidade dos partidos comunistas que não abrem mão do papel revolucionário mas resistem a encarná-lo por inteiro explica-se por vários fatores. Dentre eles, a referida debilidade teórica, que os impede de formular uma verdadeira estratégia revolucionária e, ademais, certos efeitos indiretos da introjeção da crítica difamatória que vêm sofrendo há decênios. No esforço por não corresponder ao retrato que a reação deles traça — como extremistas, internacionalistas, impessoais, subversivos, totalitários, etc. — exageram os signos opostos até se fazerem, na realidade, meros reformistas devotados a todas as campanhas progressistas, mas temerosos de serem tidos como agentes da transformação revolucionária da sociedade.

Apesar desta postura reformista, os partidos comunistas eram considerados, até recentemente, como o paradigma do ativismo político de estratégia insurrecional. Vale dizer que o mimetismo não produzia o efeito de disfarce político que dele esperavam, nem reduzia o preço que a reação lhes cobrava por seu comprometimento virtual com a reordenação da sociedade. Esta ambigüidade, que por um lado dessectarizava os comunistas latino-americanos e, por outro, fortalecia sua auto-imagem revolucionária, foi enormemente debilitada pela revolução cubana, quando esta implantou o primeiro regime socialista no continente a partir de uma estratégia oposta.

Antes do surgimento da variante cubana, os comunistas, apesar do seu reformismo, puderam manter o vigor da adesão partidária e a atitude ética revolucionária, assentando-as em duas bases: a convicção de que eram os porta-vozes da mais avançada e generosa das doutrinas sociais, o marxismo, que faria deles os construtores do futuro humano e os instrumentos da realização em suas pátrias de uma utopia cientificamente fundada; e o orgulho de pertencerem a uma vanguarda revolucionária que integrara no socialismo uma terça parte da humanidade e que, em seus próprios países, contava com dezenas, senão centenas de companheiros assassinados e com milhares de outros, provados nas torturas mais atrozes.

Até recentemente, nenhum grupo revolucionário podia dar iguais provas de coerência ideológica, de firmeza política, de devotamento e estoicismo. Desde a revolução cubana, porém, o caráter revolucionário da militância comunista deixou de ser apreciado em termos de sua devoção à luta, para ser inquirido em termos da eficácia de sua estratégia. Tornou-se evidente que o estoicismo, quando desligado de uma conduta efetivamente revolucionária, só pode conduzir a um faquirismo inconseqüente, embora heróico.

A partir de então se generalizou a convicção de que os comunistas latino-americanos haviam perdido sua posição de vanguarda ao se deixarem atrelar a uma orientação política de caráter reformista e espontaneísta, talvez justificável em outros contextos, mas que nas atuais condições dos países subdesenvolvidos e na conjuntura mundial presente não parece ter probabilidades de conduzir a uma revolução social. O debate em torno desta orientação agita, hoje, todas as esquerdas latino-americanas, dividindo-as em correntes que às vezes se opõem mais umas às outras do que à reação. Estas dissenções separaram do núcleo ortodoxo original uma série de subgrupos, fazendo surgir, ao lado das velhas heresias trotskistas, primeiro, a chinesa e a cubana, e depois várias outras, ainda mais irreverentes para com o núcleo ortodoxo que se viu, assim, cada vez mais isolado do seu círculo de simpatizantes e de todo o esquerdismo de vanguarda.

O núcleo ortodoxo, caracterizado por sua postura reformista, podia ser classificado, até recentemente, como a esquerda institucionalizada e a esquerda consentida. A primeira é representada pelos partidos comunistas e socialistas dos países latino-americanos, como o Uruguai, o Chile e a Venezuela, onde estes partidos podem funcionar legalmente. A última, por partidos de esquerda condicionados a atuar na clandestinidade. A esquerda institucionalizada atua por procedimentos parlamentares e

sindicais e parece ter como perspectiva de alto alcance contribuir mediante alianças com outras forças progressistas para uma política de acumulação de pequenas reformas e um aprimoramento das instituições democráticas que enseje, un dia, a ascensão de seus países a um socialismo evolutivo do tipo propugnado por certos setores das esquerdas francesa e italiana.

A recente vitória de uma frente de esquerda — a Unidade Popular do Chile — veio alentar estas esperanças, reacendendo-as até mesmo em partidos comunistas dos países submetidos a ditaduras regressivas. Seu efeito imediato foi reforçar os núcleos ortodoxos que permaneceram fiéis à linha da declaração dos 81 partidos comunistas de 1960.[43]

Até recentemente, o ideal político imediato da corrente ortodoxa da esquerda consentida parecia ser o de alcançar o grau de institucionalização logrado pelos chilenos e uruguaios. Como perspectiva de longo alcance pretendia contribuir com sua militância política e sindical para o surgimento de um regime "democrático-burguês" que liquidasse os "remanescentes feudais", promovesse a modernização do sistema dentro de linhas capitalistas a fim de que, uma vez cumprida esta etapa histórica com a maior rapidez possível e quando permitisse a "correlação de forças interna e externa", se ensejasse a passagem ao socialismo.

Esta estratégia parte do pressuposto da existência de uma "burguesia progressista", cujos interesses antagônicos com os do latifúndio e do imperialismo a predisporiam a uma ação conjunta com o proletariado e o campesinato para o desencadeamento de uma revolução social. Como nos países latino-americanos não se encontra esta burguesia de perfil clássico, mas uma estrutura de poder de outro caráter, as alianças propugnadas só podem fazer-se com os setores mais oportunistas do patriciado e com lideranças populistas e reformistas, para atender aos objetivos políticos destas. Tais alianças convertem as esquerdas consentidas em forças auxiliares do sistema político que, embora lhe acrescente conteúdos heterodoxos, contribuem antes para manter do que para alterar a estrutura de poder.

43. Sintetizando os resultados da experiência revolucionária do comunismo mundial, a Declaração da Conferência de Representantes dos Partidos Comunistas e Operários de 1960 fixou o ponto de vista unânime dos marxistas-leninistas, desta vez nas condições produzidas pela presença do sistema socialista mundial:

"A classe operária e sua vanguarda, o partido marxista-leninista, tendem a fazer a revolução socialista pela via pacífica. A realização desta possibilidade corresponderia aos interesses da classe operária e de todo o povo, aos interesses nacionais do país. Em vários países capitalistas, a classe operária, dirigida por seu destacamento de vanguarda, pode, nas condições atuais, baseando-se numa frente operária e popular e em outras formas possíveis de acordo e colaboração política com diferentes partidos e organizações sociais, agrupar a maioria do povo, conquistar o poder estatal sem guerra civil e assegurar a passagem dos meios de produção fundamentais às mãos do povo" (PCA. 1967: 7/8).

Em conseqüência desta orientação, a influência cubana na revolução da América Latina se viu compelida a exercer-se, até agora, principalmente através das esquerdas heréticas e dos reformistas radicais. Com isso, mais se acentuou a obsessão frente-unionista das esquerdas consentidas que, em certos casos, mesmo diante de regimes de "espanholização", continuaram confiando numa atuação auto-restringida aos limites mínimos do reivindicacionismo econômico e do reformismo progressista. Acossados pelo setor mais radical de suas próprias forças e pela nova esquerda, os mais ousados destes líderes alegam, por vezes, que, surgindo uma conjuntura insurrecional, os partidos comunistas atuariam como uma vanguarda revolucionária. É de perguntar, porém, se acreditam nessa estratégia dirigentes que não preparam seus quadros para a eventualidade de uma luta; que não se permitem discutir o problema da tomada do poder por novas forças sociais; e que, em conseqüência, viram sucederem-se crises políticas em que as camadas populares se tornavam mobilizáveis, sem lhes abrir perspectivas de ação revolucionária.

A crescente pressão dos setores heréticos já é suficiente para tornar impraticável a defesa da antiga política frente-unionista. Mas parece insuficiente ainda para persuadir a esquerda consentida a empreender as formas de luta que as condições políticas concretas de cada país lhe impõem. Paralisados pelas dúvidas, os comunistas ortodoxos proclamam sua disposição de preparar-se para um enfrentamento, mas ponderam que o farão com o necessário senso de responsabilidade, sem deixar de explorar as potencialidades da luta no plano político.

Em oposição ao núcleo ortodoxo do movimento comunista latino-americano, surgiram e se vêm fortalecendo nos últimos anos diversos grupos — muitos dos quais dele oriundos — que designamos como comunistas heréticos.[44] Em alguns casos, esses grupos se orientaram à luta de tipo insurrecional, arrastando parte ou a quase totalidade do partido de origem. Tal ocorreu na Guatemala, Bolívia, Colômbia e, de forma mais organizada, na Venezuela (1961 a 1964). Ali o próprio Partido Comunista e todas as forças de esquerda se uniram para constituir a Frente de Libertação Nacional que, voltada à luta pela

44. Falamos de correntes heréticas dentro do movimento comunista latino-americano para referir dois tipos de militância. Em primeiro lugar, os partidos de orientação marxista que nunca aceitaram a liderança soviética. São exemplo desse modelo os partidos socialistas chileno e uruguaio, e as diversas tentativas de criar partidos operários de orientação anti-reformista. Em segundo lugar, as dissidências dos partidos comunistas que se organizaram em agrupações próprias, melhor estruturadas e mais estáveis que os grupos insurrecionais. Exemplificam essa variante as dissidências do Partido Comunista no Brasil, o Movimento ao Socialismo (MAS) resultante da recente cisão do Partido Comunista Venezuelano e o Partido Comunista Revolucionário da Argentina.

conquista do poder, conseguiu convulsionar diversas áreas do país. A tentativa fracassou. Entre as explicações da derrota mencionam-se as seguintes: menor apoio de massas que o necessário para dar à guerra caráter de insurreição popular; duplicidade de direções, o que submetia os combatentes da cidade e do campo à orientação de dirigentes burocráticos não identificados com a guerra e até hostis a ela; precipitação da guerrilha urbana antes da consolidação da luta no campo; apelo a levantes de tipo golpista que ocasionaram a queda de importantes aliados militares.

Além dessas causas, se menciona a habilidade da elite dirigente venezuelana que, apesar de tudo, manteve formalmente o aparelho institucional e parlamentar, convocando mais tarde eleições às quais a população acudiu maciçamente, contrariando a orientação da FLN que ordenou abstenção total. E, sobretudo, a contingência em que se viram as forças insurrecionais de enfrentar o enorme poder econômico do Estado venezuelano e o poder militar dos Estados Unidos que adestrou as tropas antiguerrilheiras e reorganizou as polícias, tornando-as mais eficazes nas tarefas de repressão, infiltração e localização de grupos armados e seus aparelhos logísticos.

Cada um desses fatores teve certamente papel no fracasso sofrido pelas esquerdas venezuelanas (mais de mil mortos e quatro mil prisioneiros) que as obrigou a um recuo (1964), fazendo com que a maioria aceitasse (1968) a política de pacificação do novo governo democrata-cristão. A opção entre a luta armada e o recuo provocou um amargo debate em toda a esquerda, com acusações de parte a parte entre as correntes insurrecionais e as tradicionais. É de assinalar que, por haver optado pela luta armada, os comunistas venezuelanos conseguiram manter sua unidade enquanto combatiam, ao passo que quase todos os demais partidos comunistas da América Latina, opostos à estratégia insurrecional, terminaram por cindir-se em dois ou mais grupos hostis às direções de orientação ortodoxa.

Entretanto, também o Partido Comunista Venezuelano terminou por cindir-se. Não para dar lugar a múltiplos grupos de orientação insurrecional, provavelmente porque a esquerda venezuelana esgotou suas esperanças no foquismo. O que se desprendeu do núcleo ortodoxo foi um movimento socialista nacional que procura aplicar os ensinamentos das lutas em seu próprio país na formulação de uma estratégia revolucionária de tomada do poder, a fim de empreender a reordenação socialista de sua sociedade.

À medida que a ala mais ortodoxa dos partidos comunistas da América Latina se estanca por sua identificação com a orien-

tação passiva de inspiração soviética, os setores mais radicais desligados de seus próprios núcleos tendem a aglutinar-se como dissidências políticas semelhantes à venezuelana, decididas a ganhar os aparelhos partidários para suas linhas ou a estruturar-se em novos partidos.

Paradoxalmente, essas dissidências heréticas que debilitam os partidos comunistas na América Latina parecem constituir sua oportunidade de sobrevivência. Uma vez unificadas e consolidadas, podem lograr que o próprio movimento comunista se liberte das velhas peias ortodoxas e enfrente suas deficiências a fim de alcançar três objetivos fundamentais. Primeiro, a reconciliação com a nova esquerda, cuja radicalização a vem afastando e até contrapondo às esquerdas tradicionais. Em segundo lugar, encontrar modos de articular suas formas de ação e de organização com os movimentos insurrecionais para que não sejam condenadas a se opor a eles, senão, ao contrário, ganhá-los para formas de luta mais capazes de generalizar-se como rebeliões populares. Terceiro, estabelecer o congraçamento possível entre a ação sindical, o proselitismo da nova esquerda e os grupos insurrecionais, a fim de dar sentido e justificação revolucionária a toda a sorte de atividade política, teórica, ideológica e reivindicativa como modos de concatenação de táticas, dentro de uma estratégia geral revolucionária.

Os Grupos Insurrecionais

Os grupos virtualmente insurrecionais [45] constituem atualmente o contingente mais dinâmico das esquerdas revolucionárias latino-americanas. São recrutados tanto no âmbito da nova esquerda, quanto entre os militantes da esquerda tradicional que se rebelam contra a conciliação e o quietismo. E ainda entre os militares proscritos, principalmente suboficiais que se dispõem a lutar de todas as formas contra a ordem vigente. Sua expressão mais alta, nas condições da América Latina dos 60, eram os combatentes guerrilheiros e os grupos clandestinos urbanos e rurais com eles identificados. Eram integrados, principalmente, por jovens militantes que vêem na experiência cubana o seu paradigma de revolução social. E que encontravam naquela experiência uma forma concreta para desfechar movimentos revolucionários aparentemente capazes de difundir-se

45. Na elaboração do modelo tivemos em mente os diversos agrupamentos militarizados de luta guerrilheira e de propaganda armada surgidos depois de 1960 na maioria dos países da América Latina. São exemplificados pelos "Movimentos de Esquerda Revolucionária", "Movimentos de Libertação Nacional", "Forças Armadas de Libertação Nacional", da Bolívia, Peru, Chile, Equador, Colômbia, Venezuela, Guatemala, Nicarágua, Paraguai, Argentina, Uruguai e seus congêneres no Brasil.

como insurreições generalizadas, na medida em que ativem as tensões estruturais características do subdesenvolvimento.

Os regimes regressivos impostos a vários países da América Latina, jugulando as formas de expressão institucionalizadas da oposição política e inabilitando as lideranças reformistas para a ação dentro dos quadros tradicionais, vieram a provocar o alargamento dos grupos virtualmente insurrecionais no campo e nas cidades. Ainda que não se lhes apresentassem perspectivas de assomar ao poder, sua contestação ativa ao regime desafia os governos e as forças armadas que concentram neles sua maior preocupação e fazem deles objeto da repressão mais inclemente. O radicalismo político e a combatividade desses pequenos grupos provoca uma série de efeitos concatenados. Primeiro, uma crise de redefinição em todos os movimentos de esquerda na medida em que desvendam seu caráter conciliatório ou oportunista, operando como um reativador da vida politica. Segundo, impugnam vigorosamente a ordem instituída, abrindo uma perspectiva, ainda que longínqua, de reordenação social que contribui para despertar a consciência política de certos setores da população. Terceiro, compele os governos a esforços desesperados para manter-se no poder, desmascarando seu caráter despótico, e impedindo saídas conciliatórias destinadas a legitimar e perpetuar a ordem institucional vigente.

Embora os grupos virtualmente insurrecionais sejam uma pequena minoria no conjunto das esquerdas latino-americanas, são seu núcleo dinâmico. São eles que encabeçam a polêmica ideológica que se trava hoje no movimento revolucionário em torno à tese representada pela postura espontaneísta da esquerda consentida e pela postura voluntarista dos grupos predispostos à luta armada. Como é provável que, nos próximos anos, este debate deixará de ser acadêmico para assumir a forma de um imperativo crucial, a esquerda consentida se verá compelida, mesmo pelos governos que a toleram, a definir-se claramente contra ou a favor da luta revolucionária. Um setor se tornará ainda mais consentido, mas já não será esquerda. O outro só poderá sobreviver na luta e nela terá de afirmar-se, seja incorporando-se aos movimentos, seja encontrando novas formas de ação política ajustadas às condições de repressão e que propugnem o alargamento das bases de sustentação popular das lutas revolucionárias.

A postura voluntarista, em suas primeiras formulações mais extremadas, parecia confiar em que um grupo ousado, constituído em foco guerrilheiro, pudesse atuar como o estopim de uma insurreição popular que conduziria à tomada do poder. Sua deficiência não estava, talvez, em confiar no papel aciona-

dor dos focos guerrilheiros, mesmo porque todos os estrategistas militares estão convencidos das potencialidades desta forma de luta. Suas debilidades residiam nas ilusões que alimentavam acerca da possibilidade de reproduzir a experiência cubana, vista como um caminho heróico e rápido de promover a revolução social; nos riscos de aventureirismo que comportava e na incompreensão que trazia implícita da importância do trabalho político e organizativo.

A estratégia desses grupos insurrecionais parecia ser a de evoluir do "foco" para o estágio da "guerra de guerrilhas" para chegar finalmente à etapa de "guerra revolucionária" que envolve e ativa a maioria da população. Na verdade, os requisitos necessários para cumprir a etapa preliminar são muito singelos. Basta existir um pequeno grupo de combatentes ousados que estabeleça uma unidade de ação e, em condições de grande opressão política, sempre surgem jovens revolucionários dispostos a engajar-se neste tipo de luta, sobretudo nos países submetidos a ditaduras regressivas.

A etapa seguinte é mais exigente porque pressupõe, ou bem a proliferação prodigiosa do núcleo original, como sucedeu em Cuba, ou a articulação de uma frente composta de vários grupos autônomos que envolve, desde problemas de um denominador ideológico comum, até a necessidade de instaurar um estado maior.

O terceiro desígnio é infinitamente mais exigente porque tem como modelos revoluções como a chinesa, a argelina e a vietnamita em que havia elementos explícitos de guerra de emancipação nacional contra a ocupação militar estrangeira, o que não ocorre na América Latina. É provável mesmo que esse estágio não constitua uma fase superior com relação às precedentes, mas sim um modelo distinto ao qual se chega por outras vias.

Os reiterados malogros das tentativas de desencadear a revolução social por meio de guerrilhas rurais (Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia, Argentina, Nicarágua, Santo Domingo) e o desfecho traumatizador dos movimentos que se deixaram isolar em ações de guerrilha urbana (Venezuela, Guatemala, Brasil) vêm compelindo os próprios grupos insurrecionais a uma reflexão profunda sobre os caminhos da revolução. Nessas análises críticas se ressalta, cada vez com maior clareza, que a revolução social é um empreendimento demasiado complexo para que possa ser levado a bom termo por pequenos grupos radicais isolados das grandes massas, através de ações voluntaristas; e que, para formular e pôr em execução uma estratégia

revolucionária, não é suficiente opor-se às teses da esquerda consentida.

As mesmas análises assinalam — como fator anteriormente subestimado — que o desempenho vitorioso das guerrilhas cubanas só foi possível pela capacidade de liderança política dos guerrilheiros que subiram à montanha e por tratar-se da primeira tentativa do gênero. Como tal, pôde contar com áreas de apoio urbano, a partir das quais se generalizaria, mais tarde, a luta em toda a ilha; não teve de enfrentar forças treinadas para a ação antiguerrilheira; e, sobretudo, não provocou uma intervenção estrangeira na forma de ajuda econômica e de assessoramento militar, como tem ocorrido com algumas tentativas posteriores.

Ainda nestas análises se vai tornando evidente que os grupos da esquerda insurrecional, tal como se apresentam hoje, são incapazes de superar, por si sós, os desafios organizativos, ideológicos e políticos com que se defrontavam. Na verdade, toda a esquerda revolucionária latino-americana foi, até agora, demasiado débil no plano teórico para equacionar a estratégia da revolução que corresponde à conjuntura presente e para definir os princípios organizativos e as diretrizes de ação de um movimento efetivamente revolucionário. E no plano político era demasiado sectária para formular um projeto alternativo de reordenação socialista das sociedades latino-americanas, capaz de ganhar ideologicamente e de mobilizar para a ação importantes setores da população.

A dificuldade para atender a estes requisitos prévios, tampouco lhe permitia criar as condições mínimas indispensáveis à estruturação de uma organização revolucionária capaz de atuar e crescer na clandestinidade. E muito menos para o aliciamento de grupos de apoio nas camadas esclarecidas dos setores intermédios para a organização de núcleos de combate arraigados no meio operário e camponês e menos ainda para a formação de quadros capacitados a ativar para a luta as massas marginais. Tornara-se evidente nestas autocríticas que, sem contar com tais bases, era impossível mobilizar o povo para ações suscetíveis de generalizar-se um dia como insurreições populares que permitam a tomada do poder.

Constringida por tantas deficiências, a esquerda revolucionária latino-americana — e em especial os grupos insurrecionais — tendiam a desgastar-se em ações tão heróicas quanto desesperadas e a consumir-se em fricções internas. A persistirem tais condições, os grupos insurrecionais poderiam continuar representando uma vigorosa força de contestação que, através de ações armadas de protesto político, de apropriação de meios

para a auto-sustentação, de punição de criminosos e de torturadores, de libertação de presos políticos e de solidariedade para com trabalhadores em greve, impugnam o regime. Precisamente nisto residiu o maior risco, porque estes atos de contestação correspondem tão organicamente à atitude moral da vanguarda insurrecional e à conjuntura em que ela combate, que poderia induzi-la a concentrar toda a sua energia nesse tipo de ações.

Com efeito, optando pela luta revolucionária sob condição de repressão feroz, a tendência natural é abraçar as formas mais violentas de ação direta, sem atentar para a dialética do conflito em que submergem. Assim, por mais que contestem a violência e o terrorismo do regime, este sempre poderá praticar violências ainda maiores, escalando o conflito até níveis impensáveis. Nestas circunstâncias, por mais que suas ações contestem episodicamente o regime, é improvável que possam exacerbá-las a ponto de fazê-lo declinar sua agressividade, a fim de se constituírem em uma alternativa inevitável ao sistema. Acresce ainda que a escalada dos gestos de contestação violenta é vista pela população, mesmo quando a aprove, como uma luta de outrem, com a qual não se identifica, sobretudo porque fica reduzida ao papel de espectador passivo. Os contestadores se isolam assim de sua base natural de apoio e se vêem condenados ao papel de vanguardas-sem-massas, incapazes, por isso, de fazer a revolução.

Graças a estes balanços críticos, a esquerda revolucionária foi compreendendo que os grupos insurrecionais, uma vez tecnicamente preparados e psicologicamente motivados para a luta revolucionária, necessitam ainda mais orientar politicamente suas atividades a fim de não ficarem isolados do povo que chamam à revolução.

Este é particularmente o caso dos Tupamaros, do Uruguai, que nos últimos anos têm sido o protótipo de organização insurrecional, ainda incapaz de desencadear a revolução social, mas capaz de desafiar o poderio do governo. A opinião pública mundial segue atentamente esse enfrentamento inverossímil entre o débil, representado por um pequeno grupo sedicioso, e o forte, representado pelo aparelho de poder de um Estado moderno, no qual mais vezes vencia o débil, graças à sua combatividade e seu sentido de oportunidade política. Sem embargo, a revolução uruguaia está aquém desse enfrentamento porque ela não surgirá da acumulação de ações audazes dos Tupamaros, mas sim de outra estratégia de luta que eles estão desafiados a criar em associação com outras forças.

Não se pode esquecer, porém, que por maiores que sejam as deficiências que a esquerda revolucionária é chamada a su-

perar, estas se referem ao passado e ao presente imediato, pois se trata de debilidades diante de determinados opositores, dentro da atual conjuntura. Transformada esta, por uma razão qualquer — inclusive por razões externas à ação das esquerdas, como seria o caso de produzir-se uma crise do sistema e desencadear-se uma convulsão social generalizada — todos os protagonistas se veriam transfigurados. Em tais circunstâncias, as fraquezas atuais das esquerdas insurgentes poderiam deixar de ser tão decisivas. E suas virtualidades revolucionárias, que hoje parecem demasiado débeis, poderiam realizar-se e se expandir.

Sem embargo, não se pode deixar de aprofundar a análise destas carências, de medi-las e avaliar seu papel, mesmo porque a capacidade de aproveitar, amanhã, uma conjuntura de insurgência para deflagar a revolução, dependerá, em essência, de contar previamente com um mínimo de possibilidade de ação, provavelmente um mínimo muito superior às suas disponibilidades presentes. Semelhante conjuntura corresponde àqueles momentos históricos no curso dos quais o corpo social adquire uma temperatura febril que enseja uma alteração revolucionária do sistema político. Inexistindo uma vanguarda organizada capaz de propor-se captar essa potencialidade e acionar os multiplicadores da ação popular, se frustra qualquer mudança. Tal ocorreu no Brasil, por exemplo, quando do suicídio de Getúlio Vargas, em 1954, da renúncia de Jânio Quadros, em 1961, e da queda de João Goulart, em 1964. Foram instâncias em que amplas parcelas da população estiveram politicamente galvanizadas e podiam ser mobilizadas para uma ruptura revolucionária com o sistema. Mas não existia uma vanguarda preparada para essa eventualidade, nem uma teoria que colocasse a luta por um poder próprio como o alvo das esquerdas.

* * *

Frente a esta debilidade das esquerdas latino-americanas se levanta o enorme poderio conjuntural das classes dominantes e toda a mole de interesses empenhados na perpetuação da ordem estabelecida. Primeiro, os imperativos da estratégia de potência dos Estados Unidos, cuja hegemonia tem seu bastião fundamental e sua condição de sobrevivência na manutenção do domínio econômico e político sobre a América Latina. Segundo, os interesses das classes dominantes nativas que só têm perspectivas de preservação de seus privilégios dentro da estrutura vigente e que olham qualquer intento de revolução social nos seus países como uma ameaça mortal. Terceiro, a fusão destas forças externas e internas com as hierarquias militares instaladas no poder na forma de ditaduras regressivas,

deliberadas a defender o sistema através da repressão mais cruenta. Quarto, a circunstância de que esta esquerda sem projeto próprio de reordenação de suas sociedades se defronta com um projeto em marcha, apoiado por toda a classe dominante: uma nova atualização histórica que perpetuaria a dependência externa e a dominação classista interna.

O vulto deste enfrentamento dá uma medida do esforço de auto-superação que as esquerdas são chamadas a realizar para se colocarem à altura de sua tarefa histórica. Entre outras exigências para esta auto-superação estão três imperativos para os quais as esquerdas estão cada vez mais atentas. O primeiro deles reside na necessidade de reestruturar os movimentos de esquerda a fim de montar organizações revolucionárias socialistas disputantes do poder e plenamente conscientes, por um lado, de que terão de preparar-se para uma luta árdua e prolongada e, por outro, da necessidade de ajustar-se às condições políticas impostas por cada situação particular. Ou seja, às duras exigências da clandestinidade, nos casos em que tenham de enfrentar ditaduras regressivas; ou a uma participação política legal combinada com medidas de vigilância e preparação revolucionária, onde se firmem regimes parlamentares. Mas em ambos os casos, capacitando-se para atuar mais eficazmente no campo do proselitismo político e no da organização de massas, como vanguardas revolucionárias que lutam por um poder próprio.

Outro imperativo assinalado nas análises autocríticas da esquerda concerne à não-subordinação dos movimentos de esquerda a nenhum centro estrangeiro ou internacional de orientação. Isto não implicaria o desconhecimento do caráter internacional — e sobretudo hemisférico — de sua luta. Pelo contrário, a relevância da conjuntura internacional dentro da qual essa luta se trava se impõe por si mesma, dado o caráter irredutivelmente continental da revolução latino-americana que corresponde à unidade, também continental, do sistema de dominação e do aparelho repressivo destinado a perpetuá-lo.

Essas análises consideram ainda que, tendo as nações latino-americanas, por sua situação de subdesenvolvimento, mais em comum com os povos do chamado terceiro mundo que com os dois outros blocos, poderão eventualmente contar com eles em muitas circunstâncias como seus aliados naturais. Por último, enfatizam o paralelismo entre as lutas dos povos dependentes, as das minorias oprimidas — sobretudo o contingente negro da América do Norte — e a dos movimentos de rebeldia das nações prósperas que abririam outro horizonte de alianças virtuais tendente a crescer, emprestando ademais um caráter real, e não meramente doutrinário, ao internacionalismo revolucionário.

O terceiro imperativo assinalado nas referidas análises concerne à necessidade de uma reavaliação da importância das tarefas teóricas. Entre outras, a de diagnóstico e denúncia do sistema e de definição do caráter da revolução; a tarefa de compreender a composição e a natureza das estruturas de poder e o papel de seus principais componentes. E ainda a de estudar criticamente as forças sociais virtualmente insurgentes e as condições de sua ativação revolucionária, definindo, para isso, estratégias e táticas adequadas. E, finalmente, a de formular projetos alternativos aos das classes dominantes para a solução de cada problema nacional concreto, a fim de desmascarar a política satelizante, comprovando seu curto alcance; e demonstrar as potencialidades e viabilidades de uma autêntica democracia socialista, quando levada a cabo por um poder popular autônomo. Para a formulação destes estudos e sua divulgação se propõem organizar amplos aparelhos de proselitismo político, atribuindo, assim, um papel ativo na consecução dessas tarefas à intelectualidade de esquerda.

A indicação mais segura de que começam a surgir condições para a estruturação de um movimento revolucionário maduro na América Latina é a capacidade alcançada pela maioria das esquerdas para fazer esta autocrítica expressa em vários documentos. Outra indicação é a aproximação e a aglutinação de quadros experimentados na luta insurrecional com lideranças oriundas de todos os contingentes da nova esquerda e com a parcela mais lúcida da esquerda tradicional. Desta forma, se procede a um peneiramento de novo tipo das futuras vanguardas revolucionárias. Ao contrário da antiga forma de seleção praticada ao longo de décadas pelos partidos comunistas, que captava para os postos de comando os quadros mais inclinados à acomodação e ao reformismo, a nova tamização, processando-se entre os que dão testemunho de combatividade e de lucidez ideológica, tem muito maiores oportunidades de produzir uma liderança verdadeiramente revolucionária.

Concluindo esta análise, cumpre recordar que fazer a revolução não é tarefa de vanguardas, mas das classes subalternas e sobretudo das oprimidas. Unicamente elas, uma vez ativadas por seus próprios interesses e postas em ação no cenário político, podem conflagrar a sociedade, capacitando-se ao mesmo tempo, para criar estruturas de poder aptas a implantar uma nova sociedade. Toda a discussão precedente sobre a índole e as virtualidades das diversas facções da esquerda latino-americana se refere, por isto, principalmente ao cumprimento dos requisitos prévios indispensáveis para que a ação conscientizadora, aglutinadora e polarizadora das vanguardas se faça a

favor da corrente histórica, com a possibilidade de alcançar o necessário apoio das massas no momento em que estas se ponham em ação.

Voltaremos a este tema nos capítulos seguintes, em que estudamos o caráter da revolução latino-americana e as perspectivas de conquista do poder que se abrem a curto prazo para cada um dos modelos de militância política que se opõem à ordem vigente.

11. A revolução necessária

"Para que uma classe oprimida possa libertar-se é necessário que as forças produtivas já adquiridas e as relações sociais existentes não possam mais coexistir".

K. MARX

A revolução, enquanto insurreição popular, é una hecatombe social suscetível de tornar-se tão terrível quanto a guerra e, mais ainda, porque é a guerra dentro de uma mesma nação. Por isto, ninguém faz revolução porque quer e ninguém deixa de evitá-la porque gosta. Por isto, também, a revolução só é admissível onde se tornou inevitável. Vale dizer, onde o domínio despótico de uma minoria incapaz de promover un progresso social generalizado compele a população a suportar uma opressão e penúria desnecessárias. Nestas circunstâncias, a revolução torna-se tão imperativa como uma operação cirúrgica que devolva a saúde ao organismo social. Não é, porém, a profundidade da miséria e do despotismo que gera a revolução, porque são, provavelmente, insondáveis os limites em que um povo pode suportá-los. O que torna a revolução possível é a consciência de que essas vicissitudes são desnecessárias e, mais ainda, de que são convenientes para certos grupos que, de algum modo, baseiam seu poder e prosperidade na opressão e exploração.

Esta tomada de consciência dos fatores causais da miséria não é, sem embargo, uma simples façanha intelectual, ou seja, uma percepção ideológica antecipada por alguns e logo transmitida a muitos. Em outras palavras, a revolução social não é redutível a uma pedagogia. É um fenômeno social muito mais complexo — talvez o mais complexo — que ocorre reiteradamente na história e tende a repetir-se onde quer que se dêem certos requisitos básicos. A causa fundamental da ocorrência de eras revolucionárias reside em transformações prodigiosas operadas nos meios de produção (revolução tecnológica) que, entrando em conflito com as relações de produção preexistentes, provocam profundas transfigurações em toda a vida social.

Esta onda de transformações não se cumpre de imediato, senão que surge de uma lenta acumulação de inovações tecnológicas, de reformas administrativas, de mudanças sociais e de redefinições ideológicas que amadurecem progressivamente até

serem percebidas como uma crise que abre a própria ordenação sócio-política à mudança. A partir de então, segundo Marx, "... a revolução é necessária não só porque não há outro meio possível de derrubar a classe dominante, senão também porque a classe que opera esse transtorno só na revolução consegue desembaraçar-se de todos os velhos refugos e assim chegar a ser capaz de dar novos fundamentos à sociedade" (1859).

A força motriz da revolução social reside na ativação política dos diversos componentes da sociedade, especialmente no enfrentamento entre as classes sociais contrapostas pelo antagonismo de seus interesses fundamentais. Seu agente real é uma classe oprimida, gerada pelo processo social anterior, a qual, ao ver-se rejeitada pela sociedade, apesar de ser majoritária, é forçada a assumir uma oposição antagônica diante das demais classes, oposição que se manifesta de múltiplas formas para explodir, por fim, em insurreições populares suscetíveis de desdobrarem-se em uma revolução social.

Ante o desencadeamento desta crise de transformações revolucionárias, as classes dominantes — primeiras a serem afetadas — fazem o possível para impor as novas condições indispensáveis à preservação e ampliação de seus privilégios. As classes dominadas, por sua vez, procuram defender suas condições prévias de existência que sentem ameaçadas e, sobretudo, conquistar, através da luta, melhores condições de vida que se oferecem como uma esperança concreta e realizável. Toda a vida social e política se convulsiona, chamando à ação diversos setores sociais entregues antes a uma vida tranqüila que parecia estável e imutável. Entram em cena novos atores que deslocam os antigos tipos de empresários, de políticos, de ideólogos e de líderes. Os reformistas, dispostos a mudar todo o supérfluo para conservar o essencial do antigo regime; os revolucionários, predispostos a explorar as potencialidades de mudança a fim de criar uma nova sociedade que corresponda melhor aos interesses das classes oprimidas.

Nestas circunstâncias, extraordinárias, as explicações e justificativas estereotipadas com respeito às bases da vida social são postas em questão graças a um intenso processo de crítica e de conscientização. Começam a surgir novas concepções, a maioria das quais inspiradas pelas classes dominantes em seu esforço por recuperar o controle da vida social que ameaça escapar-lhes. Mas surgem também concepções que apresentam um novo aspecto, porque correspondem aos interesses das classes oprimidas. São percepções não só mais realistas, senão também mais ricas em potencialidades transformadoras. Não correspondem, sem embargo, a uma floração da criatividade inte-

lectual, mas a um alargamento da consciência possível por parte de certos setores da sociedade. As vanguardas revolucionárias são seus intérpretes, que, além de uma aguda consciência crítica a respeito das concepções tradicionais, mantêm um vínculo político com os setores sociais oprimidos e estão estruturadas em partidos capazes de mobilizar e ativar as massas populares e conduzi-las à luta revolucionária.

Não se pode esquecer, entretanto, que a revolução social — ou as condições necessárias à sua deflagração — jamais se apresenta como uma fatalidade inelutável. Ao contrário, as revoluções possíveis e necessárias são mais vezes postergadas ou frustradas que deflagradas. Isto porque a revolução é essencialmente uma conjuntura em que se defrontam forças sociais antagonicamente opostas, cada uma das quais tem seus pré-requisitos próprios de vitória, os quais, com freqüência, nenhuma delas consegue realizar plenamente. Isto ocorre sobretudo com relação às forças sociais das classes oprimidas que são meras potencialidades de ação insurgente, carentes de ativação por parte de vanguardas revolucionárias para cumprir sua missão. Por outro lado, o potencial das classes dominantes, sendo um poderio real, institucionalizado e capaz de autodefesa, quase sempre lhes permite superar conjunturas críticas para, através da contra-revolução, disciplinar e submeter os rebelados.

Entretanto, a frustração de uma revolução necessária importa não só no fracasso dos setores potencialmente insurgentes, como também na deformação de toda a vida social que é reprimida e degradada para atender às exigências de manutenção do poder de uma classe dominante tornada obsoleta. Estas deformações serão tanto mais opressivas quanto maiores forem as potencialidades da nova tecnologia produtiva que detenha a velha classe. Em seus limites, as deformações impostas a uma sociedade pela postergação de sua revolução necessária podem conduzi-la a uma situação traumática em que se defrontem uma estrutura de poder cada vez mais despótica e um povo faminto, doente e sacrificado, mas incapaz de libertar-se de seus opressores.

Esta tem sido a situação dos povos da América Latina até que foram dinamizados pelas transformações prodigiosas desencadeadas no curso da revolução termonuclear. Desde então, a população latino-americana voltou a ativar-se e se arma da consciência do caráter social e desnecessário de sua penúria, preenchendo desse modo um dos requisitos que, ao tornar possível uma revolução, a tornam necessária. Nessas circunstâncias, uma revolta local dotada de um programa político pode ser o começo de um amplo movimento revolucionário. O que

falta para que esta revolução possível e necessária seja inevitável é essa instrumentação política por parte das vanguardas revolucionárias e o surgimento, provocado ou espontâneo, de uma conjuntura insurrecional ou de uma crise do poder político que permita sua disputa por novas forças sociais.

Na história da América Latina surgiram inúmeros movimentos insurrecionais das classes oprimidas que polarizaram, primeiro, as massas escravas, depois, as camponesas. Alguns deles alcançaram grandes vitórias mas puderam ser dominados porque eram antecipações históricas ainda inviáveis, por serem incapazes de refazer a ordem social.[46] Nos nossos dias, esta carência foi superada pelo surgimento simultâneo de uma consciência crítica rebelde e de uma teoria revolucionária, reiteradamente aplicada em várias partes do mundo, que proporciona uma orientação estratégica às lutas revolucionárias e torna possível sua vitória e com ela a reordenação racional da sociedade em bases socialistas.

Enquanto as esquerdas latino-americanas estiveram integradas no sistema como participantes menores dele e sem propor-se um projeto próprio de poder socialista, esta reativação se tornava impraticável. Entretanto, depois que a revolução cubana e, mais recentemente, o desenvolvimento do processo chileno vieram a demonstrar a possibilidade de vitória de uma revolução socialista na América Latina, estas condições mudaram radicalmente. A reação, percebendo que as populações latino-americanas haviam amadurecido para uma opção revolucionária, levou a tais extremos seu pavor a qualquer reforma que terminou liquidando, na maioria dos países, mesmo as mais larvares instituições republicanas. Assim, desde há algum tempo, a possibilidade de realizar eleições mais ou menos livres, como as que se faziam no antigo regime patricial, só subsistiu onde e enquanto a direita não se sentisse ameaçada de perdê-las. A esquerda, por sua vez, tanto procurava explorar as potencialidades do sistema político-eleitoral onde elas subsistissem — mas lutando já agora por um poder próprio de caráter socialista, como no caso do Chile — como se organizava — ao menos os seus setores mais radicais — para a luta armada revolucionária, sempre que não visse outro caminho. Nos países onde se implantaram ditaduras regressivas, como no caso do Brasil e da Argentina, toda a esquerda foi obrigada a optar entre acomodar-se e se extinguir como força política ou a redefinir o seu papel, transcendendo do reformismo à revolução.

46. O exemplo mais dramático é o do Haiti onde uma insurreição vitoriosa de escravos erradicou a classe dominante colonial, mas não foi capaz de reordenar a sociedade em novas bases e submergiu em uma regressão histórica da qual ainda não se recuperou.

Surgiu, assim, uma nova conjuntura que acabou por polarizar toda a vida política latino-americana como uma alternativa entre os custódios do sistema, de um lado, e as vanguardas revolucionárias e as forças virtualmente insurgentes, do outro. Contribuiram para esta radicalização, além da revolução cubana, vários fatores. Primeiro, os efeitos catárticos do XX Congresso do Partido Comunista da URSS e logo depois a cisão sino-soviética de que resultou uma despolarização do campo socialista, liberando as esquerdas latino-americanas para a autodefinição do seu papel e a direção autônoma do seu destino. Segundo, a assunção de novas responsabilidades sociais por parte da Igreja que orienta para a militância política revolucionária inúmeros quadros de um setor anteriormente inatingível pelas esquerdas. Terceiro, o fracasso de importantes movimentos reformistas que admitiam alianças com as esquerdas. Quarto, o estabelecimento de regimes regressivos através do conluio dos setores mais retrógrados da América Latina com o imperialismo norte-americano, ou a reorganização das forças armadas como corpos de antiinsurgência, nos países que de algum modo conservam as instituições republicanas.

Desse modo, em dois movimentos simultâneos e complementares, a esquerda latino-americana se radicaliza e as classes dominantes, desafiadas, também se polarizam ao compreender que sua hegemonia está ameaçada e que seus privilégios correm sérios riscos. Enfrentando esta conjuntura com a consciência de quem luta contra a história, se dispõem a qualquer ação desesperada que permita postergar, ao menos, sua proscrição. Esta consciência desesperada é que está na base das ditaduras regressivas como uma transferência das funções de mando e de regulação da vida social dos círculos políticos e judiciais aos militares repressivos. Esse estado de coisas se impôs como resultado da convicção por parte das classes dominantes de que, esgotadas as possibilidades de exercer um poder consentido, só pela força poderiam resguardar os privilégios de que desfrutam. Confiam, também, que, reprimindo os movimentos insurgentes, ganharão o tempo necessário para induzir suas sociedades a uma nova atualização histórica que esperam que lhes traga grandes benefícios, ainda que coloque os povos latino-americanos, mais uma vez, nos trilhos de uma modernização reflexa e parcial. Para tanto, se afundam no despotismo, desencadeiam a violência e se comprometem com as formas mais ostensivas de espoliação das riquezas nacionais e dos produtos do trabalho da população.

Mesmo armada de todos os poderes repressivos e associada incondicionalmente à espoliação superimperialista, a velha es-

trutura de poder não tem nenhuma solução a oferecer aos problemas da maioria da população. Apela, então, para outra saída desesperada: o controle do crescimento demográfico, na esperança de que, reduzindo o número de bocas famintas, possa alargar a sobrevida do sistema. Só por estes caminhos — da repressão, do entreguismo e da contenção demográfica — espera poder preservar suas prerrogativas. O custo desta solução é, por um lado, condenar seus povos a perpetuar-se no atraso; e, por outro, tornar imperativa a luta pela tomada do poder para todos os que se oponham àquela condenação. Este é o desafio latino-americano que somente pode ser superado nos seus próprios termos, porque até mesmo a prosperidade econômica de que é capaz a classe dominante mediante a modernização reflexa, não sendo generalizável à população, nem capaz de integrar as massas marginalizadas, antes agrava do que melhora a situação.

A Opção Revolucionária

Premidas por esta imperatividade, as forças políticas da América Latina vão forjando uma consciência madura a respeito das formas de luta revolucionária adequadas às condições específicas das nações subdesenvolvidas. Estas nações, não tendo encontrado conjunturas favoráveis para uma renovação estrutural de tipo clássico — através do caminho liberal ou da via plutocrática do desenvolvimento capitalista tardio — se vêem na contingência de optar por um dos dois modelos de ação renovadora, correspondente às suas condições estruturais e à época presente. Tais são, como vimos, o socialismo-revolucionário ou evolutivo e o nacionalismo-modernizador.

A opção entre um e outro não será matéria de preferência ideológica, mas fruto de condições históricas concretas de cada país e da conjuntura internacional em que se desencadeie a luta. Tenderão a orientar-se para o nacionalismo-modernizador, nos casos em que as lutas revolucionárias se façam com ampla participação dos setores intermédios e a regência de grupos reformistas, especialmente militares "nasseristas", técnicos progressistas e novas lideranças reformistas radicais. E se configurarão como formações socialistas evolutivas ou revolucionárias se a luta for conduzida principalmente por grupos capazes de desencadear movimentos políticos ou insurrecionais que acionem as forças populares, sobretudo os setores operários e marginais.

O relevante, porém, não é esta opção, mas o fato de que, nos dois casos, as vanguardas revolucionárias ou as elites reno-

vadoras terão de capacitar-se para lutar diretamente pela tomada do poder contra o patronato oligárquico e parasitário, contra a exploração imperialista e seus agentes e contra o patriciado político e as ditaduras regressivas. A uns e a outros se impõe, pois, uma luta de caráter antioligárquico, antiimperialista e, em certa medida, anticapitalista, em razão do objetivo comum de erradicar do poder as classes dominantes para reordenar radicalmente toda a sociedade.

Assim se vê que a conquista do poder por novas forças sociais tanto é imperativa para os que propugnam um regime nacionalista modernizador, como para os que combatem pela revolução socialista. Uns e outros estão condenados à luta revolucionária como condição de eficácia e de autenticidade. Transigem quando pendem para uma política de participação na estrutura tradicional de poder, como as esquerdas consentidas; ou quando se orientam para um foquismo tão audaz quanto estéril, como o dos grupos insurrecionais, ou ainda, quando buscam legitimar e dinamizar os regimes regressivos com encenações parlamentares como a dos militares aliados a políticos patriciais.

Esta radicalização política vinha se acentuando com o desgaste das ditaduras regressivas no exercício do poder. Com efeito, quando elas se implantaram, a maioria dos militares aceitava, sem questionar, o caminho da modernização reflexa na órbita do poderio norte-americano, como uma via de progresso contínuo para seus países e como a única doutrina aceitável de segurança nacional para as nações que não tinham armas nucleares. As alternativas que se apresentavam, formuladas pelos líderes reformistas e pelas correntes de esquerda, eram consideradas como conducentes, por um lado, a "repúblicas sindicalistas" incapazes de ordem e progresso; e, do outro, à transferência à órbita do poder soviético.

Nos últimos anos se vem tornando evidente até para os militares que o caminho da modernização reflexa propugnado pelos Estados Unidos e adotado pelas classes dominantes nativas como seu único projeto de salvação e prosperidade, corresponde a um novo movimento de atualização histórica que só oferece às nações subdesenvolvidas perspectivas de atraso relativo e de dependência crescente. Tornou-se evidente, por igual, que as ditaduras regressivas criam, necessariamente, tensões e conflitos que convertem as forças armadas em policias repressivas. Em conseqüência, a largo prazo, as inabilita para o exercício da defesa nacional porque leva a um antagonismo crescente entre os militares e o resto da população. A estas evidências se somou, recentemente, a percepção por parte de

muitos militares de que, mesmo experimentando as mais altas taxas de crescimento econômico compatível com o sistema vigente, suas nações necessitariam de mais de um século para igualar os Estados Unidos da década de 70, que a essa altura se encontrarão em uma posição inalcançável. [47] Ao ritmo real que dista enormemente daquela taxa ideal, seriam precisos muitos séculos para atingir os mesmos resultados.

Diante desta expectativa sombria [48], volta ao cenário político a discussão dos modelos de desenvolvimento autônomo através dos quais outras nações conseguiram superar o subdesenvolvimento. Os militares se apegam especialmente ao nacionalista-modernizador, indagando se este modelo que permitiu ontem ao México e está permitindo hoje ao Peru incorporar crescentes parcelas de suas populações marginalizadas à vida nacional não possibilitaria dentro de uma conjuntura mundial mais favorável e aplicado a países com potencialidades maiores como o Brasil ou a Argentina alcançar resultados muito superiores. Nos meios populares, a nova esquerda volta a apontar para o modelo socialista-revolucionário que ontem possibilitou à Rússia e hoje está permitindo à China emergirem do atraso crônico para a concretização de suas potencialidades.

À luz desta nova compreensão, todos os protagonistas percebem que a violência real reside na ordem vigente e no custo de mantê-la a qualquer preço. Sua ruptura, embora exija de início grande desgaste e, depois, imensos esforços de mobilização de todas as energias nacionais para empreender o desenvolvimento autônomo, seria, a seu término, construtiva. Motivaria milhões de pessoas que, além de resgatadas da penúria e da ignorância, seriam também restauradas em sua dignidade ao se engajarem na luta por edificar suas nações como povos que existem para si e não como objeto de desígnios alheios.

Em torno destas alternativas opostas — atraso progressivo com repressão crescente ou progresso mais ou menos acelerado com oportunidade de dignificação pessoal e cívica — se está polarizando a vida politica da América Latina. De um lado situa-se a minoria que quer manter o regime vigente, mas já não é capaz de disfarçar o futuro sombrio que ele promete. Do outro lado emergem novas lideranças, inconformadas e re-

47. Ver no terceiro capítulo nossas avaliações para essa progressão e também os cálculos de Herman Kahn e N. Wiener (1967) que as confirmam.

48. São significativas algumas reações provocadas pelo livro de H. Kahn e N. Wiener (1967) entre os tecnocratas oficiais do atual regime imperante no Brasil. M. H. Simonsen (1969) e Gilberto Paim (J. I. Freitas 1969), depois de alguns malabarismos estatísticos, como a alteração das taxas de incremento demográfico e a manipulação arbitrária das taxas de crescimento do PIB, são obrigados a admitir que o atual regime só pode oferecer as perspectivas mais medíocres. Roberto Campos, no prefácio à edição brasileira do livro de Kahn, toma estas projeções como inevitáveis e as explica como resultado de opções tomadas no passado: não haver o Brasil entregue a exploração do ferro e do petróleo às grandes corporações internacionais, por exemplo.

beldes, que buscam uma saída contra a condenação à pobreza, ao atraso e ao despotismo e se sentem desafiadas a lutar contra ela.

Como se vê, as tensões sociais e políticas a que a América Latina foi conduzida por uma classe dominante secularmente inepta para promover a democracia e o progresso acabaram por gerar os contendores que amadurecem para sucedê-la. Entretanto, dois óbices se antepõem a essa transição. O primeiro deles reside na circunstância de que, na medida em que estes contendores — os militares reformistas e a esquerda revolucionária — se opuserem com mais ímpeto um ao outro que à velha estrutura de poder, poderão ser levados à paralisação recíproca, ensejando, assim, a sobrevivência do sistema. O segundo reside no atraso político e ideológico dos militares, resultante tanto de sua formação profissional — mais técnica e doutrinária do que informativa e crítica — quanto dos condicionantes de sua carreira, rodeada por todos os governos de privilégios de promoção quase automática, de generosa previdência social e de garantias de aposentadoria bem remunerada. Essas prerrogativas, destinadas a aquietar e corromper os militares, leva a maioria deles a uma atitude mais "fisiológica" que ideológica. A isso se acrescenta o fato de que, estando sujeitos a uma hierarquia rígida, a uma vigilância policial opressiva, a um isolamento quase total em relação à intelectualidade e convivendo com delatores e com torturadores, mesmo os melhores quadros militares tendem a se deixar arrastar para a subserviência e a pusilanimidade ficando, assim, inabilitados para um papel renovador.

Na medida em que estes escolhos prevalecerem por mais tempo e persistirem, em conseqüência, as ditaduras regressivas, tanto menores serão as chances de uma alternativa nacionalista-modernizadora e tanto maiores, inversamente, as de uma insurreição conducente ao socialismo-revolucionário. Isto porque a conivência com a repressão e a co-responsabilidade com o regime tendem a esgotar as potencialidades das antielites militares reformistas virtualmente capazes de reordenar suas sociedades. Ao mesmo tempo, retempera os movimentos socialistas revolucionários nas duras condições que os regimes de repressão lhes impõem.

Vanguardas Operárias

O estudo da viabilidade relativa de cada um dos caminhos de ruptura com a dependência e o atraso exige uma análise do papel potencial a ser representado no processo histórico

latino-americano pelas classes subalternas e pelas oprimidas; ou seja, dos setores assalariados integrados regularmente na matriz modernizada do sistema produtivo e dos que dele só participam marginalmente. É o que fazemos a seguir.

Preliminarmente é necessário recordar que a própria crise da estrutura tradicional do poder na América Latina se deve à entrada das massas assalariadas urbanas — sobretudo do operariado fabril — na vida política. Sua presença e sua ação é que inviabilizaram a hegemonia patricial, substituindo-a pela de lideranças populistas e reformistas e obrigando estas últimas a empreender suas reformas sociais mais significativas. Em nenhum caso, porém, esta progressão por parte das camadas assalariadas se explica por uma consciência de classe da especificidade de seus interesses. O máximo que alcançaram foi a compreensão de que nada poderiam esperar das estruturas tradicionais de poder, regidas pelo patriciado político. Vale dizer que as massas operárias urbanas, embora politicamente ativas, não lutavam por um poder próprio, mas por um poder tradicional melhor.

Esta postura decorre, em parte, do reformismo das lideranças sindicais de esquerda e, mais ainda, do próprio processo de integração destas massas na vida política, efetuado mediante a sindicalização auspiciada por governos autocráticos nacionalistas de caráter paternalista. Provém, ademais, de um reformismo inerente a estas massas por sua condição de camadas integradas ao sistema, ainda que exploradas. O certo, porém, é que a presença destes enormes contingentes eleitorais urbanos, libertos da opressão fazendeira e insubornáveis pela simples compra de votos, viabilizou o aparecimento e a fixação no quadro político, primeiro, dos líderes populistas e, posteriormente, dos reformistas. A identificação compulsória destas lideranças antielitistas com suas bases populares acabou comprometendo-as com as aspirações reformistas das massas urbanas, tornando-lhes impossível mimetizar-se em um novo patriciado, e tornando, paralelamente, muito plausível a realização de reformas estruturais que afetariam os interesses do patronato. Os acontecimentos políticos dos últimos anos no Brasil e Argentina se explicam, principalmente, por este veto popular à restauração da ordem tradicional, o que acarretou indiretamente a implantação das ditaduras regressivas.

Por tudo isto é que as esquerdas tradicionais têm boas razões para enfatizar que cabe um papel destacado no processo revolucionário à ação política das massas assalariadas urbanas. E que esta ação deve exercer-se através do ativismo sindical de reivindicação econômica, porque só ele permite organizar estas

massas fora dos quadros tradicionais e engajá-las na luta política em defesa de seus interesses imediatos.

É necessário acentuar, porém, que esta orientação se mostrou até agora paralisante, dado o seu caráter pura e simplesmente reformista. Paralisante não para os assalariados, que graças a ela obtiveram importantes conquistas, mas para as esquerdas que, ao reduzir as ações de massa a uma órbita meramente reformista, se anulam como forças revolucionárias. Exauridos nestas tarefas reivindicativas e na política de conciliação, os melhores quadros sindicais serviram devotadamente aos assalariados, colaboraram eficazmente com as lideranças populistas e reformistas, mas não estruturaram qualquer base para enfrentar as lutas mais duras que haveriam de seguir-se. Dessa forma, contribuíram, contra sua vontade, para que os governos reformistas pudessem ser derrotados sem luta e substituídos por ditaduras antinacionais e antipopulares.

Onde e quando se reabre o campo do reivindicacionismo econômico, a atuação política junto às camadas assalariadas tende a ser conduzida por novas lideranças sindicais, seja de perfil estritamente reivindicacionista — como técnicos na obtenção de aumentos de salários — seja de perfil ideológico. Estas últimas, divididas em duas correntes: os que buscam apoio popular para uma nova alternativa política, como seria o caso do nacionalismo-modernizador, na qualidade de aliados das anti-elites militares; ou novas lideranças de orientação revolucionária que procuram atrair a massa operária para uma revolução de caráter socialista.

Esta politização dos sindicatos enfrenta, porém, enormes obstáculos. Com efeito, sua importância crucial no conjunto das instituições reguladoras da vida social atrai sobre eles a atenção dos governos patriciais que os querem despolitizar e a dos governos nacional-sindicalistas, reformistas e nacionalistas-modernizadores que querem convertê-los em suas bases de sustentação. Esta mesma importância faz dos sindicatos um dos campos preferidos de ação dos partidos marxistas e de diversos movimentos políticos da esquerda heterodoxa.

Nestas circunstâncias, os líderes sindicais são assediados por forças opostas que os querem atrelar a seu campo. De um lado, são perseguidos pelos órgãos de repressão policial, sempre dispostos a abater-se sobre eles e a submetê-los a toda sorte de violências. Simultaneamente são pressionados pelas organizações patronais, pelos governos, pelos partidos populistas e reformistas e, desde há algum tempo, até mesmo pela embaixada norte-americana. Aqueles os querem transformar em policiais ou em líderes dóceis e facilmente manobráveis, usando para

isso a repressão e a atemorização; os últimos querem fazer deles seus agentes oficiosos junto à massa operária, atraindo-os com cargos, viagens subsidiadas, prestígio nos altos círculos e suborno.

De outro lado, influem sobre os sindicalistas os movimentos de esquerda que militam freqüentemente nesta área como seu campo natural de ação, de recrutamento e formação de lideranças vinculadas às diversas categorias profissionais — esta adesão, no entanto, não significa, em si mesma, um comprometimento revolucionário, porque, em muitas situações, mesmo o sindicalismo político de esquerda pode constituir-se em uma força auxiliar de manutenção do sistema, tendente a fazer dos dirigentes sindicais líderes reformistas devotados à sua classe, mas incapazes de situar e condicionar sua atividade a uma estratégia geral de luta pela revolução social. Nestas condições, mesmo as lideranças sindicais de atitude virtualmente revolucionária podem confundir-se, na prática, com as reformistas, quando, à falta de uma estratégia adequada de luta, concentram todos os seus esforços no puro reivindicacionismo econômico.

Outro obstáculo com que se defrontam as lideranças sindicais para assumir uma postura ideológica decorre das contingências do próprio sucesso pessoal. Ascendendo da condição de trabalhadores de certa categoria ocupacional para a de dirigentes sindicais, passam a auferir salários três, quatro ou mais vezes superiores aos de seus companheiros, vendo-se envolvidos em situações cada vez mais alienantes. Sua função de reivindicadores profissionais exige uma total identificação com aqueles que representam; contudo, seu novo modo de vida tende a acercá-los cada vez mais dos círculos privilegiados em que terminam por integrar-se. As oportunidades de ascenso na carreira sindical pela passagem do nível local ao regional constitui, por sua vez, outro fator de alienação. Esta se acentua quando os movimentos sindicais — patrocinados pelos governos como seus órgãos de sustentação — ensejam carreiras político-partidárias. E mais ainda, quando as altas lideranças sindicais são chamadas a gerir instituições oficiosas de previdência social, de assistência e de cooperativismo. Manobrando com vultosos recursos financeiros, os sindicalistas colocados nessas posições se tornam, facilmente, homens de empresa, de mentalidade patricial, ainda mais expostos que os políticos aos atrativos da corrupção e do clientelismo.

Todos estes percalços tornam o ativismo sindical de esquerda mais difícil e mais penoso do que qualquer outro campo de atuação política. Apesar disso, é dos sindicatos que saem alguns dos líderes mais vinculados às massas assalariadas, formados

em lutas operárias, que lhes dão uma percepção aguda dos antagonismos de classe e provados pelo teste da resistência a reiteradas tentativas de degradação. O fato de ser comum esta opção por uma postura conseqüente dá uma medida do grau de conscientização alcançado pelos quadros operários latino-americanos. E mostra que, também nos sindicatos, a consciência da problemática do subdesenvolvimento penetra profundamente, marcando suas lideranças com uma atitude inconformista que impede a proliferação de um *trade-unionismo* intrinsecamente conservador, como o das sociedades mais desenvolvidas, e limita a expansão do burocratismo e do oportunismo.

A ativação revolucionária dos sindicatos é também dificultada pela contingência em que se encontram de atender à sua função institucional com respeito aos assalariados, cuja posição intermédia no conjunto da estratificação social coloca acima deles as minorias privilegiadas e, abaixo, as enormes massas marginais. Ameaçada de submergir nessa condição de marginalidade da qual ascendera e confiante em ter diante de si possibilidades de ascensão social, por haver-se urbanizado recentemente e experimentado alguns progressos, a classe operária tende mais ao reformismo do que à revolução. Os dirigentes sindicais de orientação revolucionária, como porta-vozes reivindicacionistas dessa classe, vêem-se, por isso, na contingência de servi-la devotadamente para não se isolarem dela, mas contam com poucas perspectivas de ganhá-la para a revolução.

Provavelmente, só no corpo de movimentos revolucionários desencadeados por múltiplas forças e tornados compulsórios como um estado de conflagração social generalizada podem os setores operários ser chamados à luta insurrecional. Por tudo isto, se deve admitir que o operariado, incorporado ao sistema embora espoliado, não venha a representar, por si só, na América Latina, o papel motor da revolução social que tantas vezes lhe foi vaticinado.

Marginalidade e Insurgência

O fator dinâmico fundamental da revolução latino-americana bem pode estar, por isto, na ativação política das camadas marginalizadas ao sistema, no campo e na cidade, embora elas sejam mais dificilmente aliciáveis para a luta revolucionária. Coexistindo como um subproletariado, ao lado do proletariado que conseguiu integrar-se na força de trabalho regular, essa mole de deserdados perturba todo o quadro político, provocando as reações mais desencontradas. Frente a ele, o próprio operariado fabril corresponde a uma condição privilegiada, que

cultiva a esperança de ascender socialmente e se sente permanentemente ameaçado de submergir na condição desse subproletariado. A conduta política do operariado se pauta, por isto, por certo grau de consciência de classe que o opõe à oligarquia e ao patriciado tradicionais, ao mesmo tempo que o leva a desenvolver uma atitude de suspeita face aos setores intermédios. Mas se pauta também pelo temor e até mesmo repulsa às massas marginalizadas que invadem as cidades, competindo no mercado de trabalho e estabelecendo um padrão de miserabilidade frente ao qual a condição de operário engajado em empresas modernas é um bem que merece ser defendido.

Grande parte das lideranças de esquerda cultiva a mesma atitude em relação a estas camadas marginais, qualificando-as, erroneamente, como um *lumpemproletariado*. Evitam engajá-los em seus movimentos do mesmo modo como muitos líderes republicanos e até mesmo abolicionistas que deixaram de lado os próprios escravos, temendo que aqueles "tigres famintos", uma vez ativados, convulsionariam toda a sociedade. Os setores marginalizados são hoje o que os escravos eram ontem: o núcleo irredutivelmente oposto ao sistema por ser sua classe oprimida.

Procuramos mostrar em um capítulo anterior que estas camadas marginais do campo e da cidade são os equivalentes modernos, nas sociedades subdesenvolvidas, do proletariado europeu no período inicial da industrialização quando esta era mais dissociativa do que integradora." Destas grandes massas proletárias é que os clássicos do socialismo esperaram a revolução na Europa. Suas potencialidades insurgentes foram, porém, estancadas pela sua exportação maciça como imigrantes ou seu desgaste em guerras. Avalia-se em 100 milhões, no mínimo, o total da população em idade fecunda exportada pela Europa, ou vitimada em guerras, entre 1800 e 1950. Se este contingente humano tivesse sobrevivido e permanecido nos países de origem, a população européia teria atingido mais do dobro da atual e a instauração de regimes de modelo socialista-revolucionário teria sido, provavelmente, inevitável.

Vimos também que as classes dominantes das sociedades atrasadas não terão condições de apelar para estes expedientes, nem meios de absorver estas camadas no sistema econômico, como pequenos proprietários rurais ou como assalariados. Por isso procuram erradicá-los mediante programas de contenção

49. O melhor estudo das condições de vida do proletariado nos primórdios da industrialização é a monografia clássica de F. Engels (1845). Retrata a vida dos operários londrinos de 1844 que trabalhavam desde os 7 anos de idade durante 14 a 16 horas por dia e viviam em condições muito mais próximas às das massas marginais do que às da classe operária de nossos dias. Ver também C. Marx, 1856, vol. I, caps. VIII e XIII.

da natalidade que podem chegar aos extremos de um genocídio programado.

Essas massas formam a maioria da população de quase todas as nações latino-americanas (exceto o Uruguai e a Argentina) sendo marginalizadas culturalmente, no caso dos *Povos-Testemunho*, e socialmente, no caso dos *Povos Novos*. Em um caso e noutro, estão imersas numa "cultura da pobreza" como os componentes mais miseráveis de sociedades remarcadamente pobres. Sua composição racial é majoritariamente negra [50] e mestiça, nos *Povos Novos*, e de fenótipo indígena, nos *Povos-Testemunho*, o que as torna objeto de forte discriminação racial. Sua visão do mundo é uma colcha de retalhos em que se juntam sobrevivências dos patrimônios culturais arcaicos e elementos novos, hauridos por transmissão oral, no convívio com as parcelas integradas na cultura nacional ou improvisados como formas de interpretação de suas próprias experiências e de ajustamento às condições de deserdados sociais. No plano religioso, detêm e transmitem velhos cultos sincréticos ou novas crenças messiânicas, umas e outras com função de intensificar suas formas de solidariedade e de consolação com uma existência miserável. No plano lingüístico, comunicam-se através de uma fala própria, indígena ou dialetal, que dificulta seu rendimento escolar e sua politização.

No plano cívico, são gente de seu bairro e vizinhança, sem uma noção de pátria compartilhada. Acresce ainda que, como analfabetos, são excluídos da vida política de muitos países da qual só chegam a ter uma compreensão precária em termos da necessidade de obter a proteção de algum "padrinho" poderoso que os ampare contra as violências e injustiças de que são vítimas. Na falta de padrinhos pessoais, como os "coronéis-fazendeiros", as massas marginais urbanas se identificam com formas paternalísticas de poder político que refletem uma imagem oposta à das elites tradicionais. Tal é o caso dos "cabecitas negras" da Argentina convertidos ao peronismo, e dos "queremistas" do Brasil, adeptos de Vargas. Ambos encontram nesta identificação sua primeira oportunidade de integração na vida cívica da nação.

Pode uma massa tão atrasada e carente ser ganha para uma revolução social? A resposta nos é dada pelos levantes de escravos que foram as principais lutas insurgentes contra o sistema colonial da América Latina, e pelos levantes camponeses de caráter messiânico que espocaram em toda a região depois da Independência. Uns e outros aspiravam a uma reordenação profunda da sociedade que geralmente definiam em termos mís-

50. Exceto Chile e Paraguai, onde predomina a matriz indígena.

ticos, como a volta a um passado idealizado. Não obstante seu arcaísmo e atraso, eram tão cruamente subversivos que jamais puderam reconciliar-se com a ordem vigente e provocaram as repressões mais brutais.

Todos estes movimentos fracassaram em virtude da incapacidade histórica das classes subalternas e das oprimidas para empreender uma reordenação estrutural da sociedade, naquela etapa da evolução sócio-cultural. Esta incapacidade foi superada, porém, com o surgimento do socialismo, cuja contribuição básica ao progresso humano consistiu, precisamente, na criação de vias de reordenação racional da vida social para atender às aspirações das camadas deserdadas.

É de assinalar que, precisamente na existência destas massas marginais, se assenta a principal razão pela qual a América Latina exige uma saída revolucionária para seus problemas. Não fosse isso, o sistema vigente as poderia integrar no corpo social mediante um esforço de modernização que, proporcionando um progresso relativo, permitiria incorporar toda a população na força de trabalho assalariado e assegurar um certo ríodo de estabilidade política. A existência dessas massas marginais e a incapacidade do sistema mundial de domínio superimperialista em que as nações subdesenvolvidas estão imersas para absorvê-las no processo produtivo e integrá-las na vida sócio-cultural de cada nação é que aponta para a revolução social como a única saída para atingir o desenvolvimento e que torna viável sua consecução.

As duas únicas soluções encontradas pelos estrategistas da perpetuação do *status quo* para este problema foram, até agora, a redução física destas massas através da contenção compulsória do crescimento demográfico e a ampliação das forças repressivas para impedir uma ativação destas massas através de formas de luta capazes de expandir-se como movimentos insurrecionais incontíveis. Estas são, porém, soluções inviáveis e desesperadas. Inviáveis porque, em sua ação persuasória, tratam de infundir em sociedades subdesenvolvidas normas de planejamento familiar que correspondem às avançadas; e, para serem eficazes, teriam de recorrer a um genocídio programado. São soluções desesperadas porque, em sua ação coercitiva, fundamentam a sobrevivência do sistema numa escalada da repressão até níveis tão desumanos que afetam e degradam toda a estrutura de poder. E são inviáveis também porque as próprias massas marginais, não podendo ser exterminadas nem isoladas da sociedade, tendem a ativar-se revolucionariamente, realizando as virtualidades de sua condição de "classes oprimidas" cujos problemas só encontrarão solução mediante a transfiguração de toda a estrutura social vigente.

Tais problemas são, em primeiro lugar, seu alto ritmo de incremento já cumprido que exige a oferta de milhões de empregos novos a cada ano para ocupar os que alcançam a idade de trabalho. Em segundo lugar, a incorporação dessas massas (através dos modernos meios de comunicação, sobretudo os rádio-transístores) na multidão de aspirantes ao consumo de produtos industriais que lhes são inacessíveis. E, em terceiro lugar, sua concentração nas grandes cidades que, ao propiciar o convívio com as camadas subalternas e com outras camadas da população, tende a conscientzá-las e até mesmo a permitir, talvez, sua organização como grupos políticos capazes de insurgência. Insurgência, porém, não mais expressa em termos mítico-religiosos, como no passado, mesmo porque as massas urbanas marginalizadas vão perdendo rapidamente as características da mentalidade arcaica, mas sim de sentido revolucionário, na medida em que sua ativação for adequadamente conduzida por vanguardas socialistas.

Estes fatos nos levam a indagar se a presença das massas marginais e seu grau de concentração pode vir a ser decisiva para o desencadeamento da revolução necessária. Com efeito, onde inexistem estas massas marginais — ou onde elas são numericamente reduzidas — como ocorre no Uruguai e na Argentina — falta uma pressão demográfica no campo que torne imperativa a reforma agrária e nas cidades um incremento populacional maciço que exija a constante ampliação das oportunidades de trabalho. Nestas conjunturas especiais pode mais facilmente prevalecer uma recolonização atenuada e um progresso relativo que posterguem a revolução social que depende, em essência, da combatividade da classe operária e do movimento sindical. Ao contrário, onde as massas marginais são majoritárias, a revolução se torna mais imperiosa e seu desencadeamento depende, sobretudo, da capacidade política das esquerdas para ativá-las.

O principal desafio com que se defrontam as lideranças revolucionárias nestes casos é o de despertar e organizar as camadas marginalizadas da vida nacional para a revolução. Em condições de liberdade política, as massas marginais do campo são aliciáveis para a reforma pelas palavras de ordem de divisão da terra e da extensão dos direitos trabalhistas aos assalariados rurais. Como esse aliciamento se torna impossível sob regimes ditatoriais repressivos, neles a luta tende a travar-se não em prol das reformas, mas sim da revolução. Somente esta permitirá mobilizar os marginalizados rurais e o campesinato, vencer sua humildade e subserviência diante dos sistemas locais de dominação e superar sua desconfiança para com os líderes citadinos.

Os marginalizados urbanos são ainda mais dificilmente aliciáveis para teses reformistas, mesmo em condições de liberdade política. Como obstáculo a esse aliciamento opera a brutalidade com que se lança contra eles o aparelho policial-repressor das cidades e o fato de não terem reivindicações concretas e imediatamente atendíveis — como a posse da terra para o camponês — nem serem passíveis de sindicalização devido à condição de assalariados instáveis ou de desempregados.

Outro obstáculo é o imediatismo dessas massas paupérrimas, cujas necessidades cruciais de alimentação, moradia, emprego, educação, saúde, vestimenta as esgotam na luta quotidiana pela sobrevivência física, dificultando a percepção dos seus interesses fundamentais. Esse imediatismo atrela as massas marginais ao paternalismo assistencialista de organizações públicas e privadas, impedindo sua conscientização e convertendo-as, às vezes, em forças de sustentação da ordem vigente.

Estes percalços, porém, dizem respeito às formas institucionalizadas de luta e não às insurrecionais. E será para estas últimas que as massas marginais tenderão a ser ativadas pela nova esquerda, não através de um proselitismo verbal que não as afeta, mas de sua mobilização quando do surgimento de conjunturas revolucionárias que elas percebem como sendo capazes de conduzir à mudança radical de toda a sociedade. Radical a tal ponto que desde o primeiro momento vença o medo e lhes infunda o necessário sentimento de segurança para hostilizar os agentes da repressão e os motive no sentido de obter satisfação imediata às suas necessidades mais prementes.

Insurreições Populares

Segundo os ensinamentos de Marx, a libertação de uma classe oprimida pressupõe necessariamente a criação de uma nova sociedade. As massas marginalizadas da América Latina são estruturalmente uma classe oprimida. Por isso só um processo revolucionário que rompa as estruturas vigentes e crie uma nova sociedade lhes abrirá perspectivas de integração. Qual é porém a capacidade efetiva de insurgência demonstrada histórica e concretamente por essas massas?

Em diversas oportunidades, elas se lançaram espontaneamente à luta para atender necessidades imediatas ou foram incitadas a tumultuosas ações políticas. Tal foi o caso de saqueios para a obtenção de alimentos, ou das invasões para obter o acesso à terra, no campo, ou de moradias, nas cidades. Em outras ocasiões, despertas pelo impacto emocional de algum acon-

tecimento dramático ou incitadas por políticos, estas massas ganharam as ruas em manifestações violentas de exasperação. Essas amotinações foram sempre sufocadas pela mais violenta repressão e tudo leva a crer que futuros levantes do mesmo tipo tenham o mesmo destino, enquanto se processarem com a mesma dinâmica.

O importante a assinalar é que, no curso dessas explorações, as massas marginalizadas e amplas camadas que com elas convivem e atuam estiveram passíveis à mobilização política e à ativação revolucionária. Faltava, porém, uma vanguarda preparada para canalizar sua revolta e orientá-la para o objetivo da tomada do poder. Vale dizer que em reiteradas oportunidades foram alcançadas condições objetivas para ativar revolucionariamente grandes parcelas de população, mas o dinamismo popular se viu frustrado pela falta de uma teoria da revolução e de um comando estruturado em organizações capazes de se porem à frente de tais movimentos.

Comparando esta análise com a que fizemos das forças insurgentes, se vê que estamos diante de uma situação paradoxal. De um lado, a presença de amplos setores da sociedade os quais, por sua oposição na estrutura social e sua não participação nas esferas institucionalizadas da vida social, enfrentam mecanismos de espoliação, exclusão e opressão que configuram condições objetivamente revolucionárias. Mas a esta situação objetiva não corresponde, por parte das massas, uma consciência da necessidade real e da possibilidade concreta de uma saída revolucionária. E, por outro lado, a presença de grupos insurgentes subjetivamente convencidos da necessidade de uma ruptura revolucionária, mas que se esgotam em ações voluntaristas por não serem capazes de encontrar um vínculo entre sua ação e a das massas que conduza ao desencadeamento da revolução social.

Aparentemente só faltaria reunir aquelas condições objetivas, que são a vivência das massas marginalizadas, com estas condições subjetivas, que são a consciência das vanguardas revolucionárias, para pôr em marcha um projeto revolucionário viável. Nesse passo, os movimentos "espontaneístas" das massas-sem-comando e as ações "voluntaristas" das vanguardas-sem-massas dariam lugar a um movimento único, percebido por aquelas como a saída real para os seus problemas e, por estes últimos, como o seu caminho para a revolução necessária.

A compreensão deste paradoxo exige uma incursão, ainda que sumária, nos inúmeros levantes populares da América Latina do passado e do presente, sobretudo as chamadas rebeliões messiânicas, milenaristas ou sebastianistas. O que se encontra

atrás destas expressões de rebelião são movimentos coletivos de populações rurais miseráveis que entram em efervescência e se põem em ação, movidos por suas necessidades materiais, mas impulsionados, de fato, pela esperança utópica de uma vida melhor proporcionada por um discurso político de explicação de suas vivências em termos religiosos. Como a precariedade das condições de vida dessas populações existia desde sempre, não se pode atribuir a isso suas explosões de rebeldia. Pode-se atribuí-lo, sem embargo, à tomada de consciência de que sua miserabilidade não decorre da vontade divina ou da ordem natural das coisas. Por outro lado, como as crenças religiosas que inspiraram essas rebeliões preexistiam quando a vida era tranqüila, não se pode atribuir a elas o papel de motores da rebeldia. Exceto, talvez, por uma redefinição do papel dessas crenças que, de uma mensagem de resignação, se transfigurariam em um discurso irredentista.

Estas rebeliões, embora irrompam de súbito e sem causa aparente, não são explosões espontâneas ou casuais. Seu caráter não espontâneo se comprova pelo fato de que, apesar de explosivas e desordenadas, estas rebeliões se geram vagarosamente, sem planos prévios, é certo, mas concatenando cuidadosamente milhares de vontades para ações que confluem nas irrupções coletivas. Tampouco se trata de ações espasmódicas de desespero incontido porque, ao contrário disso, se apresentam para os que delas participam como uma recuperação fervorosa da esperança. Não são sequer anárquicas e desregradas, porque toda a documentação histórica as descreve como ações levadas a cabo por comunidades aglutinadas em torno de um líder carismático que a todos infunde respeito e confiança em suas promessas de conduzi-los a uma vida melhor, mais justa e mais santa, pela purificação dos costumes de conformidade com um corpo de crenças levadas à prática através de ritos prescritos. Suas características insólitas — insubordinação frente às hierarquias sociais consideradas desde sempre como imutáveis; heresia ante a ortodoxia religiosa e subversão com respeito à ordem instituída — ao atrair sobre as massas rurais irredentistas todo o peso da hostilidade dos fazendeiros e da repressão oficial, as potilizam e as definem como insurgentes.

Os levantes das massas urbanas que sucederam, como grandes movimentos sediciosos, as rebeliões méssiânicas do passado, tanto têm características comuns como discrepantes com eles. São, fundamentalmente, explosões multitudinárias que irrompem de repente, destroem tudo que se opõe a seu caminho e retrocedem à situação anterior de apatia, freqüentemente depois de um banho de sangue. Esses novos levantes constituem, em essência, instâncias em que massas antes tranqüilas parecem

perceber que se suspenderam as regras impositivas da vida social que as obrigavam a padecer fome e humilhações sem reclamar; a comprar em lugar de saquear e a obedecer em vez de rebelar-se, rompendo as regras de autodisciplina que sempre se impuseram. Ainda que ocorram, em geral, como surtos locais, convertem a cidade onde irrompem num centro sedicioso em que o destino da nação é posto em causa. A reação jamais põe isso em dúvida e enfrenta a situação como uma ameaça mortal à sua sobrevivência. Mas seus protagonistas, armados fugazmente do direito à violência desde sempre monopolizado pela reação, impugnam a ordem instituída sem a consciência de que estão lutando por uma sociedade nova.

Esses levantes podem ser diferenciados segundo três tipos básicos. O primeiro, envolvendo quase exclusivamente massas de marginalizados, os últimos incorporando outros estratos socais. Os levantes do primeiro tipo são explosões de famintos que assaltam depósitos de alimentos, como tem ocorrido inúmeras vezes no Nordeste brasileiro por ocasião das secas. Ou são irrupções de multidões que assaltam as feiras ou mercados em grandes pilhagens coletivas. Outras modalidades mais organizadas do mesmo tipo de alçamento são as invasões de baldios urbanos pelos "sem casa". Trata-se, em todos estes casos, de formas elementares de rebeldia que não chegam a assumir o caráter de insurgência política contra a ordem vigente.

Os levantes do segundo tipo são convulsões sociais generalizadas de multidões que irrompem em manifestações políticas tumultuárias. Nestes casos, as massas marginalizadas são ativadas junto com amplos setores dos contingentes integrados, o que configura já formas larvares e momentâneas dos alçamentos populares que precederam todas as grandes insurreições revolucionárias.

As rebeliões deste último tipo são provocadas algumas vezes por acontecimentos dramáticos que afetam emocionalmente a toda a população, como ocorreu no "Bogotazo" (1948) que se seguiu ao assassinato de Jorge Gaitán, ou da explosão tumultuária de fúria popular ocasionada pelo suicídio de Getúlio Vargas (1954). Outras vezes, o detonador parece provir da incitação política destas massas por parte de líderes que as induzem a ações concretas de rebeldia. Isso ocorreu, por exemplo, em La Paz (1944), em Santiago (1957), em Caracas (1958, 1962), no Brasil (1961) e no México (1968).

Uma terceira modalidade mais complexa e mais madura de rebelião popular parece ter surgido com os recentes levantes de Córdoba (1969, 1971) que configuram movimentos abertamente políticos e mais caracteristicamente revolucionários que

todos os anteriores. Aqui encontramos combinados e reformulados vários dos elementos básicos das grandes insurreições históricas: a rebeldia contra a ordem instituída que é acusada de responsável ou conivente com a opressão política, a pobreza e a humilhação de enormes parcelas da população; um projeto de reordenação radical das bases da vida social; uma estratégia de organização da luta contra o sistema, conduzida por lideranças próprias; a coragem de investir contra os agentes repressivos, enfrentando, com a violência das massas, a violência do sistema. E, finalmente, o caráter pluriclassista desta explosão encabeçada por lideres operários e estudantis.

Comparando as rebeliões messiânicas com as formas mais elementares das irrupções urbanas de massas marginalizadas pode-se dizer que a estas últimas faltava aquela visão co-participada de uma nova vida a ser construída pela ação coletiva. Faltava também um mínimo de organização que permitisse ultrapassar o caráter espontaneísta e fugaz das revoltas multitudinárias. E faltava, sobretudo, a presença de lideranças organicamente vinculadas à massa, capazes de comandá-la em movimentos consecutivos, coordenados e orientados a determinados fins.

Estas várias ordens de carências que reduziram os levantes populares a amotinamentos momentâneos e controláveis talvez possam ser explicadas por diversos fatores causais. O primeiro estaria na própria condição de marginalizados que, não ensejando a formulação de reivindicações concretas em favor das quais pudessem lutar pelas vias institucionais, condicionaria estas massas à revolta pura e simples. Nestas condições, apesar da ingenuidade de sua visão, estas massas, ao entrarem em ação, não lutam por qualquer objetivo claramente definível, senão contra a ordem existente, em sua totalidade. Vale dizer, assim como o arcaísmo ideológico das rebeliões messiânicas não as impediu de serem francamente insurgentes, a singeleza das motivações das massas marginalizadas tampouco as impede de situar-se no curso da luta geral, em posição irredutivelmente revolucionária.

O segundo fator reside no fato de que, por suas próprias condições de vida nas cidades, estas massas marginalizadas já não são aliciáveis pela linguagem arcaica do revivalismo religioso, mas não foram ainda atingidas pela linguagem irredentista das doutrinas socialistas. Aqui é de se perguntar: por que razão o proselitismo socialista não as atingiu e, quando o fez, não logrou ativá-las como o messianismo religioso no passado?

Uma das razões seria talvez a de que, em sua visão ingênuamente realista, estas massas marginalizadas não questionam

formalmente a ordenação social global. Segundo sua percepção da realidade social são os pobres que vivem dos ricos — e não o contrário — porque são estes os únicos que podem dar empregos e esmolas. Nesse sentido, desejariam que houvesse mais ricos e ricos melhores para lhes proporcionarem maior número de empregos e empregos melhores e para que a caridade não fosse tão sovina.

Um outro fator estaria, provavelmente, na falta de proselitismo político francamente socialista junto a essas massas, por parte das esquerdas. Ao assumir uma atitude timidamente reformista, as esquerdas não ousavam falar a essas massas da utopia concreta que motivava a elas próprias. E ao dirigir seu proselitismo revolucionário aos setores integrados no sistema sócio-econômico — e até preferivelmente às camadas letradas dos setores intermédios — deixavam as massas marginalizadas entregues à sua ignorância porque as concebiam como um *lumpemproletariado* incapaz de conscientização revolucionária. Era como se os beatos das rebeliões messiânicas exigissem de seus seguidores a capacidade de compreender a ortodoxia teológica para, só então, aliciá-los e organizá-los na luta por uma vida melhor e mais santa.

No caso das modalidades mais complexas de rebelião popular e, sobretudo, da que exemplificam os dois "Cordobazos", não cabe dúvida de que se trata de irrupções com características visivelmente revolucionárias. Encontramos ai, pela primeira vez, movimentos majoritariamente operários, mas que envolvem também as classes intermédias e setores marginalizados. Mas encontramos, sobretudo, a presença de uma ideologia política, uma organização sindical-partidária e uma estratégia de luta claramente identificáveis. Seu alvo é a instauração de um poder nacional-popular co-participado pela maioria da população. Sua motivação ideológica é expressa simbolicamente pela imagem de Che Guevara, presente nas manifestações, e, mais, concretamente, pelo projeto de conquistar o poder para reordenar a vida social em bases socialistas.

É de perguntar, porém, se seria factível dar continuidade e organicidade a estas explosões multitudinárias. Aparentemente sim, quando mais não seja porque todas as insurreições populares que desembocaram em revoluções sociais passaram, em algum momento, por esse transe. Entretanto, naquelas instâncias a revolução só pôde consumar-se porque a multidão galvanizada durante a eclosão insurrecional se estruturou, primeiro, em milhares de núcleos permanentes capazes de desatar novas eclosões, se fosse o caso, e, mais tarde, em comissões que se apossaram dos instrumentos de governo do regime declinante, instaurando, sobre o vazio de poder, um poder novo.

Em outras palavras, para que tal desdobramento possa vir a ocorrer, torna-se indispensável preexistirem à crise organizações revolucionárias alertadas para a dinâmica destas rebeliões "espontâneas", capacitadas para comandá-las como seus aglutinadores e ativadores e para estruturá-las depois como os núcleos básicos de reordenação da vida social.

O mundo novo a criar para além do caos e como resultado dele só comparece como uma promessa para os que se proponham dar continuidade a aquilo que, por sua própria natureza, é fugaz e disruptivo: dar intencionalidade ao que é espontâneo, ou, se não for, não chega a irromper; dar orientação, propósito, meta e organicidade ao que constitui exaltação coletiva momentânea, revolta desordenada, anelo de uma vida melhor. Mas não é isso precisamente o que se chama insurreição popular, ou ao menos o quadro em que ela pode vir a desdobrar-se em uma revolução social?

* * *

Cumpre extrair desta análise algumas observações. Em primeiro lugar, o registro de que as massas marginalizadas são capazes de atuação política e são suscetíveis de ativação revolucionária. E o de que as carências que as massas marginalizadas têm demonstrado para a ação revolucionária são menos debilidades suas que das lideranças de esquerda as quais rara vez se ocuparam delas. Estas observações dizem respeito, naturalmente, às conjunturas revolucionárias, porque nas situações correntes, em que o regime mantém a eficácia de seu aparelho repressivo que conforma a população à autodisciplina e em que as tensões sociais encontram saídas atenuantes, a ação revolucionária direta se torna impraticável, tanto para as classes oprimidas quanto para as subalternas. Em segundo lugar, a constatação de que é errôneo supor que as massas marginalizadas estejam condenadas a atuar sós no cenário político. Ao contrário disso, é nos movimentos populares pluriclassistas, ou seja, na luta conjugada com outros setores sociais, sobretudo as classes subalternas, que elas alcançam maior combatividade. A terceira observação se refere ao reconhecimento do valor dinâmico das convulsões populares generalizadas que tendem a irromper espontaneamente em sociedades cruamente desigualitárias como as latino-americanas. Unicamente no curso dessas insurgências, as massas populares se tornam politicamente mobilizáveis, devido ao rompimento episódico dos controles da estrutura de poder. Em quarto lugar, a observação da extraordinária importância das doutrinas socialistas como a única ideologia capaz de substituir as utopias arcaicas no papel

de incitadora da insurgência popular. E, por último, a constatação de que tanto nos países onde as massas marginalizadas são majoritárias como nos que são minoria, a revolução é possível e sua materialização depende essencialmente da capacidade das vanguardas para ligar-se às massas, ativá-las e comandá-las.

Sumariando nossa análise queremos destacar que as classes oprimidas, em sua oposição estrutural ao sistema, têm como aliados fundamentais as classes subalternas cujos interesses também se opõem ao das classes dominantes. Somente na medida em que estas duas ordens de oposições se ativarem e atuarem juntas no curso de convulsões sociais generalizadas, estas poderão desdobrar-se em revoluções sociais. É provável que em seu desenvolvimento as classes subalternas venham a exercer um papel decisivo, tanto na dinâmica da luta, à qual podem dar continuidade e direção, quanto na instauração de uma nova ordenação social, a qual podem fazer avançar a metas socialistas.

A estrutura sócio-econômica vigente na América Latina, espoliativa com respeito às classes subalternas e excludente em relação às marginalizadas, só beneficia cabalmente os setores intermédios e só privilegia de fato as classes dominantes. Todos os demais componentes da estrutura sócio-econômica têm maior interesse numa reordenação social mais igualitária do que na congelação do sistema e o manifestam claramente em diversas oportunidades. O fato novo na política latino-americana de nossos dias é que a crise do poder que se vem manifestando desde 1930 acentuou-se quando, à oposição das classes subalternas — que tornara inviável a república patricial — se somou a dos setores marginalizados. Nestas circunstâncias, as crescentes massas marginalizadas excluídas do sistema — e que por isso são, estruturalmente, a classe oprimida da estratificação social — começam a encontrar condições para cumprir seu papel dinâmico de setor social cuja libertação, não sendo possível sem quebra da ordem sócio-econômica em vigor, tende a atuar historicamente no sentido de refazer toda a ordem social.

Atando os fios soltos destas análises podemos concluir que, ao malogro das classes dominantes em seus esforços por configurar-se como uma burguesia nacional autonomista, corresponde o também malogro do reformismo obreirista que aspirava a uma democracia burguesa. Frente a ambos surge, agora, como aliado da classe subalterna, uma nova classe oprimida cujo horizonte de aspirações só pode ser a erradicação da estrutura de poder vigente para permitir a renovação da sociedade em bases socialistas. Trata-se, porém, de simples virtua-

lidades, uma vez que são enormes as dificuldades com que, ainda hoje, se defrontam as esquerdas latino-americanas para a ativação político-revolucionária das massas marginalizadas. Nisto reside o principal percalço que as incapacita para o papel de uma vanguarda revolucionária. Este percalço, nos países em que prevalecer, cederá a vez, provavelmente, a outras forças, — como as antielites nacionalistas-modernizadoras — e não às esquerdas, por sua incapacidade de promover a revolução necessária. Por outro lado, pode muito bem ocorrer que, uma vez iniciada esta ativação das massas marginais — jamais tentada seriamente porque nem era concebida como um requisito para a revolução social — ela se revele mais factivel do que se supõe. Neste caso, as novas esquerdas, postas à frente de movimentos apoiados pelas classes subalternas e pelas oprimidas, terão alcançado condições para cumprir seu papel histórico.

Voltamos, assim, ao argumento com que concluímos a análise dos desafios com que se defrontam os grupos insurrecionais. Vale dizer que, dentro da conjuntura presente, o desencontro entre as classes subalternas e as oprimidas, por um lado, e as vanguardas revolucionárias, pelo outro, parece condená-las a um imobilismo que lhes nega qualquer chance de representar o papel de protagonistas da revolução latino-americana. Isto é válido, entretanto, para a conjuntura presente, enquadrada pelo poderio repressivo das classes dominantes e resultante de uma longa politização reformista. Qualquer ruptura deste quadro que sempre pode ocorrer — mesmo porque raramente as grandes conflagrações sociais se anunciam previamente — transfiguraria o papel de todos os contendores, realizando potencialidades hoje apenas perceptíveis. Na realidade, as sociedades latino-americanas estão estruturalmente maduras para uma revolução socialista, só não o estão conjunturalmente e já apresentam as mais evidentes distorções por ela não ter ocorrido ainda.

12. A revolução continental

Acreditamos haver demonstrado, ao longo deste livro, o caráter anacrônico das classes dominantes da América Latina e sua conivência com os fatores causais do atraso que as inabilita estruturalmente para promover o desenvolvimento autônomo. Supomos haver demonstrado, por igual, a inaptidão das esquerdas tradicionais para se constituírem em um contendor instrumentado de projetos viáveis de tomada do poder e de reordenação da sociedade a fim de fazer frente à condenação ao atraso a que têm estado submetidos os povos latino-americanos.

Esta dupla inaptidão é que permitiu, primeiro, o florescimento dos regimes populistas e reformistas como as derradeiras configurações de um poder neopatricial onde a velha ordem foi vigorosamente contestada. E, mais tarde, a implantação de ditaduras regressivas surgidas de golpes militares, como operação de retomada do mando por parte da velha classe dominante. As exceções são, até agora, Cuba e Chile que conseguiram saltar os obstáculos para chegar a formas socialistas de ordenação sócio-política; Bolívia e Peru que tratam de estruturar regimes nacionalistas-modernizadores; e o México, que está desafiado a reativar sua revolução esclerosada.

A Arena Política

Os governos reformistas, vendo frustrados seus esforços para executar, pacífica e persuasoriamente, um programa renovador, se encontraram diante de desafios superiores à sua força. Duas possibilidades se lhes abriram. Primeiro, a de aderir à reação e, desse modo, salvar o arcabouço republicano-patricial a fim de preservar suas condições de existência como agrupamento político-partidário. Este recuo teria representado seu descrédito definitivo frente às massas que mobilizaram para as reformas e cujo apoio cortejavam em disputa com outros reformistas

mais radicais e com os populistas. Segundo, o de radicalizar-se e evoluir revolucionariamente para um regime nacionalista-modernizador que rompesse as alianças com o patriciado político, a fim de implantar uma nova estrutura de poder sustentada por um dispositivo militar próprio e assentada em órgãos extrapartidários de extração popular, tais como as organizações sindicais. Esta opção só teria sentido para as esquerdas que, em sua imaturidade, jamais lutaram para concretizá-la. Para as lideranças reformistas semelhante saída seria tão negativa quanto a adesão à direita uma vez que negaria, por igual, seu caráter de dirigentes de um movimento intrinsecamente reformista e liberal. Ao não encontrar saída para o impasse, as lideranças reformistas e populares viram suas vitórias nos pleitos eleitorais e na mobilização popular para as reformas reduzidas a provocações sem maior alcance. Mas sua ação teve o mérito de inviabilizar a recomposição de uma estrutura de poder estável dentro do padrão republicano-patricial em sociedades tão desigualitárias como o são as latino-americanas.

Criou-se, assim, o vazio do poder e um clima de tensão propícios aos golpes de Estado e à instauração das ditaduras regressivas. Estas, uma vez instaladas no poder, se viram diante de uma situação nova em que sua condição de únicas guardiãs do que definem como "segurança nacional" lhes conferiu um poderio que jamais havia sido desfrutado por qualquer governo. Não tendo, porém, outro projeto de reordenação sócio-econômico senão o recomendado pelos tecnocratas mais comprometidos com as classes dominantes tradicionais e seus associados estrangeiros, entregaram-se à tarefa de executá-lo a qualquer custo, utilizando os poderes excepcionais de que se investiram. Neste passo revogam, mediante a edição de uns poucos decretos executivos, todo um quadro institucional elaborado ao longo de décadas para a defesa dos interesses nacionais contra a avidez das empresas estrangeiras e para proporcionar às camadas assalariadas alguma proteção contra o arbítrio patronal, bem como uma parcela maior do produto do seu trabalho.

O fracasso deste projeto, evidenciado pela sua incapacidade de dar solução aos grandes problemas nacionais e pela sua propensão à violência, gerou uma tensão política que diluiu rapidamente as áreas de apoio das ditaduras regressivas. Recolocou-se, então, a problemática com que se defrontaram os regimes nacional-sindicalistas: a impossibilidade de restaurar a vida republicano-patricial a não ser como um simulacro ainda mais inautêntico que o antigo; a incapacidade de promover as reformas estruturais indispensáveis para alargar as bases do sistema de modo a integrar as massas marginalizadas e permitir

o desenvolvimento autônomo; ademais da impossibilidade de pôr cobro à apropriação das riquezas e dos frutos do trabalho nacional pelas empresas estrangeiras. Diante desse impasse, também as ditaduras regressivas entram em crise mas isto ocorre agora, dentro de uma conjuntura nova que transfigurou todos os protagonistas da arena política. A estrutura de poder já não é representada por elites ou antielites de extração patricial, populista ou reformista que possam ser acusadas, por ação ou omissão de clientelísticas, corruptas ou propensas ao comunismo. É constituída por altas hierarquias militares que assomaram ao poder e refletem a hegemonia de facções dentro das Forças Armadas e não de parcelas diferenciadas da opinião pública. E as esquerdas atuantes já não são os reformistas de todos os matizes e os comunistas ortodoxos, empenhadas em participar do sistema como forças progressistas, mas sim disputantes do poder político.

Nesta conjuntura, se vão diferenciando duas correntes ideológicas opostas ao sistema: a dos grupos militares e os setores técnico-intelectuais classe-medistas com eles coligados que defendem o trânsito ao modelo nacionalista-modernizador como o mais capacitado a levar a cabo um projeto próprio de desenvolvimento nacional autônomo, oposto tanto ao velho patriciado político quanto às esquerdas revolucionárias, destinado a conter a voracidade do patronato nativo e da dominação norte-americana, e as novas esquerdas, virtualmente insurgentes, que propugnam uma saída socialista, seja revolucionária, seja evolutiva. Com a primeira corrente ressurge, transfigurada, a opção que se colocou no passado aos líderes nacional-sindicalistas e depois aos governos reformistas, mas que uns e outros foram incapazes de levar à prática. Com a segunda, volta a propor-se o projeto socialista encarnado, agora, por uma esquerda nacional autônoma e não por representações locais das correntes pró-soviéticas, pró-cubanas ou pró-chinesas.

Frente a essas duas posturas renovadoras, os sustentáculos militares das ditaduras regressivas se dividem em diversas facções. Uma delas reúne os "duros", representados pelos régulos castrenses que só se sentem seguros com a manutenção a qualquer custo da ordem vigente, e exigem uma repressão cada vez mais violenta, voltada contra tudo e contra todos que não se submetam inteiramente ao regime. A outra aglutina os militares-políticos que buscam legitimar o regime através de formas mais ou menos elaboradas de mascarar a ditadura com simulacros de procedimentos republicanos. A primeira atua principalmente nos quartéis, explorando o medo dos que, havendo assumido responsabilidades no desencadeamento de gol-

pes de Estado ou se atolado na repressão, na tortura e na corrupção, sentem-se ameaçados tanto pelo possível revanchismo dos proscritos quanto pelo fantasma de um levante dos grupos insurrecionais. Seu projeto — como no caso do Brasil — é um fascismo colonial imposto mediante a conversão das forças armadas em aparelho policial de repressão e tortura que paralisaria, pelo terror, qualquer intuito de oposição; a exploração do infausto papel de subpotência imperialista regional que imporia uma nova *pax romana* à América Latina e a superutilização dos meios de comunicação de massa para entorpecer a opinião pública com esse projeto.

A segunda facção atua também nos quartéis, procurando aliados nos grupos que se desiludiram com o resultado dos golpes militares, mas não amadureceram ainda para a compreensão do caráter intrinsecamente regressivo das ditaduras que implantaram. Seu principal âmbito de ação é, porém, o círculo de políticos profissionais de perfil patricial, entre os quais alicia adeptos e, em menor grau, os remanescentes das forças reformistas e até da velha esquerda consentida, cuja propensão a entendimentos e alianças esses militares políticos procuram explorar. Seu projeto é restaurar regimes patriciais mais estáveis que as ditaduras regressivas e mais maleáveis por sua aparência democrática. Este parece ser o projeto dos chefes militares argentinos atualmente no poder.

Tais restaurações patriciais, caso ocorram, terão tão pouca possibilidade de consolidação como as que restam em alguns países da América Latina (Uruguai, Colômbia, Venezuela e Costa Rica). Isto porque deverão afrontar a mesma problemática, agora agravada, que impediu seu funcionamento nos países em que foram derrubadas, e porque terão de enfrentar populações ainda mais despertas para a defesa de seus interesses e movimentos de massa que ressurgirão muito mais radicalizados e autônomos.

Em alguns dos países citados, sobretudo na Colômbia e Venezuela, há certas expectativas de uma reativação reformista por parte de seus atuais governos. Esta especulação se baseia, em essência, na reação que tende a provocar, nos políticos neopatriciais que continuam ativos, a propensão dos militares rebeldes para os regimes nacionalistas-modernizadores. Supõe-se que, frente a esta ameaça, aquelas restaurações patriciais, no esforço por se manterem no poder, se proponham a provar que seus países não necessitam autoridade mais forte nem mais progressista que elas mesmas, esgotando suas potencialidades de ação reordenadora. Mesmo admitindo esta hipótese, devemos convir que ela apenas recolocaria a problemática dos

regimes reformistas em suas tentativas de aprovar leis de reforma agrária e de contenção da exploração estrangeira; e, ao mesmo tempo, de convencer os norte-americanos de que uma política de assistência mais generosa e de intercâmbio menos espoliativo é condição de sobrevivência de suas próprias empresas. A nosso modo de ver, se a radicalização dos militares nacionalistas for demasiado débil para a tomada direta do poder, é mais provável que provoque um contragolpe militar direitista destinado a implantar ou consolidar ditaduras regressivas, do que um novo reformismo patricial.

Os Protagonistas Armados

Os esforços de consolidação das ditaduras regressivas, seja através do fascismo colonial, seja da transição a um simulacro de regime patricial, aparentemente começam a encontrar obstáculos na própria politização da oficialidade. Com efeito, a participação direta dos militares no exercício do poder levou certos setores da oficialidade a perceber, por um lado, o caráter irredutivelmente regressivo das ditaduras que implantaram através da aliança com os políticos patriciais, com o patronato oligárquico e com o estamento gerencial das empresas estrangeiras, cujos interesses retiraram do poder militar qualquer possibilidade de promover o desenvolvimento nacional autônomo. E, por outro lado, o caráter intrinsecamente repressivo do regime que custodiam, cuja continuidade só se pode lograr, fazendo da tortura um instrumento de governo, ao custo da completa degradação das forças armadas.

Essas preocupações são evidenciadas pelo fato de que diversos porta-vozes das ditaduras regressivas manifestaram a intenção de coibir as torturas e, em seus pronunciamentos mais recentes, tanto cortejam quanto hostilizam os velhos políticos, e já começaram a hostilizar também o latifúndio e, até mesmo, a sobressaltar as empresas estrangeiras com ameaças de retorno a uma política nacionalista. Com respeito à tortura, aquelas declarações apenas revelam o desgosto de alguns militares com as tarefas hediondas que o tipo de regime que impuseram lhes exige. Com relação à política econômica, seus pronunciamentos são ainda meras manobras demagógicas e diversionistas que visam unicamente a alargar suas minguantes áreas de apoio dentro da própria tropa e a refrear a inquietação daqueles setores mais lúcidos. Mas acabarão por fazê-lo em razão da relevância que em si mesma tem uma reforma agrária para a integração das massas rurais marginalizadas na economia da

nação e da necessidade imperativa de pôr cobro à sangria de recursos nacionais por parte de empresas estrangeiras.

Todavia, é bastante improvável que a transição entre a utilização demagógica destas consignas e sua aplicação efetiva como diretrizes de governo se faça por uma progressão evolutiva das próprias ditaduras regressivas. Elas estão de tal modo comprometidas com a manutenção do *status quo* e com a prática da repressão e da tortura que o apelo a estas consignas reformistas só contribuirá para debilitá-las dentro de suas próprias hostes e para fortalecer uma oposição que se gestará dentro delas e um dia disputará o poder para instaurar um regime de modelo nacionalista-modernizador.

Esta oposição militar às ditaduras regressivas surgirá, provavelmente, como um movimento de oficiais jovens que se oporão tanto ao caráter gerontocrático das altas hierarquias militares atualmente no exercício do poder, quanto aos regimes que elas geraram. Não em razão de valores ideológicos esquerdistas, nacionalistas ou civilistas, mas sim da convicção de que o regime vigente, pondo em risco o próprio poderio militar, cada vez mais impugnado por seu caráter regressivo e repressivo, poderá arrastar de roldão todo o sistema, acabando por deixar como única saída possível o socialismo-revolucionário. Para impedir esta saída, vista como catastrófica porque colocaria todo o povo contra os militares como encarnação de um poder antinacional e antipopular, é que, em lugar de uma legitimação eleitoral, eles buscam uma legitimação programática do poder militar.

Vários fatores estão contribuindo para a conscientização ainda incipiente dos miltares. O fator mais geral — parcialmente responsável pelas ditaduras regressivas — talvez seja a percepção pelos próprios militares da inutilidade das forças armadas como órgãos de defesa contra um inimigo externo, em virtude de sua evidente incapacidade de lutar em qualquer guerra moderna. Advertidos disso, se sentem desafiados a procurar novas funções. Redefinem então seu papel e, de uma instituição técnico-profissional de segurança e defesa, passam a atribuir-se a missão de organismo político integrador da sociedade nacional e promotor de sua modernização.

Como fatores específicos dessa reviravolta ideológica se conta, em primeiro lugar, a própria dialética da luta anti-revolucionária que, por um lado, os coloca, de alguma forma, em contato e sob a influência de corpos doutrinários de explicação causal do atraso de seus países e de denúncia de seu próprio papel como força repressiva a serviço de interesses que lhes são estranhos. E, por outro lado, os faz atentar para o agravamento

das condições propícias à insurgência, de cujas análises ressaltam os interesses sociais que mantêm e perpetuam estas condições, geradoras tanto de problemas político-sociais como de problemas militares. Representam também papel importante nesta politização, por um lado, a própria discussão das soluções dadas pelos governos militares aos problemas nacionais que, constituindo em muitos casos opções entre diferentes alternativas, colocam a descoberto a conivência do regime com os aspectos mais injustos da ordenação social. Por outro lado, o próprio estudo programático dos problemas nacionais que, apesar de empreendido pelas academias militares com todo o cuidado de orientá-lo a uma doutrinação reacionária, não impede que às vezes ressaltem aspectos polêmicos como o relativo à política de privilegiar o capital estrangeiro. A postura rígida das altas hierarquias diante destas questões não deixa aos militares outra alternativa que calar suas inquietações para não ser objeto de suspeitas ou selecionar cuidadosamente os temas de debate, assumindo em ambos os casos uma atitude dúbia mas, no fundo, convicta da precariedade das razões e justificações da política oficial.

Outro fator tem sido a afluência a cursos de especialização nos Estados Unidos, a qual, contra todas as expectativas, opera em muitos casos como elemento de politização e desalienação. Primeiro porque, obrigando os militares a situar-se, como latino-americanos, no convívio quotidiano dentro de um ambiente tão carregado de discriminação e preconceito racial como o norte-americano, opera sobre os mais inteligentes como um fator de desmistificação. E, em segundo lugar, porque, ao observar as tensões sociais, as manifestações antibelicistas, o despertar da consciência política da juventude e das minorias raciais e, ademais, a crise moral e econômica e a conseqüente frustração do projeto imperial norte-americano, produz neles um efeito catártico, permitindo ver os Estados Unidos sob uma ótica mais realista.

Como último fator opera a mudança radical de posição de amplos setores da opinião pública, sobretudo da Igreja Católica, cujas manifestações sobre a necessidade de reformas estruturais e até mesmo de uma revolução socialista produziram uma grande impressão sobre muitos militares. Provocou, a princípio, revolta e perplexidade, como uma deserção de aliados mais comprometidos que eles próprios com a defesa da "civilização ocidental e cristã". Provocou, mais tarde, inquietação porque a viragem dos padres para a esquerda indicava que os tempos estavam mudando e, mais cedo ou mais tarde, cada pessoa seria chamada a definir sua posição frente à ordem

desigualitária vigente, e assumir suas responsabilidades e responder por suas ações em defesa do sistema.

Não se trata ainda de uma maturação intelectual dos militares e, muito menos, de uma mutação ideológica que os prepare para a reforma ou a revolução. Mas já se pode pressentir o início do desmoronamento do corpo doutrinário que os fazia atuar inscientemente como o instrumento crucial de defesa do *status quo*, a serviço dos interesses mais retrógrados. Ressurge, assim, para as nações latino-americanas, regidas por lideranças militares, a alternativa nacionalista-modernizdora que vetaram antes quando, encarnada por poderes civis, representava para eles uma "propensão ao comunismo". Ressurge, inclusive, como a única saída que, a seus olhos, e na perspectiva de amplos setores intermédios, é socialmente eficaz, politicamente viável, além de muito mais desejável que a restauração das velhas estruturas patriciais. E, acima de tudo, como uma alternativa ao socialismo-revolucionário, temido por todos.

A factibilidade do modelo nacionalista-modernizador se assenta no fato de situar-se dentro do horizonte de decisões dos próprios militares; de corresponder a seu autoritarismo salvacionista, à sua atitude moralista e à sua hostilidade aos políticos profissionais. Assenta-se ademais na esperança de recuperar sua antiga postura nacionalista, em lugar de se comprometerem mais ainda como o principal sustentáculo da dominação estrangeira.

A viabilidade maior desta saída se baseia no fato de que, apesar de representar uma ruptura revolucionária com a estrutura de poder vigente, esta ruptura seria menos radical do que a necessária para a instauração de um regime socialista revolucionário. Enquanto esta última só seria possível mediante o desencadeamento de uma conflagração social generalizada que colocaria toda a estrutura de poder em risco de proscrição, a implantação de um regime nacionalista-modernizador poderia ser lograda a partir de um movimento militar que não exige uma mobilização popular prévia embora reclame, mais tarde, um rompimento revolucionário com os agentes da conscrição interna e externa.

Finalmente, a atratividade maior para os militares do modelo nacionalista-modernizador provém da circunstância de que ele promete ser uma alternativa capaz de assegurar a sobrevivência do próprio capitalismo na forma de capitalismo de estado; de preservar os interesses imediatos dos setores intermédios e sobretudo de manter o poder nas mãos dos próprios militares, emprestando-lhe nova legitimidade. Esta não mais fundada em procedimentos político-eleitorais ou na simples usurpação

do poder, mas sim no apoio das massas obtido através de um programa nacionalista e de uma nova política salarial, apelando, se necessário, para a organização de um partido oficial ou de um movimento popular, como esteio ao novo regime reformista.

Nestas circunstâncias, os movimentos tendentes a implantar regimes de modelo nacionalista-modernizador, sob regência de hierarquias militares, não afrontam a hostilidade de todos os setores das classes dominantes e dos setores intermédios. Podem contar, ao contrário, desde sua etapa conspirativa, com a anuência ou a neutralidade de amplos setores do dispositivo militar das ditaduras regressivas. Uma vez no poder, sua área de sustentação tende a aumentar, tanto no âmbito patronal — caso se defina como um regime destinado a preservar o capitalismo nacional e abrir-lhe novas perspectivas mediante o subsídio às empresas privadas nacionais — quanto no âmbito das camadas populares se se decide pelo fortalecimento dos sindicatos, pela liquidação do latifúndio improdutivo e pela contenção da exploração estrangeira.

Assim é que, apesar de suas características ambíguas resultantes de sua origem militar, de sua propensão autocrática e de sua obsessão anticomunista, o modelo nacionalista-modernizador pode ser favorecido pela imagem de um poder antiimperialista; e ser prestigiado pela oposição que suscitará no patriarcado político tradicional, na oligarquia fazendeira, na grande imprensa e no estamento gerencial das empresas estrangeiras. Poderá alcançar, por tudo isto, um amplo apoio de massas, sobretudo das classes médias e dos setores das classes subalternas mais integrados no sistema.

Pelas razões expostas, o nacionalismo-modernizador tenderá a oferecer a certos círculos atrativos cada vez maiores nos próximos anos. Principalmente quando se patentear, de modo ainda mais evidente, o curto alcance da modernização reflexa (através da industrialização recolonizadora e da "integração latino-americana") propugnada pelos Estados Unidos e posta em prática pelas classes dominantes nativas; e na medida em que os movimentos de esquerda pareçam mais habilitados a disputar o poder a fim de implantar regimes socialistas.

A Alternativa Socialista

Ao contrário da implantação de autocracias nacionalistas-modernizadoras, a de regimes socialistas — seja do modelo evolutivo ou do revolucionário — apresenta enormes dificuldades. Conforme assinalamos, as condições requeridas para isso im-

plicam no surgimento de uma esquerda radical mais organizada, mais responsável e mais autônoma que qualquer das existentes e a ocorrência de uma conjuntura política em que ela se torne capaz de acionar revolucionariamente amplas camadas da população, sob as difíceis condições impostas pela reação.

Estas possibilidades de ascensão ao socialismo são, entretanto, mais amplas do que geralmente se admite. Demonstra-o o fato de haver-se tornado inviável o regime patricial em tantos países da América Latina pela oposição irredutível entre o eleitorado popular e a estrutura tradicional de poder, e a impossibilidade de legitimação das ditaduras regressivas através do apoio popular. Em países como a Argentina e o Brasil, por exemplo, as classes dominantes há vários anos não permitem a realização de eleições livres porque são incapazes de ganhá-las. É certo que nesses países os grandes eleitores são lideranças reformistas e não socialistas. Mas aqui precisamente reside o temor das classes dominantes que se perguntam se se pode confiar em que governos "peronistas" ou "getulistas" corresponderiam à ideologia pessoal de seus patronos ou às aspirações das massas que os apoiariam e lhes serviriam de sustentáculos. Há pouca dúvida de que essas massas, conscientizadas como foram nos últimos anos, aspiram ao socialismo e só não optam por ele, por serem proibidas de fazê-lo.

À luz destas observações se poderia dizer que outras opções ao socialismo, como a feita há pouco pelo eleitorado chileno, não ocorreram antes na América Latina porque foram impedidas por golpes militares preventivos. Na verdade, esta opção só pôde vingar no Chile porque, ademais de certos fatores históricos específicos, até as vésperas das eleições presidenciais de 1970, os partidos de centro e de direita estavam certos da vitória.

Cumpre assinalar, contudo, que ali onde as esquerdas marxistas venham a alcançar vitórias, qualquer que seja seu caráter, a implantação de um regime sócio-político de transição ao socialismo enfrentaria enormes obstáculos porque poria em xeque toda a estrutura de poder vigente, desencadeando um processo político altamente conflitivo. O derrocamento desse novo poder, através de um golpe militar impulsionado de dentro e de fora do pais, geraria tensões cujo desenlace seria imprevisível. Sua consolidação, se alcançada, representaria o desafio de desenvolver um novo modelo de socialismo que deveria realizar a reordenação racional da sociedade sob as difíceis condições de enfrentar, internamente, a contra-revolução e, externamente, o cerco imperialista.

Com a vitória eleitoral de Salvador Allende, a história coloca concretamente estas questões diante das esquerdas. O caráter

singular e atípico da estrutura política chilena — mais madura e radical que qualquer outra da América Latina — e sobretudo a orientação mais revolucionária que reformista dos socialistas e comunistas chilenos e o vigor da liderança de Allende, abrem perspectivas, neste caso, de constituir e consolidar o primeiro exemplo histórico de transição ao socialismo dentro de um enquadramento parlamentar e pluripartidário.

Embora seja muito arriscado fazer previsões nesta matéria, parece-nos provável que na década de 70/80 surjam, em diferentes países da América Latina, tanto regimes configurados segundo o modelo nacionalista-modernizador, como novas repúblicas socialistas. Em ambos os casos, os países que fizerem uma ou outra opção, serão hostilizados tanto pelos inimigos internos como pelos Estados Unidos. O caráter e o vigor desse fustigamento serão decisivos para mobilizar as bases de apoio popular ao regime e para radicalizar o próprio governo em sua política interna e externa. Obviamente, a tentativa de instauração de um regime socialista-revolucionário em qualquer nação latino-americana, tendo um efeito infinitamente mais contundente sobre a política hemisférica da América do Norte, correrá maior risco de provocar uma intervenção armada. Sem embargo, é de todo provável que um movimento que cumpra todos os requisitos de vinculação com o povo para desencadear uma revolução social, tenha também a capacidade de defendê-la contra ataques externos.

A posição hegemônica da América do Norte no continente e seus imensos interesses — cuja preservação confiou, no passado, às elites patriciais, transferindo-a depois às ditaduras regressivas — converte o governo norte-americano no contendor fundamental das autocracias nacionalistas-modernizadoras, à medida em que estas realizem suas potencialidades autonomistas, e, com maiores razões, dos regimes socialistas revolucionários. É de se prever que, no exercício desse papel de contendor, o governo norte-americano atuará de acordo com cada situação concreta. Em alguns casos, poderá "colaborar" com o governo revolucionário para miná-lo internamente, como fez no caso da revolução boliviana de 1952. Poderá ser obrigado a aceitar a existência de um governo autônomo hostil a suas empresas, como no caso do México de Cárdenas, se o apoio popular interno e a conjuntura internacional em que se der o enfrentamento aconselhem cautela. Poderá tentar uma "contra-revolução" preventiva, como no caso do Brasil ao tempo de João Goulart, ou empreender uma invasão armada como a ocorrida recentemente na República Dominicana. Poderá, finalmente, utilizar subpotências regionais para provocar guerras locais. Nestas

condições, apesar de ser uma alternativa entre muitas, um enfrentamento armado constitui uma possibilidade real que não pode ser descartada. Mas não é uma fatalidade, nem mesmo no caso de governos socialistas.

A flexibilidade tática do governo norte-americano será posta à prova por parte de cada regime de novo tipo que se implante. No caso do socialismo, por razões óbvias, uma vez que conduziria à desapropriação das empresas estrangeiras. No caso do nacionalismo modernizador, porque este só poderá estancar a sangria de recursos nacionais e a descapitalização, implantando um vigoroso capitalismo de estado, se enfrentar os interesses das grandes empresas multinacionais. Uma saída possível nessa eventualidade seria a "nacionalização" do capital estrangeiro ou, ao menos, a parcela dele que cresceu por reinversão e graças a financiamentos nacionais. Convertido em capital nacional pertencente a estrangeiros, ele teria de viver o destino da economia nacional tal como ocorre com os capitais nativos, sem direito de remeter lucros para o exterior.

Mesmo esta saída menos drástica dificilmente seria aceita pelos Estados Unidos — como o demonstrou a tentativa do governo Goulart — uma vez que afetaria profundamente sua própria configuração de potência imperialista que, no plano econômico, não pode prescindir do contexto latino-americano como área de captação de recursos e, no plano político, como área mínima de dominação indispensável à afirmação de sua hegemonia. Por estas razões, o risco de uma intervenção armada por parte do governo norte-americano se colocará também para os regimes nacionalistas-modernizadores, na medida em que estes buscarem uma solução efetiva para seus problemas de desenvolvimento autônomo e continuado.

A atitude da extrema direita e da esquerda reformista frente à eventualidade de uma intervenção armada estrangeira é polarmente oposta. No passado, muitos líderes reformistas formulavam suas diretrizes de ação sob o temor de provocar a guerra civil, sobretudo quando o apoio estadunidense às facções reacionárias internas era tido como certo. Esse temor teve, em muitos casos, efeitos paralisadores, permitindo à reação ganhar a luta sem travá-la. A extrema direita, ao contrário, sempre que se sentiu ameaçada, não titubeou em correr esses mesmos riscos. Contava, para isto, com a fidelidade das forças armadas ao sistema e, principalmente, com o apoio incondicional do sócio norte-americano. Nestas condições, aceitar a luta significava, para a direita, desencadear a repressão e pedir a intervenção externa com a certeza de que esta não seria negada sempre que o inimigo a combater pudesse ser acusado de comunista.

Desde há algum tempo, porém, vem se atenuando o temor das forças renovadoras e das revolucionárias a provocar uma conflagração social e até mesmo a guerra civil, devido ao risco de uma intervenção armada estrangeira. É provável que no futuro suas lideranças encarem esta ameaça como um risco calculado, tanto para elas como para a reação interna e para os Estados Unidos que terão boas razões, eles também, de temer uma luta cruenta. Desse modo, a internacionalização dos conflitos internos, promovida pela direita, ao chamar os Estados Unidos para exercer o papel de contendor fundamental dos movimentos de renovação, teve o efeito de amadurecer a própria esquerda para a admissão de riscos antes inaceitáveis.

O veto à revolução social na América Latina através da ameaça de intervenção armada norte-americana tende, portanto, a tornar-se uma arma de dois gumes. Uma invasão mudaria tão radicalmente as condições de luta — ao impregná-la de valores patrióticos — que a tornariam mais arriscada para os que a promovessem do que para aqueles que teriam de enfrentá-la. A irrupção de um Vietnã na América Latina — muito mais provável mercê de uma intervenção armada estrangeira do que por ações de guerrilhas — teria efeitos ainda mais catastróficos sobre a sociedade norte-americana que o atual conflito indochinês. Isto porque esta seria uma guerra muito mais imperativa para a defesa do sistema imperialista e, sendo travada mais perto, reavivaria as forças que combatem contra a guerra na própria América do Norte, e por uma reordenação social interna. Uma guerra desse caráter abriria um ciclo de comoções tão violentas nas relações entre os povos americanos e no interior dos próprios Estados Unidos que poderiam produzir um colapso de todo o sistema.

* * *

A oposição entre a América Rica e as Américas Pobres vai adquirindo, como se vê, uma nova dimensão, ao obrigá-las a viver dramaticamente seus papéis de alternos no âmbito de um processo civilizatório que ativa, em todo o mundo, tanto os povos subdesenvolvidos quanto as minorias oprimidas das nações prósperas.

Tal como no século passado, quando as forças renovadoras desencadeadas pela Revolução Industrial impulsionaram as lutas de Independência, uma nova revolução tecnológica — a Termonuclear — está desencadeando, em nossos dias, um novo processo civilizatório que percorre a América e o mundo. Sob as estruturas de dominação tradicional, onde quer que elas existam e qualquer que seja a sua forma, emergem as forças renovadoras. Cada qual tem sua própria causa, mas todas são

identificáveis como agentes do processo civilizatório que está gerando a futura civilização. O negro que combate a discriminação e a opressão racial nos Estados Unidos e na África do Sul; o vietnamita que enfrenta o mais poderoso exército do mundo e o vence; o revolucionário que luta em qualquer parte da América Latina, são todos uma mesma força. E o que enfrentam é a força oposta. Ambas aglutinadas como representações de duas atitudes históricas: a que quer reter o passado e a que precisa construir o futuro.

No bojo deste novo processo civilizatório, a América Latina volta a tempos bolivarianos. Novamente são chamadas à cena as tensões estruturais antioligárquicas e anticoloniais que espocaram tantas vezes em guerras de emancipação e em sublevações milenaristas de escravos, de índios e de camponeses. Agora, porém, não para serem desencadeadas e logo coactadas por ação de seus próprios aliciadores, como ocorreu após a Independência. Isto porque a tarefa das forças revolucionárias foi afinal definida: é a da conquista do poder político por vanguardas socialistas capazes de reestruturar toda a ordem social, de erradicar as constrições econômicas representadas pelos interesses oligárquicos e imperialistas, de liquidar o despotismo do velho patriciado civil e militar para, deste modo, pôr fim aos fatores causais do atraso que pesa há séculos sobre os povos latino-americanos.

Uma vez alcançados esses requisitos políticos prévios, se tornará possível superar o enquadramento de dependência imposto pela atualização histórica que eterniza o subdesenvolvimento e orientar os povos latino-americanos para o desenvolvimento autônomo e continuado.

Paradoxalmente, a conquista destas bases institucionais para a superação do atraso das Américas Pobres representará, também, um passo decisivo para que as Américas Ricas possam superar os seus traumas e organizar-se como uma estrutura efetivamente democrática. Integradas no mesmo contexto interativo, as nações desenvolvidas e subdesenvolvidas da América são componentes de uma mesma estrutura, são contrapartes de uma mesma polaridade. Isto significa que por seu funcionamento espontâneo, se reproduzem a si mesmas guardando sempre suas características de estruturas assimétricas e complementares de um mesmo sistema. Mas significa, também, que a existência do pólo do subdesenvolvimento só é necessária, no contexto total, para preservar e perpetuar os privilégios do pólo oposto. Assim, o rompimento desta cadeia corresponde naturalmente aos interesses dos deserdados do sistema; mas sua vitória na luta contra o atraso terá como conseqüência destruir o contexto total e transfigurar seus dois componentes.

BIBLIOGRAFIA

I — O DESAFIO LATINO-AMERICANO

ARNAULT, Jacques
1960 — *Historia del Colonialismo.* B. Aires.
ARON, Raymond
Social Structure and the Ruling Class. Nova Iorque.
ARZUMANIAN, A.
1965 — *Ideologia, Revolución y Mundo Actual.* Madri.
ASHTON, T. S.
1964 — *La Revolución Industrial, 1769-1830.* México.
BALANDIER, G.
1955 — *Sociologie Actuelle de l'Afrique Noire.* Paris.
1956 (Ed.) *Le Tiers Monde Sous Développement et Développement.* Paris.
1967 — *Anthropologie Politique.* Paris.
BARAN, Paul
1964 — *A Economia Política do Desenvolvimento.* Rio de Janeiro.
BARAN, P. S.; SWEEZY, P.
1966 — *Capitalismo Monopolista: um Ensaio sobre a Ordem Econômica e Política Americana.* Rio de Janeiro.
BIANCHI, Andrés e Outros
1969 — *América Latina. Ensayos de interpretación económica.* Santiago do Chile.
BOURRICAUD, François
1967 — *Poder y Sociedad en el Perú Contemporáneo.* B. Aires.
BUKHARIN, N.
1930 — *La Economía Mundial y el Imperialismo.* Madri.
CARDOZO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo
1969 — *Dependencia y Desarrollo en América Latina.* México.
CASANOVA, Pablo González
1969 — *Sociología de la Explotación.* México.
CASTRO, Antonio Barros de
1969 — *Sete Ensaios sobre a Economia Brasileira.* Rio de Janeiro.
COSTA PINTO, L. A.
1965 — *Sociologia e Desenvolvimento.* Rio de Janeiro.
CEPAL, Comissão Econômica para a América Latina
1961 — *Estudio de la Mano de Obra en América Latina.* Santiago.
1963 — *O Desenvolvimento Econômico da América Latina no Pós-Guerra.* Nova Iorque.
1963 — *Estudo Econômico da América Latina.* Nova Iorque.
1966 — *El Proceso de Industrialización en América Latina.* (Ed. mim.) Santiago do Chile.

1968 — *Producto Interno Bruto de los Países de América Latina*. División de Estatistica, Sección Ctas. Nacionales. Santiago do Chile. (mimiogr.).
CLAPS (Centro Latino-Americano de Pesquisas de Ciências Sociais)
1965 — *Situação Social da América Latina*. Rio de Janeiro.
DOBB, Maurice
1961 — *Economia, Política y Capitalismo*. México.
DONGHI, Tulio Halperin
1969 — *Historia Contemporánea de América Latina*. Madri.
DROGAT, Noël
1964 — *Los Países del Hambre*. Barcelona.
FRANK, André Gunder
1967 — *Capitalism and Underdevelopment in Latin America*. Nova Iorque.
1967 — *"Sociology of Development and Underdevelopment of Sociology"*. *Catalyst* Nº 3:20/73. Búfalo.
1970 — *Lumpenburguesía: Lumpendesarrollo. Dependencia, Clase y Política en Latinoamérica*. Caracas.
FURTADO, Celso
1966 — *Estagnação e Estancamento na América Latina*. Rio de Janeiro.
1969 — *Formação Econômica da América Latina*. Rio de Janeiro.
GALBRAITH, J. K.
1967 — *El Nuevo Estado Industrial*. Barcelona.
GARCIA, Antonio
1969 — *La Estructura del Atraso en América Latina*. B. Aires.
GINSBERG, Norton (Ed.)
1961 — *Atlas of Economic Development*. Chicago.
GODELIER, Maurice
1966 — *Rationalité et Irrationalité en Economie*. Paris.
HARBISON, F.; MYERS, C. A.
1964 — *Education, Manpower and Economic Growth*. Nova Iorque.
HERRERA, Felipe
1967 — *"Viabilidad de una Comunidad Latinoamericana"*. Estudios Internacionales. I Nº 1. Santiago do Chile.
HOROWITZ, Irving Louis
1966 — *Three Worlds of Development. The Theory and Practice of International Stratification*. Nova Iorque.
IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
1960/1966 — *Anuários Estatísticos* de 1960, 1961, 1962, 1963, 1964, 1965 e 1966. Rio de Janeiro.
JAGUARIBE, Hélio
1969 — *"Dependencia y Autonomía en América Latina"*. Cuadernos de la Sociedad Venezolana de Planificación. Nos. 70/71. Caracas.
JALÉE, Pierre
1966 — *El Saqueo del Tercer Mundo*. Paris.
JOXE, Alain
1967 — *"Hacia una nueva concepción de la seguridad europea"*. Estudios Internacionales, Vol. I, Nº 1. Santiago do Chile.
JULIEN, Claude
1968 — *L'Empire Américain*. Paris.
KAHN, Herman; WIENER, Anthony J.
1968 — *O Ano 2000. Uma estrutura para especulação sobre os próximos trinta e três anos*. Prefácio de Roberto de Oliveira Campos. São Paulo.
KAROL, K. S.
1966 — *China, El Otro Comunismo*. México.
KUZNETS, S.
1965 — *Crecimiento Económico de Postguerra*. México.
LACOSTE, Ives
1962 — *Los Países Subdesarrollados*. B. Aires.

LANGE, Oskar
1966 — *Economía Política.* I. Problemas Generales. México.
LEBRET, Louis Joseph
1961 — *Manifesto por una Civilización Solidaria.* Lima.
LENIN, V. I.
1957 — *El Desarrollo del Capitalismo en Rusia.* B. Aires.
1960 — *El Imperialismo, fase superior del capitalismo.* (Obras Escogidas. Tomo I. Moscou).
LUXEMBURGO, Rosa
1963 — *La Acumulación del Capital.* B. Aires.
MANCHESTER, A. K.
1933 — *British Proeminence in Brazil.* Chapel Hill. Car.
MARCUSE, Herbert
1968 — *El Fin de la Utopía.* México.
1969 — *El Marxismo Soviético.* Madri.
MARIATEGUI, José Carlos
1963 — *Siete Ensayos de Interpretación de la Realidad Peruana.* Havana.
MARINI, Ruy Mauro
1969 — *Subdesarrollo y Revolución.* México.
MAYOBRE, J. A. e outros
1965 — *Hacía la Integración Acelerada de América Latina.* México.
MORTARA, Giorgio
1964 — *Características da Estrutura Demográfica dos Países Americanos.* Washington.
MOUSSA, Pierre
1960 — *Las Naciones Proletarias.* Madri.
MYRDALL, Gunnar
1962 — *Teoría Económica y Regiones Subdesarrolladas.* México.
NAVARRETE, Alfredo
1960 — *El Financiamiento del Desarrollo Económico.* México.
NKRUMAH, K.
1966 — *Neocolonialismo: Ultima etapa del Imperialismo.* México.
ONU — Nações Unidas
1958 — *Aspectos Demográficos da Urbanização na América Latina.* Nova Iorque.
1961 — *Report on the World Social Situation.* Nova Iorque.
1963 — *Statistical Yearbook.* Nova Iorque.
1963 — *Estudo Econômico da América Latina.* Nova Iorque.
1964a — *Statistical Yearbook.* Nova Iorque.
1964b — *O Financiamento Externo da América Latina.* Nova Iorque.
1965a — *La Ciencia y la Tecnologia al Servicio del Desarrollo.* B. Aires.
1965b — *"Conferência Mundial de População". Boletim Informativo.* Nova Iorque.
1969 — *Statistical Yearbook.* N. Iorque.
PETKOFF, Teodoro
1969 — *Checoeslovaquia, el Socialismo como Problema.* Caracas.
PINTO, Anibal
1969 — *"La Concentración del Progreso técnico y de sus frutos en el desarrollo latinoamericano"* em Andrés Bianchi e outros. 1969.
PREBISCH, Raúl
1964 — *Nueva Política Comercial para el Desarrollo.* México.
RIBEIRO, Darcy
1969 — *Las Américas y la Civilización.* Processo de Formación y Causas del Desarrollo Desigual de los Pueblos Americanos. 3 vols. B. Aires.
1970 — *El Proceso Civilizatorio.* Etapas de la Evolución Sociocultural. Caracas.

RIPPY, James F.
1968 — *Latin America, a Modern Lustry*. Ann Arbor.
SANTOS, Theotonio dos
1969 — "El Nuevo Carácter de la Dependencia", em *Crisis del Desarrollismo y la Nueva Dependencia*. Lima.
1970 — "*La Estructura de la Dependencia*". Ed. mimeografada do Centro de Estudios de Post-Grado. Universidad Central de Venezuela. Caracas.
SELSER, Gregorio
1967 — *Espionaje en América Latina*. México.
SNOW, Edgar
1965 — *La China Contemporánea*. México. 2 vols.
STAVENHAGEN, Rodolfo
1965 — "Sete Teses Equivocadas sobre a América Latina". *Política Exterior Independente*. Nº 1, Rio de Janeiro.
SUNKEL, Osvaldo
1969 — "*Política Nacional de Desarrollo y Dependencia Externa*", em Andrés Bianchi e outros.
SUNKEL, Osvaldo; PAZ, Pedro
1970 — *El Subdesarrollo Latinoamericano y la Teoría del Desarrollo*. México.
SWEEZY, P. M.
1963 — *Capitalismo y Imperialismo Norteamericano*. B. Aires.
TOURE, Sekou
1969 — *La Guinée et l'Emancipation Africaine*. Paris.
TOYNBEE, Arnold J.
1959 — *El Estudio de la Historia* (Compêndio, 2 vol.). B. Aires.
TROTZKY, Leon
1962/1963 — *La Historia de la Revolución Rusa*. 2 Vols. B. Aires.
UNESCO
1960 — *A Situação Educacional na América Latina*. Paris.
1961 — *A Urbanização na América Latina*. Paris.
1962 — *Situación demográfica, Social y Educativa de América Latina*. Santiago.
UNIÃO PAN-AMERICANA
1961 — *América em Cifras*. 1960. I.I. Est. OEA. Washington.
1961 — *Caracteristicas da Estrutura Demográfica dos Países Americanos* Washington.
1966 — *América em Cifras*. 1965. I.I. Est. OEA. Washington.
URQUIDI, Victor I.
1963 — *Viabilidad Económica de América Latina*. México.
1967 — *A Aliança para o Progresso e o Desenvolvimento da América Latina*. Washington.
VELIZ, Claudio (Ed.)
1969 — *Obstáculos para la Transformación de América Latina*. México.
1970 — *El Conformismo en América Latina*. Santiago do Chile.
WORSLEY, Peter
1967 — *El Tercer Mundo. Una Nueva Fuerza Vital en los asuntos Internacionales*. México.
ZIMMERMAN, L. J.
1967 — *Países Pobres, Países Ricos. La Brecha que se Ensancha*. México.

II — *ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL*

ARON, Raymond
1965 — *La Lucha de Clases*. Barcelona.

BOTTOMORE, T. B.
1964 — *Elits and Society*. Nova Iorque.
1968 — *Las Clases en la Sociedad Moderna*. B. Aires.
CARDOSO, Fernando Henrique
1960 — *"Proletariado e Mudança Social"*. Sociologia vol. XXI. Nº 1. São Paulo.
1969 — *"Participação Social e Desenvolvimento: A Classe Operária e os Grupos Marginais"*. Documento apresentado ao Simpósio Internacional sobre Participação Social na América Latina. OIT. México (mimeogr.).
CARDOSO, Fernando Henrique; REYNA, José Luis
1967 — *"Industrialização, estrutura ocupacional e estratificação social na América Latina"*. Dados, Nº 2/3. Rio de Janeiro.
CEPAL, Nações Unidas
1967 — *Estudios sobre la Distribución del Ingreso en América Latina*. Santiago do Chile.
COSTA PINTO, L. A.
1964 — *Estructura de Clases y Cambio Social*. B. Aires.
DAHRENDORF, Ralf
1962 — *Las Clases Sociales y su Conflicto en la Sociedad Industrial*. Madri.
DEBUYST, Frederico
1962 — *Las Clases Sociales en América Latina*. Friburgo y Bogotá.
ENGELS, Friedrich
1964 — *Las Condiciones de la Clase Obrera en Inglaterra en 1844*. B. Aires.
FERNANDES, Florestan
1964 — *A Integração do Negro à Sociedade de Classe*. São Paulo.
1968 — *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro.
FURTADO, Celso
1968 — *Um Projeto para o Brasil*. Rio de Janeiro.
GANON, Isaac
1967 — *Estructura Social del Uruguay*. Montevidéu.
GRACIARENA, Jorge
1967 — *Poder y Clases Sociales en el Desarrollo de América Latina*. B. Aires.
GURVITCH, George
1967 — *El Concepto de Clases Sociales*. B. Aires.
IANNI, Octavio
1966 — *Raças e Classes Sociais no Brasil*. Rio de Janeiro.
JAGUARIBE, Hélio
1964 — *Desarrollo Económico y Desarrollo Politico*. B. Aires.
LASWELL, H. D.; LERNER, D.
1965 — *World Revolutionary Elites*. Mass.
LENIN, V. I.
1957 — *El Desarrollo del Capitalismo en Rusia*. R. Aires.
1960 — *El Imperialismo, fase Superior del Capitalismo*. (Obras Escogidas, Tomo I). Moscou.
1963 — *El Estado y la Revolución*. B. Aires.
LENSKY, Gerhard E.
1969 — *Poder y Privilegio. Teoria de la Estratificación Social*. B. Aires.
LESSA, Carlos; VASCONI, Tomás
1969 — *Hacia una Crítica de las Interpretaciones del Desarrollo Latinoamericano* (Ed. Mim. CENDES). Caracas.
MARTINS, Luciano
1965 — *"Os Grupos Bilionários Nacionais"*. Revista do Instituto de Ciências Sociais, Nº 2. Rio de Janeiro.

1968 — *Industrialização, Burguesia Nacional e Desenvolvimento.* (Introdução à Crise Brasileira). Rio de Janeiro.

MARX, Karl

s/d — *Miséria da Filosofia.* Moscou.

1946a — *El Capital* (5 vols.). B. Aires.

1946b — *O 18 Brumário de Luis Bonaparte.* Moscou.

MORAIS, Clodomir Santos de

1969 — *Algunas consideraciones en torno a las Organizaciones Campesinas en Latinoamerica* (Ed. mim.). México.

MOSCA, Gaetano

1939 — *The Ruling Class.* Nova Iorque.

NUN, José

1969 — *"Superpoblación Relativa, Ejército Industrial de Reserva y Masa Marginal".* Revista Latinoamericana de Sociologia, Nº 2. B. Aires.

OSSOWSKI, S.

1963 — *Class Structure in the Social Counciousness.* London.

PEREIRA, Luis

1966 — *Trabalho e Desenvolvimento no Brasil.* São Paulo.

PRADO, Júnior, Caio

1966 — *A Revolução Brasileira.* São Paulo.

POULANTZAS, Nicos

1969 — *Política de Clases Sociales en el Estado Capitalista.* México.

QUEIROZ, José Antonio Pessoa de

1965 — *"Os Grupos Bilionários Estrangeiros".* Revista do Instituto de Ciências Sociais, Nº 2. Rio de Janeiro.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de

1965 — *O Messianismo no Brasil.* São Paulo.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de

1965 — "Os Grupos Multibilionários". Revista do Instituto de Ciências Sociais, Nº 2. Rio de Janeiro.

QUIJANO, Anibal

1967 — *Dependencia, Cambio Social y Urbanización en América Latina.* CEPAL. División Asuntos Sociales. Santiago do Chile.

1970 — *Redefinición de la Dependencia y Marginalización en América Latina.* CESO. Univ. de Chile (mimeogr.). Santiago do Chile.

1971 — *Pólo Marginal da Economia e Mão-de-Obra Marginalizada.* CEPAL (mimeogr.). Santiago do Chile.

RODRIGUEZ, Leoncio Martins

1966 — *"Considerações sobre o comportamento operário".* Dados, Nº 1. Rio de Janeiro.

1966 — *Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil.* São Paulo.

SANTOS, Theotonio dos

1962 — *"O Movimento Operário no Brasil".* Revista Brasiliense, Nº 39. São Paulo.

SINGER, Paulo Israel

1970 — *Dinâmica Populacional e Desenvolvimento. O Papel do Crescimento Populacional no Desenvolvimento Econômico.* São Paulo.

1970 — *Força de Trabalho e Emprego no Brasil.* 1920/1969. Doc. apresentado no Seminário sobre Marginalidade na América Latina (mim.). Santiago do Chile.

TAVARES, Maria da Conceição; SERRA, José

1970 — *Más Allá del Estancamiento: Una Discusión sobre el Estilo del Desarrollo Reciente en el Brasil* (mim.). Escuela Latinoamericana de Sociología. Santiago do Chile.

TORRES, Pe. Camilo

1965 — *Las Estructuras del Subdesarrollo.* Bogotá.

TORRES, João Camillo de Oliveira
1965 — *Estratificação Social no Brasil.* São Paulo.
WEBER, Max
1947 — *"Class, Status, Party"* em H. H. Gerth & C. Wright Mills: From Max Weber: Essays on Sociology. London.
WRIGHT MILLS, C.
1955 — *White Collar: The American Middle Classes.* Nova Iorque.

III — *A ESTRUTURA DO PODER*

ALBA, Victor
1960 — *El Militarismo.* México.
AMARAL, Azevedo
1938 — *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional.* Rio de Janeiro.
AZUA, Carlos Real de
1961 — *El Patriciado Uruguayo.* Montevidéu.
1964 — *El Impulso y su Freno.* Montevidéu.
BAGU, Sergio
1949 — *Economia de la Sociedad Colonial. Ensayo de historia comparada de América Latina.* B. Aires.
1952 — *Estructura Social de la Colonia.* B. Aires.
BEIGELMAN, Paula
1968 — *"O processo político-partidário brasileiro de 1945 ao Plebiscito"*, em Diversos Autores, Brasil em Perspectiva. São Paulo.
BONILLA, Frank
1967 — *"Culture Elites"* em Lipset. S. M., Solari, A. (Eds.).
1969 — *"Las Elites Invisibles"* (Ed. mim. CENDES). Caracas.
BONILLA, Frank; SILVA MICHELENA, José Agustino
1971 — *Cambio Político en Venezuela. Explotaciones en Análisis y en Síntesis.* Caracas.
BOSCH, Juan
1965 — *Crisis de la Democracia en América.* México.
BOTTOMORE, T. B.
1966 — *Elites and Society.* London.
1968 — *Las Clases en la Sociedad Moderna.* B. Aires.
BOURRICAUD, François
1964 — *"Remarques sur l'oligarchie péruvienne".* Revue Française de Science Politique. Paris.
1967 — *Poder y Sociedad en el Perú Contemporáneo.* B. Aires.
CALOGERAS, João Pandiá
1936 — *Problemas de Governo.* Rio de Janeiro.
CARDOSO, Fernando Henrique
1964 — *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil.* São Paulo.
CARLOS, Newton
1969 — *Peru. O novo nacionalismo latino-americano.* Rio de Janeiro.
CASANOVA, Pablo González
1965 — *La Democracia en México.* México.
CORBISIER, Roland
1968 — *Reforma ou Revolução?* Rio de Janeiro.
COUTINHO, Lourival
1956 — *O General Góes depõe.* Rio de Janeiro.
COUTO E SILVA, General Golbery
1957 — *Aspectos Geopolíticos do Brasil.* Rio de Janeiro.
1967 — *Geopolítica do Brasil.* Rio de Janeiro.
CUNHA, Euclides da
1926 — *À Margem da História.* Porto — Portugal.

DAVIS, Harold E.
1958 — *Government and Politics in Latin America.* Nova Iorque.
DIVERSOS AUTORES
1968 — *Brasil em Perspectiva.* São Paulo.
DUARTE, Nestor
s/d — *A Ordem Privada e a Organização Politica Nacional.* São Paulo.
EDWARDS, Alberto
1952 — *La Fronda Aristocrática. Historia y Politica de Chile.* Santiago do Chile.
EISENSTADT, S. N.
1969 — *Modernização, Protesto e Mudança.* (Modernização de Sociedades Tradicionais). Rio de Janeiro.
ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
1966 — *"Estudos de Segurança Nacional".* Revista Brasileira de Estudos Políticos, Nº 21. Belo Horizonte — Brasil.
ESTADO MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS
1967 — *"Brasil: A estratégia do gendarme continental".* Marcha, Nº 1355. Montevidéu.
FAORO, Raymundo
1958 — *Os Donos do Poder. Formação do Patronato Politico Brasileiro.* Porto Alegre.
FERNANDES, Florestan
1963 — *A Sociologia numa Era de Revolução Social.* São Paulo.
FERREIRA, Oliveiros
1964 — *As Forças Armadas e o Desafio da Revolução.* Rio de Janeiro.
FRANK, André Gunder
1967 — *Capitalism and Underdevelopment in Latin America. Historical Studies of Chile and Brazil.* Nova Iorque.
FREYRE, Gilberto
1949 — *Nação e Exército.* Rio de Janeiro.
FRIEDMAN, G.
1959 — *Problèmes d'Amérique Latine.* Paris.
FRONDIZI, Arturo
1955 — *La Lucha Antiimperialista.* B. Aires.
FURTADO, Celso
1969 — *Formação Econômica da América Latina.* Rio de Janeiro.
GERMANI, Gino
1955 — *Estructura Social de la Argentina.* B. Aires.
1965 — *Politica y Sociedad en una Epoca de Transición.* B. Aires.
GRACIARENA, Jorge
1967 — *Poder y Clases Sociales en el Desarrollo de América Latina.* B. Aires.
GRAMSCI, Antonio
1960 — *Los Intelectuales y la Organización de la Cultura.* B. Aires.
HOROWITZ, Irving Louis
1966 — *Revolución en el Brasil. Politica y Sociedad de Vargas a Goulart (1930-1964).* México.
1967 — *"The Military Elites"*, em S. M. Lipset e A. Solari (Eds.).
HOROWITZ, Irving Louis (Ed.)
1969 — *Ascensão e Queda do Projeto Camelot. Estudos sobre as Relações entre a Ciência Social e a Prática Politica.* Rio de Janeiro.
IANNI, Octavio
1965 — *Estado e Capitalismo.* Rio de Janeiro.
1968 — *O Colapso do Populismo no Brasil.* Rio de Janeiro.
IANNI, Octavio e outros
1965 — *Politica e Revolução Social no Brasil.* Rio de Janeiro.

IMAZ, José Luis de
1965 — *Los que Mandan*. B. Aires.
JAGUARIBE, Helio
1958 — *O Nacionalismo na Atualidade Brasileira*. Rio de Janeiro.
1964 — *Desarrollo Económico y Desarrolo Político*. B. Aires.
1967 — *Problemas de Desenvolvimento Latino-Americano*. Estudos de Política. Rio de Janeiro.
1969 — *Desenvolvimento Económico e Desenvolvimento Político*. Uma abordagem teórica e um estudo do caso brasileiro. Rio de Janeiro.
JOHNSON, John J.
1961 — *La Transformación Política de América Latina*. Surgimiento de los Sectores Medios. B. Aires.
1966 — *Militares y Sociedad en América Latina*. B. Aires.
JOHNSON, John J. (Ed.)
1967 — *Continuidad y Cambio en América Latina*. México.
KAPLAN, Marcos
1969 — "Estado, Dependencia Externa y Desarrollo en América Latina", em Theotonio dos Santos e Outros: *La Crisis del Desarrollismo y la Nueva Dependencia*. Lima.
LAGOS, Gustavo
1963 — *International Stratification and Underdeveloped Countries*. Chapel Hill.
LAMBERT, Jacques.
1964 — *América Latina, Estructuras Sociales e Instituciones Políticas*. Barcelona.
LAUTERBACH, Albert
1966 — *Enterprise in Latin America*. Nova Iorque.
LEAL, Victor Nunes
1948 — *Coronelismo, Enxada e Voto*. Rio de Janeiro.
LEEDS, Anthony
1964 — "Brazilian Careers and Social Structure". *American Antropologist*. Vol. 66. Menasha.
LIEUWEN, Edwin
1960 — *Armas y Política en América Latina*. B. Aires.
1965 — *Generales contra Presidentes en América Latina*. B. Aires.
1967 — *The Latin American Military*. Washington.
LINZ, Juan J.
1964 — "An Authoritarian Regime: Spain", em Erik Allardt & Yrje Littunen (Eds.): *Cleavages, Ideologies and Party Systems, Contributions to Comparative Political Sociology, Transactions of the Westermack Society*, X, p. 291/342.
LIPSET, S. M.; SOLARI, A. (Eds.)
1968 — *Elites en América Latina*. B. Aires.
LOPES, Joarez R. Brandão
1964 — *Sociedade Industrial no Brasil*. São Paulo.
1967 — *Crise do Brasil Arcaico*. São Paulo.
MARTINS, Luciano
1968 — *Industrialização, Burguesia Nacional e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro.
MARX, Karl
1956 — *El Capital*. Vol. I. B. Aires.
1966 — *La Guerra Civil en Francia*, em Obras Escogidas, Vol. I. Moscou.
MENDES, Cândido
1966 — "Sistema político e modelos de poder no Brasil". *Dados*, Nº 1. Rio de Janeiro.
MENDIETA e NUÑEZ, Lucio
1947 — *Las Clases Sociales*. México.
1954 — *Los Partidos Políticos*. México.

MOSCA, Gaetano
1939 — *The Ruling Class*. Nova Iorque.
MOURA, Aristóteles
1959 — *Capitais Estrangeiros no Brasil*. São Paulo.
NABUCO, Joaquim
1936 — *Um Estadista do Império*. 2 vols. São Paulo.
OLIVEIRA MARTINS, J. P.
1951 — *Historia de la Civilización Ibérica*. B. Aires.
OLIVEIRA VIANNA, F. J.
1949 — *Instituições Políticas Brasileiras*. São Paulo.
ONU, Nações Unidas
1964 — *O Financiamento Externo da América Latina*. Nova Iorque.
ORDONE, Jacinto
1936 — *La Burguesía Terrateniente Argentina*. B. Aires.
PALACIOS, Ernesto
1950 — *La Teoria del Estado*. B. Aires.
PARETO, Vilfredo
1919 — *Traité de Sociologie Générale*. Paris.
PRADO JÚNIOR, Caio
1942 — *Formação do Brasil Contemporâneo* (Colônia). São Paulo.
1964 — *Evolución Política del Brasil y Otros Estudios*. Montevidéu.
POPERMAYER, Malori José
1970 — *Autoritarismo no Brasil*. Tese de mestrado apresentada à Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil (datil.).
PUIGROSS, Rodolfo
1965 — *Pueblo y Oligarquía*. B. Aires.
RABELO, Genival
1966 — *O Capital Estrangeiro na Imprensa Brasileira*. Rio de Janeiro.
RAMOS, Jorge Abelardo
1959 — *Historia Política del Ejército Argentino*. B. Aires.
1965 — *Revolución y Contrarevolución en Argentina*. Historia de la Argentina en el Siglo XIX. B. Aires.
1968a — *Ejército y Semi-Colonia*. B. Aires.
1968b — *Historia de la Nación Latinoamericana*. B. Aires.
RIBEIRO, Darcy
1969 — *Las Américas y la Civilización*. B. Aires.
1970 — *El Proceso Civilizatorio*. Caracas.
RODRIGUEZ, Leoncio Martins
1966 — *Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil*. São Paulo.
SANCHEZ, Luis Alberto
1955 — *Haya de la Torre y el APRA*. Santiago do Chile.
SAUVY, Alfred
1956 — *La Bureaucratie*. Paris.
SCHUMPETER, J. A.
1963 — *Capitalismo, Socialismo y Democracia*. México.
1965 — *Imperialismo, Clases Sociales*. Madri.
SEGADAS VIANNA
1953 — *O Sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro.
SILVA MICHELENA, José Agustin
1971 — *La Crisis de la Democracia*. Vol. III de *Cambio Político en Venezuela*. Caracas.
SILVERT, Kalman H.
1962 — *La Sociedad Problema: Reacción y Revolución en América Latina*. B. Aires.
SOBRAL PINTO, Heráclito
1945 — *As Forças Armadas em Face do Momento Político*. Rio de Janeiro.

SODRÉ, Nelson Werneck
1963 — *Introdução à Revolução Brasileira.* Rio de Janeiro.
1964 — *História da Burguesia Brasileira.* Rio de Janeiro.
1965a — *As Razões da Independência.* Rio de Janeiro.
1965b — *A Ideologia do Colonialismo.* Seus Reflexos no Pensamento Brasileiro. Rio de Janeiro.
1965c — *História Militar do Brasil.* Rio de Janeiro.
SOLARI, Aldo E.
1964 — *Estudios sobre la Sociedad Uruguaya.* Montevidéu.
TANNENBAUM, Frank
1963 — *The Keys to Latin America.* Nova Iorque.
TOLEDANO, Vicente Lombardo
1956 — *La perspectiva de México, una Democracia del Pueblo.* México.
UNIÃO PAN-AMERICANA
1950/1 — *Materiais para o Estudo da Classe Média na América Latina* (6 vols. mimeogr.). Washington.
VARGAS, Getúlio
1952/4 — *O Governo Trabalhista Brasileiro.* Rio de Janeiro.
VICTOR, Mário
1965 — *Cinco Anos que Abalaram o Brasil.* Rio de Janeiro.
VIEIRA DA CUNHA, Mário Wagner
1963 — *O Sistema Administrativo Brasileiro.* Rio de Janeiro.
VILLANUEVA, Victor.
1962 — *Militarismo en el Perú.* Lima.
1969 — *O Golpe de 68 no Perú.* (Do Caudilhismo ao Nacionalismo?). Rio de Janeiro.
WAGLER, Charles
s/d — *A Revolução Brasileira.* Uma Análise da Mudança Social desde 1930. Salvador. Bahia.
WEBER, Max
1964 — *Economia y Sociedad.* 2 vols. México.
1966 — *El Sabio y la Política.* Córdoba. Argentina.
WRIGHT MILLS, C.
1957 — *La Elite del Poder.* México.

IV — *AS FORÇAS INSURGENTES*

ADAMS, Mildred
1964 — *América Latina: ¿Evolución o Explosión?* México.
ALBA, Victor
1964 — *História del Movimiento Obrero en América Latina.* México.
ALLENDE, Salvador
1970 — Discurso no Estádio Nacional. Santiago do Chile, 5-11-1970.
1971 — Mensagem Presidencial. Congresso Nacional. Santiago do Chile, 21-5-1971.
AREVALO, Juan José
1961 — *Fábula del Tiburón y las Sardinas.* B. Aires.
ARISMEDI, Rodney
1962 — *Problemas de una Revolución Continental.* Montevidéu.
BAMBIRRA, Vania; LOPEZ, Alvaro; MOLEIRO, Moisés; CONDORUMA, Silvestre; NUÑEZ, Carlos; MARINI, Ruy Mauro; ZAPATA, Antonio
1971 — *Diez Años de Insurrección en América Latina.* 2 Tomos. Santiago do Chile.
BEALS, Carleton
1964 — *América Latina. Mundo en Revolución.* B. Aires.

BURKS, David D.
1968 — *Insurgency in Latin America. Commitee Print.* U.S. Senate. Washington.
CASANOVA, Pablo González
1971 — "La Reforma de Estructura en América Latina", em *El Trimestre Económico*, Nº 150, México.
CASTRO, Josué
1946 — *Geografia da Fome.* Rio de Janeiro.
1965 — *Sete Palmos de Terra e um Caixão.* São Paulo.
CASTRO, Paulo de
1962 — *Subdesenvolvimento e Revolução.* Rio de Janeiro.
COTLER, Julio
1969 — *El Populismo Militar como modelo de Desarrollo Nacional: El Caso Peruano* (Ed. mim. Instituto de Estudios Peruanos, Lima).
1970 — *"Crisis Politica y Populismo Militar en el Perú". Estudios Internacionales*, Nº 12, Santiago do Chile.
DÉBRAY, Regis
1967a — *Revolución en la Revolución.* Montevidéu.
1967b — "Le Castrisme: La Longue Marche d'Amérique Latine". *Temps Modernes*, Nº 224, Paris.
DECOUFLÉ, André
1968 — *Sociologia de las Revoluciónes.* B. Aires.
DEUTSCHER, Isaac e Outros
1969 — *Problemas e Perspectivas do Socialismo.* Rio de Janeiro.
DIAS, Everardo
1962 — *História das Lutas Sociais no Brasil.* São Paulo.
DIMITROF, George
1935 — *La Unidad de la Clase Obrera en la Lucha contra el Fascismo.* B. Aires.
ENGELS, Friedrich
1965 — *Las Condiciones de la Clase Obrera en Inglaterra en 1844.* B. Aires.
ESPARTACO
1965 — *Crítica a la Izquierda Latinoamericana.* Montevidéu.
FACÓ, Rui
1961 — *Brasil, Siglo XX.* B. Aires.
FALS BORDA, Orlando
1968 — *Subversión y Cambio Social* (Edição revisada, ampliada e publicada em "La Subversión en Colombia").
1968 — *Las Revoluciones Inconclusas en América Latina (1809-1968).* México.
FANON, Frantz
1963 — *Los Condenados de la Tierra.* México.
FERNANDES, Florestan
1964 — *A Integração do Negro à Sociedade de Classe.* São Paulo.
FORACCHI, Marialice Mencarini
1965 — *O Estudante e a Transformação da Sociedade Brasileira.* São Paulo.
FREYTAS, José Itamar de (Ed.)
1968 — *Brasil Ano 2000.* Rio de Janeiro.
FRONDIZI, Silvio
1957/60 — *La Realidad Argentina.* B. Aires.
FURTADO, Celso
1968 — *Um Projeto para o Brasil.* Rio de Janeiro.
GALINDEZ, Jesús de
1954 — *Iberoamérica, su Evolución Politica, Socio-Económica, Cultural, Internacional.* Nova Iorque.
GERASSI, John
1963 — *A Invasão da América Latina.* Rio de Janeiro.

GHIOLDI, Rodolfo
1965 — *Desarrollismo y Desarrollo Real.* B. Aires.
GOLDENBERG, Boris
1965 — *The Cuban Revolution and Latin America.* Nova Iorque.
GUEVARA, Ernesto Che
1960 — *La Guerra de Guerrillas.* Havana.
1968 — *El Diario del Che en Bolivia.* México.
GUILHERME, Wanderley
1963 — *Introdução ao Estudo das Contradições Sociais no Brasil.* Rio de Janeiro.
1966 — "Preliminares de uma Controvérsia Metodológica". *Revista Civilização Brasileira,* Nº 5/6. Rio de Janeiro.
GUILLEN, Abraham
1967 — *Dialéctica de la Política.* Montevidéu.
HOBSBAWN, Eric J.
1963 — *Primitive Rebels.* Nova Iorque.
HOROWITZ, Irving Louis
1966 — *Revolución en el Brasil.* México.
HUBERMANN, L.; SWEEZY, P. M. (Ed.)
1964 — *Perspectivas da América Latina.* Rio de Janeiro.
IANNI, Octavio
1961 — "Condições Institucionais do Comportamento Político Operário". *Revista Brasiliense,* Nº 36. São Paulo.
1968 — *O Colapso do Populismo no Brasil.* Rio de Janeiro.
ISAL (Ed.)
1965 — *Hambre, Ideología y Revolución en América Latina.* Montevidéu.
JAGUARIBE, Helio
1967 — *Problemas do Desenvolvimento Latino-Americano.* Rio de Janeiro.
1969 — "Dependencia y Autonomía en América Latina". *Cuadernos de la Sociedad Venezolana de Planificación,* n. 70/71. Caracas.
JOXE, Alain
1967 — *El Conflicto Chino-Soviético en América Latina.* Montevidéu.
JULIÃO, Francisco
1962 — *Que são as Ligas Camponesas?* Rio de Janeiro.
KAHN, Herman; WIENER, Anthony J.
1968 — *O Ano 2000.* Uma estrutura para especulação sobre os próximos trinta e três anos. Prefácio de Roberto de Oliveira Campos. São Paulo.
KANTOR, H.
1953 — *The Ideology and Program of the Peruvian Aprista Movement.* Berkeley.
LENIN, V. I.
1960a — *Que Fazer?* em Obras Escolhidas. Tomo I. Moscou.
1960b — *O Estado e a Revolução, em Obras Escolhidas.* Tomo II. Moscou.
LEWIS, Oscar
1966 — *La Vida, a Puerto Rican Family in the Culture of Poverty.* Nova Iorque.
LIMA, Lourenço Moreira
1951 — *A Coluna Prestes.* Rio de Janeiro.
MARIATEGUI, J. C.
1963 — *Siete Ensayos de la Realidad Peruana.* Havana.
MARTIN, Américo
1969 — *Marcuse y Venezuela. ¿Se Aburguesa la Clase Obrera en Venezuela?* Caracas.
MARX, Karl
1956 — *El Capital.* I Vol. B. Aires
1967 — *A Miséria da Filosofia.* Moscou.

BURKS, David D.
1968 — *Insurgency in Latin America. Commitee Print.* U.S. Senate. Washington.
CASANOVA, Pablo González
1971 — "La Reforma de Estructura en América Latina", em *El Trimestre Económico*, Nº 150, México.
CASTRO, Josué
1946 — *Geografia da Fome.* Rio de Janeiro.
1965 — *Sete Palmos de Terra e um Caixão.* São Paulo.
CASTRO, Paulo de
1962 — *Subdesenvolvimento e Revolução.* Rio de Janeiro.
COTLER, Julio
1969 — *El Populismo Militar como modelo de Desarrollo Nacional: El Caso Peruano* (Ed. mim. Instituto de Estudios Peruanos, Lima).
1970 — *"Crisis Politica y Populismo Militar en el Perú". Estudios Internacionales*, Nº 12, Santiago do Chile.
DÉBRAY, Regis
1967a — *Revolución en la Revolución.* Montevidéu.
1967b — "Le Castrisme: La Longue Marche d'Amérique Latine". *Temps Modernes*, Nº 224, Paris.
DECOUFLÉ, André
1968 — *Sociologia de las Revoluciónes.* B. Aires.
DEUTSCHER, Isaac e Outros
1969 — *Problemas e Perspectivas do Socialismo.* Rio de Janeiro.
DIAS, Everardo
1962 — *História das Lutas Sociais no Brasil.* São Paulo.
DIMITROF, George
1935 — *La Unidad de la Clase Obrera en la Lucha contra el Fascismo.* B. Aires.
ENGELS, Friedrich
1965 — *Las Condiciones de la Clase Obrera en Inglaterra en 1844.* B. Aires.
ESPARTACO
1965 — *Crítica a la Izquierda Latinoamericana.* Montevidéu.
FACÓ, Rui
1961 — *Brasil, Siglo XX.* B. Aires.
FALS BORDA, Orlando
1968 — *Subversión y Cambio Social* (Edição revisada, ampliada e publicada em "La Subversión en Colombia").
1968 — *Las Revoluciones Inconclusas en América Latina (1809-1968).* México.
FANON, Frantz
1963 — *Los Condenados de la Tierra.* México.
FERNANDES, Florestan
1964 — *A Integração do Negro à Sociedade de Classe.* São Paulo.
FORACCHI, Marialice Mencarini
1965 — *O Estudante e a Transformação da Sociedade Brasileira.* São Paulo.
FREYTAS, José Itamar de (Ed.)
1968 — *Brasil Ano 2000.* Rio de Janeiro.
FRONDIZI, Silvio
1957/60 — *La Realidad Argentina.* B. Aires.
FURTADO, Celso
1968 — *Um Projeto para o Brasil.* Rio de Janeiro.
GALINDEZ, Jesús de
1954 — *Iberoamérica, su Evolución Política, Socio-Económica, Cultural, Internacional.* Nova Iorque.
GERASSI, John
1963 — *A Invasão da América Latina.* Rio de Janeiro.

GHIOLDI, Rodolfo
1965 — *Desarrollismo y Desarrollo Real.* B. Aires.
GOLDENBERG, Boris
1965 — *The Cuban Revolution and Latin America.* Nova Iorque.
GUEVARA, Ernesto Che
1960 — *La Guerra de Guerrillas.* Havana.
1968 — *El Diario del Che en Bolivia.* México.
GUILHERME, Wanderley
1963 — *Introdução ao Estudo das Contradições Sociais no Brasil.* Rio de Janeiro.
1966 — "Preliminares de uma Controvérsia Metodológica". *Revista Civilização Brasileira,* Nº 5/6. Rio de Janeiro.
GUILLEN, Abraham
1967 — *Dialéctica de la Política.* Montevidéu.
HOBSBAWN, Eric J.
1963 — *Primitive Rebels.* Nova Iorque.
HOROWITZ, Irving Louis
1966 — *Revolución en el Brasil.* México.
HUBERMANN, L.; SWEEZY, P. M. (Ed.)
1964 — *Perspectivas da América Latina.* Rio de Janeiro.
IANNI, Octavio
1961 — "Condições Institucionais do Comportamento Político Operário". *Revista Brasiliense,* Nº 36. São Paulo.
1968 — *O Colapso do Populismo no Brasil.* Rio de Janeiro.
ISAL (Ed.)
1965 — *Hambre, Ideología y Revolución en América Latina.* Montevidéu.
JAGUARIBE, Helio
1967 — *Problemas do Desenvolvimento Latino-Americano.* Rio de Janeiro.
1969 — "Dependencia y Autonomía en América Latina". *Cuadernos de la Sociedad Venezolana de Planificación,* n. 70/71. Caracas.
JOXE, Alain
1967 — *El Conflicto Chino-Soviético en América Latina.* Montevidéu.
JULIÃO, Francisco
1962 — *Que são as Ligas Camponesas?* Rio de Janeiro.
KAHN, Herman; WIENER, Anthony J.
1968 — *O Ano 2000.* Uma estrutura para especulação sobre os próximos trinta e três anos. Prefácio de Roberto de Oliveira Campos. São Paulo.
KANTOR, H.
1953 — *The Ideology and Program of the Peruvian Aprista Movement.* Berkeley.
LENIN, V. I.
1960a — *Que Fazer?* em Obras Escolhidas. Tomo I. Moscou.
1960b — *O Estado e a Revolução, em Obras Escolhidas.* Tomo II. Moscou.
LEWIS, Oscar
1966 — *La Vida, a Puerto Rican Family in the Culture of Poverty.* Nova Iorque.
LIMA, Lourenço Moreira
1951 — *A Coluna Prestes.* Rio de Janeiro.
MARIATEGUI, J. C.
1963 — *Siete Ensayos de la Realidad Peruana.* Havana.
MARTIN, Américo
1969 — *Marcuse y Venezuela. ¿Se Aburguesa la Clase Obrera en Venezuela?* Caracas.
MARX, Karl
1956 — *El Capital.* I Vol. B. Aires
1967 — *A Miséria da Filosofia.* Moscou.

MARX, K.; ENGELS, F.
1955 — "El Manifiesto Comunista". *Obras Escogidas*. Tomo I. Moscou.
1959 — *La Ideología Alemana*. Montevidéu.
MENDE, Tibor
1955 — *América Latina entra en Escena*. Santiago do Chile.
MONIS BANDEIRA, L. A.
1962 — *O Caminho da Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro.
NEWFIELD, Jack
1969 — *Una Minoría Profética: La Nueva Izquierda Norteamericana*. Barcelona.
OLIVEIRA, Franklin
1962 — *Revolução e Contra-Revolução no Brasil*. Rio de Janeiro.
1963 — *Que é a Revolução Brasileira?* Rio de Janeiro.
OSIRIS, G. Villegas
1963 — *La Guerra Revolucionaria Comunista*. B. Aires.
PARTIDO COMUNISTA ARGENTINO
1967 — *No puede haber una "Revolución en la Revolución"*. B. Aires.
PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO
1967 — *Teses para o VI Congresso*. Rio de Janeiro.
PARTIDO COMUNISTA DO URUGUAI
1963 — *Tres Fundamentales Documentos de Nuestra Epoca*. Montevidéu.
PEDREIRA, Fernando
1964 — *Março 31. Civis e Militares no Processo da Crise Brasileira*. Rio de Janeiro.
PEREIRA, Astrogildo
1962 — *Formação do Partido Comunista Brasileiro*. Rio de Janeiro.
PERI, Marcos
1962 — *Perspectiva da Revolução Brasileira*. (s/local).
PETKOFF, Teodoro
1969 — *Checoeslovaquia, el Socialismo como Problema*. Caracas.
1970 — *¿Socialismo para Venezuela?* Caracas.
PETRAS, J.; ZEITLIN, M. (Eds.)
1968 — *Latin America, Reform or Revolution*. Conn.
PIKE, Frederick B.
1959 — *Freedom and Reform in Latin America*. Notre Dame. USA.
PORTER, Charles O.; ALEXANDER, Robert J.
1961 — *The Struggle for Democracy in Latin America*. Nova Iorque.
PRADO JÚNIOR, Caio
1966 — *A Revolução Brasileira*. São Paulo.
PRESTES, L. C.
1947 — *Documentos de Luís Carlos Prestes*. B. Aires.
PUIGGROS, Rodolfo
1947 — *Las Izquierdas y el Problema Nacional*. B. Aires.
QUIJANO, Anibal
1967 — "Contemporary Peasant Moviments", em S. M. Lipset e A. Solari: *Elites in Latin America*. Nova Iorque.
RAMA, Carlos M.
1959 — *Mouvements Ouvriers et Socialistes de l'Amérique Latine*. (1942-1956) Paris.
RAMOS, Jorge Abelardo
1962 — *El Partido Comunista en la Política Argentina*. B. Aires.
1964 — *La Lucha por un Partido Revolucionario*. B. Aires.
1965 — *Revolución y Contrarevolución en la Argentina*. B. Aires.
RIBAS, Lincoln Machado
1940 — *Movimentos Revolucionarios en las Colonias Españolas en América*. Montevidéu.

RIBEIRO, Darcy
1969 — *Las Américas y la Civilización*. B. Aires.
RODRIGUEZ, José Honorio
1965a — *Conciliação e Reforma no Brasil*. Rio de Janeiro.
1965b — *Aspirações Nacionais*. Interpretação Histórico-Política. Rio de Janeiro.
RODRIGUEZ, Leôncio Martins
1966 — *Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil*. São Paulo.
RUMIANTSEV, Alexei (Ed.)
1963 — *A Estrutura da Classe Operária dos Países Capitalistas*. Praga.
SANTA ROSA, Virgínio
1934 — *O Sentido do Tenentismo*. Rio de Janeiro.
SANTOS, Theotonio dos
1969 — *Socialismo o Fascismo: Dilema Latinoamericano*. Santiago do Chile.
1971 — *La Crisis Norteamericana y América Latina*. Santiago do Chile.
SIMONSEN, Mário Henrique
1969 — *Brasil 2001*. Rio de Janeiro.
SODRÉ, Nelson Werneck
1963 — *Introdução à Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro.
STRASSER, Carlos (Ed.)
1959 — *Las Izquierdas en el Proceso Político Argentino*. B. Aires.
TORRES, Camilo
1966 — *Biografia, Plataforma, Mensajes*. Medellín. Colômbia.
TOURAINE, Alain
1961 — "Industrialisation et Conscience Ouvrière à S. Paulo" em *Ouvriers et Syndicats d'Amérique Latine*. Paris.
TRIAS, Vivian
1967 — *Por un Socialismo Nacional*. Montevidéu.
TROTZKY, Leon
1935 — *La Revolución Permanente*. B. Aires.
VINHAS, Moisés
1963 — *Operários e Camponeses na Revolução Brasileira*. São Paulo.
WELFORT, F. C.
1965 — "Raízes Sociais do Populismo em S. Paulo". *Revista Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro.
ZIMMERMAN, L. J.
1966 — *Países Pobres, Países Ricos — La Brecha que se Ensancha*. México.

EDITORA VOZES

MATRIZ

R. Frei Luís, 100
Caixa Postal 90023
25689 Petrópolis, RJ
Tel.: (0242)43-5112

FILIAIS

R. Senador Dantas, 118-I
20031 Rio de Janeiro, RJ
Tel.: (021)220-6445

R. Joaquim Palhares, 227
Estácio de Sá
20260 Rio de Janeiro, RJ
Tel.: (021)273-3196

R. Joana Angélica, 63
(Ao lado da Faculdade
Cândido Mendes)
Ipanema
22420 Rio de Janeiro, RJ
Tel.: (021)267-5397

R. Senador Feijó, 158 e 168
01006 São Paulo, SP
Tels.: (011)35-7144 e 36-2288

R. Haddock Lobo, 360
01414 São Paulo, SP
Tel.: (011)256-0611

R. Thiers, 310 — Pari
03031 São Paulo, SP

Av. São Francisco de Assis, 218
12900 Bragança Paulista, SP
Tel.: (011)433-3675

R. Cel. Teófilo Leme, 1055
12900 Bragança Paulista, SP
Tel.: (011)433-3675

R. Tupis, 85, Loja 10
30190 Belo Horizonte, MG
Tels.: (031)273-2538 e 226-5383

R. Aimorés, 1583
30140 Belo Horizonte, MG
Tels.: (031)222-4152 e 226-6838

R. Espírito Santo, 963
36013 Juiz de Fora, MG
Tel.: (032)211-8061

R. Ramiro Barcelos, 390
90210 Porto Alegre, RS
Tel.: (0512)21-6522

R. Riachuelo, 1280
90010 Porto Alegre, RS
Tel.: (0512)26-3911

R. Joaquim Nabuco, 543
93310 Novo Hamburgo, RS
Tel.: (0512)93-8143

CLR/Norte, Q. 704
Bloco A, N. 15
70730 Brasília, DF
Tel.: (061)223-2436

R. 3, N. 291
74000 Goiânia, GO
Tel.: (062)225-3077

R. dos Coelhos, 485
50070 Recife, PE
Tel.: (081)221-4100

R. da Concórdia, 167
50020 Recife, PE
Tel.: (081)224-3924

R. Alferes Póli, 52
80230 Curitiba, PR
Tel.: (041)233-1392

R. Voluntários da Pátria, 39
80020 Curitiba, PR
Tel.: (041)223-6059

R. 15 de Novembro, 963
89010 Blumenau, SC
Tel.: (0473)22-3471

Av. Tristão Gonçalves, 1158
60015 Fortaleza, CE
Tel.: (085)231-9321

R. Major Facundo, 730
60025 Fortaleza, CE
Tel.: (085)221-4877

R. Carlos Gomes, 698-A
Conj. Bela Center, Loja 02
40110 Salvador, BA
Tels.: (071)241-0045 e 241-8414

Av. Getúlio Vargas, 381
78025 Cuiabá, MT
Tels.: (065)322-6809 e 322-6967

R. Br. do Rio Branco, 1231
79013 Campo Grande, MS
Tels.: (067)384-1535 e 384-1593